



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO ACADÊMICO**

CAROLINA PAAZ

**A CONSIDERAÇÃO DOS DESLOCADOS AMBIENTAIS NA DELIBERAÇÃO E AS
CONSEQUÊNCIAS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO
EM MARIANA/MG**

Caxias do Sul
2017

CAROLINA PAAZ

**A CONSIDERAÇÃO DOS DESLOCADOS AMBIENTAIS NA DELIBERAÇÃO E AS
CONSEQUÊNCIAS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM
MARIANA/MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Acadêmico da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito sob orientação do Prof. Dr. Leonardo da Rocha de Souza.

Caxias do Sul
2017

CAROLINA PAAZ

**A CONSIDERAÇÃO DOS DESLOCADOS AMBIENTAIS NA DELIBERAÇÃO E AS
CONSEQUÊNCIAS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM
MARIANA/MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado Acadêmico da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito sob orientação do Prof. Dr. Leonardo da Rocha de Souza.

Caxias do Sul, 07, de dezembro de 2017.

Prof. Dr. Leonardo da Rocha de Souza
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Clóvis Eduardo Malinverne da Silveira
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Cleide Calgaro
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Anderson Vichinkeski Teixeira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

P113c PAAZ, Carolina

A consideração dos Deslocados Ambientais na Deliberação e as Consequências do Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG / Carolina PAAZ. – 2017.

225 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2017.

Orientação: Leonardo da Rocha de SOUZA.

1. Desastre Ambiental. Deslocados Ambientais. Democracia Deliberativa. Barragem de Fundão.. I. SOUZA, Leonardo da Rocha de, orient. II. Título.

Dedico este trabalho à minha mãe, que fez com que este sonho se realizasse.

AGRADECIMENTOS

Deus é o meu Pai e ele sabe como ninguém o que alegra o meu viver. Desde que eu me conheço por gente, Ele pega em minhas mãos e me leva para brincar. Ele já me levou para passear por muitos lugares e já me cobriu de inúmeros presentes. Minha mãe foi um deles. Ele a colocou para proteger. Fez dela um colo fofo, feito um ninho com cheiro doce. É lá o meu abrigo para todos os dias ruins. Ela tem mãos macias e me entende como ninguém. O meu corpo crescido, sempre precisa do colo dela. Meu Pai a ensinou a orar e é assim que ela se comunica com Ele.

Passado algum tempo, o meu Pai me viu sozinha no quarto e sentiu que eu precisava de alguém para dividi-lo comigo. Demorei para entender o sentido daquele presente, pois eu já era grande (7 anos!) e ela, a Mariana, um ser minúsculo que chorava agarrada na minha mãe, e ainda, que ocupava quase todo o meu quarto. Na época, lembro que pensei que deveria ter sido um engano de endereço do meu Pai atarefado. Só na madureza da vida, percebi que ele não erra nunca e que ela tinha vindo por muitas razões, pois hoje é com ela que eu divido as minhas angústias e alegrias. Ela é minha melhor amiga, e é para ela que eu conto tudo o que a minha vida permite viver.

Passados 18 anos da minha existência, meu Pai, achando que eu já sabia me cuidar, me mandou um ser lindo para eu proteger. Como o amor não requer apresentações, lá veio o Guilherme, sem manual de instruções e com uma energia enorme para eu correr atrás. Ensinou-me a ser ninho, corredora de maratona, e brotou em meu coração um sentimento até então desconhecido: o amor de mãe.

Cinco anos depois, o meu Pai me deu de presente mais um bebê, rechonchudo e sorridente. Dei a ele o nome de Gabriel, sim, aquele anjo que foi de alma e tudo anunciar para Maria que Jesus iria nascer. O Gabriel me ensinou a ser polvo (polvo tem oito braços, três corações) e fez o meu dia ter mais de 24 horas para eu dar conta do recado. Anjo lindo, sempre encheu minha vida de amor.

Meu Pai tem o dom de ler meus pensamentos, aliás, nisso ele sempre foi perito. Enquanto eu dobrava uma pilha com pequenas roupas azuis, pensei o quanto seria bom ter no meio da pilha alguns tons de rosa misturado. Lá veio Ele com uma linda menina debaixo do braço. Dei a ela o nome de Clara, porque Clara é uma velha amiga do meu Pai (Santa Clara), e ela sempre nos socorre quando meu Pai está atarefado (né, mãe?). A Clara chegou enchendo minha vida de laços, bonecas, risos marotos e marcas de batom pelo quarto. Deixou meu mundo mais delicado.

Um belo dia, percebendo que faltava algo na minha vida, o meu Pai me trouxe um rapaz com o nome de Márcio. O rapaz trazia consigo duas lindas crianças, o Rafael e o Miguel. O meu Pai achava que a gente precisava ser plural, mas não qualquer plural, seríamos 7 plurais. Foi aí que Ele decidiu construir um pequeno lar e nos presenteou. Confesso que no começo não foi nada fácil, mas meu Pai, sempre muito paciente, vinha todas as noites e nos pedia para ficarmos tranquilos. Ele dizia, sussurrando ao meu ouvido, que no amor existe uma amarra invisível e que ele está sempre presente nos pequenos detalhes. Foi assim que percebi a flor em cima da mesa, o café adoçado com carinho na caneca, as frases de carinho pela manhã, um bilhete pendurado na porta, o som de risadas vindo da sala, a mesa cheia no jantar e o carro trasbordando de cabecinhas alegres nos passeios. Quando a gente já havia aprendido bem as lições, o meu Pai nos deu uma casa maior e mais bonita, com um jardim cheio de passarinhos e com uma janela enorme para admirarmos o mundo. Juntos.

Passaram pela casa da minha vida uma infinidade de pessoas. Meu Pai sempre dizia que eramos como uma grande casa e que na nossa vida viria gente para morar e outros para se hospedarem. Muitas pessoas passaram. Algumas eu pude escolher, mas outras, o meu Pai, sempre atento, fez questão que elas fossem embora. Não entendia isso muito bem, e às vezes, ficava trancada no meu quarto, emburrada, esperava que o meu Pai viesse bater na porta com um pedido de desculpas por ter se enganado. Mas Ele não fazia isso, mesmo sabendo que eu estava chateada. Quando eu saía do quarto ele me explicava: - Minha filha, não é a quantidade que faz a diferença, mas o quanto elas te querem bem e do quanto elas cuidam da tua casa. Tem gente, filha minha, que vem só para bagunçar, fazem um estrago, te fazem chorar e vão embora; outros, aparecem de forma sutil, abrem as janelas da tua vida, deixam o sol entrar te fazendo bem. Aprenda a diferenciá-las.

Numa tarde iluminada, a minha mãe sentou-se comigo na sala e me aconselhou a voltar para o meio acadêmico, lugar que eu gostava e que só me faria bem. Sem questionar, regressei. Quando as aulas começaram, o meu Pai sentou-se no banco do carona do meu carro e fez questão de viajar comigo. Enquanto eu dirigia, Ele desfrutava da linda paisagem.

Lembro-me do primeiro dia de aula, quando Ele saiu me apresentando novas pessoas. Ele sussurrou no meu ouvido que era para eu arrumar bem a sala da minha vida, enfeitá-la com flores, a fim de receber com muito carinho a todos que pela porta entrassem. De longe o meu Pai avistou um rapaz que corria apressado com um giz na mão e um sorriso no rosto. Era o meu mais novo orientador, o Léo. Meu pai acenou para ele e me disse: - Ele será o seu guia aqui dentro, seja grata sempre, pois ele é um homem muito gentil e vai sempre te iluminar. Meu Pai ficou atrás de mim enquanto o Léo me dava livros de muitas páginas, de um homem

chamado Habermas, para eu ler. Meu Pai, muito esperto, não me deixou sair correndo de lá. Eu achei que não daria conta, mas aguentei firme porque meu Pai falou que valeria a pena. Meu Pai deu uma dose de paciência para o Léo e pediu para que enquanto eu lê-se os livros, ele deixasse eu conhecer um povo muito sofrido na cidade de Mariana. O Léo, na sua *querideza* de ser, achou que isso me motivaria, e acatou o seu pedido.

Enquanto eu estava por lá, a Fran, por pura gentileza, entrou para levar o café. Linda até do avesso, ela sorriu e começamos a bater um longo papo e, após alguns encontros, lá veio a Fran de mala e cuia morar na casa da minha vida. Meu pai não trouxe só o Léo como meu professor, Ele também me apresentou mais uma equipe de peso para me ajudar a concluir a tarefa. Teve a professora “a mil hora” chamada Marcia. Agitada e prestativa, ela veio conversar comigo sobre os refugiados ambientais, tema que ela adora. O professor Clóvis, o amigo da galera, falou para eu ler mais sobre o risco ecológico abusivo e da importância que eu entendesse isso para o meu trabalho e para a vida. O prof. Sérgio Augustin, o juiz mais gente fina do pedaço, também estava lá, sempre de bem com a vida e disposto a oferecer ajuda. É claro que o meu Pai não ia deixar a professora Cleide de fora! Até acho que Ele trouxe ela no colo, de presente para todos da sala. Sim, ela é humana demais e até deu vontade de levar ela para casa. Tive de deixar ela lá, mas carreguei o carinho dela no meu coração. Depois de tantos encontros e convivências, eu consegui entender quando o meu Pai falava que ser anjo no mundo atual não significa outra coisa senão trazer a luz da diferença. Sim, eu estava cercada de anjos.

Meu Pai não tem faculdade, porém, é muito sábio! Durante a nossa viagem para a cidade de Mariana, Ele me explicava o quanto era importante que eu visse com os meus olhos o que os outros filhos dele, meus irmãos, fizeram. Cheguei lá e vi um rastro de destruição e morte. Chorei. Meu Pai me explicou que era necessário eu sentir a dor do outro. Segundo Ele, é assim que nos tornamos mais humanos e nos conscientizamos da importância de cuidarmos uns dos outros. Foi lá também que eu conheci a Lu Gomes. A Lu cuida de gente que sofreu com o desastre. Ela me retratou a dor sentida pelas vítimas. Doeuse em mim. Dividimos o mesmo nó na garganta. Ela no alto da sua humanidade me cativou e veio morar de forma definitiva na minha vida.

Caminhando na cidade de Mariana, o meu Pai me pegou pela mão e me levou na casa da Dona Olentina, uma senhora magrinha, no alto dos seus oitenta e poucos anos que vestia uma linda camisa com a estampa da Nossa Senhora. Ela estava deitada em um colchão no fundo do seu apartamento, doente. Sentei ao seu lado. Enquanto ela me explicava a vida antes do desastre, suas mãos, murchas, secavam as lágrimas que teimavam em cair dos seus olhos

tristes carregados de saudades. A saudade das flores plantadas no jardim, da casa ampla com muitos vizinhos, dos animais no pasto, das árvores cheias de passarinhos e do modo de vida que não voltará. Meu Pai falou baixinho que dor quando ocupa muito espaço precisa transbordar. Enquanto ela passava o café e me dava um pedaço de pão, o meu pai me explicava que ela era um ser dócil com muita afabilidade, por isso, mesmo na dor, ela sabia receber como ninguém. Saí de lá com mil lições no meu coração e com uma vontade enorme de abraçá-la mais um bocado de vezes.

Fui embora da cidade com meu Pai me explicando que aquilo tudo ocorreu porque muitos homens ainda não entenderam que a natureza é a casa que Ele construiu para nós vivermos. Casa não cuidada, desaba. Suspirei fundo, deposei minha cabeça em seu ombro e agradei. Agradei o meu Pai pelas inúmeras lições de vida, agradei pelos presentes, agradei pelos detalhes que o meu coração enxerga, pelos poucos mais verdadeiros amigos que ficaram, pela possibilidade de conhecer muitas pessoas especiais e, sobretudo, por ver e sentir as realidades tristes que temos ao redor e perceber o quanto ainda, como seres humanos, temos de melhorar.

Hoje, Pai amado, venho através desta carta, te agradecer mais uma vez. Obrigada por se fazer presente. Sempre.

Um abraço bem carinhoso, da sempre sua, Carol!

Está claro que a espécie humana não poderá continuar por muito tempo com a sua cegueira ambiental e com a sua falta de escrúpulos na exploração da Natureza. (José Antônio Lutzenberger).

RESUMO

Este trabalho aborda a maior tragédia ambiental da história do Brasil, ocorrida no dia 5 de novembro de 2015, no município de Mariana, no Estado de Minas Gerais, quando a barragem de Fundão, operada pela Samarco, cujas donas são a Vale e a BHP Billiton, se rompeu. O objetivo desta pesquisa é identificar a violação dos direitos fundamentais da pessoa humana das comunidades atingidas, entender como se dava a participação das comunidades atingidas na deliberação preventiva e posterior ao desastre, identificar ações reparatórias para os atingidos e ainda analisar os conceitos polêmicos dos termos utilizados que designam pessoas atingidas por catástrofes ambientais. Na elaboração da pesquisa foi utilizado o método qualitativo, o estudo de caso, com participação do Promotor de Justiça da Comarca de Mariana, de parte dos deslocados ambientais e de Assistentes Sociais que trabalham com os atingidos. Procurou-se analisar as consequências advindas do desastre ambiental no que se refere ao deslocamento ambiental das comunidades que foram atingidas diretamente pela lama, a falta de terminologia adequada para os deslocados ambientais, bem como os problemas sociais, econômicos e ambientais pós - desastre. O estudo referente às consequências da tragédia ambiental pretende servir como um importante instrumento de alerta sobre a importância da prevenção e precaução dos riscos ao meio ambiente, servir de memória às presentes e futuras gerações da importância dos mecanismos precaucionais como instrumentos fundamentais à tutela ambiental, considerada o pilar do direito ambiental e da implementação de um Estado Constitucional Ambiental.

Palavras- chave: Desastre ambiental. Deslocados Ambientais. Democracia Deliberativa. Barragem de Fundão. Princípio da Prevenção e Precaução.

ABSTRACT

This work addresses the expressive environmental tragedy in the history of Brazil, which took place on November 5, 2015, in the Municipality of Mariana, in the State of Minas Gerais, when the Fundão dam operated by Samarco, owned by Vale and BHP Billiton, it broke. The objective of this research is to identify the violation of the fundamental human rights of the affected communities, to understand how the affected communities participated in the preventive and post-disaster deliberation, to identify reparative actions for those affected and to analyze the controversial concepts of the terms used which designate people affected by environmental disasters. In the elaboration of the research the qualitative method was used, the case study, with the participation of the District Attorney of Mariana, part of the environmental displaced persons and Social Assistants who work with those affected. We sought to analyze the consequences of the environmental disaster as regards the environmental displacement of communities that were directly affected by the mud, the lack of adequate terminology for environmental displaced persons, as well as social, economic and environmental post-disaster problems. The study on the consequences of the environmental tragedy intends to serve as an important warning instrument on the importance of the prevention and precaution of the risks to the environment, to serve as a memorial to present and future generations of the importance of precautionary mechanisms as fundamental instruments for environmental protection, considered the pillar of environmental law and the implementation of an Environmental Constitutional State.

Keywords: Environmental disaster. Environmental displaced. Deliberative Democracy. Fundão dam. Principle of Prevention and Caution.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distrito Bento Rodrigues, antes e depois do rompimento	48
Figura 2 - Vista panorâmica de Bento Rodrigues, após a destruição causada pelo rompimento da Barragem de Fundão	49
Figura 3 - Ruas de Bento Rodrigues.....	56
Figura 4 - Igreja São Bento, em Bento Rodrigues.....	57
Figura 5 - Ginásio em Bento Rodrigues	57
Figura 6 - Escola soterrada em Bento Rodrigues	67
Figura 7 - As comunidades atingidas, viviam em lugares tranquilos e pacatos	68
Figura 8 - Amigos e vizinhos se encontravam na praça nos finais de tarde e finais de semana	69
Figura 9 - Vista do lugar onde ficava o Distrito de Bento Rodrigues	72
Figura 10 - Antigo morador de Bento Rodrigues, visitando a sua casa destruída.....	75
Figura 11 - Foto que sobrou da residência de um morador	76
Figura 12 - Casas dos deslocados ambientais, dentro do município de Mariana/MG, todas visitadas pela pesquisadora.....	80
Figura 13 - Lugar onde a deslocada ambiental, uma senhora idosa, passa a maior parte do tempo, haja vista que alega que não consegue aguentar o barulho da cidade. É uma sacada nos fundos do apartamento.....	83
Figura 14 - Flores que antes estavam em um gramado, agora são plantadas em vasilhos e ficam na sacada do apartamento da idosa.....	83
Figura 15 - Rio Doce	89
Figura 16 - Infográfico	104
Figura 17 - Projeto de reconstrução de Bento Rodrigues.....	107
Figura 18 - Projeto de reconstrução de Paracatu de Baixo.....	107
Figura 19 - Cartaz fixado em uma ponte na cidade de Mariana.....	112
Figura 20 - Quadro fixado na Defesa Cível, demonstrando que o simulado em Bento Rodrigues iria ser feito praticamente um ano após o desastre	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições e terminologias de pessoas deslocadas por diferentes analistas.....	29
Quadro 2 - Dados da Defesa Civil.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 METODOLOGIA.....	19
2.1 COLETA DE DADOS	21
2.2 ANÁLISE DOS DADOS	21
2.3 OBJETIVO GERAL.....	22
2.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
2.5 PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	22
2.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	24
2.7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	25
3 A PROTEÇÃO DOS DESLOCADOS AMBIENTAIS	26
4 CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG.....	39
4.1 CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS	40
4.2 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS	52
4.2.1 O reassentamento	103
4.3 CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS	110
5 A CONSIDERAÇÃO DOS AUSENTES E A DEMOCRACIA DELIBERATIVA EM HABERMAS	117
5.1 A INSTALAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS NA COMUNIDADE E A DEMOCRACIA DELIBERATIVA DE HABERMAS	117
5.2 O DESASTRE EM MARIANA/MG E AS POSSÍVEIS FALHAS DE PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO.....	135
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICE A	168
APÊNDICE B.....	169

1 INTRODUÇÃO

O sistema remanescente da Revolução Industrial visou por um longo tempo a produtividade e o crescimento econômico em detrimento do meio ambiente e da saúde da população. Algumas interferências humanas no meio ambiente foram tão drásticas que acabaram tornando-se irremediáveis e hoje, são as principais causas de desequilíbrio ecológico da atualidade.

Com o “progresso” industrial desenvolvido na sociedade moderna, o homem foi rapidamente degradando o meio ambiente em busca de matéria-prima para a sua produção gerando, tanto na origem dos produtos, quanto no seu final, um verdadeiro caos ambiental.¹

A conscientização sobre a importância da tutela dos recursos ambientais surgiu, segundo Molinaro, a partir do momento que o homem passou a observar que a degradação dos recursos ambientais interferia diretamente na qualidade de vida humana e na manutenção da vida em todas as suas formas, pois, segundo o autor, toda a degradação ambiental provoca violação dos direitos humanos, seja na expressão do bem-estar, da economia na utilização dos recursos naturais (renováveis e não renováveis). A contaminação de recursos hídricos, atmosféricos, afetam a saúde e alteram a qualidade de vida, ao fim e ao cabo, impedem as condições de sustento para a existência de todos, agravando densamente o desfrute do direito de viver.²

Embora nos dias atuais se tenha muito mais consciência ambiental, percebe-se que grandes problemas ambientais ainda estão latentes. Prova disso foi o desastre ambiental que ocorreu no dia cinco de novembro de 2015, quando a barragem de Fundão, da empresa Samarco, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana, no Estado de Minas Gerais/MG, rompeu-se. A barragem, controlada pela Vale e BHP Billiton, continha rejeitos de minério de ferro que se esvaiu da barragem do Fundão, pelo lado esquerdo e atingiu a barragem de Santarém. Todo conteúdo transbordou esta segunda barragem e deslocou-se em uma avalanche incontrolável de terra, lama e água.

O desastre em Mariana/Mg se configurou como o maior desastre ambiental do nosso país, com 19 (dezenove) vítimas fatais, centenas de animais mortos e uma mudança drástica na vida dos

¹ PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide. Os riscos ambientais advindos dos resíduos sólidos e o hiperconsumo: a minimização dos impactos ambientais através de políticas públicas. In: RESÍDUOS sólidos: consumo, sustentabilidade e riscos ambientais. Caxias do Sul: Plenum, 2014. p. 10.

² MOLINARO, Carlos Alberto. **Responsabilidade civil frente aos desastres ambientais**. Belo Horizonte: ESDH, 2017. p. 16.17.

que foram atingidos diretamente e indiretamente pelo mar de lama contaminado, fora os incalculáveis impactos ambientais da fauna e da flora.

Além das mortes de pessoas e de animais, tais sedimentos arruinaram mais de 180 (cento e oitenta) edificações, arrastando automóveis, maquinários, semoventes, destruindo plantações, encobrindo logradouros e destruindo a história de vida de comunidades inteiras. A lama continuou deslocando-se, devastando os distritos e as localidades de Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras, Camargos e Campinas, ultrapassando os limites da Comarca de Mariana, a ponto de afetar Gesteira e Barra Longa/MG, até atingir afluentes e subafluentes do Rio Doce.³

O objetivo geral deste trabalho é o estudo das consequências geradas pelo desastre ambiental em Mariana/MG, a violação dos direitos humanos, com uma abordagem acerca da gravidade do desastre, suas consequências para o meio ambiente e, por conseguinte, para a vida das pessoas vitimadas, para desse modo contribuir para uma reflexão mais ampla sobre a prevenção e precaução dos riscos ambientais, que não só garantam adequada proteção a todos os grupos da sociedade, especialmente aos mais vulneráveis, mas também aos animais e ao meio ambiente, bem como analisar como se dava a deliberação dos deslocados ambientais, antes e após o desastre, partir da perspectiva de Habermas.

Portanto, os objetivos específicos desta pesquisa são: identificar a violação dos direitos fundamentais da pessoa humana nas comunidades atingidas e as principais consequências sociais; identificar as consequências econômicas e ambientais do desastre; analisar a participação das comunidades atingidas na deliberação preventiva e posterior à tragédia; identificar ações reparatórias para os atingidos; analisar os conceitos polêmicos dos termos utilizados que designam pessoas atingidas por desastres ambientais; realizar a pesquisa de campo na cidade de Mariana/MG.

No capítulo II, prossegue-se com a conceituação, apresentando a metodologia de sua realização. No capítulo III, incluiu-se uma ampla abordagem teórica sobre os deslocados ambientais no mundo para demonstrar o porquê do termo utilizado na presente pesquisa, qual seja deslocado ambiental. No mesmo capítulo são abordadas as consequências ambientais, sociais e econômicas das comunidades que foram atingidas pelo desastre, com um estudo bibliográfico e com análise dos dados coletados na cidade de Mariana/MG.

No quarto capítulo, é realizado um estudo - através da análise de conteúdo dos dados coletados in loco - e de bibliografia específica consultada, de como se dava a participação das

³ Processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

comunidades atingidas antes do desastre e como vem ocorrendo atualmente. Esse capítulo também aborda os princípios da prevenção e da precaução, explicita a efetivação da norma internacional no Brasil, apresentando a conjuntura do seu surgimento e a importância da construção de um sistema voltado para a prevenção de novos riscos ambientais.

Trata-se, certamente, do maior desastre ambiental e humanitário do país, que deixou 19 mortos, 2 desaparecidos e mais de 1000 pessoas desabrigadas. Esses pressupostos balizam nossa reflexão acerca dos motivos que nos impulsionam a realizar esta pesquisa, centrada numa ampla reflexão de possíveis situações de vulnerabilidades e de injustiças ambientais.

2 METODOLOGIA

A proposta desta pesquisa surgiu da ânsia de procurar compreender o que acontece em uma localidade atingida por um desastre ambiental, analisando como são feitas as deliberações nas comunidades que recebem empreendimentos que geram um elevado risco para os seus moradores.

Na elaboração da pesquisa foi utilizado o método investigativo, de cunho exploratório, que segundo Gil, se aplica nas fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos, para a construção de hipóteses e resoluções de problemas. Também essa metodologia se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal. Então, a opção metodológica para elaboração deste estudo de caso foi de cunho qualitativo.⁴

A pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural, onde o pesquisador se desloca ao local onde está o participante para conduzir a pesquisa, permitindo assim, um alto nível de detalhes sobre o local ou pessoa, estando altamente envolvido com a mesma. Utilizando métodos múltiplos, interativos e humanísticos, a pesquisa qualitativa busca o envolvimento dos participantes na coleta de dados na tentativa de estabelecer credibilidade e harmonia aos participantes do estudo. Diversos aspectos podem surgir durante a realização de uma pesquisa qualitativa, o que a torna uma pesquisa emergente, ou seja, durante a realização da mesma uma variedade de novos aspectos poderá surgir, mudando o processo de coleta de dados.⁵

Considerado um método qualitativo, o estudo de caso, de acordo com Duarte é muito utilizado em pesquisas que envolvem as Ciências Sociais, frequentemente é adotado em teses e dissertações, isso se deve ao fato de que este método é considerado “uma boa maneira de introduzir o pesquisador iniciante nas técnicas de pesquisa ao integrar o uso de um conjunto de ferramentas para levantamento e análise de informações.”⁶

A opção por um estudo qualitativo, cujo delineamento se baseou na metodologia de Estudo de Caso, configurou-se como a mais acertada devido a necessidade de analisar a situação calamitosa nas comunidades atingidas pelo desastre, a qual permitiu a utilização de múltiplas fontes de evidência. Procurou-se identificar quais os reais problemas enfrentados pelos atingidos,

⁴ GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p.140.

⁵ CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

⁶ DUARTE, Marcia YukikoMatsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 215.

como se dava a sua participação nas tomadas de decisões antes e depois do desastre, e as demais consequências econômicas, sociais e ambientais das comunidades atingidas.

Entretanto, como todo o método de pesquisa possui vantagens e desvantagens, baseados em três condições: o tipo de questão a ser pesquisada, o controle do pesquisador sobre os acontecimentos e o foco dos fenômenos históricos em contraposição aos fenômenos contemporâneos.

Segundo Yin, o estudo de caso é definido como: "[...] uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidências são utilizadas."⁷

Na visão de Barros, o estudo de caso retrata a realidade de uma forma completa e profunda, onde o pesquisador poderá destacar a grande quantidade de dimensões que estão presentes em determinadas situações, dando ênfase a sua complexidade natural e expondo as possíveis inter-relações de seus integrantes. Barros afirma que:

[...] o estudo de caso é o método que contribui para a compreensão dos fenômenos sociais complexos, sejam individuais, organizacionais, sociais ou políticos. É o estudo das peculiaridades, das diferenças daquilo que o torna único e por essa razão o distingue ou o aproxima dos demais.⁸

Indicado para situações que se comprometa a analisar eventos contemporâneos, o estudo de caso torna-se um meio de análise para situações em que não se podem manipular comportamentos, sendo possível empregar duas ou mais fontes de evidências. O estudo de caso utiliza diversas fontes para a coleta de evidências dentre elas: documentos, registro de arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante, filmes, fotografias, etc., esta lista pode ser extensa, mas, nenhuma delas tem alguma vantagem indiscutível sobre a outra e elas tendem a se complementar.

Caracterizado como o planejamento inicial e global de todo o processo de pesquisa o levantamento bibliográfico tem seu início na identificação, localização e obtenção da bibliografia sobre o assunto abordado na pesquisa, sendo finalizado em um texto sistematizado, onde o pesquisador apresenta toda a literatura examinada. Em concordância, Stumpf afirma que o levantamento bibliográfico:

⁷ YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 32.

⁸ BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 234.

[...] é um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico.⁹

Em concordância, Marconi e Lakatos acrescentam que a pesquisa bibliográfica compreende todo o material que já foi publicado sobre o assunto pesquisado, desde publicações avulsas, jornais, livros, pesquisas, trabalhos científicos, teses, dissertações etc., até meios orais como rádio, gravações e também meios audiovisuais como filmes e televisão. E sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato com tudo que foi escrito, gravado, filmado sobre o assunto pesquisado. Como afirma Marconi e Lakatos, a pesquisa bibliográfica “[...] não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.¹⁰

2.1 COLETA DE DADOS

Para a realização da coleta de dados foi elaborado um roteiro com duas questões gerais, abertas e amplas, que se subdividiram em outras questões bem específicas, com perguntas sobre a vida antes do desastre e após. As perguntas serviram para guiar a pesquisadora durante a entrevista, a qual foi gravada e transcrita, a fim de coletar dados e ter maior conhecimento sobre o tema abordado. Também utilizou-se fotografias tiradas nos locais visitados pela pesquisadora. Foram realizadas entrevistas aleatórias com os atingidos pela tragédia que aceitaram prestar informações e com pessoas do Município de Mariana/ MG.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS

Para interpretação dos dados da pesquisa foi utilizado a análise de conteúdo que pode ser entendida como um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dado. Segundo Bardin, a análise de conteúdo apresenta-se como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens,

⁹ STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 51.

¹⁰ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 57.

indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.¹¹

No olhar de Chizzotti, objetivo da análise de conteúdo é “compreender, criticamente, o sentido das comunicações, seu conteúdo manifestou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Essa técnica constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada. O princípio da análise de conteúdo é demonstrar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair os seus significados.¹²

Nessa perspectiva, este projeto buscará responder ao problema de pesquisa.

2.3 OBJETIVO GERAL

O estudo pretende analisar as consequências do desastre ambiental em Mariana/MG, sob os aspectos sociais, ambientais e socioeconômicos, bem como a forma como ocorria a participação das comunidades atingidas antes do desastre e como vem ocorrendo atualmente.

2.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar a violação dos direitos fundamentais da pessoa humana das comunidades atingidas.
2. Identificar a participação das comunidades atingidas na deliberação preventiva e posterior a tragédia.
3. Identificar ações reparatórias para os atingidos.
4. Analisar os conceitos polêmicos dos termos utilizados que designam pessoas atingidas por desastres ambientais.
5. Realizar a pesquisa de campo na cidade de Mariana/MG.

2.5 PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

¹¹ BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1985. p. 21.

¹² CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 56.

Foram entrevistadas 15 pessoas, sendo 8 deslocados ambientais, 1 Coordenador do SINE, 2 Assistentes Sociais, 1 Promotor de Justiça e 2 moradores da cidade. A pesquisa foi realizada no período de uma semana, no mês de setembro de 2016, na cidade de Mariana/MG.

Primeiramente, a pesquisadora entrou em contato com o Promotor de Justiça, que cuida de uma das ações de justiça referente ao desastre, o qual prontamente aceitou receber a entrevistadora, momento que ele também informou que haveria uma reunião muito importante com os atingidos, no mês de setembro de 2016.

A pesquisadora chegou em Mariana/MG, três dias antes da reunião e como estava na cidade, se deslocou até uma vila onde começou a perguntar para as pessoas que passam na rua, se elas conheciam a casa de algum atingido pelo desastre. Após a terceira pessoa abordada pela pesquisadora, foi indicado por um morador da comunidade, uma casa onde morava um atingido, no qual prontamente aceitou receber a pesquisadora, e após a entrevista, mostrou onde morava outro atingido, e assim ocorreu sucessivamente. Cada um dos entrevistados que recebia a pesquisadora, acabava indicando onde morava outro atingido.

Havia em todas as casas medo de que a pesquisadora fosse alguém enviada pela empresa envolvida na tragédia, com receio de que eles falassem e posteriormente assinassem, fossem usados contra eles em algum processo, por isso, mesmo antes da pesquisadora conseguir entrar nas residências dos atingidos, todas as entrevistas eram procedidas de muitos diálogos, até que o entrevistado sentia-se confiante para falar e abria a porta da sua residência. A grande maioria dos atingidos são pessoas muito simples, e muitas não conseguiam entender que se tratava de uma pesquisa para um trabalho acadêmico. Para isso, havia a necessidade de mostrar várias fotos, documentos, a fim de explicar que a pesquisadora era uma estudante de Direito e que estava ali para compreender as dimensões da tragédia na vida deles. Após eles entenderem, acabavam aceitando ser entrevistados.

A reunião com alguns integrantes da Comissão dos Atingidos, que estava marcada e anunciada pelo Promotor de Justiça, ocorreu quando a pesquisadora estava na cidade, mas acabou não tendo muitos resultados diretos para a pesquisa, tendo em vista que nessa reunião ficou decidido que os atingidos não poderiam mais dar entrevistas para “o pessoal de fora”, pois somente a Associação Caritas, com os profissionais contratados por ela, tais como advogados, psicólogos, biólogos entre outros, poderiam deter e repassar as informações para as pessoas que tinham interesse no caso.

Durante a reunião, foi passada a palavra para a pesquisadora a fim de explicasse o porquê de estar ali. A pesquisadora explicou que era pelas mesmas razões acima expostas, ou seja, que tratava-se de um trabalho acadêmico que visava compreender as dimensões do desastre na vida da

comunidade envolvida, e que achava importante que mais pessoas entendessem o desastre e escrevessem sobre ele, não só para cobrar das autoridades que solucionem os problemas o mais rápido possível, mas para que sirva de alerta sobre a importância da prevenção e da precaução para outros empreendimentos, alertando sobre as consequências de uma tragédia ambiental.

O grupo de atingidos, que representava os demais, negou-se a prestar entrevistas alegando que tratava-se de assuntos muito dolorosos e que tinham receio de que o que fosse falado pudesse ser usados contra eles.

Como a pesquisadora chegou dias antes da reunião, os atingidos que foram entrevistados não sabiam que iria ocorrer essa determinação por parte dos representantes dos atingidos, portanto, as entrevistas não foram totalmente prejudicadas.

Os dados coletados apontam para surpreendentes problemas ocasionados não só para os que foram atingidos diretamente, mas também para os atingidos indiretos.

A análise de dados aponta para a confirmação de algumas hipóteses, outras necessitam ser reconstruídas. Para fins de ilustrar o processo de construção do próprio trabalho, na parte inicial, foram mantidas as hipóteses que se tinham anteriormente à coleta dos dados. Nas considerações finais, elas são novamente abordadas e discutidas à luz dos dados coletados e das (re) construções teóricas que ocorreram ao longo da pesquisa.

2.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foram utilizados os seguintes instrumentos:

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para os entrevistados: instrumento para informar os atingidos da realização, justificativa, procedimentos e objetivos da pesquisa, bem como obter permissão para a realização do estudo.

Termo de consentimento para o Promotor de Justiça (TCLE): instrumento para informar sobre o objetivo da entrevista, procedimentos, bem como obter o consentimento para realização da mesma.

Termo de consentimento para as Assistentes Sociais (TCLE): instrumento para informar sobre o objetivo da entrevista, procedimentos, bem como obter o consentimento para realização da mesma.

Termo de consentimento para o Diretor do SINE (TCLE): instrumento para informar sobre o objetivo da entrevista, procedimentos, bem como obter o consentimento para realização da mesma.

Antes da coleta de dados, foi explicado ao sujeito entrevistado que ele deveria assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, em duas vias. Uma ficou em posse do sujeito, e uma com a pesquisadora.

2.7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

As entrevistas realizadas com os atingidos e demais membros da comunidade de Mariana/MG se deu com o intuito de descobrir as consequências sociais, econômicas e ambientais após o desastre ambiental, bem como averiguar a forma de participação das comunidades atingidas nas deliberações ambientais, antes e após o desastre, analisando a complexidade que envolvem esses temas abordados.

O plano de análise dos dados dessas entrevistas se deu através da Análise de Conteúdo, considerando as características do modo que foi feita a entrevista. As respostas dos participantes foram deslocadas dos protocolos individuais para um protocolo geral e foram agrupadas em torno da pergunta que deu origem à resposta.

Esses dados são analisados nos próximos capítulos, juntamente com a fundamentação teórica.

3 A PROTEÇÃO DOS DESLOCADOS AMBIENTAIS

Pela sua própria essência, o homem não nasceu para viver isolado, portanto sempre procurou um lugar para morar, onde pudesse se abrigar e viver em grupo. Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., na sua obra política, traz uma explicação que se tornou clássica: “O homem é por natureza um animal político. Porém, não basta para o homem somente viver em comunidade, ele precisa viver bem, ele precisa sobreviver.”¹³

O homem migra do seu lugar de origem por diversos fatores, dentre eles, pode-se citar os econômicos, políticos e culturais e ambientais. Jansen, citado por Peixoto, ao referir-se à migração, assim entende:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso em que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante.¹⁴

Sob qualquer aspecto que envolva as sociedades humanas, percebe-se que a mobilidade humana sempre caracterizou a vida dos humanos. Porém, devido ao fato de grandes devastações e tragédias ambientais provocadas pelo homem, cada vez mais o número de pessoas que terão que sair compulsoriamente das suas casas por tragédias ambientais, irão aumentar.

As questões ambientais vêm refletindo de forma expressiva nas condições de sobrevivência dos seres humanos, provocando o deslocamento de populações, como ocorreu após a destruição atômica em Hiroshima e Nagasaki, no Japão, em 1945, a explosão de um reator na usina de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, derramamentos de óleo no mar do Alasca, em 1989, vazamento de gases tóxicos em Bhopal, na Índia, em 1984, considerado o pior acidente químico da história entre outros. No Brasil, houve o acidente causado pela contaminação propagada pelo material radioativo Césio 137, Goiânia (GO), em setembro de 1987; em novembro de 2011, foi a

¹³ ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: UnB, 1997. Política – Livro I, p. 11

¹⁴ PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas”, SOCIUS Working papers, nº 11, Lisboa, ISEG. 2004. <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2010/199A.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

vez de o petróleo causar estragos ambientais sérios na Bacia de Campos, na região Norte do estado do Rio de Janeiro; o mais recente foi o desastre ocorrido no município de Mariana-MG. Todos esses trágicos desastres ambientais citados, entre outros tantos, foram provocados pela mão do homem.

Como observou Teixeira, a concepção de dominação humana, a visão de que os recursos ambientais estão disponíveis em função dos seres humanos, representou a maneira como o homem entendeu e percebeu a natureza, e foi paradigma orientador durante milênios, especialmente no Ocidente, e ainda está presente no mundo contemporâneo. Trata-se de concepção que, além de insustentável, pode fazer a humanidade caminhar rumo ao ecocídio.¹⁵

Existem ainda inúmeras dificuldades e implicações causadas em casos de deslocamento compulsório por tragédias ambientais - como o que ocorreu após a tragédia da Barragem de Fundão se romper - ou por deslocamento por mudanças climáticas devido ao fato de que existem muitas tipologias referentes ao mesmo assunto, tanto é que a própria Organização Internacional da Migração (IOM) do Programa de Nações Unidas para o meio ambiente (PNUMA) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) tem demonstrado interesse no conceito, patrocinando inúmeras iniciativas.

Percebe-se que segundo dados mundiais, a tendência é que surgiam cada vez mais deslocados ambientais em razão de mudança em seu ambiente natural, seja por desastres ambientais como aconteceu em Mariana, seja por causas naturais como secas, inundações, tempestades etc., fazendo com que ocorram grandes transformações tanto de ordem ambiental, quanto econômicas, sociais ou culturais.

Os problemas do deslocamento ambiental devido a desastres no meio ambiente, apesar de envolver inúmeras circunstâncias, estão sendo relegados a segundo plano, à espera de uma terminologia mais adequada. Já foram milhares de pessoas que tiveram que deixar tudo para trás:

Calcula-se que existam hoje 50 milhões de pessoas obrigadas a deixar suas casas por problemas decorrentes de desastres naturais ou mudanças climáticas. Enquanto alguns especialistas propõem que o termo seja aplicado a todos que perderam seus lares devido a alterações do meio ambiente, outros acreditam que o melhor é fazer a distinção entre quem se desloca dentro do próprio país e os que são obrigados a cruzar fronteiras internacionais. Caso se concretizem as previsões de elevação do nível dos oceanos, também há o risco de algumas nações desaparecerem. Estimativas da ONU indicam que, em 2050, o número de refugiados ambientais estará entre 250 milhões e 1 bilhão de seres humanos.¹⁶

¹⁵ TEIXEIRA, Orci Paulino Bretanha. **A fundamentação ética do estado socioambiental**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2013. p. 25.

¹⁶ MIGRAÇÃO. Disponível em: <origin.veja.abril.com.br/tag/migração>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Segundo a Agência da ONU para refugiados (ACNUR), o termo migração é comumente compreendido como um processo voluntário e que não pode ser utilizado como sinônimo de refugiado, pois há uma diferença legal crucial entre os dois. Enquanto os refugiados são pessoas que estão fora de seus países de origem, por temores de perseguição política e/ou religiosa, por violências ou outras circunstâncias que perturbam a ordem pública e por isso precisam de proteção internacional, pois as circunstâncias frequentemente são extremamente perigosas para o retorno aos seus países de origem e potencialmente fatais para as suas vidas, a migração pode ser entendida como um processo de cruzar fronteiras em busca de melhores oportunidades econômicas.¹⁷

Para a ONU, os refugiados têm um refúgio institucionalizado que lhes garante “proteção internacional dos refugiados”, reconhecida inclusive no art. 14 da Declaração dos Direitos Humanos, o qual afirma o direito de toda e qualquer pessoa de buscar refúgio.

A Convenção da ONU, de 1951, editou o Estatuto dos Refugiados, dando proteção e tratamento aos refugiados, com padrão internacional, incorporando valores humanitários fundamentais, sendo considerado um marco da humanidade.

Segundo a ONU, os fatores que levam os indivíduos a migrar são complexos e envolvem causas multifacetadas:

Migrantes podem deslocar-se para melhorar suas condições de vida por meio de melhores empregos ou, em alguns casos, por educação, reuniões familiares, ou outras razões. Eles também podem migrar para aliviar dificuldades significativas ocasionadas por desastres naturais, pela fome ou de extrema pobreza.¹⁸

Segundo Lopes, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção) não foi redigida tendo em mente as pessoas deslocadas do ponto de vista ambiental, nem pode ser razoavelmente interpretada como incluindo essas pessoas, isso porque o termo refugiado é usado para definir quem tem temor de perseguição e nos problemas ambientais, e nos casos dos deslocados ambientais não há perseguição nem política nem religiosa - não há perseguição do Estado - ao contrário, as vítimas de perseguição que fogem desastre ambiental podem, na maioria dos casos, solicitar apoio para o seu próprio governo:¹⁹

¹⁷REFUGIADOS e migrantes: perguntas frequentes. 22 mar. 2016 Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ LOPEZ, Aurelie. The protection of environmentally displaced persons in international law. **Environmental Law**, v. 37, n. 2, p. 365-409, Spring 2007. Disponível em: <http://archives.cerium.ca/IMG/pdf/THE_PROTECTION_OF_ENVIRONMENTALLYDISPLACED_PERSONS_IN_INTERNATIONAL_LAW.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

Os refugiados se distinguem pelo fato de que não têm a proteção de seu estado e, portanto, olham para a comunidade internacional para lhes proporcionar segurança. Por outro lado, as pessoas deslocadas do ponto de vista ambiental podem normalmente contar com a proteção do seu Estado, mesmo que estejam limitadas na sua capacidade de lhes proporcionar assistência de emergência ou assistência de reconstrução a mais longo prazo.²⁰

Não é possível encontrar proteção jurídica para os migrantes ambientais dentro do Estatuto dos Refugiados, tampouco se usa o termo refugiado ambiental para pessoas que são obrigadas a deixarem as suas casas por desastre ambiental. Existe entre diversos estudiosos uma lacuna para definir o grupo dos migrantes ambientais bem como uma dificuldade para regulamentar essa forma de migração.

Segundo Jubilut, o termo refugiado ambiental foi usado em 1985 pela primeira vez, mas, após a desertificação acentuada da África e com o tsunami na Ásia e com o terremoto no Paquistão e o furacão Katrina nos Estados Unidos, houve uma pressão mais intensa para que essas pessoas fossem protegidas pelo sistema do Direito Internacional dos Refugiados. A autora cita, ainda, as causas principais dos refúgios ambientais, segundo Karla Hatrick: a degradação da terra agriculturável, os desastres ambientais, a destruição de ambientes pela guerra, o deslocamento involuntário na forma de reassentamento e as mudanças climáticas. Os refugiados ambientais são pessoas que fugiram das suas casas por causa da mudança climática. Segundo a autora, o enquadramento legal dessas pessoas como refugiados pode ser difícil, porém essa deve ser a pauta das discussões internacionais, tendo em vista que, segundo a ONU, até 2050 existirão cerca de 150 milhões de pessoas na condição de refugiados ambientais.²¹

Os debates sobre as ligações entre degradação ambiental e migração forçada leva ao surgimento de uma série de termos contestados tais como: refugiado, refugiado climático, migrante forçado ambiental, ambiental, migrante motivado, refugiado de clima, refugiado de mudança de clima, deslocado ambiental, refugiado de desastres, deslocados ambientais, eco refugiados, deslocados ecológicos entre outros.

Conforme Ouchom, os conceitos para se referir as pessoas deslocadas por causas ambientais, melhor conhecido como "refugiados" e "deslocados internos, têm diversas origens:

Quadro 1 - Definições e terminologias de pessoas deslocadas por diferentes analistas

Terminologia	Impulso da definição	Autor
--------------	----------------------	-------

²⁰ Ibid.

²¹ JUBILUT, Liliana Lyra. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007. p. 169.

Pessoas deslocadas	Termo genérico empregado para refugiados e PDI que fogem do seu local habitual de residência devido a perseguição, conflito armado ou violência	Crisp (2000)
Refugiado	Fugindo do medo e da perseguição do país de origem Ênfase na passagem de uma fronteira internacional e consequentemente proteção não fornecida pelo país de origem	ACNUR (2006) McGregor (1993)
<i>Refugiados ambientais</i> Nota: Os críticos (Saunders, 2000; Kibreab, 1994) questionam a separação de categorias sobrepostas e inter-relacionadas	Requerente inicial do termo que ele popularizou na década de 1970 e ganhou destaque em uma oficina 1984 IIED. Pessoas que fogem do habitat tradicional devido a uma marcada perturbação ambiental que põe em perigo a sua existência e / ou que afeta seriamente a qualidade de vida Invenção dos decisores políticos do Norte para restringir as leis e procedimentos de asilo para despolitizar as causas do deslocamento; originado pelo PNUMA (trabalho de ie El-Hinnawi) para colocar a carga na agência das Nações Unidas localizado no Sul com o serviço principal para a África, não do Norte Vítimas de catástrofes ambientais resultantes das alterações climáticas, deflorestação e desertificação	Brown (1970s); IIED (1984) El-Hinnawi (1985), Jacobson (1988) Kibreab (1997: 21) Myers (1993abc)
<i>Migrantes ambientais</i>	Migrantes voluntários que saem devido a um problema ambiental Utilizado para definir aqueles <i>ambientalmente motivado e</i> antecipando o pior; aqueles <i>ambientalmente forçado</i> a evitar o pior; e <i>refugiados ambientais</i> fugindo do pior	King (2006) Borgadi (2007)
<i>Refugiados ambientais versus migrantes</i>	Abundantes tipologias de cada um com pouco acordo sobre o que cada categoria realmente significa	Preto (2001)
<i>Deslocados do meio ambiente</i>	Forçado por condições ambientais adversas para sair	King (2006)
<i>Migrantes induzidos por eventos</i>	Migrantes induzidos por catástrofes e induzidos pelo desenvolvimento	Crisp (2000)
<i>Pessoas deslocadas internamente (IDPs)</i>	Pessoas forçadas a fugir ou a deixar suas casas ou residência habitual, mas que não tenham atravessado uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida	OHCHR (1998)

Fonte²²

Para ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), Órgão das Nações Unidas, criado pela Assembleia Geral da ONU, em 1950, o conceito de migração forçada serve para conceituar o homem que migra para um país que não o de sua nacionalidade ou residência por causas alheias à sua vontade. A origem destas causas pode ser econômica, política, social,

²² OUCHO, John O. **Environmental impact of refugees and internally displaced persons in Sub-Saharan Africa**. https://www.warwick.ac.uk/fac/soc/crer/research/mariecurie/afrobrain/oucho/publications/environmental_impact_of_refugees_and_internally_displaced_persons_in_sub.doc. Disponível em: Acesso em: 10 jul. 2016.

desastres naturais ou busca de sobrevivência. A Igreja denomina a estes migrantes de "refugiados de fato".²³

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) entende que migração é o deslocamento forçado de uma pessoa de seu lugar ou país, geralmente em decorrência de conflitos armados e desastres naturais" A OIM diferencia deslocamento externo e interno. O termo deslocamento externo é usado para as pessoas que tiveram que abandonar seus países em decorrência de perseguição, violência generalizada, violação massiva de direitos humanos, conflitos armados ou outras situações desta natureza, enquanto o termo deslocado interno serve para identificar pessoas ou grupo de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou deixar seu lugar ou sua residência.²⁴

Mattar, ao citar Biermann e Boas, identifica os fatores característicos dos migrantes ambientais, quais sejam: são incapazes de retornar às suas casas, são suscetíveis de migrar em grandes números e coletivamente, são previsíveis, uma vez que a necessidade de se deslocar como resultado de impactos ambientais em determinadas áreas é evidente e têm o direito moral de assistência em relação aos países industrializados, historicamente emissores de gases de efeito estufa. Ainda, segundo Mattar, nos cenários mais extremos, os deslocados ambientais encontram-se em situações consideradas, de certa forma, mais desesperadoras do que as enfrentadas pelos refugiados, uma vez que a possibilidade de retorno pode ser mínima ou inexistente e torna-se urgente definir as reais necessidades dessas pessoas em relação à proteção de seus direitos fundamentais.²⁵

No caso dos migrantes ambientais, não existe uma agência voltada especificamente à proteção dos deslocados internos. Considerando essa lacuna institucional, a Assembleia Geral da ONU solicitou, em 2005, ao Inter-Agency Standing Committee que elaborasse uma estratégia para a proteção dos deslocados internos. Como resposta a essa solicitação, o IASC estabeleceu uma abordagem conjunta de agências que o compõem distribuindo as competências quanto à proteção e assistência aos deslocados internos conforme a área de atuação de cada órgão. Ao ACNUR, foi atribuída a responsabilidade de proteção aos deslocados internos, apesar dessa categoria não estar inicialmente sob o abrigo do mandato dessa agência. Por permanecerem cidadãos ou residentes de

²³INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Glossário**. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=229&Itemid=1227>. Acesso em: 19 jul. 2016.

²⁴ CONCEITOS básicos de migração segundo a Organização Internacional para as Migrações – OIM. Disponível em: <http://www.csem.org.br/pdfs/conceitos_basicos_de_migracao_segundo_a_oim.pdf>. Acesso: 2016.

²⁵ MATTAR, Marina Rocchi Martins. **Migrações ambientais, direitos humanos e o caso dos pequenos países insulares**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

seus próprios países, os deslocados ambientais são protegidos por todas as garantias de direitos humanos vinculantes ao Estado em questão, disponíveis para a população em geral. Todavia, é ainda duvidosa a capacidade dos Estados mais afetados pelas alterações ambientais de garantir tal proteção e implementar os Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos, sobretudo aqueles com governança e estruturas da sociedade civil fracas e/ou onde não há interesse político para implementá-los.²⁶

Para Sparemberger, tanto a migração permanente quanto a temporária são uma estratégia de sobrevivência das pessoas que se veem confrontadas com algum impacto e com as consequências dos desastres ambientais e elas muitas vezes exacerbam a vulnerabilidade de populações inteiras, intensificando os seus impactos. Os deslocamentos são forçados e inevitáveis por não haver quaisquer condições de sobrevivência no local atingido.²⁷

Segundo Bühring, um artigo escrito para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no ano 62, foi o responsável por popularizar o termo “refugiados ambientais” e Janos Bogardi também definiu como refugiados:

[...] aquelas pessoas que foram forçadas a abandonar o seu habitat tradicional, de forma temporária ou permanente, por causa de uma evidente perturbação ambiental (natural e/ou acionada por pessoas), que ameaça a sua existência e/ou afeta gravemente a qualidade da sua vida.²⁸

Conforme Bühring, há uma série de definições técnicas sugeridas por especialistas, mas ainda não há uma definição legal. A mais conhecida foi proposta por Essam El-Hinnawi em 1985, que atuava na época para o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente):

Todos os inúmeros acordos e convenções que foram realizados, em nenhum momento, expressaram a intenção de amparar às pessoas deslocadas ou que precisam migrar, por causas ambientais. O que se percebe hoje, é que as Guerras e conflitos, tanto religiosos como raciais, já não são mais os únicos motivos para migrações, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), cuja “mudanças climáticas farão 50 milhões de pessoas mudar de casa até 2020.”²⁹

Pereira não concorda com a não utilização do termo refugiado para pessoas que precisam se deslocar forçosamente, abandonando sua moradia devido as mudanças ambientais e climáticas que ameaçam suas vidas. O autor entende que existe uma lacuna no direito internacional dos

²⁶ MATTAR, 2012.

²⁷ SPAREMBERGER Raquel Fabiana; VERGANI, Vanessa. Migração, vulnerabilidade e (in) justiça ambiental: desafios e perspectivas 2. *Revista do Direito UNISC*, Santa Cruz do Sul, n. 33, p. 130-147, jan./jun. 2010.

²⁸ BÜHRING, Marcia Andrea. **O (des) amparo aos refugiados e aos “novos refugiados”: os ambientais**. In: TEMAS de direito ambiental. Porto Alegre: Editora Fi, 2015. p. 181

²⁹ Ibid., p. 208.

direitos humanos sobre a quem cabe proteger pessoas desamparadas. Segundo a autora, um grande exemplo do chamado refúgio ambiental na América Latina é ligado aos problemas dos haitianos, os quais são vítimas de catástrofes ambientais que os fizeram buscar amparo humanitário nos países sul-americanos:

Apesar de não se enquadrarem no conceito de refugiado, a Alta Comissária das Nações Unidas para Refugiados, Antônio Guterres, e a Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH), Navanethem Pillay, realizaram um comunicado, apelando aos países que não retornassem os haitianos contra vontade deles, evocando o Parecer Consultivo nº 18 da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a Condição Jurídica e os Direitos dos Migrantes Indocumentados, onde a Corte expressa que o *jus cogens* internacional atual não tem limitado os tratados. Assim, mais de 2 milhões de pessoas afetadas por desastres naturais foram beneficiadas pelas intervenções feitas pelo ACNUR.³⁰

Muito embora haja tantas pessoas deslocadas por eventos ambientais, percebe-se que elas pouco recebem reconhecimento formal na lei ou política internacional já que para nomeá-las existem uma diversidade terminológica. Porém, o grande cerne da questão é saber até que ponto as pessoas que são desarraigadas por uma catástrofe ambiental – temporariamente ou permanentemente – terão que ter assistência e que tipo de assistência e qual a proteção que elas devem receber. Ainda, discute-se a proteção dada pelo regime internacional dos refugiados deveria ser dada para os refugiados ambientais.

Pelos indicadores o aquecimento global é uma realidade que está subindo a uma velocidade incrível e, infelizmente, os deslocamentos por motivos ambientais, até em zonas que não são endêmicas em catástrofes naturais, só irá aumentar, o que vai demandar que os países estejam prontos para poder atender às necessidades dessas pessoas, que são iguais às que fogem da guerra.

Exemplo disso, podemos citar os casos dos haitianos que vêm chegando no Brasil desde 2010, após o terremoto que abalou o Haiti. No Brasil, existe possibilidade de proteger essas pessoas que, embora não se enquadrem no conceito de refugiado da Convenção de 1951. Isso se dá por meio da concessão de um visto de residência por questões humanitárias. Essa possibilidade surgiu através da Resolução Recomendada nº 8, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), de dezembro de 2006, a qual foi acatada pelo CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), em março de 2017. A Resolução permite que os casos que não se enquadram nos requisitos de elegibilidade previstos na Lei 9.474/97 (lei que define mecanismos para a implementação do

³⁰ PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos humanos e a hospitalidade:** a promoção internacional para apátridas e refugiados. São Paulo: Atlas, 2014. p. 34.

Estatuto dos Refugiados de 1951), mas que, por motivos humanitários, deve ser permitida a concessão de autorização de permanência legal no Brasil.³¹

Importante destacar, segundo Soares, que não há qualquer obrigação internacional de concessão de visto de permanência por questões humanitárias, pois ela é uma questão que depende da vontade dos Estados, porém, o Brasil concordou com a concessão dos vistos devido as solicitações da ONU, dada a situação do Haiti (a ONU pede que governos não deportem os haitianos).³²

O problema em não se ter uma única terminologia para os casos de pessoas que são obrigadas a se deslocarem por motivos ambientais, interferem também nos cálculos dos números de migrantes climáticos/ refugiados/ atingidos, segundo estimativas proeminentes:

- A Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC) estimou em 2001, pela primeira vez o número de refugiados ambientais excedeu aqueles deslocados pela guerra.
- O ACNUR (2002: 12) estimou que havia aproximadamente 24 milhões de pessoas ao redor do mundo que fugiram por causa de inundações, fome e outros fatores ambientais.
- El-Hinnawi estima que já existem cerca de 30 milhões de refugiados ambientais, enquanto
- Diretor do PNUMA, Klaus Toepfer prevê que haverá 50 milhões até o final de 2010 e o IPCC prevê 150 milhões de refugiados ambientais em 2050 - equivalente a 1,5% da população global prevista de 20 mil milhões de dólares era de 10 bilhões.
- A Declaração de Almeria (1994) observou que 135 milhões de pessoas poderiam estar em risco de serem deslocadas como consequência da desertificação severa.
- Myers, que em 1993 previu 150 milhões de refugiados ambientais, agora acredita que o impacto do aquecimento global poderia potencialmente deslocar 200 milhões de pessoas (Myers, 2005).
- The Stern Review, encomendado pelo Tesouro do Reino Unido, concorda que é provável que possa haver 200 milhões deslocados até 2050 (Stern 2006).
- Nicholls (2004) sugeriu que entre 50 e 200 milhões de pessoas poderiam ser deslocadas por mudanças climáticas até 2080.
- Amigos da Terra (2007: 10) preveem refugiados climáticos em 200 milhões no mundo - e um milhão de pequenos estados insulares - até 2050.
- O PNUMA argumenta que até 2060 poderia haver 50 milhões de refugiados ambientais na África sozinhos.
- Mais apoliticamente, Christian Aid postulou que um bilhão de pessoas poderiam ser Deslocadas permanentemente em 2050 - 250 milhões por fenômenos relacionados às mudanças climáticas como secas, inundações e furacões e 645 milhões por barragens e outros projetos de desenvolvimento
- (Christian Aid 2007).³³

³¹ SOARES, Carina de Oliveira et al. **Tratados internacionais, direitos fundamentais, humanos e difusos: os estados contra o bem viver de suas populações**. São Paulo: Insular, 2016. p. 97.

³² Ibid., p. 98.

³³ KOLMANNSSKOG, Vikram; TREBBI, Lisetta. Climate change, natural disasters and displacement: a multi-track approach to filling the protection gaps. **International Review of the Red Cross**, v. 92, n. 879, sept. 2010. <<https://www.icrc.org/fre/assets/files/review/2010/irrc-879-kolmannskog-trebbi.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Percebe-se que, por não existir uma terminologia comum, e por não existir uma coesão entre analistas e profissionais que se dedicam ao estudo da migração forçada por motivos ambientais, não há proteção jurídica para os mesmos, pois sequer há um único mapeamento de potenciais deslocados ambientais. A importância de ter uma maior proteção jurídica para os deslocados ambientais, ou seja, para aqueles que são obrigados a migrarem porque seus meios de subsistência são insustentáveis, seja pela proliferação de catástrofes naturais, seja pela degradação irreversível dos recursos ambientais ou ainda por catástrofe provocada pelo homem, como no caso da Barragem de Fundão, constitui um desafio político muito importante pois existem complexos e multivariados processos - ambientais, políticos, sociais e econômicos - que envolvem o problema do deslocamento ambiental.

Para Marshall, ao citar Gaim Kibreab, sugere que o conceito de "refugiados ambientais" pode estar ligado à agenda de alguns políticos do Norte Global que buscam restringir ainda mais as leis e procedimentos de asilo e que para despolitizar as causas do deslocamento foi inventado o termo refugiados a fim de fazer com que estados se abstenham de fornecer asilo. Segundo a autora, o termo refugiado ainda é predominante, pois como Kibreab sugere, ele pode ser usado para limitar proteções, mas talvez também porque o estatuto de refugiado detém um peso substancial na lei e na política internacional devido às suas associações com um abrangente conjunto de direitos especiais e proteções.³⁴

A autora ainda alerta que o termo "refugiado ambiental" pode levar a confusão jurídica e política sobre os direitos oferecidos às pessoas deslocadas do meio ambiente:

Isto pode levar a uma noção de pessoas deslocadas no ambiente onde a natureza multifacetada deste tipo de deslocamento é problemática desmoronada em um que só é capaz de compreender uma pequena parcela dos deslocados ambientais: aqueles que são migrantes transfronteiriços e isso é bastante problemático porque a grande maioria das pessoas deslocadas por razões ambientais não querem, ou não são capazes de deixar seus países de origem. Ao tentar criar uma ligação entre os migrantes e refugiados ambientais, só é tornada mais clara que mesmo que os povos deslocados por razões ambientais foram incluídos no âmbito da Convenção dos Refugiados de 1951, mais da metade seriam deixados sem proteção suficiente.³⁵

Bühring, destaca ainda que, tanto a nível nacional ou internacional, não existe amparo para os refugiados ambientais da mesma forma que existe para os demais refugiados amparados pela Convenção de 1951, o qual considera que refugiados são as pessoas que se encontram fora do seu

³⁴ MARSHAL, Nicole. **Políticas de deslocamento ambiental:** uma abordagem de quatro categorias para definir pessoas deslocadas do meio ambiente. Disponível em: <<https://refugeereview2.wordpress.com/articles/politicizing-environmental-displacement-a-four-category-approach-to-defining-environmentally-displaced-people-by-nicole-marshall/>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

³⁵ MARSHAL, 2016, p. 17

país, por fundado temor de perseguição devido a raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais e que não podem ou não queiram voltar para casa.³⁶

Até pouco tempo atrás era usual falar que no Brasil estaríamos sempre salvos dos desastres ambientais, porém, devido as transformações que o homem vem provocado no meio ambiente, cada vez mais estamos sendo expostos a enchentes, deslizamentos de terras e tantos outros problemas ambientais. Prova disso é o que podemos observar nos dados da Defesa Civil, o qual no período de 1 ano, entre junho de 2016 e junho de 2017, registrou centenas de eventos, tais como:

³⁶ BÜHRING, Marcia Andrea. **Mobilidade, fronteira e direito à saúde**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016b. p. 55.

Quadro 2 - Dados da Defesa Civil

ESTADO	EVENTOS	DESASTRE
Acre	12	Estiagem e inundações
Alagoas	116	Seca, estiagem
Amazonas	31	Inundações, chuvas intensas, deslizamentos, erosão, corrida de massa/solo/lama
Amapá	06	Erosão, inundação, tempestade local, chuvas intensas
Bahia	355	Seca, estiagem, enxurradas, inundações e tempestade
Ceará	243	Seca e estiagem
Distrito Federal	01	Estiagem
Espírito Santo	39	Enxurrada, estiagem, quedas, tombamentos, doenças infecciosas
Goiás	05	Inundações, alagamentos, tempestade local/convectiva- chuvas intensas
Maranhão	21	Estiagem, enxurradas
Minas Gerais	292	Estiagem, seca, enxurrada, tempestade/convectiva, corridas de massa, doenças infecciosas.
Mato Grosso do Sul	07	Tempestade local/convectiva, chuvas intensas
Pará	26	Inundações, enxurradas, alagamentos, erosão costeira/Marinha, doenças infecciosas.
Paraíba	393	Estiagem
Pernambuco	252	Estiagem
Piauí	174	Estiagem
Paraná	14	Enxurradas, tempestade local/convectiva (vendaval, granizo), ciclone/marés tempestade
Rio de Janeiro	01	Tempestade local/convectiva 9 (chuva intensa)
Rio Grande do Norte	306	Seca
Rondônia	-	-
Roraima	-	-
Rio Grande do Sul	82	Inundação, enxurrada, ciclone/marés, tempestade (ressacas), tempestade local convectiva (chuva intensa, vendaval, granizo)
Santa Catarina	25	Deslizamento, enxurrada, tempestade local/convectiva (granizo, vendaval), ciclone /marés de tempestade.
Sergipe	49	Estiagem, seca
São Paulo	25	Inundações, enxurradas, tempestade convectiva (chuva intensa).
Tocantins	02	Estiagem

Fonte:³⁷

³⁷ DEFESA Civil aprimora assistência a regiões atingidas por desastres naturais: mudanças garantem mais agilidade a processos de trabalho, que agora também podem ser acompanhados pela sociedade. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/guest/area-de-imprensa/todas-as-noticias/-/asset_publisher/YEkzzDUSRvZi/content/defesa-civil-aprimora-assistencia-a-estados-e-municipios-atingidos-por-desastres?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.mi.gov.br%2Fweb%2Fguest%2Farea-de-imprensa%2Ftodas-as-noticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_YEkzzDUSRvZi%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D3>. Acesso em: 20 jun. de 2017.

Os desastres naturais no nosso país, tais como inundações, secas, ciclones e tufões estão crescendo cada dia mais e afetam a vida de muitas pessoas como podemos ver no gráfico acima, onde não só produzem vítimas humanas, vítimas animais, mas também produzem a destruição do habitat natural, poluição atmosférica.

Embora os desastres naturais ocorram em todos os lugares do mundo, seu impacto é muito mais relevante sobre as pessoas que vivem em um país como o Brasil e em outros países que enfrentam enormes desigualdades sociais. O impacto nesses lugares geralmente é calamitoso, pois não só estragam a terra como também prejudicam o cotidiano das pessoas afetadas, aumentando ainda mais a vulnerabilidade das pessoas atingidas. Um país desenvolvido geralmente está melhor preparado para lidar com o impacto das catástrofes, bem como as suas consequências. Nos países como o nosso, o que ocorre após um desastre, geralmente, é o aumento do ciclo de pobreza, pois os atingidos não têm os recursos para reconstruir as suas casas e satisfazer as necessidades básicas, tornando-as menos capazes de se recuperar a longo prazo. Como consequência maior, quando percebem que não vão conseguir se reerguer, muitos vão embora das suas terras, deixando tudo para trás, e migram em busca de uma vida digna.

A quantidade de desastres ambientais que vem ocorrendo sugere que várias medidas de mitigação devem ser amplamente debatidas entre governos e instituições, com uma visão holística sobre o assunto, com políticas públicas de segurança humanitária, para que as tomadas de decisões sobre o futuro dos deslocados ambientais sejam realmente eficazes e tragam como resposta a forma de se garantir a proteção dos direitos humanos das vítimas desses desastres.

O que é possível perceber que muito longe da preocupação humanitária, o que está em jogo são as políticas econômicas que envolvem a questão das migrações, tanto é que diversos países não querem usar o termo de refugiados ambientais devido ao pedido de asilo para refúgios que até então eram para problemas políticos e sociais. Ainda existe uma complexidade de fatores que envolvem os movimentos populacionais por questões ambientais e ignorar a existência dos migrantes ou deslocados ambientais porque não há um modo institucionalizado de tratá-los, é colocar em segundo plano uma questão latente que diz respeito aos direitos humanos fundamentais.

Embora na literatura específica existam termos diferenciados para tratar de deslocamento de pessoas por desastres ambientais, ora denominados *migrantes ambientais*, refugiados ambientais e *deslocados ambientais*, adotamos para esse caso e neste trabalho, o termo *deslocado ambiental*.

4 CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG

No dia 05 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de minério de ferro, conhecida como Fundão, pertencente à empresa Samarco, controlada por duas das maiores mineradoras do mundo – a brasileira Vale e a anglo-australiana bhp Billitonum - provocou um “tsunami” de lama, após romper-se. Povoações inteiras foram arrasadas, campos e rios foram contaminados, e pelo menos duas dezenas de pessoas morreram, naquele que se configura como o maior desastre ambiental do Brasil.

A empresa está localizada na cidade de Mariana/Mg, e faz limite com os municípios de Ouro Preto, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Acaiaca, Piranga, Catas Altas e Alvinópolis. Tem distância de cerca de 12 km de Ouro Preto e 110 km de Belo Horizonte. Possui cerca de 58 mil habitantes e a extração do minério de ferro é a principal atividade industrial do município, forte geradora de empregos e receita pública.³⁸

A lama de rejeitos da Samarco contaminou os rios Gualaxo do Norte e do Carmo, em Minas Gerais, e Doce no Espírito Santo e Minas Gerais, chegando ao mar em Regência, Linhares.³⁹ A lama atingiu 39 municípios.⁴⁰

O impacto de um desastre, segundo Carvalho, tanto climatológico extremo ou industrial, em áreas vulneráveis, redundando em irreversibilidades de vidas e ecossistemas e representa, dependendo da sua gravidade, a impossibilidade das futuras gerações poderem usufruir de um bem de uso comum. Segundo o autor, os desastres precisam ser vistos como uma forma de suplantação dos direitos sociais e políticos do homem, bem como forma de desrespeito a natureza.⁴¹

Para Carvalho, os desastres ambientais são um dos problemas mais sérios de segunda geração. Durante muitas décadas acreditava-se que o Brasil fosse um país imune aos desastres, e, em consequência, que o seu estudo fosse desnecessário por muitas áreas do conhecimento, porém, após vários acontecimentos, com perdas de vidas humanas, prejuízos econômicos, exposição

³⁸ MARIANA (Município). **Dados demográficos**. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/dados-demograficos>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

³⁹ ALVES, Brunela. **19 áreas do ES entram na lista das atingidas pela Samarco**. 01 abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/19-areas-do-es-entram-na-lista-das-atingidas-pela-samarco.ghtml>>. Acesso em: 25 out. 2017.

⁴⁰ PREFEITOS de cidades atingidas por lama da Samarco discutem saída para crise. 01 set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/prefeitos-de-cidades-atingidas-por-lama-da-samarco-discutem-saidas-para-crise.ghtml>>. Acesso em: 25 out. 2017.

⁴¹ CARVALHO, Delton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. **Direito dos desastres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. p. 19.

humana e ecossistêmica a riscos, passou -se achar necessário o estudo dos desastres, a fim de compreendê-los, prevê-los e mitigá-los.⁴²

Conforme terminologia da Estratégia Internacional de Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas (EIRD ONU), responsável por padronizar as discussões acerca do assunto, desastre é uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade causando uma grande quantidade de mortes, bem como perdas e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de fazer frente à situação mediante o uso de seus próprios recursos.⁴³

A forma como os danos são sentidos por cada um dos atingidos, pode se dar de maneira diferente, conforme foram direto e indiretamente atingidos, a depender também da vulnerabilidade de cada um, o que coloca o problema do desastre em Mariana/MG, como um problema socioambiental.

Nesse sentido, este capítulo fará uma abordagem transdisciplinar para entender a magnitude do desastre na vida dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, tendo em vista que a maioria dos desastres ambientais provocam perturbações não só na área ambiental, mas também na esfera social, perdas dos meios de subsistência, perdas de vidas humanas e de animais.

A fim de integrar as dimensões ambientais, econômicas, sociais como integrantes de um todo, responsáveis pelo bem-estar do homem, enquanto ser social, foi feita uma análise de conteúdo dos dados levantados na cidade de Mariana/MG, a partir de uma entrevista semiestruturada, com o objetivo de realizar uma análise reflexiva de como o meio ambiente interferiu nas estruturas sociais e econômicas das comunidades atingidas pelo mar lama.

4.1 CONSEQUENCIAS AMBIENTAIS

'O homem é parte da natureza e sua guerra contra a natureza é inevitavelmente uma guerra contra si mesmo... Temos pela frente um desafio como nunca a humanidade teve, de provar nossa maturidade e nosso domínio, não da natureza, mas de nós mesmos'.
(Rachel Carson- Primavera Silenciosa)

Por milhares de anos o homem foi considerado um nômade. Ele deslocava-se de um lugar para o outro em busca de caça, pesca e melhores pastagens para o seu gado. Assim que o alimento ficava escasso, os nômades, sem se importarem com fronteiras, iam em busca de novos lugares para morar.

⁴² CARVALHO, DAMACENA, 2013, p. 16.

⁴³ SANTOS. Juliana Frandaloze Alves dos. A redução de vulnerabilidades como estratégia no enfrentamento de desastres. **Razón y Palabra**, v. 19, n. 3, p. 170-186, 2015. Disponível em: <<http://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/85/141>>. Acesso em: 2017. p. 171.

O homem nômade evoluiu quando descobriu que a natureza poderia fornecer-lhe alimentos através do cultivo da semente. A descoberta da agricultura e a domesticação dos animais fez com que aos poucos o homem fosse abandonando o nomadismo. Por meio do cultivo da semente ele descobriu que poderia ter mais do que necessitaria para a sua própria alimentação.

A descoberta da agricultura foi revolucionária porque mudou o comportamento de povos e de gerações, pois o homem passou da fase de nômade para a de sedentário. Ao fixar moradia, surgem pequenos aglomerados urbanos com posterior surgimento das primeiras cidades.

As primeiras cidades desenvolveram-se primariamente em torno de corpos de água doce, tais como rios e/ou lagos. Antigas civilizações observaram que vales fluviais de clima quente apresentavam várias - e ótimas - condições para a criação de um assentamento permanente. Em suas remotas origens, o que hoje chamamos de cidades, foram sendo idealizadas e estruturadas de acordo com as necessidades do homem viver em coletividade, conforme Munford:

Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais.⁴⁴

De lá para cá muita coisa mudou, mas algo possível de observar é a continuidade da dependência dos recursos naturais pelo homem. A relação entre o homem e o seu meio foi e é item de fundamental importância para a sobrevivência de todas as espécies. Entretanto, o mesmo homem que necessita da natureza para a sua sobrevivência é o responsável pela sua destruição. A origem dessa dicotomia é explicada por François Ost:

É desde a origem, desde a aparição da espécie humana, que o homem transforma a natureza. Como qualquer outra espécie natural, o homem, só pela sua presença, pesa sobre os ecossistemas que o abrigam; como qualquer outro ser vivo, o homem retira recursos para assegurar a sua sobrevivência e rejeita matérias usadas. Além disso, e ao contrário das outras espécies, o homem simboliza; não se contentando nunca em registrar o espetáculo da natureza, ele forja uma determinada representação desta, um conjunto de imagens que condicionarão os usos que se achará autorizado a fazer dela.⁴⁵

Segundo a filosofia grega, na sua origem, a natureza era integrada aos cosmos, ao Universo. Igualmente o mesmo sucedeu na Idade Média, quando o homem também se relacionava com a natureza de forma integrada. A modernidade rompeu a relação de intimidade entre o ser humano e o mundo, pois para o homem, segundo Descartes, os objetos naturais perderam o seu

⁴⁴ MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 11.

⁴⁵ OST, François. **A natureza à margem da lei**: a ecologia à prova do direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p. 31.

significado e passaram a ser considerados como algo que transcendesse sua mera industrialização. Ao longo da modernidade, a natureza é basicamente objeto a ser conhecido, dominado e explorado, reduzida a instrumental para as realizações das finalidades humanas.⁴⁶

Os problemas ecológicos foram sendo percebidos aos poucos, seja através de água contaminada, seja através de doenças de uma determinada população, de animais mortos por causas desconhecidas, desmoronamentos, alagamentos e de outros infindáveis problemas causados pelo desequilíbrio ecológico.

No final dos anos 60, vários problemas ambientais surgiram de forma mais acentuada, demonstrando a fragilidade do modelo de desenvolvimento da sociedade industrial, o qual era baseado na confiança de um crescimento ilimitado. Vários fatores concorreram para demonstrar que a forma como o homem estava se relacionando com a natureza levaria a um grande risco ecológico e colocaria a vida do homem em perigo:

A crise energética, o aumento da inflação e do desemprego não foram os únicos fatores a indicar a crise desse modelo. Concorrem numerosos outros fatores, como a incessante destruição dos recursos naturais, a desorganização dos territórios contíguos a áreas industriais, a explosão demográfica das áreas urbanas, a incapacidade de controle de resíduos, a perda de identidade da comunidade humana.⁴⁷

Pereira e Calgaro afirmam que o consumo desenfreado de um lado, favorece o desenvolvimento econômico da humanidade; mas, por outro lado, causa dano ao meio ambiente – poluição do ar, da água; destruição da camada de ozônio; aquecimento global. Se por um lado o progresso é importante à sociedade, para que haja um crescimento econômico, por outro lado, é gerador de miséria e de degradações ambientais:

O progresso tem seu preço, como tudo na vida, pois na forma como vem sendo explorado está destruindo o meio ambiente, enfim está destruindo o planeta Terra e a Natureza. Assim, o homem, em sua visão antropocêntrica, se acha dono e senhor da natureza, podendo dispor dela ao seu bel-prazer, sendo inimigo dele mesmo e não percebendo que a poluição e a destruição ecológica avançam em todas as direções, no ar, no solo, na água, nos alimentos e, principalmente, no homem, e manifesta-se em todos os âmbitos e sentidos, tanto sonoros, visuais, como na degradação da flora, nas agressões à fauna, nas lesões às paisagens e na deterioração do perfil urbanístico.⁴⁸

⁴⁶ BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira **Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. v. 1, p.172-173.

⁴⁷ Ibid., p. 174.

⁴⁸ PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide. Desenvolvimento sustentável e o consumocentrismo: o paradoxo da modernidade. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe (Org.). **Consumo na sociedade moderna: consequências jurídicas e ambientais** Caxias do Sul: Educs, 2016. p. 15. Disponível em: < https://www.uces.br/site/midia/arquivos/ebook-consumo-sociedade_3.pdf>. Acesso em: 2017. p. 33-34.

Teixeira e Saraiva expõe o problema do consumo nas sociedades ocidentais. Segundo os autores, o padrão global de consumo promete realização sociais caracterizados pela artificialidade. A disseminação da busca pelo prazer e satisfação pessoais, com base em uma racionalidade liberalindividualista, reconfigura mesmo a representação deontológica do humano, pois rompe com as bases de qualquer vinculação do humano com a natureza.⁴⁹

A fase de conscientização ambiental remonta há poucos anos, pois, as primeiras manifestações organizadas em defesa do meio ambiente surgiram no século XX, após a 2ª Guerra Mundial, quando o homem começou a tomar consciência de que poderia acabar definitivamente com o planeta e com todas as espécies. Foi nessa época que a humanidade começou a perceber que a proteção ao meio ambiente é um determinante de sua própria sobrevivência, pois, até então, as agressões contra ele eram as mais diversas possíveis.

Conforme, Pereira, Calgaro e Giron, os recursos naturais só começaram a ter relevância no momento que a raça humana tomou consciência que eles eram escassos e que eles são indispensáveis a sua sobrevivência no planeta. Nos anos 60, após uma série de movimentos sociais e ecológicos, o homem passa a analisar a árvore, não só como madeira, mas também como responsável por gerar vida. Passou-se a ver a paisagem como elementos contextuais da vida do próprio homem.⁵⁰

O ano de 72 foi um grande marco para o pensamento ambientalista, após o surgimento do estudo “Limites do crescimento”, do clube de Roma. No mesmo ano, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, foi destacada a importância de conciliar desenvolvimento econômico com recursos naturais, expressão conhecida como “desenvolvimento sustentável”, a qual foi introduzida no relatório de 1987 da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido também como Relatório de Brundtand. O texto, assim como Limites do Crescimento, concentrou-se na possibilidade de a indústria moderna estar esgotando seus insumos numa rápida velocidade e que isso não poderia ser mantido por muito mais tempo sem grandes mudanças. Segundo relatório, o crescimento econômico é necessário para prosperidade ao mundo em desenvolvimento, porém deveria se dar de forma sustentável.⁵¹

⁴⁹ TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; SARAIVA, BRUNO COZZA. O destino da humanidade como fatalidade: a crise ecológica como dessacralização do habitar-morar na Terra. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 2, p. 42-61, 2017. p. 46.

⁵⁰ PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; GIRON, Jerônimo. Direito ambiental, sustentabilidade e pós-modernidade: os paradigmas da reconstrução. In: O DIREITO ambiental e o biodireito: da modernidade à pós-modernidade. Caxias do Sul: Educs, 2008. p. 15.

⁵¹ GIDDENS, Anthony. **A política de mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 87.

O homem é o único que efetivamente desequilibra a natureza, porque explora mais do que é suficiente, ocupa locais não necessários e intervém onde não deve interferir. Ocorre que a degradação ambiental fere e sangra a natureza e, por consequência, o próprio homem é atingido⁵²

Conforme Enrique Leff, a década de 1980 foi marcada pelo avanço das políticas neoliberais, o que “limitou a intervenção do Estado na economia e, assim, deixou-se que os problemas ambientais fossem regulados pela economia”. A economia de mercado, como reguladora do equilíbrio ecológico e da degradação ambiental, cumpriu o papel de transformar a natureza em fornecedora de matérias-primas para a produção e o consumo.⁵³

Estamos no epicentro de uma crise de civilização, espiritual e de visão de mundo, o que nos mostra que a apropriação qualitativa e quantitativa do ambiente, é insustentável. Estamos com um empobrecimento progressivo, tanto em bens materiais como espirituais, reduzindo o ser humano a um ser despersonalizado, cujas as relações são mercantilizadas. Os sintomas da crise paradigmática, segundo Steigleder, podem ser assim descritos:

Por um lado, a conversão do progresso em acumulação capitalista transformou a natureza em mera condição de produção. Os limites desta transformação começam hoje a ser evidentes e os riscos e perversidades que acarreta, são alarmantes, bem demonstrado nos perigos cada vez mais iminentes de catástrofe ecológica. Por outro lado, sempre que o capitalismo teve que se confrontar com as suas endêmicas crises de acumulação, fê-lo ampliando a mercadorização da vida, estendendo-a a novos bens e serviços e as novas relações sociais e fazendo-a chegar a pontos do globo até então não integrados na economia mundial.⁵⁴

No modelo de capitalismo, segundo Souza, existe um crescimento econômico que gera problemas de ruptura do equilíbrio ecológico. Nesse sistema, a proteção ambiental não surge como medida à preservação da vida no planeta, mas como meio de garantir a continuidade da exploração econômica. Diante de tal modelo, o equilíbrio ecológico fica comprometido:

Ala necesidad económica dedisponer de una población em aumento, y a la creciente explotación productiva de la naturaleza, se oponen ciertos limites materiales: por um lado, el hecho de que los recursos son finitos (por ejemplo, la superficie terrestre acondicionable para la vida humana, la provisión de agua potable y de medios de alimentación; además, materias primas no renovables, como minerales y combustibles); por otro lado, sistemas ecológicos no reemplazables, que absorben residuos como desechos radioactivos, dióxido de carbono o calor.⁵⁵

⁵² RECH, Adir Ubaldio; RECH, Adivandro. **Zoneamento ambiental como plataforma de planejamento da sustentabilidade:** instrumentos de uma gestão ambiental, urbanística e agrária para o desenvolvimento sustentável. Caxias do Sul: Educ, 2012. p. 15.

⁵³ LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura:** racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. da FURB, 2000. p. 190-191.

⁵⁴ STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade civil ambiental:** as dimensões do dano ambiental no direito brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p.73.

⁵⁵ SOUZA, Leonardo Rocha de. **Direito ambiental e democracia deliberativa.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013b. p. 97.

Conforme Rech e Rech, não há como o homem viver em algum lugar diferente de sua própria natureza, pois é dependente dela, ligados a uma espécie de cordão umbilical que não pode ser cortado sob pena de morrer. Nesse contexto, utilizando-se dos ensinamentos de Ostu: ao beber um copo de água, não se bebem apenas a água, bebem-se todas as memórias da água e toda a história do planeta.⁵⁶

Um dos grandes desafios da atualidade é inserir a tutela ambiental entre os ramos protegidos pela ordem jurídica, haja vista que os recursos naturais estão se esvaindo muito rapidamente, dificultando assim a sobrevivência humana.⁵⁷

Percebe-se que em quase todas as grandes obras existentes, os riscos dos empreendimentos são poucos ou quase nunca difundidos:

Riesgo y vulnerabilidade no son considerados em el momento de la planificación y toma de decisiones, pero las consecuencias y problemas de esa imprevisión son siempre asumidos como costos sociales en los programas gubernamentales o por carga de solidaridad en la organizaciones sociales. Se presentan conflictos de alta complejidad para los que no hay soluciones disciplinarias ni sectoriales únicas capaces de resolverlos. Por lo tanto, es necesario construir escenarios de cooperación entre quienes tienen el conocimiento, los recursos, los valores y el interés de cambiar.⁵⁸

Embora nos dias atuais se tenha muito mais consciência ambiental, percebe-se que grandes problemas ambientais ainda estão latentes. Prova disso foi a tragédia que ocorreu no dia cinco de novembro de 2015, considerada como o pior acidente da mineração brasileira, no município de Mariana, em Minas Gerais. A tragédia ocorreu após o rompimento de uma barragem (Fundão) da mineradora Samarco, que é controlada pela Vale do Rio Doce e pela BHP Billiton.

Considerado por especialistas e pelo próprio governo federal como a “maior tragédia ambiental da história do Brasil”, o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, deixou um rastro de destruição e morte.⁵⁹

Dezenove pessoas foram identificadas como vítimas da tragédia. Cerca de 329 famílias foram desabrigadas pela lama em Mariana e região e estão morando em casas alugadas pela

⁵⁶ RECH, Adir Ubaldo; RECH, Adivandro. **Cidade sustentável, direito urbanístico e ambiental: instrumentos de planejamento**. Caxias do Sul: EducS, 2016. p. 51. “A água que bebemos hoje já foi chuva, rio e oceano. Já foi gelo na Era Glacial, sanue do Homem de Neanderthal e lavou as mãos de Pôncio Pilatos. Já foi vapor de Maria – Fumaça e transpiração de leão e gazela. Já foi nuvem do Atacama e molho de tomate. Já foi xixi de bebe e néctar que alimenta beija-flor. Já foi lágrima de uma velhinha e seiva de rosa. Porque, como diziam os sábios, existe uma única água no mundo.” (OSTU, Roberto. **A sabedoria da natureza**. São Paulo: Ágora, 2006. p. 55).

⁵⁷ LUNELLI, Carlos Alberto. **Direito, ambiente e políticas públicas**. Curitiba: Juruá, 2011. p. 12.

⁵⁸ MANCINE, Maria Teresa. **Tutela ambiental**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 2003. p. 73.

⁵⁹ RELEMBRE os principais desastres ambientais ocorridos no Brasil. 29 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/meio-ambiente/2015/11/conheca-os-principais-desastres-ambientais-ocorridos-no-brasil>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

Samarco, 1.265 desabrigados foram alocados em hotéis e pousadas da região, 1,5 mil hectares de vegetação destruídos pela lama entre Mariana e Linhares (ES), 1.249 pescadores estão cadastrados na área afetada pela lama em Minas Gerais e no Espírito Santo.⁶⁰

Em decisão prolatada pela 12ª Vara Federal de Minas Gerais, nº 0069758-61.2015.4.01.3400, nos autos da ação que trata sobre o rompimento da barragem de Fundão e de Santarém, no Complexo Minerário de Germano, em Mariana – MG, segundo relatórios preliminares do IBAMA, a tragédia foi assim descrita:

Consta que, dos 50 m3 de rejeitos da mineração de ferro, 34m3 de lama vazaram com o rompimento da barragem do Fundão, atingiram a barragem de Santarém logo a jusante, causando alagamento e formando onda de lama que atingiu a localidade de Bento Rodrigues, causando destruição e morte. Após passar pelo povoado, a onda de lama percorreu os rios Gualaxo e Carmo, entrando no curso do rio Doce e percorrendo cerca de 600 Km até a sua foz. Registra-se, ainda, que essa onda de lama, pelo caminho, destruiu comunidades, estruturas urbanas, áreas de preservação permanente, alterou profundamente a qualidade da água, com necessidade de interrupção do abastecimento de água para a população de alguns municípios e para atividades econômicas que dependem de sua captação no rio Doce: e exterminou a biodiversidade aquática e indivíduos de fauna silvestre⁶¹.

E segue:

Esses elementos, ainda que não sejam suficientes para a identificação de danos causados, de natureza ambiental e socioeconômica, que inclusive ainda estão em expansão e envolvem processos dinâmicos, com impactos secundários de difícil previsão, são suficientes para comprovar cabalmente a existência de dano ao meio ambiente de enorme proporção, com impacto sobre vários aspectos e elementos que compõe a biodiversidade no estado de Minas Gerais e no Estado do Espírito Santo⁶².

Os números demonstram que além da tragédia humana, o desastre em Mariana teve impacto ambiental ainda difícil de avaliar, segundo o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta relativo ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG:

Os níveis de turbidez da água e dos sedimentos levaram à interrupção do abastecimento de água dos municípios e das atividades econômicas com captações nos rios atingidos. Além das vítimas fatais e dos feridos, ao longo do trecho afetado, foram constatados danos ambientais, econômicos e sociais diretos, tais como a destruição de moradias e de estruturas urbanas, destruição de áreas de preservação permanente, isolamento de

⁶⁰ Inquérito Civil n. 0400.16.000071-9. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/Minas Gerais.

⁶¹ MINAS GERAIS. **Decisão.** 18 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Banco%20de%20Documentos/PDF/Arquivos%20PDF%202015/DESASTRE%20MARIANA%20%20DECISAO%20DO%20JUIZ%20.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

⁶² MINAS GERAIS, 2015.

comunidades, mortandade de animais de produção, impacto em plantações nas áreas rurais, restrições à pesca, danos à saúde, mortandade da fauna silvestre e doméstica, interrupção da geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas, suspensão do abastecimento de água e danos às áreas ambientalmente sensíveis.⁶³

De uma análise primária e sistemática do citado documento infere-se que a tragédia de Mariana configurou-se num desastre socioambiental de proporções nunca antes vista na história da mineração brasileira e mundial. Decerto, os efeitos dramáticos e perversos do “desastre de Mariana” serão sentidos por décadas e gerações, principalmente aquelas formadas por comunidades que estão localizadas dentro da bacia hidrográfica do rio Doce.

⁶³ TERMO de Transação e de Ajustamento de Conduta relativo ao rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/nota_tecnica_001-2016.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

Figura 1 - Distrito Bento Rodrigues, antes e depois do rompimento



Fonte: Guilherme de Sá Meneghin. Fotografia registrada no dia 02.12.2015. Inquérito Civil n.º 0.400.15.000307-9, cópia dos autos feito pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

Segundo dados do inquérito Civil, após o derramamento de lama, os habitantes de Bento Rodrigues, Paracatu e demais localidades, ficaram ilhadas nos pontos mais altos e passaram a noite inteira aguardando resgate, até que na manhã seguinte chegaram as primeiras equipes de policiais, bombeiros, funcionários da Prefeitura de Mariana e da Samarco para retirá-los de lá. Os atingidos foram primeiramente alocados no ginásio Arena Mariana e, após, a Samarco removeu os atingidos para hotéis em Mariana:

Decerto, algumas das consequências desses eventos ainda não podem ser exatamente dimensionadas, mas alguns fatos são inegáveis, de acordo com as provas constantes dos autos anexos: (1) a catástrofe matou várias pessoas, incluindo trabalhadores da Samarco e moradores de Bento Rodrigues, destacando-se duas crianças; (2) a catástrofe desalojou e destruiu a vida de centenas de pessoas diretamente, deixando desabrigadas aproximadamente 1000 (mil) pessoas somente na Comarca de Mariana; (3) a Samarco Mineração S/A responsável pelo empreendimento, juntamente com as demais rés Vale e BHP Billiton, fizeram pouco para garantia e resgate dos direitos das vítimas até o momento; (4) a tragédia não é somente ambiental, ela é sobretudo humana, porque a cada dia que passa os atingidos são revitimizados, pois como já se disse, perderam tudo, inclusive o estilo de vida pacífico de que desfrutavam na vida em comunidade e a tranquilidade que o convívio diário nas comunidades atingidas lhes propiciava.⁶⁴

Quando a barragem de Fundão vazou, comprometendo, inviabilizando, destruindo e modificando a vida de várias pessoas, trouxe consigo o fenômeno da “irresponsabilidade

⁶⁴ Processo n.º 0400.15.004335-6 cópia dos autos feito pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

organizada”, conceito elaborado por Beck e citado por Hammerschmidt, reside no fato da sociedade não conhecer a realidade do perigo, ocultar suas origens, negar sua existência, suas culpas e suas responsabilidades na produção do perigo. Neste contexto, os riscos minimizam-se mediante cálculos em que se eliminam as comparações e normalizam-se jurídica e cientificamente como riscos residuais ou improváveis de maneira que se estigmatizam os protestos como “broto de irracionalidade”.⁶⁵

Figura 2 - Vista panorâmica de Bento Rodrigues, após a destruição causada pelo rompimento da Barragem de Fundão



Fonte: Guilherme de Sá Meneghin. Fotografia registrada no dia 02.12.2015. Cópia dos autos da Ação Civil Pública feita pela pesquisadora na cidade de Mariana/MG.

Silveira entende que os riscos da atualidade não possuem limitação temporal nem espacial, são cumulativos e possuem um potencial destrutivo imensamente maior, onde os riscos são percebidos muito tarde, geralmente quando o dano já ocorreu.⁶⁶

Para o autor, o risco deve ser o tema principal das discussões ecológicas contemporâneas e, por derradeiro, o problema central do Direito Ambiental, não podendo ser definido apenas como fato objetivo, pois toda análise de risco, assim como toda análise de abuso do direito, comporta um conteúdo axiológico – conclusão para a qual convergem as principais abordagens interdisciplinares contemporâneas.⁶⁷

⁶⁵ HAMMERSCHMIDT, Denise. O risco na sociedade contemporânea e o princípio da precaução no direito ambiental. **Revista Sequencia**, v. 23, n. 45, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15317>>. Acesso em 15 jul. 2017. p. 6.

⁶⁶ SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni da. **Risco ecológico abusivo: a tutela do patrimônio ambiental nos processos coletivos em face do risco socialmente intolerável**. Caxias do Sul: [s.n.], 2014b. p. 31.

⁶⁷ Ibid.

A sociedade pós-moderna, no entendimento de Morato Leite, produz riscos que podem ser controlados e outros que escapam ou neutralizam os mecanismos de controle típicos da sociedade industrial. Para ele, a sociedade de risco representa um modelo teórico que marca a falência da modernidade, emergindo de um período pós-moderno, à medida que as ameaças produzidas ao longo da sociedade industrial começam a tomar forma.⁶⁸

A crise ambiental, confronta os pensamentos e ações baseados no modelo capitalista, o qual se fundamenta no uso desenfreado dos recursos naturais e o lucro a qualquer custo. Ressalte-se que:

A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.⁶⁹

Os riscos ambientais não se limitam a um espaço geográfico, não podem ser calculados com precisão e dificilmente poderão ser compensados e, segundo Guivant, ao se referir dos desastres advindos da ação humana:

O conceito de sociedade de risco se cruza diretamente com o de globalização: os riscos são democráticos, afetando nações e classes sociais sem respeitar fronteiras de nenhum tipo. Os processos que passam a delinear-se a partir dessas transformações são ambíguos, coexistindo maior pobreza em massa, crescimento de nacionalismo, fundamentalismos ideológicos, crises econômicas, possíveis guerras e catástrofes ecológicas e tecnológicas, e espaços no planeta onde há maior riqueza, tecnificação rápida e alta segurança no emprego.⁷⁰

Sendo assim, todos estão expostos aos riscos e desastres ambientais como consequência das decisões tomadas no processo de industrialização e globalização, e a danos não só locais. Como exemplo disso, ressalta-se o rompimento da barragem de Fundão que atingiu no mínimo 39 cidades: 36 do Estado de Minas Gerais e mais três do Espírito Santo.

Para Leite e Ayala, o fenômeno da irresponsabilidade organizada representaria a ineficácia da produção e proliferação normativa em matéria de proteção ambiental. Segundo os autores, não só o direito de regulação mostra deficiências diante do problema do risco, mas sim, todo o modelo

⁶⁸ LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental na sociedade de risco: uma visão introdutória**. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 15.

⁶⁹ LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. p. 15.

⁷⁰ GUIVANT, Julia. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre diagnóstico e a profecia**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2001. p. 8.

estadual, constituído abaixo dos padrões de racionalidade e segurança, os quais não são aptos a lidar com os padrões de previsibilidade. No entanto, o Estado deveria saber lidar com a crise ambiental, com total ciência das circunstâncias que a caracterizam, a partir do modelo de riscos.⁷¹

A questão ambiental precisa ser enfrentada pela sociedade, sem fugir das responsabilidades, desviar de previsíveis consequências, subestimar perigos, desconsiderar ameaças, ignorar riscos e diagnósticos confortáveis, pois o sistema ecológico abarca todos os complexos de inter-relações oriundas de um lugar único, que é o espaço de todos os seres: a Terra. Ao citar Capra, Corrêa assim define: a consciência ecológica, em seu nível mais profundo, é o reconhecimento intuitivo da unicidade da vida, da interdependência de suas múltiplas manifestações e de seus ciclos de mudança e transformação.⁷²

Se antes tínhamos como paradigma que os desastres ambientais eram consequências diretas da natureza e, portanto, consideradas como inevitáveis, hoje temos provas cabais de que, pela forma como a sociedade moderna se desenvolveu, as catástrofes ambientais têm a mão do homem.

Neste mesmo contexto, acrescentam-se as consistentes ideias de Teixeira, que defende que os interesses das gerações futuras deverão estar assegurados pelos princípios da precaução e da atuação preventiva fundados no princípio da escassez de recursos naturais. Sustenta ainda, que, conforme Paulo Affonso Leme Machado, a incerteza no conhecimento é uma maneira de ignorância, e o princípio da precaução não quer preservar a ignorância.⁷³

A crise ambiental nos mostra que existem diversas lacunas e limitações das políticas preventivas, tornam-se evidentes, apenas a posteriori, de modo que urge a necessidade de se cogitar mecanismos jurídicos capazes de antecipar os riscos ecológicos. A lacuna que existe entre a notável capacidade humana de degradação do ambiente e a baixa capacidade de compreensão e medição das consequências desse agir, torna a prudência um valor ético fundamental.⁷⁴

O desastre ambiental em Mariana/MG, pode ser sintetizado no poema de Carlos Drummond de Andrade, poeta nascido em Itabira, mesma cidade em que surgiu a Vale do Rio Doce, em versos que carregam um tom de tristeza com os efeitos da mineração:

⁷¹ LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick de Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

⁷² CORRÊA, Jacson. **Proteção ambiental e atividade minerária**. Curitiba: Jaruá, 2002. p. 136.

⁷³ TEIXEIRA, 2013, p. 194.

⁷⁴ SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni. Políticas públicas e processos decisórios em matéria de biossegurança à luz do princípio da precaução. In: RESÍDUOS sólidos: consumo, sustentabilidade e riscos ambientais. Caxias do Sul: Plenum, 2014a. p. 83.

*O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.
Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!
A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.
Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?⁷⁵*

O dano ambiental ou ecológico surge da violação a um direito juridicamente protegido, ferindo a garantia constitucional que assegura à coletividade um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e, embora a Constituição Federal não tenha definido o que é dano ambiental, a Lei nº 6.938/81 (Lei de Política Nacional do Meio Ambiente), no seu art. 3º, foi responsável por tal definição:

- II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;
- III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:
 - a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
 - b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
 - c) afetem desfavoravelmente a biota;
 - d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
 - e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;⁷⁶

A degradação da natureza, a poluição mundial, o desrespeito as fontes da vida são os males próprios da sociedade industrial moderna e os desastres ambientais demonstram à humanidade que existem limites físicos para a exploração do homem. Não há que se falar em exploração ilimitada dos recursos da natureza sem que haja consequências para o homem. As práticas de crescimento econômico não levam em conta os limites ecológicos e por isso são insustentáveis.

4.2 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

⁷⁵ POEMA de Drummond sobre o Rio Doce, que circula em redes sociais, nunca foi publicado em livro. 17 nov. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/11/poema-de-drummond-sobre-o-rio-doce-que-circula-em-redes-sociais-nunca-foi-publicado-em-livro-4905072.html#showNoticia=VGkvaE11KV8xOTQyNTY5NTM2OTI2NTE1MjAwLUN8MzU5NDU5MjM1NDc3MDA2MzQ4NCNBXzUwNjMyNjk0MDk1NzgwMjQ5NjAxIVRYOzBDVUspPmx4TTJTbnQ=>>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

⁷⁶ BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 05 jul. 2017.

Em praticamente toda a evolução da humanidade o homem necessitou dos bens minerais como fonte de garantir sua qualidade de vida, seja na construção da sua moradia, da geladeira, painéis, fogões, talheres, carros, construção de uma rodovia, de uma termoeletrônica, de aviões, barcos, entre outros.

A corrida do ouro de fins do século XVII e inícios do século XVIII provocou o maior surto demográfico até então verificado em Minas Gerais. Homens de todas as partes, muitos do Velho continente, chegaram aos montes à região das Minas Gerais. Esperada desde o início das atividades exploratórias sob terras brasileiras, inaugurou uma nova fase da história do Brasil colonial:

Ao que tudo indica, foi entre 1693 e 1695 que ocorreram as primeiras descobertas de jazidas na região das Minas Gerais. Elas foram possíveis graças às Bandeiras paulistas. Havia algumas décadas, estes homens de Serra Acima (assim também eram conhecidos os paulistas) organizavam expedições aos sertões da colônia com fins variados: pilhagem a tribos indígenas, destruição de quilombos financiada por autoridades régias, prospecção de terras a fim de descobrir prata, ouro e pedras preciosas e, principalmente, captura do gentio, o ouro vermelho dos paulistas.⁷⁷

Desde aquela época, até nos dias atuais, é típico de países em desenvolvimento a exploração dos recursos minerais. Em muitos países a riqueza mineral é responsável pela economia e representa uma parcela significativa das exportações. Percebe-se que quanto mais progresso sócio-econômico, maior o consumo de bens minerais que irão garantir as disponibilidades dos recursos que a sociedade precisa.

Embora haja por diversos estudiosos uma estreita ligação entre desenvolvimento econômico gerado pelo capitalismo e a consequente degradação ambiental, com diversos questionamentos de como compatibilizar o progresso e a qualidade de crescimento, percebe-se ainda que não há nenhuma medida efetiva que consiga reduzir o consumo para que seja possível diminuir os danos ambientais, pelo contrário, a cada ano o consumo de minério aumenta e existe cada vez mais a necessidade de se expandir as empresas mineradoras mundo a fora.

Segundo Steiggleder, a natureza ainda tem um paradigma antropocêntrico- utilitarista em que a sensibilidade em relação ao mundo natural é reduzida, e os demais bens naturais são convertidos em matérias-primas a serem utilizadas no processo de produção ou relegadas à condição de fonte de satisfação do senso estético e do lazer humano. Segundo a autora, o valor dos

⁷⁷ MAGALHÃES, Thiago Luis. **As Minas Gerais e o século do ouro**: antecedentes da descoberta do ouro. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/asminasgeraiseoseculodoouro.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

bens materiais passa por critérios do mercado, e como este é incapaz de traduzir o valor ético destes elementos naturais, tal dimensão fica sem reparação.⁷⁸

A grande maioria das operações de mineração usam metais, reagentes altamente tóxicos bem como cianeto e mercúrio devido as suas propriedades condutoras de liberação. O processo de mineração envolve uma produção enorme de resíduos, e a eliminação desses resíduos representam um enorme desafio pois as áreas de mineração são um dos problemas ambientais mais preocupantes de muitos países, sendo a indústria da mineração provavelmente a atividade antropogênica que produz os impactos mais profundos no ambiente. Esta é responsável por uma completa desfiguração da paisagem, eliminação da vegetação e por expressivos impactos sobre o solo, a água e o ar. Seja qual for a forma de extração seja ela superficial ou subterrânea, a mineração e o processamento do minério geram uma quantidade enorme de resíduos, que são depositados próximos às áreas de mineração.⁷⁹

Para Corrêa, a degradação produzida pela mineração, em todas as suas fases, age de modo negativo na qualidade ambiental e, ao longo dos anos, o processo de poluição da atividade minerária tornou-se irreversível:

A mineração de lavra anual com métodos precários como foi praticada até a década de 50, oferecia poucos danos à natureza. Nas minas de poço, encosta, a seleção de carvão era feita no fundo das minas. Todo o entulho de pedra, pirita e barro ficava nas galerias das minas e só o carvão era retirado. Nas bocas das minas havia uma segunda escolha; porém os rejeitos significavam quantidades reduzidas frente ao volume dos rejeitos atuais. À medida em que os métodos e técnicas de lavra foram se mecanizando, o processo de poluição ambiental tornou-se incontrolável e, pode-se assim dizer, irreversível.⁸⁰

Ainda, conforme Corrêa, o tráfego intenso de veículos pesados carregados de minério causam uma série de transtornos às comunidades que vivem no entorno da mineração, especialmente naqueles moradores que estão mais próximos. Um dos maiores transtornos sofridos pelos habitantes que moram no entorno de uma mineração, relaciona-se com a poeira. Esta pode ter origem tanto nos trabalhos de perfuração da rocha como nas etapas de beneficiamento e de transporte da produção. Estes resíduos podem ser solúveis, ou particulares que ficam em suspensão como lama e poeira. Outros tais impactos sentidos são a emissão de ruídos e a frequente deterioração do sistema viário da região e para tentarem minimizar a grande degradação ambiental causadas nas regiões onde são extraídas o minério, as empresas mineradoras buscam realizar uma série de ações nomeadas de sustentabilidade e responsabilidade social:

⁷⁸ STEIGLEDER, 2004, p. 14-15.

⁷⁹ OLIVEIRA FILHO, Luís Carlos Iuñes de. **Análise de risco ecológica e mesofauna em áreas de mineração**. Lages: [s.n.], 2013. p. 17.

⁸⁰ CORRÊA, Jacson. **Proteção ambiental e atividade minerária**. Curitiba: Juruá, 2002. p. 39-40.

Acreditam que ao promover uma aproximação com as comunidades, através de ações filantrópicas, investimentos em projetos sociais, relacionamentos institucionais etc., poderiam fazer cessar ou mesmo antecipar-se aos conflitos socioambientais. As modificações nas formas de relacionamento da empresa para com as comunidades teriam o objetivo de neutralizar a crítica social e garantir o que no léxico corporativo vem sendo denominado de licença social para operar.⁸¹

Malerba e Milanez nos apontam que ao criar mecanismos que assegurem o aumento do ritmo de exploração mineral, o Estado, ainda que em nome da geração de divisas que viabilizem políticas da redução da pobreza e desigualdade social, impulsiona um processo de despossessão, muitas vezes autoritária e violenta, dos grupos sociais nos territórios.⁸²

Para Leff, a apropriação da natureza para fins meramente econômicos causa uma série de impactos nas comunidades que sobrevivem com os alimentos retirados da natureza e esses direitos precisam ser preservados:

El hábitat es el lugar en el que se construye y se define la territorialidad de una cultura, la espacialidad de una sociedad y de una civilización, donde se constituyen los sujetos sociales que diseñan el espacio geográfico apropiándose, habitándolo con sus significaciones y práctica, con sus sentidos y sensibilidades, con sus gustos y goces.⁸³

E ainda:

Las condiciones de existencia de las comunidades dependen de la legitimación de los derechos de propiedad sobre su patrimonio de recursos naturales, de sus derechos a preservar su identidad étnica y su autonomía cultural, para redefinir sus procesos de producción y sus estilos de vida. En este sentido, los nuevos derechos indígenas y ambientales van cuestionando y transformando la norma establecida por el sistema de regulación jurídica de la sociedad, para dar cauce a nuevas demandas sociales y nuevas utopías. Las reivindicaciones de los grupos indígenas, en sus luchas por la dignidad, la autonomía, la democracia, la participación y la autosugestión....Ello nos lleva a preguntarnos: de quién es la naturaleza? Quién otorga los derechos para poblar el planeta, para explotar la tierra y los recursos naturales, para contaminar el ambiente?⁸⁴

Vale lembrar que o município de Mariana, foco deste trabalho, e como já mencionado anteriormente, possui cerca de 58 mil habitantes e tem a sua economia dependente da extração de minério.

Para a entrevistada, a dependência da extração de minério, já trouxe, antes mesmo do desastre da barragem de Fundão, muitos problemas sociais:

⁸¹ CORRÊA, 2002, p. 22.

⁸² MALERMA, Julianna; MILANEZ, Bruno. Um novo código mineral para quê? *Le Monde Diplomatique Brasil*, v. 6, n. 65, dez. 2012. p. 22.

⁸³ LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Madrid: Siglo Veintiuno, 2001. p. 240.

⁸⁴ Ibid., p. 69.

Entrevista 9/10 (assistente social). Os moradores de Mariana passaram a precisar mais da assistência social, após o desastre? A cidade sempre teve problemas devido a mineração. O rompimento da barragem foi o ápice, sabe, porque a questão da mineração em si, ela já trazia diversos problemas pra Mariana, que, a gente só pode atinar com o rompimento da barragem, por exemplo, a gente teve aqui a expansão da Samarco, chama o Projeto P4P. A Samarco, ela estava expandindo, então isso, o que acontece, trouxe trabalhadores da região inteira, a Samarco, ela estava expandindo, então isso, o que acontece, trouxe trabalhadores da região inteira, então veio muitos homens de fora e trabalharam aqui, com isso, o nosso comércio, ele inflaciona, as coisas ficam muito mais caras, o aluguel de uma casa em Mariana fica muito caro, porque as pessoas, ou elas trabalham com mineração, ou elas trabalham com isso, com o comércio e o aluguel, eu tenho uma casa lá que eu quero alugar, tipo isso, entendeu, então as pessoas vivem disso, aí, quando as pessoas vão embora, nós que dependemos muitas vezes de aluguel, do comércio, as coisas continuam caras, porque é cultural nosso cobrar um preço mais caro de aluguel, ter um comércio mais cara, então, assim, a gente já sofria esses impactos pela mineração, é diferente de Ouro Preto, que é uma cidade muito próxima da gente, que vive do turismo, a gente não aprendeu a viver com outra coisa, a gente ainda não aprendeu, sabe, é uma das preocupações do nosso prefeito é justamente por isso, porque a empresa tinha um imposto pro município, a gente não está contando com isso mais, então, assim, a gente está sofrendo por tudo isso.

O Distrito de Bento Rodrigues, local onde a barragem se rompeu, foi totalmente devastado. Bento Rodrigues é um subdistrito de Santa Rita Durão, localizado no município mineiro de Mariana. Até 2015 cerca de 600 habitantes viviam no local e existiam cerca de 200 imóveis ocupados. Além de Bento Rodrigues, Paracatu, Pedras, Ponte do Gama, Camargos e Campinas também foram atingidas.

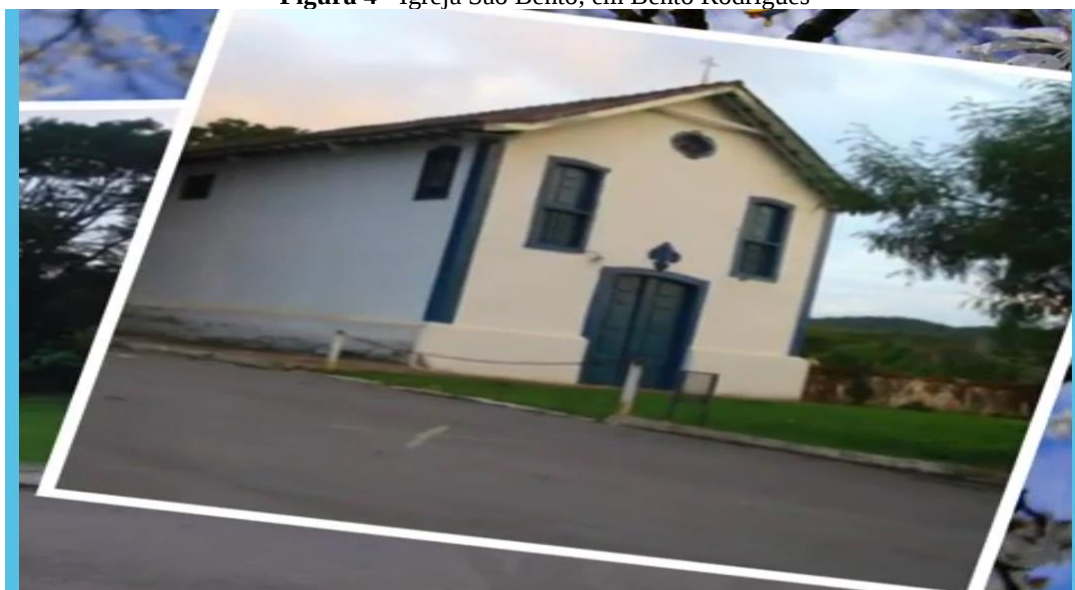
A seguir, imagens de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, antes do desastre ambiental:

Figura 3 - Ruas de Bento Rodrigues



Fonte: Luciana Gomes, moradora da cidade de Mariana/MG.

Figura 4 - Igreja São Bento, em Bento Rodrigues



Fonte: Luciana Gomes, moradora da cidade de Mariana/MG.

Figura 5 - Ginásio em Bento Rodrigues



Fonte: Luciana Gomes, moradora da cidade de Mariana/MG.

O desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão fez com que comunidades inteiras fossem forçadas a deslocar-se de seus povoados. Essas pessoas tinham uma vida pacata em pequenos distritos, trabalhavam na terra, conviviam com os animais e formavam com os vizinhos uma grande família. A economia local dos distritos atingidos era formada por pequenos agricultores que plantavam para a sua subsistência.

A Organização das Nações Unidas (ONU) define "desastre" como "uma grave perturbação do funcionamento de uma sociedade, causando perdas humanas, materiais e ambientais que excedem a capacidade da sociedade afetada para [lidar] usando apenas seus próprios recursos."⁸⁵

Após o derramamento da lama, ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão, constatou-se que os impactos sociais da tragédia são tão grandes quanto os impactos ambientais. Trata-se de tragédia que não é somente ambiental, ela é sobretudo humana, porque a cada dia que passa os atingidos são revitimizados, pois perderam tudo, inclusive o estilo de vida pacífico de que desfrutavam na vida em comunidade e a tranquilidade que o convívio diário nas comunidades atingidas lhes propiciava. Grande parte dos antigos moradores de Bento seque receberam auxílio adequado das empresas responsáveis para recobrar seus documentos pessoais e necessitaram enfrentar filas para pegarem roupas doadas por terceiros que lhes pudessem servir e também tiveram que se submeter - sejam idosos ou pessoas com deficiência - a longas horas de espera para serem informados sobre as perspectivas de atendimento a direitos básicos, como moradia, alimentação e renda mínima para subsistência.⁸⁶

⁸⁵ DESASTRES naturais: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. Disponível em: <<http://www.igeologico.sp.gov.br/downloads/livros/DesastresNaturais.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

⁸⁶ Cópia aos autos do processo, extraído pela pesquisadora, na Comarca de Mariana/Mg: Distribuição por dependência - processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. Inquéritos Cíveis: 0400.15.000306-1 e 0400.15.000307-9. Classe: Ação Civil Pública

A Constituição Federal de 1988 trouxe a moradia como rol dos direitos sociais: “São direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição”.⁸⁷

A proteção dada para a moradia é devido ela ser, junto com outros direitos fundamentais, como a saúde, a educação entre outros, muito importante, pois não se trata somente de um conceito que se refere a propriedade, trata-se sobretudo de um direito que influencia diretamente na esfera moral dos cidadãos.

Internacionalmente, o direito à moradia é reconhecido como um direito social humano indispensável à composição de um mínimo existencial para uma vida digna. Segundo, Bühring, o tema propriedade é um dos pilares dos direitos humanos e fundamentais:

O direito de propriedade foi inserido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1.789, no art. 17, como um direito fundamental e inviolável. E mais tarde, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o art. XVII preceitua: 1 – Toda a pessoa tem direito à propriedade, individual e coletivamente. 2 – Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.⁸⁸

Faz parte da própria natureza do homem ter um lar, pois nenhum ser vive sem um lugar no mundo. A moradia representa a própria dignidade do homem e a dignidade deve ser a qualidade intrínseca do ser humano. Segundo o art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.⁸⁹

Na moradia de qualquer cidadão não encontramos somente paredes, não se trata apenas de um espaço físico, mas sim um lugar onde encontramos todos os bens preciosos que o homem possui. Para alguns, a primeira cartinha escrita pelos filhos, as suas roupas favoritas, um berço guardado, a primeira boneca da filha, as fotografias da família, os objetos que cada pessoa traz de um familiar que já se partiu, um presente dado por algum amigo ou uma carta recebida por alguém que estava longe.

Bühring, adverte que:

⁸⁷ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2017.

⁸⁸ BÜHRING, Marcia Andrea. **A efetiva função da propriedade: a socioambiental**. Caxias do Sul: Educs, 2016a. p. 17.

⁸⁹ https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 03 de mar. 2017.

O cidadão anseia por um lugar, ou seja, um lugar que possa chamar e reconhecer como seu, que lhe seja próprio, a fim de que possa estabelecer relação de identidade, firmando vínculos coletivos e afetivos. Como já advertia Aquino, “a Cidadania assume feição comunitária, ou seja, não tem cunho apenas individualista. Dessa forma, a “movimentação global e coletiva, na busca por um padrão ambiental de equilíbrio e harmonia, entre Homem e Natureza” e que corresponde ao fortalecimento de valores cívicos.”⁹⁰

A moradia representa a segurança que o cidadão tem de ter o seu lugar no mundo e a necessidade básica do indivíduo, enquanto ser humano, e do cidadão, enquanto ser social, e conforme, Rech e Rech, o homem busca sempre um lugar para viver em segurança e essa busca e esse desejo de viver bem é o que o nosso direito denomina de busca da dignidade. Essas escolhas são naturais porque são antropológicas.⁹¹

Fazendo uma analogia do rompimento da barragem de Fundão, com os deslocamentos forçados para construção de barragens, percebe-se que, conforme Benincá, os danos provocados pelo deslocamento compulsório de uma comunidade para outro local nunca são devidamente mensurados e reparados e ao citar Ribeiro, ressalta sobre a importância de se reconhecer os direitos humanos dessas pessoas:

Quem foi objeto de uma violência extrema, qualquer reparação nunca vai substituir aquilo que perdeu. Quem é expulso da terra onde morava há muitos anos – como no caso dos atingidos por barragens – sofre uma violência e uma desestruturação que pode gerar traumas [...]. Para reconstruírem sua identidade, essas pessoas precisam fazer o luto do que perderam.⁹²

No geral, os grupos humanos que têm pouca integração ao mundo “moderno” ocupam um território em que encontram os recursos que lhes falta, sem tanta necessidade de transformá-los, por isso é possível compreender os valores intrínsecos que permeiam a vida e os anseios das pessoas que são cerceadas de continuar vivendo naquele lugar, no ambiente em que passaram toda a sua vida.⁹³

Segundo autos do Inquérito Cível, o desastre violou frontalmente os direitos humanos dos atingidos, ferindo os direitos mais basilares:

Nota-se que a situação dos atingidos – cerca de 350 (trezentas e cinquenta) – famílias vivendo em casas alheias às que residiam nos locais afetados, revela um direito individual

⁹⁰ BÜHRING, 2016a, p. 35.

⁹¹ RECH; RECH, 2016, p. 55.

⁹² BENINCÁ, Dirceu. **Energia e cidadania**: a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011. p. 48.

⁹³ FERREIRA, Dallyla Taís Milhomem et al. Perdas simbólicas e os atingidos por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica de Estreito, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 30, p. 73-87, jul. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/34187>>. Acesso em: 03 out. 2017.

homogêneo de caráter especial. Decerto, tal situação, causada e mantida pelas rés, afeta diretamente os grupos mais vulneráveis de atingidos, formados por idosos, crianças, deficientes e famílias numerosas (composta cinco ou mais pessoas). Trata-se, claramente, de uma violação coletiva de direitos humanos.⁹⁴

Conforme se verifica da narração dos fatos, as pessoas atingidas encontram-se em situação de extrema penúria. Estão sem suas casas, sem a possibilidade de exercer suas atividades econômicas, faltando-lhes itens de primeira necessidade, como por exemplo, roupas, papel higiênico, talheres etc.⁹⁵

Além dos danos sofridos, os atingidos ficaram impedidos de exercerem suas atividades econômicas de sustento, por diversos motivos:

perda das ferramentas de trabalho; perda da área de pasto para o gado ou a perda do próprio gado; instabilidade residencial; desconfiança dos compradores dos produtos, por acreditarem que estão contaminados; dissolução das relações econômicas construídas durante os anos; instabilidade emocional e psicológica; necessidade de resolução de questões urgentes; perda dos documentos etc.⁹⁶

Para Benincá, os problemas provocados por deslocamentos de comunidades causam destruturação da mesma, causam rompimento de relações familiares e de grupos, e há um grande desenraizamento cultural com perda de vínculo espacial, doenças como depressão, malária, dengue, aumento da violência e até casos de suicídio. A inundação de espaços considerados sagrados, tais como florestas, cidades, escolas, cemitérios e igrejas, incidem de forma extremamente prejudicial sobre a vida dessas pessoas.⁹⁷

Carvalho afirma que os desastres ambientais retratam vulnerabilidades e por esse motivo, tanto o impacto gerado quanto a magnitude dos desastres não devem ser medidos apenas pelo tipo de evento, sejam eles climatológicos, industriais ou híbridos, mas pela situação e grau de vulnerabilidade da localidade que sofre o impacto. Os impactos ambientais em áreas vulneráveis causam irreversibilidades de vidas e ecossistema e representa, dependendo da sua gravidade, a impossibilidade para as futuras gerações de fruição de um (bem) ambiental que é de uso comum.⁹⁸

O conceito de vulnerabilidade, para o UNISDR (Unitef Mations Office for Disaster Risk Reduction), é uma séria interrupção do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade em qualquer escala devido a eventos perigosos que interagem com condições de exposição,

⁹⁴ Inquérito Civil: 0400.16.000071-9. Cópia dos autos feita pela pesquisadora.

⁹⁵ Cópia aos autos do processo, extraído pela pesquisadora, na Comarca de Mariana/Mg: Distribuição por dependência - processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. Inquéritos Civis: 0400.15.000306-1 e 0400.15.000307-9. Classe: Ação Civil Pública

⁹⁶ Processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. Cópia dos autos feita pela pesquisadora.

⁹⁷ BENINCÁ, 2011, p. 49.

⁹⁸ CARVALHO; DAMACENA 2013, p. 17.

vulnerabilidade e capacidade, levando a uma ou mais das seguintes perdas: humanas, materiais, econômicos e ambientais. O efeito do desastre pode ser imediato e localizado, mas geralmente é generalizado e pode durar um longo período de tempo. O efeito pode testar ou exceder a capacidade de uma comunidade ou sociedade para lidar com seus próprios recursos e, portanto, pode exigir assistência de fontes externas, que podem incluir jurisdições vizinhas, ou a nível nacional ou internacional.⁹⁹

Os migrantes, geralmente são pessoas muito vulneráveis, possuem inúmeras carências, pois falta-lhe o básico e o mais elementar para a própria sobrevivência, pois são obrigados a abandonar a sua cultura, os valores e o modo de vida, os laços familiares, como destaca Hannah Arendt:

A primeira perda que sofreram essas pessoas privadas de direito não foi a da proteção legal mas a perda dos seus lares, o que significava a perda de toda a textura social na qual haviam nascido e na qual haviam criado para si um lugar peculiar no mundo. Essa calamidade tem precedentes.¹⁰⁰

Para Freitas et al., condições de vulnerabilidade resultam de processos sociais e mudanças ambientais que é denominada de vulnerabilidade socioambiental, com precariedade das condições de vida, de proteção social (trabalho, renda, saúde e educação, assim como aspectos ligados à infraestrutura, como habitações saudáveis e seguras, estradas e saneamento, por exemplo). As mudanças ambientais resultantes da degradação ambiental tornam determinadas áreas mais vulneráveis quando da ocorrência de uma ameaça e seus eventos subsequentes.¹⁰¹

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distinta de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.¹⁰²

⁹⁹ UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **Terminology**. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/we/inform/terminology>>. Acesso em: 04 out. 2017. Tradução nossa.

¹⁰⁰ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 8.

¹⁰¹ FREITAS, Carlos Machado de et al. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1577-1586, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a21.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

¹⁰² STEINMTZ, Wilson. **A vinculação dos particulares a direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 117.

Hannah Arendt entende que define que a privação da cidadania afeta substancialmente a condição humana, uma vez que o ser humano privado de suas qualidades – o seu estatuto político - vê-se privado de sua substância, vale dizer: tornado pura substância, perde a sua qualidade substancial:

A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião — fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades — mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém mais que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los. Só no último estágio de um longo processo o seu direito à vida é ameaçado; só se permanecerem absolutamente "supérfluos", se não se puder encontrar ninguém para "reclamá-los", as suas vidas podem correr perigo. Os próprios nazistas começaram a sua exterminação dos judeus privando-os, primeiro, de toda condição legal (isto é, da condição de cidadãos de segunda classe) e separando-os do mundo para ajuntá-los em guetos e campos de concentração; e, antes de acionarem as câmaras de gás, haviam apalpado cuidadosamente o terreno e verificado, para sua satisfação, que nenhum país reclamava aquela gente. O importante é que se criou uma condição de completa privação de direitos antes que o direito à vida fosse ameaçado.¹⁰³

Os direitos sociais, de segunda dimensão (em oposição aos de 1ª geração, relacionados com a liberdade individual frente ao Estado), estão expressos na Constituição Federal, nos artigos 6º ao 11º, no rol dos direitos fundamentais, onde o Estado passa a ter responsabilidade preponderante para a concretização de um ideal de vida digno na sociedade, demandando atuações positivas por parte do Estado :

Os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado, direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações desiguais. São portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade.¹⁰⁴

Praticamente todas as Constituições de todos os países possuem algumas determinações quanto à preservação e proteção do meio ambiente, direito este amparado com status de direito fundamental do homem, não sendo diferente na nossa Constituição, que já no artigo 1º, enuncia que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito e tem, dentre os seus fundamentos, a cidadania e a dignidade da pessoa humana (incisos II e III).¹⁰⁵

¹⁰³ ARENDT, 1989, p. 329.

¹⁰⁴ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 34. ed. rev e atual. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 286.

¹⁰⁵ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 mar. 2017.

O reconhecimento a fundamentalidade do direito ao meio ambiente saudável e equilibrado para o resguardo da condição de vida humana, resta expresso na Constituição Brasileira de 1988, a qual tratou da importância da proteção ambiental para o homem, de em seu artigo 225, caput, onde trata dos aspectos fundamentais, ao determinar que : “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”¹⁰⁶

O princípio do primado dos Direitos Humanos, de acordo com Piovesan, invoca a abertura da ordem jurídica ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos, o engajamento do país tanto no processo de normas vinculadas ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, quanto na integração destas regras no ordenamento jurídico pátrio. Ademais, implica na assunção do compromisso de adotar uma posição política contrária aos Estados em que os Direitos Humanos sejam gravemente violados e no reconhecimento da existência de limites e condicionamentos à soberania estatal.¹⁰⁷

Num conflito entre Constituição Federal e tratados de Direitos Humanos, o entendimento do STF é que os tratados internacionais tem grau hierárquico “acima da lei”, devido nova ordem mundial, na qual os Estados estão inseridos, desde 1948. Sendo assim, o STF decidiu que os tratados internacionais em matéria de Direitos Humanos possuem status supralegal, de modo que “paralisam” a legislação em contrário, caso existe normas nacionais que diminuam a proteção desses direitos:

[...] Portanto, diante do inequívoco caráter especial dos tratados internacionais que cuidam da proteção dos direitos humanos, não é difícil entender que a sua internalização no ordenamento jurídico, por meio do procedimento de ratificação previsto na Constituição, tem o condão de paralisar a eficácia jurídica de toda e qualquer disciplina normativa infraconstitucional com ela conflitante. Nesse sentido, é possível concluir que, diante da supremacia da Constituição sobre os atos normativos internacionais, a previsão constitucional da prisão civil do depositário infiel [...] deixou de ter aplicabilidade diante do efeito paralisante desses tratados em relação à legislação infraconstitucional que disciplina a matéria [...]. Tendo em vista o caráter supralegal desses diplomas normativos internacionais, a legislação infraconstitucional posterior que com eles seja conflitante também tem sua eficácia paralisada. [...] Enfim, desde a adesão do Brasil, no ano de 1992, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos 'Pacto de San José da Costa Rica (art. 7º, 7), não há base legal para aplicação da parte final do art.5º, inciso LXVII, da Constituição, ou seja, para a prisão civil do depositário infiel.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Ibid., Art. 225.

¹⁰⁷ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 40.

¹⁰⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RE 466343. Tribunal Pleno. Voto do Ministro Gilmar Mendes, , Julgamento em: 3 dez. 2008. **Dje** 5 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1268>>. Acesso em: 02 out. 2016.

Após o rompimento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana (2ª PJ/MAR), do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos (CAODH - MPMG) e da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS - MPMG), atuou para garantir os direitos das vítimas do rompimento, instaurando o primeiro Inquérito Civil que viabilizou os direitos dos atingidos e, em caráter emergencial, tomou os primeiros depoimentos, inquirindo alguns atingidos pelo desastre.¹⁰⁹

Transcreve-se abaixo o primeiro depoimento tomado sobre os fatos, nos autos do inquérito civil, prestado por um dos deslocados ambientais, morador do distrito de Bento Rodrigues:

QUE o declarante mora há 30 anos em Bento Rodrigues; QUE o declarante trabalha como vigilante na empresa Quality Segurança, que presta serviços para a Samarco; QUE na casa do declarante moravam 06 pessoas, sendo o declarante, a esposa, uma nora, um neto e dois filhos; QUE os filhos do declarante tem 24 e 20 anos; QUE a casa do declarante fica na parte alta de Bento Rodrigues; QUE o declarante estava em sua casa no momento do rompimento da barragem do Fundão, ocorrido ontem, 05.11.2015, por volta de 16h15 a 16h20; QUE estava deitado descansando, depois de ter saído da casa de sua sogra, que ficava na parte baixa de Bento Rodrigues; QUE, de repente, escutou um barulho, inicialmente distante, semelhante a um vento muito forte; QUE o declarante saiu para a rua; QUE andou até a parte baixa e algumas pessoas disseram que a barragem tinha rompido; QUE inicialmente o declarante viu uma poeira enorme de longe; QUE o declarante então viu a lama se aproximando; QUE o declarante voltou imediatamente para sua casa, na parte alta do distrito; QUE as pessoas de Bento Rodrigues foram todas para parte alta, aglomerando-se nas proximidades da casa do declarante; QUE o declarante viu a lama chegando no distrito, derrubando as casas, arrastando carros, destruindo os edifícios, atravessando todo o distrito e deixando tudo devastado; QUE existiam aproximadamente 200 imóveis em Bento Rodrigues, sendo que restaram apenas cerca de 15 casas em pé, localizadas na parte alta; QUE estas casas estão todas abandonadas; QUE o declarante não conhece Paracatu, mas ouviu dizer que Paracatu também foi atingido pelo rompimento das barragens; QUE não viu quando a barragem de Santarém também se rompeu; QUE a casa do declarante não foi atingida; QUE ficaram 'ilhados' na casa a noite toda e somente saíram de lá hoje, dia 06.11.2015; QUE o declarante e sua família saíram em seu carro, pois abriram uma passagem, permitindo a saída de carros; QUE o distrito de Bento Rodrigues era bem estruturado, com bares, padarias, açougue, sacolão, escola, posto médico, igreja e outros serviços e comércios; QUE o declarante e sua família abandonaram tudo em Bento Rodrigues e acreditam que seja impossível voltar a morar no local; QUE o local está inabitável, pois a lama invadiu todo o distrito, restando apenas algumas casas na parte alta, como a casa do declarante; QUE o declarante informa que não houve sirene ou alerta sobre o rompimento da barragem por parte da empresa Samarco; QUE o único alerta foi o barulho da lama e da poeira, que fez com que as pessoas percebessem que havia alguma coisa de errado; QUE o declarante não se recorda de problemas na barragem de Fundão anteriormente; QUE apesar disso representantes da Samarco faziam reuniões periódicas com os moradores de Bento Rodrigues; QUE a associação de moradores que geralmente pedia reuniões com a Samarco, para tratar de diversos assuntos, dentre eles a situação da barragem de Fundão; QUE sempre diziam que não havia problema algum e tranquilizavam a população; QUE depois dos eventos, o declarante e seus familiares ficaram em casa e, de noite, policiais e bombeiros estiveram na casa do declarante; QUE passaram a noite na casa e no dia

¹⁰⁹ Fonte direta, obtida meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana.

seguinte saíram no carro do declarante; QUE o declarante tinha uma construção, perto do açougue, onde pretendia montar uma sorveteria; QUE a lama destruiu a construção; QUE na verdade, a lama encobriu toda a construção; QUE o declarante não viu o rompimento da barragem de Santarém; QUE o declarante e sua família estão traumatizados; QUE 'a gente não esquece jamais', conforme se expressa; QUE o declarante está ficando na Pousada Gerais em Mariana, com sua família; QUE foram funcionários da Samarco que encaminharam o declarante e sua família para a mencionada pousada, afirmando que a Samarco pagaria as diárias; QUE todo o distrito foi devastado; QUE a lama destruiu não só as casas, mas sítios e propriedades rurais em Bento Rodrigues; QUE o pessoal de Bento Rodrigues tinha 'muita criação', conforme se expressa; QUE os relatos das pessoas de Bento Rodrigues é que muita gente perdeu tudo, casa, carros, móveis, criações; QUE o declarante ficou sabendo que quatro pessoas do Bento Rodrigues estão desaparecidas, sendo Gracita, que é uma idosa, Totozinho, que é um idoso aposentado, Manoela, que é uma criança de cerca de 04 anos de idade e Tiago, uma criança de cerca de 05 anos; QUE o declarante esclarece que 40 minutos antes do rompimento, foi na casa de sua sogra e brincou com essa criança chamada Tiago; QUE o Tiago era criado pelos avós; QUE a mãe de Tiago mora em Mariana; QUE o declarante viu um helicóptero salvando a avó de Tiago, mas não viu mais Tiago, nem no abrigo na Arena Mariana; QUE a avó do Tiago se chama Darcy; QUE o declarante viu o resgate de várias pessoas sendo realizado por helicóptero; QUE o declarante não sabe informar se alguém de Bento Rodrigues efetivamente morreu, mas ressalta as quatro pessoas já citadas acima, como sendo desaparecidas; QUE o declarante viu várias pessoas feridas; QUE essas pessoas se feriram no momento de fugir; QUE uma menina saiu correndo descalça e machucou bastante a sola do pé; QUE a comunidade de Bento Rodrigues foi totalmente afetadas e estão todos sem rumo; QUE todos de Bento Rodrigues estão sem a mínima perspectiva a respeito do que vai acontecer daqui para frente; QUE o declarante ressalta que estão todos 'sem esperança'; QUE acredita que a empresa não tenha dado muito apoio; QUE a empresa Samarco colocou um ônibus, de uma de suas contratadas, para evacuar as pessoas; QUE além disso nada mais fez.¹¹⁰

Segundo Guilherme de Sá Meneghin, Promotor de Justiça do município de Mariana, não há dúvidas de que a população atingida pela catástrofe perdeu tudo: suas casas, seus móveis, seus carros, suas plantações, seus documentos, sua tranquilidade, suas fontes de renda, sua vida comunitária, em suma, toda a sua dignidade humana, em outras palavras, por causa da irresponsabilidade da empresa causadora do dano, os atingidos ingressaram em uma classe especial de vulneráveis:

Pessoas afetadas por desastres socioambientais, sublinhe-se, vidas devastadas, porque não foram somente casas destruídas, carros perdidos, animais mortos ou plantações perdidas: as vítimas do rompimento da barragem da SAMARCO perderam, sobretudo, bens imateriais, como a vida comunitária, as suas lembranças, suas histórias, sua tranquilidade, seus amigos, ou seja, bens irreparáveis, enterrados na lama, por causa das atividades irresponsáveis das rés.¹¹¹

O Distrito de Bento Rodrigues possuía diversas cachoeiras, as quais eram ponto de encontro da comunidade, bem como igrejas, dentre elas a de São Bento, construída há mais de três séculos, foi completamente soterrada. No Distrito também funcionava a Escola Municipal de

¹¹⁰ Inquérito Civil n.º 0400.15.0003061, cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

¹¹¹ Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1 cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

Bento Rodrigues a qual também foi soterrada junto com os cadernos, fotos livros e lembranças de todos os moradores da comunidade.

Figura 6 - Escola soterrada em Bento Rodrigues



Fonte: Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG

A felicidade em morar nas comunidades que foram atingidas pelo derramamento de lama foi constatado nas entrevistas com os deslocados ambientais, quando perguntados como era a vida na comunidade, antes da barragem se romper :

Entrevista 01 (atingido): **Como era a sua vida antes de a barragem se romper?** Era bom demais. **Bom demais?** Sim, Na roça era tudo bem tranquilo, bem sossegado. **Vocês moravam na roça?** Era. **A sua vida era em Bento?** É. Eu só vinha aqui em Mariana pra passear mesmo, a gente gostava de morar lá. **E você gostava de vir só para passear ou você já teve vontade de morar aqui na cidade?** Não tenho vontade de morar aqui não, só vinha aqui pra passear mesmo. **Vocês se davam bem com os vizinhos, com os parentes, com os amigos?** Sim. Todo mundo era chegado um com o outro, a gente conversava, todo mundo já era amigo, né? Eu conhecia todo mundo. **O que vocês faziam depois do trabalho ou, no teu caso que era estudante, nos finais de semana pra se distrair?** Jogava bola com as meninas, fazíamos quadrilha. Tinha o bar da Sandra. **Bar?** É, o Bar da Sandra, tinha festa, a Festa da Mercedes, era isso aí.

A tristeza pelas perdas dos lugares comunitários, perda das suas casas, é sentida por todos os entrevistados, que mostram um profundo desapontamento com a vida longe das suas comunidades :

Entrevista 05 (atingido): **Como era a sua vida antes da barragem se romper?** Eu, convivia com todo mundo, todo pessoal de Bento, pois a gente ia pra quadra e jogava bola e tudo, se queria fazer alguma coisa, os vizinhos era tudo perto, era rapidão, agora aqui, não, agora tá tudo longe, pra gente fazer as coisas, não tem como a gente deixar filho na casa de ninguém, e, lá, todo mundo era enturmado, todo mundo conhecia todo mundo.

Tinha a igreja a escola e a praça onde todo mundo se encontrava. Agora aqui acabou tudo isso.

Para mostrar como as pessoas se sentiam felizes nas sua comunidades, é esclarecedor o depoimento da deslocada ambiental:

Entrevista 11 (atingido): **Do que viviam, como é que era a vida de vocês antes do rompimento da barragem. Vocês viviam do campo?** Primeiro, quando nós tava morando lá, lá era uma maravilha, nós tava no céu e não sabia, eu não trocava o tempo que nós tava morando lá em Paracatu por Mariana, nunca na minha vida, nunca, lá era um lugar maravilhoso, povo todo, todo mundo trabalhava, vivia, na pobreza, eu não nasci, todo mundo trabalhava, todo mundo tinha a sua casinha boa, todo mundo tinha as suas coisa, as coisas que tinha era uma pra outra, a gente vivia que era maravilha, nós vivia mesmo, cinquenta vezes do que aqui em Mariana, nada disso – “você quer uma casa aqui em Mariana em lugar de Paracatu?”, - “eu não quero”, porque lá, a vida era maravilhosa, com todo mundo, com toda dificuldade que lá tinha, a gente era feliz, graças a Deus! Não tenho como plantar mais nada. A gente plantou essas florzinhas aqui, mas não tem jeito, não, porque lá a gente tinha, aqui não tem como. Se você chegasse na porta lá de casa, quantas pessoas tirava retrato da porteira lá de casa, a casa tinha aquela lata (chora), já estava assim embaixo, assim, a varanda, no meio da varanda, desde lá, tudo tapado de lata de cima abaixo, assim, uma lataria pra dentro e pra fora, debaixo assim tinha um jardim só, de um lado e de outro da minha casa, eu deixava tudo enfeitado... o carro entrava na porta do meu filho... Nossa, pra gente aqui é difícil demais. **Vocês se encontravam aonde?** Olha, lá a gente se encontrava na igreja, tinha a quadra lá, que, de domingo, reunia todo mundo pra contar causo, os menino iam jogar bola, dia de festa, todo mundo, tinha festa lá direto, era bom demais, lá na praça, tinha som, tudo, lá era bom demais, a gente não ficava sozinho, sempre, sempre tinha um na casa do outro, porque lá era vizinho, todo mundo conhecia todo mundo, quando a gente sentia falta de um, ia na casa do outro

Figura 7 - As comunidades atingidas, viviam em lugares tranquilos e pacatos



Fonte:

Luciana Gomes, assistente social do Município de Mariana/MG.

O sentimento de que viviam satisfeitos nas suas comunidades se faz presente no decorrer dos relatos, bem como a saudades dos lugares de encontro. É o que é sintetizado nas falas dos deslocados ambientais :

Entrevista 15 (deslocado ambiental): **Como era a sua vida antes de a barragem se romper?** A minha vida era tranquila. **Tranquila?** É, assim, (inaudível-ruídos e vozes ao fundo), terminou aí o tranquilo, né, lá, a minha rotina, eu ia trabalhar na associação, na parte da manhã, chegava em casa, ia arrumar almoço, colocar os menino pra escola. Na parte da tarde, eu ia e voltava pra trabalhar na associação, mas já era na parte da fábrica, assim, a minha vida era bem tranquila. **O que vocês faziam depois do trabalho e finais de semana para se distrair?** Olha, assim a gente gostava muito assim, no fim de tarde, no sábado ou no domingo, a gente ficava sentado, lá onde eu morava tinha uma pracinha, na porta da minha casa, a gente gostava muito de sentar, ficar conversando, a gente tomava refrigerante, os meninos ficavam brincando lá perto, porque tinha muita criança. Às vezes, até a gente mesmo brincava com eles de peteca, de bola. Aí outras pessoas que gostam de tomar uma cervejinha iam pra praça, tinha a praça. **Todo mundo se encontrava na praça?** Sim , a praça era o centro de encontro das pessoas. Era na Praça da Igreja São Bento de Barra da Santa. **É uma igreja branca com azul que aparece nas fotografias?** Isso. As pessoas ficavam lá, assim, para conversar mesmo. Tinha gente que gostava de jogar baralho, outras mesmo era só pra ficar conversando mesmo, coisa de interior.

Outros aspectos da vida em comunidade são enfatizados nas falas dos deslocados ambientais:

Entrevista 21 (deslocado ambiental): **Como é que era a sua vida antes de a barragem se romper?** A minha vida lá era boa, sabe? Eu gostava muito de pescada, toda vida gostei de andar no mato, toda minha vida foi mais no mato, o que eu vivi lá foi maravilhoso. **Vocês se davam bem com vizinhos, parentes, amigos?** Tudo, tinha amizade com todo mundo, o povo lá era mesma coisa que irmão um com o outro, era um lugar pequeno, era uma cidadezinha pequena, um arraial. Um ajudava o outro, muitas pessoas ajudava, que sempre tem... tem gente que não jeito. **Onde que vocês se encontravam, depois do trabalho, o que vocês faziam no final de semana?** Muitos ficavam, no final de semana, era uma cervejinha, outros joga baralho, outros pescando, igual eu gostava de pescar, jogar bola, bola de futebol, porque todo mundo já gosta mesmo.

Figura 8 - Amigos e vizinhos se encontravam na praça nos finais de tarde e finais de semana



Fonte: Luciana Gomes, assistente social do Município de Mariana/MG.

Retrato do dia a dia, dos habitantes atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, são percebidos em cada depoimento:

Entrevista 24 (deslocado ambiental) : **Como era a sua vida antes de a barragem se romper?** A minha vida era boa, eu trabalhava, buscava as minhas lenhas, eu tinha a minha casa com fogãozinho de lenha, eu tinha serpentina, então a vida da gente era de roça mesmo, a gente vivia em roça, tinha as nossas galinha, pato, horta, a gente tinha, tinha os pés de fruta, que a gente tinha no quintal, e a gente cuidava daquilo. Lá onde que eu morava era perto de Camargos, eu tinha as minhas faxina que eu fazia lá em Camargos. E lá era muito bom, um lugar que tinha muita água. Agora nós vamos pra um lugar que a água lá, nós não temos córrego, lá nós tinha muita vertente, tinha o córrego, tinha lugar lá que as cachoeira era num córrego, que a gente passava numa ponte, que lá, a gente ia lavar roupa, torcer roupa.

Conforme autos do Inquérito Cível, as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem encontram-se em situação de extrema penúria, e se não bastassem os danos sofridos, as pessoas atingidas estão impedidas de exercerem suas atividades econômicas de sustento, por diversos motivos, citam-se alguns: perda das ferramentas de trabalho; perda da área de pasto para o gado ou a perda do próprio gado; instabilidade residencial; desconfiança dos compradores dos produtos, por acreditarem que estão contaminados; dissolução das relações econômicas construídas durante os anos; instabilidade emocional e psicológica; necessidade de resolução de questões urgentes; perda dos documentos etc.¹¹²

Segundo a lavradora Maria José da Silva, de 62, o hábito de cultivar cebolinha, hortelã e pimentão enfrenta os problemas impostos pela falta de espaço e pelo abafamento produzido pela

¹¹² Inquérito Civil: Inquérito Civil n.º 0400.15.000306-1. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

mistura de calor e concreto. Bem diferente da horta que ela plantava em Paracatu de Baixo, com couve, cebolinha, salsinha, pimenta, cenoura, beterraba, alface, além de outros vegetais e frutas. Hoje, a nova moradora da cidade de Mariana tenta plantar hortas em vasos, mas não consegue se acostumar com a nova realidade: “Eu passava o dia cuidando da horta e ajudando meu marido nas plantações da região. Hoje, fico em casa. Até o cachorro ficou triste.”¹¹³

A seguir, fotos tiradas pela pesquisadora, do distrito de Bento Rodrigues, após o desastre:

¹¹³ PARANAÍBA, Guilherme. **Moradores de cidades atingidas por tragédia em Mariana não se adaptaram à nova realidade.** 03 nov. 2016. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/11/03/interna_gerais,820481/moradores-de-cidades-atingidas-por-tragedia-em-mariana-nao-se-adaptara.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2017.

Figura 9 - Vista do lugar onde ficava o Distrito de Bento Rodrigues







Fonte: Carolina Paaz

Figura 10 - Antigo morador de Bento Rodrigues, visitando a sua casa destruída



Fonte: Luciana Gomes, assistente social do Município de Mariana/MG.

Os deslocados das regiões atingidas que agora precisam viver na cidade de Mariana sofrem com o distanciamento que se estabeleceu entre parentes, dificuldade em plantar alimentos que eram cultivados em hortas grandes e variadas, além do temor em criar os filhos em um ambiente com mais pessoas desconhecidas e com menos segurança. Esta perda da dignidade humana, a dificuldade de adaptação em um novo lugar e a grande vulnerabilidade social que se instalou após o rompimento da barragem, está descrita na fala dos atingidos ao serem questionados sobre a mudança de vida:

Entrevista 05 (deslocado ambiental) : Como está a sua vida agora? To muito triste. Mudou tudo. A gente convivia com todos, deixava os filhos com vó ou deixava na casa de vizinho. Agora é cada um na sua casa. Cadê os vizinho, cadê os parente? Nem saio mais de casa, só pra ir pro psiquiatra. Antes era tudo pertinho, a gente saía na rua já tava a casa do vizinho, a casa do parente. Tá tudo mudado.

Entrevista 11 (deslocado ambiental) : Como está a sua vida agora? A mamãe fica triste porque ela sente que agora precisa viver de esmola, depende dos outros. Tivemos que aceitar as doações, a gente tinha que pegar porque a gente não tinha como comprar. É, porque ela se sente assim, como ela não dependia de ninguém, a gente não dependia, de uma hora pra outra, a gente ficar dependendo de tudo, de comida, roupa, calçado, de remédio, tudo, tudo dos outros, porque nós ficamos sem nada e ficamos dependendo mesmo e nós vivemos de doação. Até pouco tempo, nós dava doação mesmo, agora é que acabou, né, que aí agora eles dão o salário, tudo direito, mas as roupas que a gente veste, tudo ainda é de doação, a gente ainda não comprou, que a gente pegou tudo de doação dos outros. Aqui ninguém se encontra, não, aqui tá todo mundo aqui em Mariana, mas só que cada um tá num lugar, num bairro, em outro lugar, eu mesma, só fui em três casa, só, não voltei em casa de ninguém porque eu não sei a onde que tá. E lá em Paracatu, eu sabia onde tava todo mundo, eu ia na casa de todo mundo, aqui, não, aqui não tem como. Aqui eu só fui em três casa, que eu sei onde que tão, mas...

Entrevista 22 (deslocado ambiental) : Como está a sua vida agora? A minha vida agora acabou, tá chato, você não esquece daquilo de jeito nenhum, porque a minha vida inteira foi lá, aqui eu tô sem destino, eu não sei o que eu faço, lá eu tinha o meu serviço, eu ganhava o meu dinheiro, eu mexia com a minha (inaudível), televisão, consertava moto dos outros, eu mexia com parte elétrica. E aqui eu não tenho nada disso, dentro da cidade grande aqui é muita concorrência, a pessoa tem que ter escola, tem que ter um dinheiro aqui, pra você fazer dinheiro, você tem que ter dinheiro, como é que eu vou montar um negócio aqui, sendo que eu não tenho um diploma?

A saudade da casa (laranja), bem como a falta que sente de ver as crianças brincando na rua, são permanentes, segundo fala do entrevistado que mostrou para a pesquisadora a única foto que sobrou da sua residência.

Figura 11 - Foto que sobrou da residência de um morador



Fonte: morador do Distrito de Bento Rodrigues mostra para a pesquisadora a fotografia que sobrou da sua rua.

Para Caubet, existe uma violência física e a violência simbólica contra as populações vulneráveis, as quais são obrigadas abandonar as suas terras, gerando assim insegurança aos titulares dos direitos reais de posse e de usufruto, com usurpação, confisco, esbulho, violência entre outros abusos cometidos. Os comportamentos antijurídicos e antissociais das autoridades de quase todos os países da EU, no momento da crise de emigrantes políticos e ambientais, confirma que os direitos e as normas que protegem os direitos humanos são aparentes. São milhares de

peessoas que são privadas de toda a dignidade, ou de sua vida, por pura omissão das autoridades locais ou regionais.¹¹⁴

A perda dos objetos pessoais também causaram, segundo fala da entrevistada, uma profissional da assistência comunitária, que trabalha diretamente com os deslocados ambientais, um grande sofrimento que jamais será compensado por dinheiro de indenização:

Entrevista 19 (assistente social) . Eu acho assim, que as coisas vão só piorar, infelizmente. Pensa só, a lama destruí muitas lembranças também. A lama pegou e destruiu o álbum de casamento de uma mulher que eu atendi, ela só chorava. Ela fala assim – “nossa, a lama levou até as minhas lembranças do meu marido”, sabe, aí tem família que fala assim – “nossa, todas as minhas lembranças viraram pó”, aí, nossa, é muito, muito triste. Outro senhor chorava por causa da sanfona. Esse da sanfona é o que tá em São Paulo, que a filha dele acabou de ligar, que eu quero até saber se ele tá bem lá, porque ele quer voltar de tudo quanto é jeito. **A sanfona ele tinha ganhado de quem?** Era do pai dele, uma sanfona que ele guardava, era do pai dele, já tinha mais de cem anos. Ele fala assim – “nada vai pagar isso, nada vai pagar, não adianta a empresa me dar o dinheiro que valeria, mas nada vai pagar isso”.

Conforme os autos da Ação Civil Pública, trata-se de uma devastação de vidas humanas:

Sublinhe-se vidas devastadas, porque não foram somente casas destruídas, carros perdidos, animais mortos ou plantações perdidas: as vítimas do rompimento da barragem da SAMARCO perderam, sobretudo, bens imateriais, como a vida comunitária, as suas lembranças, suas histórias, sua tranquilidade, seus amigos, ou seja, bens irreparáveis, enterrados na lama, por causa das atividades irresponsáveis das rés.¹¹⁵

Para Leandro, pode-se afirmar que o sentimento de pertença e a existência de objetivos comuns são os alicerces para efetivar os elos entre os membros da comunidade, pois seria aquilo que mantém as pessoas unidas a despeito de todos os fatores que poderiam separá-las.¹¹⁶

A comunidade é associada a ideia de pertencimento. Na atualidade não “ter” uma comunidade significa não pertencer, estar desprotegido e fadado a viver uma vida de riscos e incertezas.¹¹⁷

O homem nasceu para viver em comunidade. A tese aristotélica da radical sociabilidade do ser humano atesta a insuficiência de uma vida isolada: aquele que vive sem cidade ou é um ser degradado (um animal) ou está acima da humanidade (um deus), "comparável ao homem

¹¹⁴ CAUBET, Chistian G. **Tratados internacionais, direitos fundamentais, humanos e difusos**: os estados contra o bem viver de suas populações. Florianópolis: Insular, 2016. p. 70.

¹¹⁵ Inquérito Cível nº 0400.15.000306-1 e 0400.15.000307-9.

¹¹⁶ LEANDRO, Janine Barreira. Comunidade : uma reflexão a partir de Zygmunt Bauman. **Kairós**, Revista Acadêmica da Prainha, v. 5, n. 1, jan./jun. 2008. p. 157.

¹¹⁷ SANTOS, Bruno Hermes de Oliveira. Um sonho de pertencimento: o fenômeno comunitário à luz do pensamento de Zygmunt Bauman. **Revista Habitus**: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 113-120, dez. 2014. Disponível em: <<https://Revistas.Ufrj.Br/Index.Php/Habitus/Article/Viewfile/11441/8391>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ignominiosamente tratado por Homero como 'sem família, sem lei sem lar". Ao analisar a virtude ética da amizade, o filósofo afirma que a felicidade está atrelada à convivência humana, ao fato de viver junto com os outros em relações de compartilhamento social, uma vez que "não menos estranho seria fazer do homem feliz um solitário, pois ninguém escolheria a posse do mundo inteiro sob a condição de viver só, já que o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade."¹¹⁸

Hannah Arendt, esclarece que a inserção de um ser humano em uma comunidade que lhe seja própria, é requisito de sua humanidade. É justamente o fato de um ser humano pertencer a um grupo organizado que confere ao indivíduo a sua qualidade de ser humano. Diante disso urge a necessidade de manter os indivíduos dentro das suas comunidades que irão lhe proteger e lhe respeitar.¹¹⁹

Retomando o foco das mudanças bruscas na vida dos deslocados ambientais, antes e depois do desastre, os depoimentos emocionados retratam a dramaticidade das situações vivenciadas no cotidiano dessas vítimas, as quais relatam a falta do convívio com seus amigos e vizinhos:

Entrevista 01 (deslocado ambiental) : Agora a gente vai falar da vida após o rompimento da barragem. Como está a sua vida agora? Esse pessoal de Bento mudaram muito, sabe, não conversam muito mais agora com a gente, quando vê na rua, não cumprimenta mais. Tem um monte de gente aí que é parente nossa, primo, primo irmãos, sabe, assim, faz festa e agora nem convida, nem olha na nossa cara mais. **Você sente que vocês está mais afastada dos amigos e da família, é isso?** Tá todo mundo longe do outro, igual a minha filha mora ali, o meu irmão aqui, o meu outro irmão lá. **Como vocês se sentem em relação a tudo isso?** Eu sonho muito com Bento, aí tem hora que dá até vontade de chorar, dá raiva não sei do que. A gente perdeu muita coisa. Os amigos não se enxergam mais. Eu tô indo num médico para melhorar a minha tristeza.

Entrevista 05 (deslocado ambiental): Como era a sua vida antes da barragem se romper? Eu, convivia com todo mundo, todo pessoal de Bento, pois a gente ia pra quadra e jogava bola e tudo, se queria fazer alguma coisa, os vizinhos era tudo perto, era rapidão, agora aqui, não, agora tá tudo longe, pra gente fazer as coisa, não tem como a gente deixar filho na casa de ninguém, e, lá, todo mundo era enturmado, todo mundo conhecia todo mundo. Tinha a igreja a escola e a praça onde todo mundo se encontrava. Agora aqui acabou tudo isso. **Como está a sua vida agora?** (Inaudível). Tô muito triste. Mudou tudo. A gente convivia com todos, deixava os filhos com vó ou deixava na casa de vizinho. Agora é cada um na sua casa. Cadê os vizinho, cadê os parente? Nem saio mais de casa, só pra ir pro psiquiatra. Antes era tudo pertinho, a gente saía na rua já tava a casa do vizinho, a casa do parente. Tá tudo mudado.

Entrevista 11 (deslocado ambiental) : Como era a relação entre os amigos, vizinhos, parentes? Ih, minha filha, nossa senhora, minha filha, se eu não tô aqui doente... Era bom demais, é o que eu mais eu sinto falta aqui em Mariana é isso, porque a gente ficou sozinho. Ô menina, eu vou te contar, se eu não tô aqui, igual eu tô aqui, Deus me livre, tem 10 (dez) mês que nós estamos aqui, dez mês, eu entrei em depressão, eu tô tonta de tomar remédio, olha o que eu virei depois que eu tô aqui, hoje tá fazendo três dia que eu

¹¹⁸ RAMOS, Cesar Augusto. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 55, n. 129, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000100004>. Acesso em: 15 out. 2017.

¹¹⁹ ARENDT, 1989, p. 302.

gripei, eu não tenho comigo, hoje que eu vim no médico, porque eu tava com muita febre, aí o médico mandou eu fazer uma injeção na veia pra corta a febre, a garganta inflamada, mas eu vou contar pra você, se eu tivesse lá em casa, a minha casa era cheia de gente... onde nós morava era vizinho pro todo lado, de um lado, do outro lado, na frente... eu enchia a minha casa de gente. Era bom demais. **E aqui vocês estão se sentindo isolados?** Aqui é, porque a gente ficou sozinho. A gente não conhece vizinhança... quem não conhece nós, não conhece, sabe, na cidade, nem todas pessoas gostam de um ir na casa do outro...

O relato dos sentimentos são particulares, porém, as situações relatadas, são comuns a todos os atingidos:

Entrevista 24 (deslocado ambiental) : E vocês encontram aqui outras pessoas, porque lá vocês tinham vizinhos, amigos que se encontravam e aqui? Aqui é difícil, é só quando nós tiver o nosso reassento mesmo, porque aqui é só quando tem uma reunião que a gente encontra. Tem pessoas aqui que eu não sei nem onde que mora, então você não consegue encontrar tudo, dia de reunião, você chega e encontra, mas como que eu vou sair lá pro Rosário, lá pras Colina, ontem mesmo, eu fui na casa de uma cunhada minha, que ela é acamada, eu fui lá ver ela, lá na Colina, mas só ela mesma que eu fui, nas outras casas, eu não fui. Agora cada um esta em um canto da cidade.

A tristeza e a voz embargada é visivelmente percebida nas entrevistas e demonstram que houve a quebra do vínculo comunitário entre os moradores das comunidades atingidas, haja vista que cada um dos moradores foi morar em uma casa diferente dentro do município de Mariana/MG.

Figura 12 - Casas dos deslocados ambientais, dentro do município de Mariana/MG, todas visitadas pela pesquisadora







Fonte: Carolina Paaz

Percebe-se que o rompimento da barragem de Fundão afetou seriamente o desenvolvimento social das comunidades atingidas, pois os moradores sofrem pelo deslocamento forçado para a cidade de Mariana, sentem que sofrem discriminação, sentem falta dos bens que foram perdidos, a perda de documentos, das lembranças, sofrem stress psicológicos, preocupação com o futuro e a perda de acesso aos recursos comuns. Para os moradores das comunidades atingidas, foi negado o direito à autodeterminação, ou seja, o direito de querer sair ou não da sua comunidade.

Os moradores dos distritos atingidos tinham uma ligação muito forte com a natureza que os cercava, a natureza estava no pátio de cada casa, e, segundo Menestrino e Gomes Parente, o homem constrói a sua identidade ao se integrar ao meio ambiente por meio de diferentes universos simbólicos, que se encontra intimamente ligada aos recursos naturais e aos seus valores enquanto indivíduo.¹²⁰

Observa-se, segundo relato, um grande pesar nas falas dos atingidos pelas perdas dos recursos naturais:

Entrevista 11 (deslocado ambiental). Não tenho como plantar mais nada. A gente plantou essas florzinhas aqui, mas não tem jeito, não, porque lá a gente tinha, aqui não tem como. Se você chegasse na porta lá de casa, quantas pessoas tirava retrato da porteira lá de casa, a casa tinha aquela lata (chora), já estava assim embaixo, assim, a varanda, no meio da varanda, desde lá, tudo tapado de lata de cima abaixo, assim, uma lataria pra dentro e pra fora, debaixo assim tinha um jardim só, de um lado e de outro da minha casa, eu deixava tudo enfeitado... o carro entrava na porta do meu filho... Nossa, pra gente aqui é difícil demais.

Ela molhava a horta que eu plantava, ela não pode mexer por causa da coluna, que ela tem problema de coluna, e eu plantava, ela levantava cedo e molhava a horta pra mim, ela catava de galinha, ela ia varrer terreiro, ela ia olhar uma flor, um trem e outro, ela tinha a

¹²⁰ MENESTRINO, E. **Povos tradicionais:** do lugar ao não-lugar. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.

rotina dela, e eu tinha a minha, aí, no caso, a gente nunca ficava parada, sempre tava mexendo, agora tem que ficar é parado, não tem como, é difícil demais. A gente andava na natureza. Era bom demais.

Figura 13 - Lugar onde a deslocada ambiental, uma senhora idosa, passa a maior parte do tempo, haja vista que alega que não consegue aguentar o barulho da cidade. É uma sacada nos fundos do apartamento



Fonte: Carolina Paaz

Figura 14 - Flores que antes estavam em um gramado, agora são plantadas em vasilhos e ficam na sacada do apartamento da idosa



Fonte: Carolina Paaz

O pesar pela perda da identidade devido a ausência compulsória dos recursos naturais, revela-se na voz dos entrevistados:

Entrevista 21 (deslocado ambiental). A minha vida lá era boa, sabe? Eu gostava muito de pescada, toda vida gostei de andar no mato, toda minha vida foi mais no mato, o que eu vivi lá foi maravilhoso.

Eu falo assim, igual nós vivia, isso daí nunca mais, que lá onde nós morava lá tinha... tinha cinco cachoeira de água, nós tinha água pra tudo quanto é lado, tinha uma arvorezinha lá, que é onde nós pescava, onde que a gente ficava, que chamava Beiradinha, tinha o córrego do Ouro Fino, tinha o outro córrego da Juliana, que era muita água, tinha o do Camargos, que é o córrego do Camargos aqui de cima, que tinha muito peixe, então era uma região que nós pescava muito. Esse lugar lá eu gostava de pescar, eu pescava e tinha uns peixe “desse tamanho assim”, Tilápia, eu gostava muito de pescar, ela não passa disso aqui, não, não passa disso, só que ela ficou (inaudível), você pega um peixe desse tamanho, dá quase tudo, então, eu ficava lá e enchia a sacola de peixe, lá acabou tudo, no dia, se eu tivesse lá, eu ia morrer, a gente não tinha como correr porque era pedra de um lado e de outro.

Entrevista 24 (deslocado ambiental) . E lá era muito bom, um lugar que tinha muita água então aquele córrego, aquela água gostosa, aquela água com esse tempo de calor, aquela morninha, muito boa, era muito gostoso. A barragem era um lugar de encontro? É, era um lugar muito gostoso.

Enquanto a gente torcia roupa tinha muito menino que brincava lá. Era uma maravilha. Lá no Bento, as mães tavam dentro de casa, e os filhos tavam lá indo pro lado da barragem, uma água muito bonita, e a meninada brincava todos os dias. A gente também se reunia na barragem para conversar. Os menino passava pra ir pra barragem pra brincar nesse poço, criança, adolescente, de nove anos, dez anos, ia nadar e brincar lá.

Para Pereira, Calgaro e Rodrigues, percebe-se que as pessoas desprovidas de recursos socioeconômicos suportam um fardo dobrado de privações e quando falamos em desenvolvimento humano estamos falando em qualidade de vida, ou seja, uma vida longa e saudável, com acesso ao conhecimento e um padrão de vida descente. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é indispensável um meio ambiente saudável para a sociedade onde a saúde seja garantida e que o ar e água sejam fontes de saúde.¹²¹

Para Silveira, o direito constitucional de todos ao meio ambiente economicamente equilibrado requer a não agressão a natureza em medida superior a sua capacidade de recuperação.¹²² Os efeitos da ação humana sobre o ambiente são sentidos, muitas vezes, de forma dramática, sem contar os inúmeros impactos materiais causadas pela apropriação humana sobre o meio ambiente. Não há como mensurar o valor do patrimônio genético, da perda da beleza das paisagens ou do desaparecimento dos ecossistemas, das populações e modos de vidas tradicionais.¹²³

¹²¹ PEREIRA; CALGARO, 2014, p. 157, p. 163.

¹²² SILVEIRA, 2014b, p. 85.

¹²³ SILVEIRA, 2014b, p. 86.

Os danos ambientais expõem os direitos humanos ao perigo e é por esse motivo que a proteção do direito ambiental é uma questão de necessidade básica. Essa relação entre direitos humanos e meio ambiente já foi reconhecida pela Corte Internacional de Justiça no caso Gabčíkovo-Nagymaros, em que o Juiz Weeramantry, asseverou:

A proteção do meio ambiente é [...] uma parte vital da doutrina contemporânea dos direitos humanos, pois ela é *sine qua non* para numerosos direitos humanos, como por exemplo, o direito à saúde e o próprio direito à vida. Não há muita necessidade de aprofundar isto, já que o dano causado ao meio ambiente pode comprometer e minar todos os direitos humanos que falam a Declaração Universal e outros instrumentos de direitos humanos.¹²⁴

Para Buhring, a dignidade é um direito inerente ao ser humano, irrenunciável da própria condição humana, e é atributo do Estado Democrático de Direito, proteger os seus cidadãos. A dignidade da pessoa humana é o principal direito fundamental constitucionalmente garantido no sistema brasileiro.¹²⁵

Percebe-se na fala da assistente social que trabalha diretamente com os atingidos, o grande problema social causado pelo afronta a perda desse direito Constitucionalmente garantido:

Entrevista (assistente social - A): O pessoal que vivia nos distritos atingidos, muitos já eram vulneráveis. Eles já eram um pouco abandonados pelo poder público no geral. Mas aí, o que aconteceu, o desastre, ele aumentou assim ainda mais aquela vulnerabilidade daquelas pessoas, porque, antes, pelo menos, vamos supor, você era uma família simples, mas você tinha ali no seu canto uma couve pra comer, tipo assim, as pessoas ainda se viravam muito bem com aquilo que eles tinham, mas esse choque de eles ter vindo pra cidade foi muito grande, então isso já gerou outras questões sociais, começou violência, começou uso de álcool, uso de droga, coisa que eles não tinham tanto acesso assim, aqui na cidade já tiveram mais, então assim, até hoje é um baque muito grande de tudo que tá acontecendo pra eles, é uma mudança muito grande. A gente tá com um caso, assim, de uma família que tá meio que doente, lá em Paracatu, porque ainda vivem algumas pessoas lá, pra eles ainda é muito difícil aceitar vim pra cá, porque assim, o salário que a empresa paga, essas indenizações que a empresa paga, pra quem vive no distrito, é muito diferente, porque assim, antes eles não tinham que comprar uma verdura, agora, eles tendo que comprar uma verdura já é um gasto muito grande, antes, um salário pra quem mora no distrito é muito, não é que é muito, mas assim, é suficiente pra eles viverem tranquilos, aqui na cidade não é, então isso vai gerando, muitos, muitos, muitos problemas aqui na cidade.

Muitas comunidades, cuja produção econômica e sobrevivência dependem da dinâmica dos rios, como os ribeirinhos, são seriamente afetadas por decisões econômicas que na maioria das vezes não consideram as vidas humanas, pois comunidades inteiras são retiradas involuntariamente das terras que elas vivem. Isso faz com que as famílias percam completamente

¹²⁴ SEPARATE opinion of vice-president weeramantry. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/files/case-related/92/092-19970925-JUD-01-03-EN.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017. Tradução nossa.

¹²⁵ BÜHRING, 2016b, p. 221.

seu referencial cultural, de produção econômica e laços comunitários. Em 40 anos, mais de 1 milhão de pessoas foram deslocadas em razão da necessidade de geração de energia, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e em análise estatística, o relator do Banco Mundial Michael Cernea diagnosticou, em 2004, o empobrecimento das populações deslocadas:

126

Na lei não há, em princípio, nenhuma razão que autorize que um grupo, os que não querem o apagão, tenham prevalência sobre aqueles que sofrerão os impactos da construção de mais usinas. Um cálculo de felicidade com viés utilitarista, ou seja, que o resultado final deva ser o bem-estar da maioria, está em desacordo com nosso projeto constitucional. A Constituição tem como um de seus fundamentos a cidadania e como objetivo a construção de uma sociedade justa e solidária. Não há solidariedade quando um grupo está segregado do desenvolvimento. ¹²⁷

Há um direito às condições mínimas de existência humana digna que não pode ser objeto de intervenção do Estado e que ainda exige prestações estatais positivas. O Estado tem o dever de garantir que as condições de vida não sejam reduzidas, devendo concretizar sempre o mínimo existencial:

A noção de mínimo existencial, compreendida, por sua vez, como abrangendo o conjunto de prestações materiais que asseguram a cada indivíduo uma vida com dignidade, no sentido de uma vida saudável, ou seja, de uma vida que corresponda a padrões qualitativos mínimos, nos revela que a dignidade da pessoa atua como diretriz jurídico-material tanto para a definição do núcleo essencial (embora não necessariamente em todos os casos e da mesma forma), quanto para a definição do que constitui a garantia do mínimo existencial, que, na esteira de farta doutrina, abrange bem mais do que a garantia da mera sobrevivência física, não podendo ser restringido, portanto, à noção de um mínimo vital ou a uma noção estritamente liberal de um mínimo suficiente para assegurar o exercício das liberdades fundamentais, ainda mais em se tratando de um cenário constitucional marcado – pelo menos no plano formal. ¹²⁸

Pensando em garantir o mínimo existencial, foram tomadas uma série de medidas após o desastre, com o fim de assegurar a dignidade dos deslocados ambientais, segundo descrição do promotor de justiça:

Entrevista (promotor de justiça) E essa ação civil pública, ela busca indenizar os atingidos e reconstruir as comunidades? Sim. Essa é a principal finalidade, mas ela também busca as ações emergenciais. **E até lá, e até as pessoas terem casa, elas vão ficar morando em hotel e em abrigo?** Foi isso que nós queremos corrigir de imediato e

¹²⁶ SACBIN, Flávia; ACCA, Thiago Acca. Barrados na barragem: Nosso desejo de não ficar no escuro não justifica que milhares tenham direitos violados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 fev. 2015. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,barrados-na-barragem,1641594>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ SARLET, Ingo Wolfgang. Notas sobre a assim designada proibição de retrocesso social no constitucionalismo latino-americano. **Revista do TST**, Brasília, v. 75, n. 3, p. 116-149, jul/set 2009. Disponível em: <<http://www.abdpc.com.br/admin/midias/anexos/1440694885.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

foi aí que nós tivemos a grande sacada de exigir da empresa, já nesse primeiro processo, que ela fornecesse remuneração mensal para os atingidos, que ela tirasse as pessoas do abrigo, que tirasse do hotel e colocasse em casas alugadas pra garantir mais dignidade, que ela fornecesse atendimento psicossocial, que ela fornecesse alimentos para os animais dos atingidos, que ela prestasse todo tipo de auxílio àqueles que foram atingidos pela empresa, que não tivesse que esperar o quanto antes pra receber a indenização, porque, se esperasse, a maioria ia morrer de fome, porque as pessoas perderam tudo, perderam a sua fonte de renda, a sua casa, os seus bens, a sua vida comunitária, acabou. Então, o que nós fizemos foi, com a casa alugada e com o cartão de remuneração mensal e agora o pagamento da conta de luz, que você está vendo aí, garantiu uma dignidade pra essas pessoas, que elas possam não parar a sua vida nesse momento, porque até que elas fossem indenizadas, isso ia demorar três, quatro anos, até que se reconstrua as comunidades é de três a quatro ano.

Segundo o Papa Francisco, é necessário uma reflexão sobre a conversão ecológica global, pois a destruição do ambiente humano é um fato muito grave, pois a vida dos seres humanos depende da natureza e deve ser protegido de várias formas de degradação. No entanto, qualquer pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades.¹²⁹

O meio ambiente está presente nas questões mais vitais e elementares da condição humana, segundo Fensterseifer, além de ser fundamental à sobrevivência do homem como espécie animal:

a vida e a saúde humana (ou como refere o caput do artigo 225 da Constituição Federal, conjugando tais valores a sadia qualidade de vida) só são possíveis, dentro dos padrões mínimos exigidos constitucionalmente para o desenvolvimento pleno da existência humana, numa ambiente natural onde haja qualidade ambiental da água que se bebe, dos alimentos que se comem, do solo onde se planta, do ar que se respira, da paisagem que se vê, do patrimônio histórico e cultural que se contempla, do som que se escuta entre outras manifestações da dimensão ambiental.¹³⁰

Para reforçar a necessidade de proteger garantias constitucionais dos atingidos, o Ministério Público juntou nos autos da Ação Cível Pública, os relatórios que descreveram o grande contingente de crianças e adolescentes que ficaram vários dias sem aula. O Relatório da Prefeitura de Mariana e do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) – informa que são 3.875 (três mil, oitocentos, setenta e cinco) pessoas afetadas direta ou indiretamente, incluindo mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados, desaparecidos e outras hipóteses indiretas; e a Estrutura física destruída de acordo com relatório do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) – pelo menos 349 (trezentas e quarenta e nove) unidades habitacionais

¹²⁹ IGREJA CATÓLICA. (Papa 2013-: Francisco). **Carta Encíclica Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 05 jul. 2017.

¹³⁰ FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente**: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico constitucional do estado socioambiental de direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 61.

destruídas, 02 (duas) instalações de saúde destruídas, 04 (quatro) instalações de ensino destruídas, 11 (onze) instalações públicas de uso comunitário destruídas e 26 (vinte e seis) obras de infraestrutura pública destruídas, incluindo pontes e estradas.¹³¹

A lama não destruiu somente os distritos de Mariana. O Rio Doce, com os seus mais de 850 quilômetros de extensão, também foi contaminado pela lama da barragem de Fundão. O Rio Doce é essencial para diversas regiões. A lama chegou à Usina de Aimorés, na divisa do Espírito Santo, atingindo em cheio tribos indígenas que dependem da água para sobreviverem. A tribo Krenak, um ramo dos botocudos temido desde os tempos de colônia, foram em uma reunião com Samarco, pintados para a guerra. Uma caixa de papelão reunia o repasto: uma pilha de peixes inertes e fétidos recolhidos do Rio Doce, que atravessa a reserva indígena. Para beber, copos contendo uma água barrenta e imunda, extraída do mesmo leito fluvial.¹³²

“Eles se assustaram e sentiram na pele o que nós estamos sentindo”, diz Itamar Krenak, um dos 450 integrantes da aldeia, temeroso de que o Rio Doce jamais se recupere da devastação causada pelo tsunami lamacento. “O rio é nosso sangue, nossa religião, nosso sustento. Agora ele está envenenado, sem vida”, afirma.¹³³

¹³¹ Processo n.º 0400.15.004335-6. Inquéritos Cíveis: 0400.15.000306-1 e 0400.15.000307-9. Classe: Ação Civil Pública. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

¹³² LAMA de Mariana avança rumo ao mar e revolta população. **Época**, São Paulo, 19 nov. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/11/lama-de-mariana-avanca-rumo-ao-mar-e-revolta-populacao.html>>. Acesso em: 02 out. 2017.

¹³³ Ibid.

Figura 15 - Rio Doce

Fonte¹³⁴

Segundo a Declaração da ONU a respeito dos Povos Indígenas, o direito desses povos é ainda mais amplo, isso porque o direito ao meio ambiente vívido, seguro e sustentável é definido como parte da integridade cultural e do direito à autodeterminação. O direito a integridade ecológica combina elementos da integridade cultural e da autodeterminação e constitui, por conseguinte, a base para os direitos e deveres para com o meio ambiente.¹³⁵

A contaminação do leito do Rio Doce acarretou incalculáveis danos para a agricultura, para pesca, para o turismo, para o setor industrial, para o transporte e o lazer das cidades que dependiam da água do Rio, e isso significa que os Direitos Humanos dessas pessoas também foram gravemente violados.

A jurisprudência fixada pela corte Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão com maior autoridade na matéria de Direitos Humanos nas Américas, analisou uma situação que envolveu violação dos Direitos Humanos, em 29 de novembro de 1986, quando após uma operação militar na aldeia Moiwana, os agentes militares e seus colaboradores mataram cerca de 40 membros da comunidade, entre crianças e mulheres. A operação destruiu a comunidade indígena e os que conseguiram sobreviver, tiveram que sair da terra em que viviam. Os sobreviventes passaram a sofrer muito com as péssimas condições de vida, haja vista que não conseguiram mais praticar seus meios de sobrevivência. Desde o ataque, as terras tradicionais da

¹³⁴ LAMA..., 2015.

¹³⁵ BOSSELMANN, Klaus. **Direitos Humanos, meio ambiente e sustentabilidade**. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/8821/3/1.pdf?ln=pt-pt> p.20>. Acesso em: 17 out. 2017.

Aldeia de Moiwana, ficaram abandonadas e os membros da comunidade ficaram impossibilitados de recuperarem os restos mortais dos familiares mortos: ¹³⁶

Los que lograron escapar presuntamente huyeron a los bosques circundantes, y después fueron exiliados o internamente desplazados. Asimismo, a la fecha de la presentación de la demanda, supuestamente no habría habido una investigación adecuada de la masacre, nadie habría sido juzgado ni sancionado, y los sobrevivientes permanecerían desplazados de sus tierras; consecuentemente, serían incapaces de retomar su estilo de vida tradicional. Por estas razones, la Comisión señaló que, mientras que el ataque en sí era anterior a la ratificación de la Convención Americana por parte de Suriname y a su reconocimiento de la competencia contenciosa de la Corte, la presunta denegación de justicia y el desplazamiento ocurrido con posterioridad al ataque constituían el objeto de la demanda. ¹³⁷

A relação da comunidade N'djuka com a sua terra tradicional foi mencionada na sentença, pois o índio tem uma ligação espiritual muito forte com a terra. Para eles é imprescindível que a cultura mantenha a integridade e identidade da tribo, onde os membros da comunidade devem ter acesso a sua terra de origem. O direito a terra são amplos, perpétuos e inalienáveis. Os N'djuka possuíam ritos específicos que devem ser seguidos após a morte de um membro, seguidos por uma série de cerimônias religiosas, onde é extremamente importante ter a posse dos restos mortais do falecido, para realizar os rituais, e a não efetivação dos rituais de acordo com as tradições N'djuka, é considerada uma transgressão moral, que não só provoca a ira do espírito que morreu, mas também isso pode ofender outros antepassados falecidos da Comunidade. ¹³⁸

Segundo a defesa das vítimas, houve violação aos direitos estabelecidos no artigo 22 da Convenção Americana, pois os membros da tribo foram privados de seus meios tradicionais de subsistência devido a expulsão das suas terras tradicionais e a continuidade de regressar a elas, e em consequência disso, as vítimas que sobreviveram, passaram a viver em condições de muita pobreza. O deslocamento forçado e reassentamento involuntário é proibido pelo direito internacional devido a lesão dos direitos fundamentais civis, políticos, econômicos e culturais, tanto individuais quanto coletivos. No caso de povos tribais, o deslocamento afeta seriamente suas relações diversas com suas terras ancestrais. ¹³⁹

A sentença apresentou um aspecto ampliado dos direitos humanos daqueles que eram vítimas, bem como ampliou o conceito lato de vítimas, de maneira que não haja qualquer restrição

¹³⁶ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Caso de la Comunidad Moiwana Vs. Suriname: Sentencia de 15 de junio de 2005. Disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_124_esp1.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Ibid.

ou limitação a direitos dos mesmos. Segundo a sentença, era importante deixar claro quem eram as presumidas vítimas do atentado:¹⁴⁰

Os miembros de la comunidad han sufrido emocional, psicológica, espiritual y económicamente, debido al ataque a su aldea, la posterior separación forzada de sus tierras tradicionales, y la imposibilidad de honrar adecuadamente a sus seres queridos fallecidos y de obtener justicia por los hechos de 1986.¹⁴¹

Ainda, segundo a sentença, a Corte declarou, com base nas violações dos direitos humanos, protegidos nos artigos 5, 22, 21, 8 e 25 da Convenção Americana, a obrigação do Estado reparar os prejuízos dos que tiverem seus direitos lesionados, pois trata-se de uma norma consuetudinária que trata dos princípios fundamentais do Direito Internacional:

Dicho artículo refleja una norma consuetudinaria que constituye uno de los principios fundamentales del Derecho Internacional contemporáneo sobre la responsabilidad de los Estados. De esta manera, al producirse un hecho ilícito imputable a un Estado, surge de inmediato la responsabilidad internacional de éste por la violación de la norma internacional de que se trata, con el consecuente deber de reparar y hacer cesar las consecuencias de la violación

La reparación del daño ocasionado por la infracción de una obligación internacional requiere, siempre que sea posible, la plena restitución (*restitutio in integrum*), la cual consiste en el restablecimiento de la situación anterior a la violación. De no ser esto posible, como en el presente caso, cabe al tribunal internacional determinar una serie de medidas para que, además de garantizar el respeto de los derechos conculcados, se reparen las consecuencias producidas por las infracciones y se establezca, *inter alia*, el pago de una indemnización como compensación por los daños ocasionados. La obligación de reparar, que se regula en todos los aspectos (alcance, naturaleza, modalidades y determinación de los beneficiarios) por el Derecho Internacional, no puede ser modificada o incumplida por el Estado obligado invocando disposiciones de su derecho interno.¹⁴²

A sentença foi dividida por partes, com explicação do tipo de dano que o Estado estava sendo condenado, sendo abordado aqui, algumas medidas que o Estado estava sendo responsabilizado, bem como quais as medidas deveriam ser tomadas, considerando as graves condições de vida dos sobreviventes, e a importância da terra os povos indígenas em geral:

- a) Beneficiários da indenização: todos os que residiam na aldeia de Moiwana que sobreviveram ao ataque, e os familiares dos que morreram;
- b) Dano Imaterial: os danos intangíveis podem entender os sofrimentos e aflições, o enfraquecimento dos valores muito significativos para as pessoas e a alterações, a natureza não pecuniários, sobre as condições de existência da vítima. Não é possível atribuir um equivalente monetário preciso, para efeitos de reparação completa para as vítimas do dano imaterial, só pode ser objeto de compensação de duas maneiras. Primeiro, mediante o pagamento de uma quantia em dinheiro ou entrega de bens ou

¹⁴⁰ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, 2005.

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² Ibid.

serviços dinheiro significativo, que o Tribunal de Justiça determina aplicação razoável de discricionariedade judicial, em termos de equidade. E, em segundo lugar, por ações ou obras de escopo público ou impacto, que tem o efeito, nomeadamente, o reconhecimento da dignidade da vítima e prevenir a reincidência de violações de direitos humanos;

c) O Suriname deve usar todos os meios técnicos e científicos possíveis - tendo em conta as normas relevantes sobre o assunto, como as estabelecidas no Manual das Nações Unidas sobre Prevenção e Pesquisa Efetiva de Execuções Extrajudiciais, Arbitrárias e Sumárias - para recuperar com membros da comunidade que morreram durante o ataque de 1986. Se o estado encontrar os restos, eles devem entregá-los o mais rápido possível aos membros sobreviventes da comunidade para que o falecido possa ser honrado de acordo com os rituais da comunidade. cultura N'djuka.

d) O Tribunal dispõe que o Estado deve adotar todas as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias para assegurar que os membros da comunidade gozem dos seus direitos de propriedade sobre os territórios tradicionais de que foram expulsos e assim garantir o uso e aproveite esses territórios. Essas medidas devem incluir a criação de um mecanismo efetivo de delimitação, demarcação e titulação de tais territórios tradicionais. O Estado deve tomar essas medidas com a participação eo consentimento informado das vítimas, expresso através de seus representantes e membros das outras aldeias de Cotta N'djuka e comunidades indígenas vizinhas, incluindo a comunidade Alfonsdorp. Garantias de segurança do Estado para os membros da comunidade que decidem retornar à aldeia de Moiwana

e) O Tribunal está ciente de que os membros da comunidade não desejam retornar às suas terras tradicionais até que (1) o território seja "purificado" de acordo com rituais culturais; e 2) não têm mais medo de novas hostilidades contra a comunidade. Nenhuma dessas duas condições será apresentada sem uma investigação efetiva e processo judicial, o que resultará no esclarecimento dos fatos e na sanção dos responsáveis. Enquanto esses processos estão sendo realizados, até a sua conclusão, apenas membros da comunidade podem decidir quando seria apropriado retornar à aldeia de Moiwana. Quando os membros da comunidade estão convencidos de que as medidas necessárias foram tomadas para permitir que eles retornem, o Estado deve garantir sua segurança.

f) Além do dano moral: a configuração do dano espiritual. Eu ousaria conceitualizá-lo como um dano espiritual, como uma forma agravada de dano moral que tem uma implicação direta na parte mais íntima da raça humana, ou seja, seu ser interior, suas crenças no destino da humanidade e suas relações com os mortos. O dano espiritual não é suscetível, é claro, a emanção material, mas existem outras formas de compensação. É aqui que a idéia é apresentada, pela primeira vez na história, para minha compreensão leal. Esta nova categoria de dano - como eu percebo - compreende o princípio da humanidade em uma dimensão temporal e inclui os vivos nas suas relações com os mortos e os não nascidos das gerações futuras.¹⁴³

Conforme Baracho Junior, ao citar Ost, faz-se necessário o repensar de uma nova ética em face dos problemas ambientais. Uma ética assimétrica, assumida em favor de partes mais fracas. O peso dessa carga e seu caráter assimétrico podem ser relativizados quando se tem em conta o fim de que, se cada geração é devedora em relação às seguintes, ela é igualmente credora em relação às anteriores.¹⁴⁴

Para Ost, a humanidade não tem direito ao suicídio, existe uma obrigação do porvir, uma ética em relação ao futuro que nos compele a agir de forma que ainda hajam homens amanhã.

¹⁴³ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2005. Tradução nossa.

¹⁴⁴ BARACHO JUNIOR, 1999, p. 195.

Trata-se sobretudo de uma responsabilidade ontológica a respeito da ideia do homem – uma ideia de ser que implica o seu dever ser.¹⁴⁵

O relato emocionado da assistente social entrevistada, afirma que é difícil determinar quem são os atingidos, haja vista houverem grandes perdas para todos os envolvidos :

Entrevista 09 (assistente social) : Bento foi totalmente destruído, agora, Paracatu, porque nós temos duas Paracatu, a De Baixo e a de Cima, logicamente, o de cima fica na parte mais alta, então ele não foi atingido, e o de Baixo, ele foi atingido indiretamente, claro, lá não tem mais como ter plantação, um dependia do outro, a questão de transporte, as estradas, então, atingidos, todos fomos, moradores do distrito e moradores da cidade também, bem como da região toda, na verdade, então assim, o que eu tenho observado, que, desde quando teve o rompimento, inicialmente, as pessoas, os moradores do distrito, elas foram diretamente atingidas, perderam casa, perderam família, perderam tudo, elas perderam tudo, e, assim, teve a emoção de tudo isso.

A partir do autos da Ação Cível Pública nº 0400.15.000306, em casos como do rompimento da barragem de Fundão, considerando a quantidade de vítimas, direta ou indiretamente afetados, houve dificuldade para classificar cada um dos afetados bem como considerar a complexidade de tratar os danos sofridos em caráter coletivo. O critério escolhido foi determinar como atingido:

Todo aquele que mantinha relação com as áreas afetadas e com os recursos naturais e/ou artificiais e culturais então disponíveis, por meio de relações econômicas (produção, comércio, agricultura, pecuária, pesca, subsistência, artesanato etc.), de trabalho (meeiros, parceiros, arrendatários, empregados rurais formais e informais etc.), comunitárias (vizinhança, parentesco, compadrio, relações de troca, solidariedade e sociabilidade etc.) e simbólicas ou culturais (igrejas, cemitérios, festas tradicionais, locais de culto e lazer etc.).¹⁴⁶

O depoimento do promotor de justiça, responsável pela Ação Cível Pública, explica em detalhes, a dificuldade que foi enquadrar cada um dos atingidos, a fim de dimensionar o que cada um perdeu:

Entrevista (promotor de justiça) : **Quantas pessoas que foram atingidas diretamente?** É, vamos dizer que atingidos diretamente é aquela perdeu a sua casa, são 1200 (mil e duzentas pessoas), uma estimativa de 1200 pessoas, uma pessoa que perdeu uma casa, uma propriedade imóvel, sendo que uma parte dessas pessoas que perderam a residência, elas não necessariamente estão morando numa casa da Samarco, porque, às vezes, elas tem uma outra residência onde elas moram, era uma residência de final de semana, era uma residência onde a pessoa tinha duplo domicílio, então, o número de pessoas que estão morando em casas alugadas não reflete necessariamente o número de pessoas que perderam a sua residência no local da tragédia. **Diretamente seriam 1200 pessoas?** Sim. Agora você tem contingente muito grande de pessoas que, eu não gosto

¹⁴⁵ OST, 1995, p. 319.

¹⁴⁶ Distribuição por dependência - processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. Inquéritos Cíveis: 0400.15.000306-1 e 0400.15.000307-9. Cópia dos autos extraído pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

muito de dizer direta ou indiretamente, sabe, porque veja bem a situação desse cidadão que eu vou te dizer, ele não perdeu a casa dele, ele não morava em Bento e nem Paracatu, ele morava em Camargos, ele trabalhava e morava numa casinha pequena nessa propriedade rural, essa propriedade rural foi toda destruída, menos a casa dele, o dono dessa propriedade rural evidentemente não tinha mais como pagar ele, não tinha mais como (inaudível) a remuneração dele e veio morar com a família em Mariana, e esse rapaz que era o trabalhador rural da propriedade, que ficou sem renda, mas ficou com casa, com tudo, ele não é atingido. **É atingido.** Dá pra colocar diretamente ou indiretamente, por isso que não dá, qual foi o direito afetado dele, o direito à renda, o direito à convivência comunitária, ele ficou isolado, então, eu gosto de falar atingido, nós podemos te dizer o grau de atingido ou direitos lesados, a pessoa que perdeu tudo, ela teve tudo lesado, ela tem o direito a moradia, à educação, à saúde, teve tudo lesado, ao lazer, tudo isso, todos direitos sociais que você tinha, você perdeu da noite pro dia. Já, agora, teve algumas pessoas que, por exemplo, é um terreno, ela não passou numa parte do terreno, mas consegue manter a sua atividade na outra parte do terreno, então ele foi afetado, ele perdeu uma parte da sua propriedade, que foi parcialmente afetada. **Sim, mas perdeu vizinho, perdeu amigo, perdeu a igreja, perdeu áreas comunais todas, não é?** Exatamente. Então é muito difícil, porque a empresa quer medir com a régua dela, o que ela acha que é bom pro atingido, não é esse o nosso princípio, o princípio do Ministério Público é tentar definir com eles o que é melhor pra eles.

Com base na definição desenvolvida, restou o entendimento que os atingidos/as são indivíduos, grupos ou comunidades que se enquadram em, ao menos, uma das seguintes situações (não foram considerados como atingidos somente quem perdeu a sua propriedade, o rol, neste caso, foi bem mais amplo) :

- I – Proprietário ou posseiro residente nos locais atingidos;
- II – Proprietário ou posseiro não residente nos locais atingidos;
- III – Morador, parceiro ou meeiro, ocupante, inquilino, arrendatário, renteiro, herdeiro, autônomo e trabalhador rural – não detentor da posse ou do domínio da terra, que morava e/ou produzia no imóvel, ou possuía benfeitorias, nos locais atingidos;
- IV – Morador possuidor de qualquer bem material destruído ou danificado pelos eventos narrados nestes autos, incluindo veículos, roupas, eletrodomésticos, dinheiro e outros, atingidos pela lama;
- V – Visitantes que perderam seus bens em decorrência da avalanche de lama, nos locais atingidos;
- VI – Dependentes economicamente da terra e de recursos naturais, resultando na perda de acesso aos meios tradicionais de vida, incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária, extração vegetal, dentre outros, nos locais atingidos pela lama;
- VII – Residentes, comerciantes, empreendedores locais, artistas, produtores rurais que perderam seus meios de trabalho e/ou subsistência;
- VIII – Indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, residentes de terras atingidas pela lama de rejeitos da mineração.¹⁴⁷

E ainda:

Constituição Brasileira veda o deslocamento de populações indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população ou no interesse da soberania do país (artigo 231, § 5º). Populações tradicionais não indígenas, como comunidades quilombolas, merecem tratamento análogo. Para estas comunidades étnicas, a identidade é baseada no território

¹⁴⁷ Distribuição por dependência - processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. Inquéritos Civis: 0400.15.000306-1 e 0400.15.000307-9. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

que ocupavam tradicionalmente. Nestes casos, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que versa sobre os direitos dos povos indígenas e tribais, exige o “consentimento informado às medidas de reassentamento e compensação” (art. 16.1). Assim também, o Decreto 6.040, de 7/02/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, fixa como objetivos [...]garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados diretamente ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos” (artigo 3, IV).¹⁴⁸

O depoimento de outra assistente social entrevistada, que atuou junto dos deslocados ambientais, também é ilustrativo da problemática do deslocamento ambiental e as dificuldades de adaptação longe da comunidade de origem:

Entrevista 19 (Assistente Social) : Começaram várias confusões, burburinhos, assim, primeiro era a comoção, depois começou meio que um preconceito, aí o que aconteceu, o desemprego foi aumentando com a crise, a cidade já não recebia mais a renda da empresa, tudo foi aumentando, então, as pessoas assim, da cidade, meio que começaram a culpabilizar os atingidos porque eles estavam achando que os atingidos estavam sendo privilegiados, porque a cidade tentou amenizar um pouco esse sofrimento, aí, assim, algumas coisas, algumas vagas do SINE eram pra essas pessoas, aí a população começou a ficar revoltada com aquilo, então, assim, nós começamos com esse trabalho do atendimento psicossocial desde 05 de janeiro.

Os deslocados ambientais precisam lidar com uma carga muito alta de perdas: a perda de seu lugar de moradia, de suas relações sociais, da renda familiar, da falta dos recursos naturais, somados a revolta de alguns moradores da cidade de Mariana que se sentiram prejudicados após o rompimento da barragem, pois várias empresas terceirizadas fecharam as suas portas e diversos pais de famílias ficaram desempregados. Isso tudo resultou em problemas sociais no município de Mariana, que agravou ainda mais a situação dos deslocados ambientais, segundo o comovente relato da assistente social:

Entrevista 19 (Assistente Social). Ouve casos de bullying na escola? Sim. Mas o Bullying é muito por causa dessa questão, por exemplo, vamos supor, uma criança vê que o pai dele ficou desempregado depois que a barragem caiu, aí o filho, aquele outro filho que morava lá em Bento, o pai dele conseguiu um emprego porque ele foi atingido e a isso causa uma revolta. O desastre representa o sofrimento de uma cidade num todo, entendeu, porque foi um baque tão grande que todo mundo está sendo atingido, de um jeito ou de outro, a cidade inteira está sendo atingida, por exemplo, um caso que a gente vê aqui muito no CRAS – garimpo, garimpo é ilegal – mas muitas famílias que viviam ao longo desse rio tiravam um pouco do sustento deles do garimpo, e essas famílias já eram famílias muito vulneráveis, atendidas pelo CRAS, mas muitos já tinham dado um tempo de pegar cesta, por exemplo, e estão voltando agora, porque não tem como eles garimparem, porque era o pouco do sustento que eles tinham. Fazendas que foram atingidas, que eram o que essas pessoas desses distritos, ao entorno tinham pra trabalhar, não tem mais trabalho pra eles, entendeu? Então, o bullying acontece. Por exemplo, igual a uma escola que a gente tava uma vez, uma criança parece que falou assim, um

¹⁴⁸ Distribuição por dependência - processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. Inquéritos Civis: 0400.15.000306-1 e 0400.15.000307-9. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

discutindo com o outro e tal, aí o outro virou e falou assim – “ah, pelo menos eu não vim da lama”, entendeu, aí ficam jogando umas piadinhas, uns pros outros, entendeu? Mas assim, a gente tem conversado muito, tem grupos nas escolas. O CRAS tem tentado desenvolver grupos, essas coisas assim, pra evitar isso.

Para completar o quadro das diversas mudanças enfrentadas pelos deslocados ambientais na cidades, a assistente social conta que até os hábitos que os deslocados ambientais tinham, de sentarem-se na frente das suas casas no final da tarde, nos distritos que eles viviam, também foram modificados na cidade, e isso também causou sofrimento:

Entrevista 19 (assistente social - B) :Inclusive eu fiquei sabendo que o hábito que eles tinham no distrito de colocar cadeiras na rua, gerou problema aqui na cidade. É verdade? Sim. Na cidade tudo é muito diferente. Eu lembro que assim, logo quando a gente começou, a gente atendia o pessoal do Cabanas também, aí, tinha um senhor, que ele é muito diferente, porque antes, no distrito, eles ficavam sentados na rua, conversando com vizinho, ia ali no mercadinho, conversava com um e conversava com outro, aí ele falou pra gente um dia – “gente, eu tô aqui perdido entre quatro paredes e uma televisão, porque eu não conheço ninguém”, e ele tava começando com uma depressão, sabe, porque a vida dele depois do desastre era ficar trancafiado dentro daquelas quatro paredes e vendo televisão, então isso é uma mudança muito grande pra eles e eles não conseguem se adaptam, eles não tinham esse costume de ficar vendo televisão e ficar dentro de uma casa quadrada, eles tinham a onde ficar na horta deles, cuidando daquilo ali, o dia inteiro, então isso é um baque muito grande, agora, aqueles outros que tão no distrito, muitos até, a gente tem idoso, até que ligou agora, que a gente teve que pedir pra família vim busca, de São Paulo, porque ele já morava sozinho, mas ele construiu, ele trabalhou a vida inteira em São Paulo, cidade grande, e ele construiu aquele lugarzinho pra ele lá em Bento, que ele conta, assim, pra viver o resto da vida dele ali, cuidando dos animais e tal, só que aí ele foi distrito – “eu tenho que continuar no distrito”, ele tava amando, amando, já tinha feito amizade com o pessoal do distrito, todo mundo gostava dele, só que ele começou a ficar muito doente, e ele sozinho, tinha uns parentes assim que ajudavam e tudo mais, só que ele sozinho, não teve como, ele teve que voltar pra cidade mesmo, mas isso foi um baque muito grande pra ele, entendeu?

Esse mesmo problema também foi constatado, segundo a fala de outra entrevistada, que relatou os diversos problemas que surgiram após o deslocamento das populações atingidas para a cidade e alguns transtornos que surgiram com os vizinhos devido aos hábitos arraigados e ainda, o deslumbramento inicial de alguns deslocados ambientais ao receberem a primeira parcela de indenização, um montante antes nunca palvável:

Entrevista 9/10 (Assistente Social) . O Bento era um distrito muito pequenininho, então as pessoas eram muito unidas, então, por exemplo, final de semana, todo final de semana mesmo, eles ficam sentados, eles tem o costume de ficar sentado na porta de rua, e eles estão em Mariana com essa mesma mania, então, assim, os vizinhos começaram a se incomodar com isso. Teve alguns que eram mais humildes, que quando receberam o dinheiro da indenização, ficaram deslumbrados com a questão financeira, então é um dinheiro que eles não tinham antes e passaram a ter, uma casa mobiliada, uma televisão de plasma, muitos não tinham isso, então acabou que começou a fazer churrasco, som alto, eu tive pessoas que vieram aqui reclamar comigo que queria tirar o vizinho de lá porque tava incomodando. Os comerciantes, quando as pessoas do Bento entravam nas lojas, já atendiam mal, inicialmente, porque até então, não tinham dinheiro, mas depois

que começou a receber indenização Samarco, teve uma loja em Mariana que ela vendeu 10 (dez) tablet, uma mulher que tem dez filhos, ela comprou, ela foi lá e comprou dez tablet. Então assim, a questão do comércio... **Eles não souberam nem como gastar o dinheiro?** Não, não souberam, teve compra de carro e capotamento... acabou que teve a questão mesmo de drogas, sabe, surtos, não sei se você vai ter tempo de procurar a saúde, a questão do CAPS, nós tivemos surtos, tanto aqui da cidade, pelo desemprego quanto por parte dos moradores diretamente atingidos, teve suicídio, aí eu estou falando não só a questão dos “impactados” direto, eu estou questão da atual conjuntura mesmo, sabe, a gente teve caso de suicídio na cidade, depois desse desemprego.

Em tom de preocupação, o promotor entrevistado relata os problemas de rivalidade que surgiram, após os deslocados receberem alguns benefícios - em virtude das ações que o Ministério Público ingressou - contra a empresa poluidora:

Entrevista (Promotor de Justiça) :Eu conversei com bastante gente da cidade, eu percebi que está tendo tipo uma rivalidade, assim, as pessoas de Mariana, por conta do desemprego, revoltadas porque os atingidos, para elas, estão sendo beneficiados. **O senhor percebeu isso também?** Claro, existe até um movimento aqui que é contrário aos atingidos, enfim, algumas pessoas, eu diria que, até, apesar, de parecer que é grande, acho que não é a maioria da população, não, sabe, mas existe um preconceito contra os moradores que foram atingidos, isso causou um efeito perverso, de você, inicialmente, a população estava muito compadecida com os atingidos. **No início?** No início, a partir do momento que os atingidos passaram a ganhar certos direitos, em virtude das nossas ações aqui, evidentemente, eles passaram a ser vítimas de discriminação, por quê? Na cabeça de algumas pessoas, eles estão sendo beneficiados com a tragédia, isso é o que passa na cabeça de pessoas preconceituosas, mas, na verdade, nada do que a empresa tá fazendo, absolutamente nada, nada mais, nada menos do que é direito deles. Entendeu? Então isso é uma interpretação equivocada desenvolvida por pessoas, muitas vezes, de má fé, de mau caráter, então, a gente fica até preocupado com isso, inclusive eu instaurei um inquérito pra analisar...

Um morador da cidade, relata em seu depoimento, o seu ponto de vista, em tom de revolta, em relação aos deslocados ambientais, pois, segundo ele, muitos deslocados ambientais estão se aproveitando da situação:

Entrevista 25 (morador da cidade e ex- funcionário da Samarco) : Ah, a empresa antes do desastre não empregava as pessoas que viviam em Bento Rodrigues e Paracatu? Não, na Vale, eles não preenchem os requisito, não, o pessoal não é estudado, eles não tem nada pra poder trabalhar na Vale ou Samarco, o pessoal de Bento ou Paracatu, tem gente que não sabe nem assinar o nome, tão tudo ganhando um salário aí, tão tudo bonito, eu conheço eles todos, você precisa de ver, eles tão gordo, eles tão tudo gordo, pele fina, você entendeu, não, eles não trabalhavam não, aí, hoje, a Samarco trouxe as empreiteira pra poder recuperar e falou assim – “os empregos, a prioridade pra turma de Bento e de Paracatu”, você que vai lá, eles não vão, não, porque se eles vão e trabalham, eles perdem o que a Samarco tá pagando hoje. Eles condicionaram que enquanto não arrumasse emprego o emprego era delas. Você entendeu? Então, ao invés de eles correr e pegar as vaga pra eles, eles não vão, por que, por conta que se não eles perdem o que a Samarco tá pagando pra eles. E eles já como não gostavam, igual, tem uma cidade aí que passa no tal de Rio de doce, lá tinha uns peixe bom e tal, como eles não tão podendo pescar, porque a barragem não sei o que, tal e tal, inundou lá, matou os peixe, lá, se tinha meia dúzia de pescador, hoje, a turma de Rio Doce, que não conhece nenhum anzol, que não sabe nem por uma minha minhoca no anzol, declararam que são

pescador pra poder ganhar, tão gabando da Samarco, eu tô com dó da Samarco, eu não tenho um parente meu lá e tô orando e pedindo a Deus todo dia pra Samarco voltar a rodar, mas, se ela voltar a rodar, ela vai rodar pra esse povo aqui, enquanto que eles nunca vão largar essa “maminha”, eles, nunca, nunca mais vão largar essa “maminha” sossegado, você entendeu, eles tão aproveitando da situação. Eles tão aproveitando da situação. Passou, a enchente passou em algum terreno, matou lá um, dois bois, o cara falou que é 100 (cem), cem bois, a Samarco não esperava, não ia fiscalizar quantos bois deles antes, que eles não sabiam que a barragem ia cair, você entendeu, - “a minha casa tinha dez cômodo, assim, assim”,

Percebeu-se que o deslocamento causou uma série de incertezas em relação ao futuro, uma insatisfação com a vida atual, que afetou o bem estar físico e mental dos atingidos, bem como agravou os problemas de depressão, ansiedade e problemas de saúde crônico dos atingidos:

Vê-se que a dimensão dos eventos, por si só, já é fator de risco e insegurança à garantia dos direitos das vítimas, já que a Samarco terá um enorme desafio diante de si: reparar o meio ambiente mineiro e capixaba e, principalmente, resgatar a dignidade dessas pessoas, diariamente vitimizadas pela ausência de moradia apropriada, trabalho, vida comunitária, lazer e outros direitos sociais.¹⁴⁹

A tristeza e o luto pela perda de tudo que eles possuíam, fez com que a maioria dos deslocados ambientais procurassem ajuda psiquiátrica para conseguirem reconstruir as suas vidas:

Entrevista 01 (deslocada ambiental): Eu sonho muito com Bento, aí tem hora que dá até vontade de chorar, dá raiva não sei do que. Voz feminina-II: Ah, eu tô indo num médico porque eu choro muito.

Entrevista 11/12 (deslocada ambiental) : Estou sempre no médico aqui. Ué porque foi um abalo triste, foi uma perca muito grande... além do mais, a gente, ninguém teve dó de nós, filha, quem teve dó de nós foi Deus, porque ninguém teve dó de nós, porque eu falo, falei, se a minha casa tivesse ficado, não fosse atingida, eu não saía, eu iria fazer uma sacola de tudo que eu tinha dentro de casa e mandar pros atingidos, mas não saía, não, porque graças a Deus, toda vida eu tive pra mim dar aos outros lá em Paracatu, pode perguntar, tem família que vem aqui me agradecer porque eu ajudei a criar a família deles. **Trabalhando?** Trabalhando. Chegavam lá em casa, eu tirava de tudo, fazia uma sacola, de cesta de comer – “leva, leva, comadre”, - “toma, leva, fulano”, pra não deixar os outros passar fome, eu criei família dos outros, graças a Deus.

Entrevista 15 (deslocada ambiental): Como você se sente em relação a tudo isso, em relação à saúde física, psíquica, alimentação, se surgiu algum problema de saúde com morador? Olha, muitos moradores estão indo em psicólogo, muitas pessoas que não tinha problema de saúde lá, hoje tem aqui, a minha mãe, acho que deu um bloqueio na cabeça dela, porque ela acha que ela não saiu de Bento, pra ela, ela tá em Bento ainda, sabe? Afetou a vida de todo mundo, foi assim, é raro o dia que a gente não dorme e acorda sonhando correndo de barragem, assim, é raro o dia que a gente não tem um pesadelo correndo d’água. É uma coisa assim que ficou gravada na cabeça, na mente, assim, da gente, que não saiu, foi uma cena muito triste.

¹⁴⁹ Distribuição por dependência - processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. Inquéritos Cíveis: 0400.15.000306-1 e 0400.15.000307-9. Classe: Ação Civil Pública. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

Conforme autos da Ação Civil Pública, o Ministério Público de Minas Gerais, requereu a restituição e/ou reparação de vários direitos coletivos e individuais homogêneos dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração S/A, dividindo as em categorias: ações emergenciais, assistenciais ou provisórias e reparação integral:

a) Das dívidas dos atingidos:

Certamente, os atingidos/afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão, possuem dívidas que precisam ser imediatamente sanadas, como contas de telefone (fixo e celular), contas de energia, financiamentos, boletos de parcelamento de contratos de relações de consumo e demais débitos com que todas as famílias atualmente precisam arcar.

Após o rompimento da barragem, essas famílias perderam sua capacidade de adimplir esses compromissos. Essa situação gera dois efeitos negativos nas vítimas: a) financeiramente, acarretam juros, multas e as endividam mais ainda; b) psicologicamente, as deixa mais ainda afetadas, preocupando-se com seu “nome” na praça e com sua capacidade de, posteriormente, cumprir esses deveres.

Logo, cabe às rés resolver essa demanda das vítimas, mediante um diagnóstico prévio das dívidas dos atingidos e a adoção de uma, dentre três soluções possíveis: (1) pagamento direto das dívidas enquadradas no diagnóstico; (2) fornecimento de dinheiro às vítimas para pagamento dessas dívidas; (3) assunção das dívidas, na forma dos artigos 299 a 303 do Código Civil.

b) Do aporte financeiro assistencial

O aporte financeiro, como ficou consignado na petição inicial, visa garantir de imediato o resgate da dignidade das vítimas. Tem natureza jurídica meramente assistencial e, portanto, não pode ser deduzido de posteriores indenizações. Visa assegurar uma ceia de natal digna, a possibilidade de adquirir vestuário próprio (até hoje a maioria dos atingidos está com roupas doadas), comprar bens e equipamentos indispensáveis à vida no século XXI (v.g., notebook computador – não fornecidos pela Samarco no kit existente nas casas alugadas) e demais gastos que não podem ser realizados com a verba mensal.

Tal limitação de direitos não pode ser admitida no Estado Democrático de Direito, sob pena de sacrificar ainda mais as vítimas. Ademais, é entendimento pacífico no Supremo Tribunal Federal a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, impondo às rés o dever de respeitar os direitos fundamentais das vítimas, restituindo-lhes os direitos que foram violados e atribuindo-lhes um tratamento digno.

c) Das atividades desportivas e de lazer dos atingidos

Os distritos e subdistritos afetados mantinham diversas equipes de futebol, que participavam de campeonatos, as quais representavam a um só tempo uma opção de lazer, prática desportiva e estímulo ao fortalecimento dos vínculos comunitários.

No entanto, esse hábito foi brutalmente interrompido pela catástrofe e, por se tratar de um direito das vítimas a sua reativação, cabe às rés fornecerem uniformes, transporte, campos de futebol e materiais para a retomada da prática do desporto pelas comunidades afetadas.

Certamente, além do esporte, existiam outras atividades de lazer exercidas socialmente, que compõem o patrimônio social imaterial dos atingidos.

Assim, cabe às rés, inicialmente, identificarem esses grupos e atividades de esportivas e de lazer e, em seguida, providenciarem os recursos materiais e pessoais para sua completa e célere reativação, devendo concluir essas atividades em 10 (dez) dias, sob pena de multa.

d) Dos critérios da verba de assistência

Na inicial requereu-se a fixação de uma verba de manutenção mensal aos atingidos, de maneira que eles possam recuperar sua dignidade com recursos mínimos para sua manutenção e de sua família. Esse valor deve respeitar as necessidades das famílias modernas, devendo contemplar recursos suficientes para assegurar alimentação, vestuário, lazer, internet, pagamento de contas de luz e outras despesas comuns a qualquer família. Aliás, no que tange às contas de luz, a própria empresa consignou fica a cargo das famílias, isto é, deve ser pago com esses valores.

De qualquer maneira, a verba de manutenção deve ser fixada atendendo aos seguintes critérios: a) concessão a cada pessoa que perdeu a renda e não somente por unidade familiar, como quer a ré Samarco; b) duração integral, até a completa indenização e reassentamento das famílias; c) ampla possibilidade de revisão de valores e de beneficiários, de forma a não limitar os direitos dos atingidos; d) valor suficiente para fazer frente aos custos de vida atuais, especialmente pelo deslocamento físico das pessoas (dos distritos para a sede do Município); e) não ser descontado e/ou deduzido de ulteriores indenizações.

A Samarco impõe uma restrição na concessão que certamente não é justa. Muitas famílias que, apesar de viverem sob o mesmo teto nas localidades afetadas, possuíam vários membros de sua família com fonte de renda. Um exemplo: marido e mulher, com dois filhos, sendo que os dois componentes do casal trabalhavam. Certamente, em nome da Justiça e do equilíbrio, os dois fazem jus à verba de manutenção.

e) **Da verba de assistência para pessoas que mantiveram a fonte de renda após o deslocamento**

Além das pessoas que perderam toda a sua fonte de renda (ou parte substancial de sua fonte de renda), que se encaixam na verba de assistência acima descrita, há que se mencionar que todas as famílias/vítimas tiveram impactos negativos em sua vida financeira, ainda que reflexamente.

Ora, o simples deslocamento para a cidade resulta em um custo de vida notadamente maior, a perda de tranquilidade e implica gastos outros que não eram necessários anteriormente, tais como a necessidade de readquirir o vestuário e bens de uso diário, não fornecidos pela empresa (v.g., utensílios domésticos e higiene pessoal), isso sem contar com os custos diretamente relacionados ao deslocamento forçado, como o transporte, por exemplo.

Esse é o caso, em especial, dos aposentados que viviam apenas de seus proventos de aposentadoria. Perderam tudo e, apesar disso, não receberão qualquer auxílio, complementar que seja? Deverão aguardar dois, três ou mais anos para ter amparo? Somente serão lembrados quando do pagamento da indenização? Será flagrante injustiça permitir que a violação de direitos se reproduza ao longo do processo de reparação. Vale dizer que nessa situação não se encontram somente os aposentados, havendo uma gama maior de atingidos vivenciando esse drama pessoal. De toda forma, não é justo que essas pessoas não recebam qualquer amparo por parte da empresa.

f) **Da assistência voltada ao cuidado de maquinários, áreas cultivadas, semoventes, imóveis rurais e outros bens de propriedades dos atingidos**

Uma demanda constante e justa dos atingidos é para que a Samarco cuide de seus bens, plantações, criações que ficaram nos locais da tragédia. Decerto, vários atingidos tem ido diariamente às suas propriedades para darem comida aos seus animais, manejarem suas plantações e cuidarem de seus bens. Essa situação foi causada pelas rés, que devem adotar todas as medidas para essa finalidade.

Embora já se tenha formulado pedido nesse sentido, entendeu-se necessário aditar para que seja ele melhor especificado e para que não reste dúvidas de que as rés deverão arcar com os custos ou com o cuidado direto de maquinários, áreas cultivadas, semoventes, áreas de pastagem e outros bens de propriedades dos atingidos que permanecem no local. Dessa maneira, o Ministério Público requer que as rés elaborem um diagnóstico dessas demandas e apresentem um plano e ações concretas

g) **Da assistência aos produtores rurais, comerciantes, autônomos e demais pessoas em Mariana que sofreram impacto reflexo/indireto**

O conceito de atingido apresentado juntamente com a exordial revela que são vítimas desses eventos não só os moradores dos locais atingidos, mas também aqueles residentes em outras comunidades que, de alguma maneira, foram lesados e continuam a ser lesados diariamente, por causa das consequências do rompimento da barragem. É o caso dos produtores rurais e comerciantes de distritos vizinhos que, após os eventos, tiveram suas fontes de renda diretamente impactadas.

Para citar um exemplo: a Cooperativa de Produtores de Leite de Águas Claras possui um custo mensal fixo e, para arcar com tais débitos, dependem de uma grande produção de leite, que somente é atingida com leite produzido pelos distritos de Paracatu, Ponte do Gama, Pedras e Campinas. Após esses distritos e subdistritos serem arrasados pelas rés, a Cooperativa perdeu esses produtos e, atualmente, vem amargando enormes prejuízos (cf. documentos anexos dos produtores de Águas Claras).

Outros atingidos indiretos foram todos os moradores de distritos e localidades próximas, cuja avalanque de lama afetou o acesso ao local, com a destruição de vias públicas de acesso e destruição de pontes. Seguramente, esses atingidos foram afetados, já que não puderam exercer o direito à liberdade de locomoção, estabelecido no artigo 5º, XV, da Constituição da República. Aliás, em razão dessa situação, centenas de crianças e adolescentes de Águas Claras, Campinas e Cláudio Manoel perderam vários dias de aula, conforme ofício da Prefeitura de Mariana, subscrito pelo próprio alcaide municipal (em anexo).

A própria Prefeitura de Mariana, em conjunto com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), identificou, preliminarmente, 2.807 (dois mil e oitocentos e sete) afetados indiretamente, conforme relatórios anexos.

Deveras, esses grupos também são vítimas, ainda que indiretas, dos eventos, encaixando-se perfeitamente no conceito de atingido exposto na peça inaugural. Aliás, só a causa é que é indireta, pois para as vidas dessas pessoas, o problema é direto, diário, urgente, especialmente porque podem ter sua alimentação e/ou subsistência duramente comprometida se nada for feito.

Desse modo, o Ministério Público requer um diagnóstico dessas situações por parte das rés, com a apresentação de um plano de auxílio, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa.

h) Do dano moral individual, incluindo a posteriori

O dano moral individual foi mencionado e requerido na exordial, mas o cálculo de seu valor não pode ser feito nesse momento, até mesmo porque deverá ser realizado de maneira individualizada. Porém, além do trauma causado no dia do evento, as rés vêm tratando as vítimas de maneira inaceitável nos dias seguintes à catástrofe.

Dessa maneira, o dano moral não deve compreender apenas o dia dos eventos: o tratamento inadequado/desrespeitoso às vítimas por parte de funcionários da Samarco, os dias em que as crianças ficaram sem aula, o período que ficaram em hotéis, o tempo de espera até a reconstrução das comunidades, etc. Em suma, todos os desdobramentos devem ser considerados para garantia de uma indenização justa e equânime, ou seja, uma reparação efetivamente integral.

Nesse sentido, conforme documentos anexos fornecidos pela Prefeitura de Mariana, várias crianças e adolescentes ficaram sem aula por diversos dias, não só nos locais diretamente afetados, como em outros que perderam o acesso em razão da avalanche de lama. Veja: Ficaram 06 dias sem aula: a) 96 alunos de Bento Rodrigues; b) 75 alunos de Paracatu; Ficaram 08 dias sem aula: a) 126 alunos de Águas Claras; b) 46 alunos de Campinas; c) 123 alunos de Cláudio Manoel.

Note, por oportuno, a dimensão da tragédia: os distritos de Águas Claras e Cláudio Manoel não foram atingidos diretamente, mas com a destruição dos acessos a essas localidades, centenas de alunos perderam vários dias de aula. Isso é inaceitável e deverá a responsabilidade por essa lesão recair sobre as rés.

Dessa maneira, o dano moral, que deverá ser quantificado/valorado individualmente na fase probatória, deverá ser analisando e indenizado integralmente, considerando todos os aspectos anteriores, concomitantes ou posteriores ao fato

i) Da compensação financeira para os atingidos que optarem por não residir nas casas alugadas pelas rés

Outro ponto importante é que muitos atingidos possuem casas próprias na sede do Município de Mariana ou em outros distritos e, ainda, há aqueles que mesmo tendo direito a moradia paga pelas rés preferem ficar em casas de parentes ou em outros locais. Assim, embora tenham perdido sua residência nos locais devastados, preferiram não aceitar a moradia fornecida pelas rés, porém, ressalte-se, independentemente do motivo de não aceitarem, possuem esse direito não exercido nesse momento.

Seguramente, esses atingidos estão economizando recursos para as rés, já que estas não deverão mobiliar casas, nem alugar imóveis para essas hipóteses, sempre sujeitos ao mercado imobiliário inconstante da região.

Por outro lado, esses atingidos poderiam obter renda com as casas e estão gerando economia para as rés. Assim, não é justo que, ajudando as rés, nada tenham em troca. Novamente, o Direito do Consumidor é o parâmetro mais adequado para essa hipótese, pois contempla o princípio do equilíbrio nas prestações.

j) Dos deveres de urbanidade, respeito, boa-fé objetiva e transparência

A Samarco não vem, de maneira clara e objetiva, informando as pessoas sobre seus direitos, nem respondendo as demandas em tempo hábil. Os atingidos reclamam constantemente que ficam horas esperando atendimento nos postos da Samarco e nem no número 0800 criado para essa finalidade tem seus direitos respeitados.

As vítimas são diariamente achincalhadas e tratadas de forma desumana por representantes da Samarco. Houve uma inversão de valores: quem deveria fazer de tudo para tutelar os direitos das vítimas, está as tratando como um ato de caridade. Não é caridade, é direito! Respeitem as vítimas, representantes da Samarco e das demais rés, pois essa postura não será mais tolerada.

Dessa maneira, uma vez comprovado esse descaso, desrespeito e falta de transparência, o Ministério Público requer a fixação de multa no valor de R\$ 200.000,00 por episódio constatado, sem prejuízo dos danos morais/materiais individuais das vítimas diretas.¹⁵⁰

Segundo o Ministério Público, da cidade de Mariana/MG, os impactos sociais resultantes da catástrofe são geradores de direitos de restituição, compensação ou indenização. Sendo assim, conforme autos da Ação Civil Pública, o enquadramento para caracterizar quem são as pessoas atingidas decorrentes de seu deslocamento forçado/involuntário, foram assim descritos:

- a) o deslocamento compulsório (de proprietários, não proprietários, moradores, produtores, comerciantes, ambulantes, dentre outros);
- b) a perda da propriedade, da terra, da moradia e/ou de outros bens móveis e imóveis;
- c) perda ou restrição de acesso a recursos e serviços básicos necessários à sobrevivência, tais como acesso à água potável, saúde, educação, moradia e alimentação;
- d) perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento;
- e) perda de animais domésticos e/ou os animais
- f) ruptura de circuitos econômicos, sociais, culturais e religiosos.

Devem ser consideradas como perdas as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas. As perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e por isso mesmo não passíveis de quantificação e, a fortiori, de monetarização, devem ser consideradas e objeto de ampla e aberta discussão e negociação.¹⁵¹

Nota-se que a Ação Civil Pública tem o objetivo de resgatar a dignidade das pessoas atingidas pelo desastre, pois elas foram privadas das suas moradias, dos seus trabalhos, perderam a vida comunitária, ficaram sem lazer, entre vários outros direitos sociais que foram frontalmente, sem falar na morte de 19 pessoas e de vários animais.

Na Ação Civil Pública, fica evidente que o rompimento das barragens ocasionou uma grande mudança social e isso implica em considerar que há dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais que terão que ser resolvidas da demanda. De acordo com Vainer, “há

¹⁵⁰ Processo n.º 0400.15.004335-6. Inquéritos Cíveis: 0400.15.000306-1 e 0400.15.000307-9. Classe: Ação Civil Pública. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

¹⁵¹ Processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Cópia dos autos do processo feita pela pesquisadora.

perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações prevalecentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais).¹⁵²

O desastre ambiental de Mariana ilustra bem a importância de se ter uma perspectiva multidisciplinar para tratar de temas tão complexos, pois o desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, pela sua dimensão, provocou diversos impactos que afetaram a vulnerabilidade das comunidades atingidas e a recuperação/reconstrução, pós-desastre, merecem atenção especial por parte do Judiciário, do Ministério Público e de agentes políticos, para que eles resguardecem o direito das comunidades atingidas poderem voltar a ter uma vida normal.

4.2.1 O reassentamento

O levantamento feito pelo professor de Geotécnica da Coppe- UFRJ (Centro de Pesquisa em Engenharia Ambiental), Maurício Ehrich, considerou que o resíduo da mineração que vazou é infértil, porque não tem matéria orgânica, e nada mais nascerá no distrito de Bento Rodrigues. Para ele, seria como plantar na areia de Copacabana, e, portanto, nada mais se construirá nos lugares por onde a lama passou, porque é uma matéria mole que não oferece resistência. Os lugares, segundo o engenheiro, se transformaram em um deserto de lama, e o terreno afetado poderá levar até centenas de anos para formar um novo solo.¹⁵³

Considerando que não é mais possível que os moradores das comunidades atingidas voltem a residir nos locais que a lama destruiu, a Samarco, juntamente com a Comissão dos Atingidos, identificou três terrenos para reconstrução de Bento Rodrigues. Todos os terrenos ficam em Mariana. Após análise dos peritos contratados pela Samarco para verificar a compatibilidade para o reassentamento, no dia 03.05.2016, houve apresentação dos terrenos e dados apresentados pela Samarco, ocasião que os atingidos tiveram a oportunidade de conhecer pessoalmente os terrenos. Houve direito a voto, por um representante, de cada unidade familiar, para escolha da nova Bento Rodrigues.¹⁵⁴

O Distrito onde será reconstruído a comunidade é uma área que foi escolhida por 206 votos (92% do total), conhecida como Lavoura, de propriedade da empresa Arcelor Mittal. O terreno que deve abrigar o novo Bento Rodrigues fica a cerca de oito quilômetros da sede da cidade

¹⁵² Processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Cópia dos autos do processo feita pela pesquisadora.

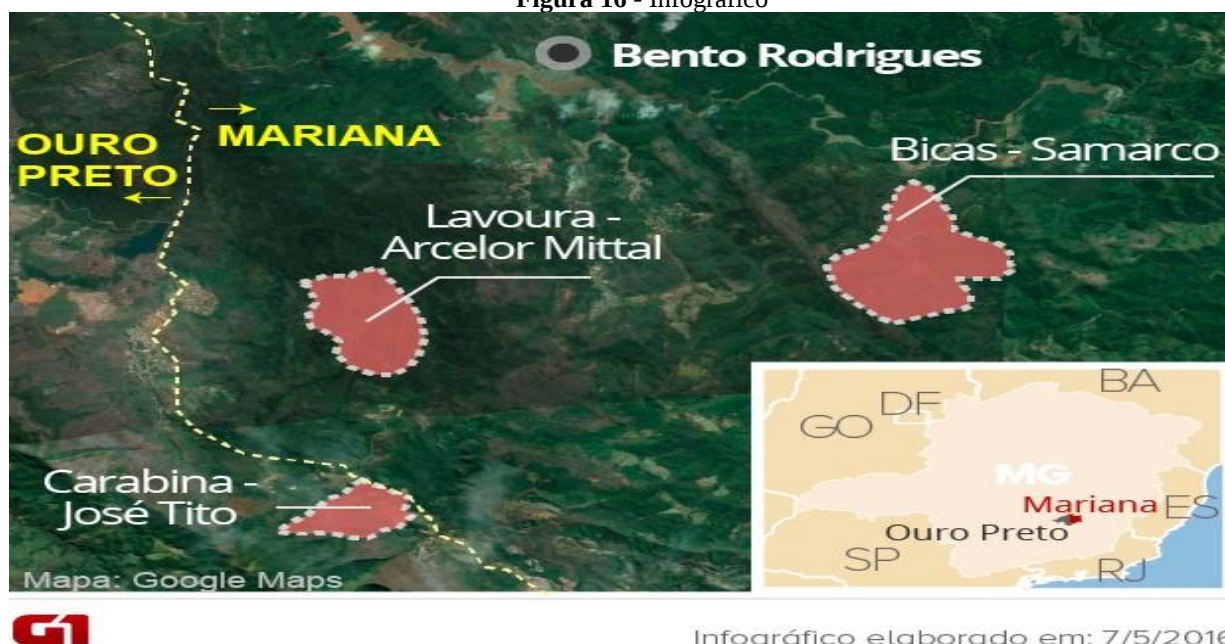
¹⁵³ GERAQUE, Eduardo; MENA, Fernanda. Tragédia em Minas Gerais deve secar e criar deserto de lama. **Folha de São Paulo**, 15 nov. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1706510-tragedia-em-minas-gerais-deve-secar-rios-e-criar-deserto-de-lama.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

¹⁵⁴ Processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

histórica e a cerca de nove quilômetros do distrito destruído pelo “mar de lama”. Segundo autos do processo, a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/MG, assim se manifestou sobre a escolha da nova localidade que vai abrigar os atingidos:

No dia 02 de março de 2016, entre 10h e 13h, equipe do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), composta por Promotor de Justiça e peritos do CAOET, fez inspeção no terreno onde pode ser reconstruída a comunidade de Bento Rodrigues, em Mariana/MG. Fizeram parte da diligência o Promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin, os peritos Nadson (engenheiro civil) e Maria Luíza (arquiteta) do MPMG, moradores de Bento Rodrigues (especialmente os membros da comissão de moradores Antônio, conhecidos como “Antônio Da Lua”, “Zezinho do Bento” e “Zezinho Café”), o Secretário de Obras do Município de Mariana, técnicos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mariana e o Secretário de Meio Ambiente do Município de Mariana. Em uma análise preliminar, o terreno, conhecido como “Lavoura”, mostra-se favorável à reconstrução de Bento Rodrigues. Fica a 12km de distância da sede do Município de Mariana, possui declividade apropriada, terra fértil, mananciais para abastecimento da população e engloba, aproximadamente, 200 hectares. Registre-se que o antigo Bento Rodrigues, arrasado pelo rompimento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração S/A, no dia 05 de novembro de 2015, tinha cerca de 200 edificações, distribuídas em 100 hectares. Desse modo, a proposta é que o terreno seja maior do que o antigo Bento Rodrigues, de maneira a contemplar a dinâmica de crescimento da comunidade. Serão realizadas várias perícias para verificar se o terreno possui, do ponto de vista técnico, as características necessárias para reconstrução da comunidade, inclusive se os mananciais identificados possuem vazão suficiente para abastecer a população a ser reassentada. Após, sendo a avaliação favorável, serão tomadas as medidas para submeter o terreno à aprovação dos atingidos e, posteriormente, serão encerrados os procedimentos para aquisição do local, atualmente de propriedade da Arcelor Mittal.¹⁵⁵

Figura 16 - Infográfico



¹⁵⁵ Processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

Fonte: G1¹⁵⁶

Segundo o Promotor de Justiça, a proposta é reerguer um novo distrito, com uma certa semelhança com os distritos que foram destruídos:

Entrevista 16/17 (promotor de justiça): E qual é a proposta deles, é montar toda a estrutura de uma cidade, ou só a casa, praça? Não, vai reerguer toda vila com a Igreja, com Praça, com escola, com posto de saúde, tudo que tinha lá e mais um pouco, como compensação. **Isso eles já concordaram?** Está no processo, eles, de certa forma, concordaram na medida em que eles compraram o terreno que foi escolhido pela população. Como é que foi, três terrenos foram escolhidos, a população foi convocada, os atingidos, a votarem e escolherem, eles votaram e escolheram, você pode encontrar notícia sobre isso na Internet, você vai – população de Bento vota e escolhe terreno - então isso aí vocês vão conseguir.

Como em qualquer distrito ou cidade, as pessoas não moram em casas de tamanho padronizados, cada uma tem seu tamanho e sua casa com as suas características. Para o Promotor de Justiça uma certa padronização das casas será necessário, porém, os tamanhos das residências devem ser diferentes, haja vista que nem todos os moradores moravam em casas do mesmo tamanho:

Entrevista 16/17 (promotor de justiça): E a questão de tamanho de casa, por exemplo, eu tinha uma casa, e o meu vizinho tinha uma casa bem menor, e eu tinha uma casa bem maior, vão ser casas com padrões de tamanho? Olha, alguma padronização será necessária, mas aquela ideia de cinco casas padrões nós somos totalmente contrários, ela tem que refletir, primeiro, o terreno que a pessoa tem, tem que refletir o que ela tinha antes, então, nós vamos tentar fazer que seja similar ao que ele tinha antes, então, se ele tinha cem metros quadrados, que a casa dele tenha cem metros quadrados, disso ou mais; se a casa tinha cinquenta metros quadrados, que a tenha cinquenta metros quadrados ou mais, ela não pode ter menos. Agora, alguma padronização será necessária, por exemplo, a telha era tal, quer dizer, na questão de telha nós vamos ter que botar um padrão porque não dá para ficar escolhendo muito, agora, nós vamos tentar refletir o status quo deles.

Questionado sobre o hábito que a maioria dos moradores das comunidades atingidas tinha de cuidar da terra e plantar seus alimentos e de como será após a construção do novo distrito, o Promotor de Justiça assim esclarece:

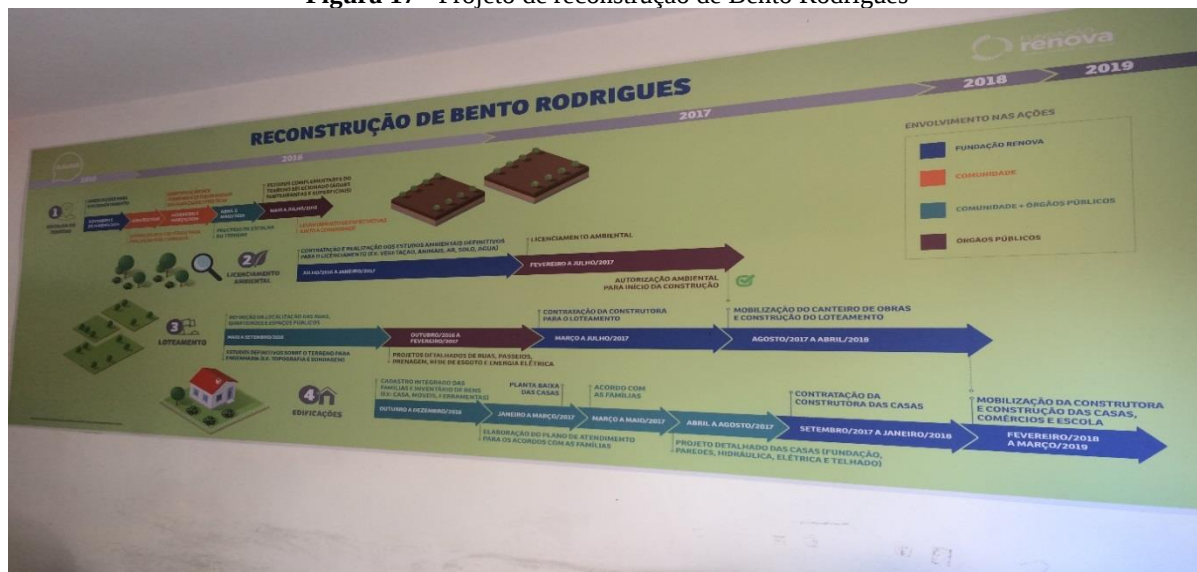
Entrevista 16/17: eu vejo as pessoas mais idosas que eu conversei, elas falam muito da terra pra plantar, que elas tiravam os alimentos, que pra elas, elas não vinham pra cidade pra comprar verdura, fruta, então, o tamanho, então, em si também da área vai representar, se eu tinha cinco alqueires, hectares, será uma casa em cinco hectares? Isso, esse é o pedido do processo, se isso vai acontecer no final ou não, a gente

¹⁵⁶ FREITAS, Raquel. **Terreno onde será construído novo Bento Rodrigues é definido.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/05/terreno-onde-sera-construido-novo-bento-rodrigues-e-definido.html>>. Acesso em: 04 maio 2016.

tá sempre entrando em acordos com empresa e a gente espera entrar num acordo sobre a reconstrução, então agora eles já adquiriram o terreno e isso está seguindo uma lógica aceitável.

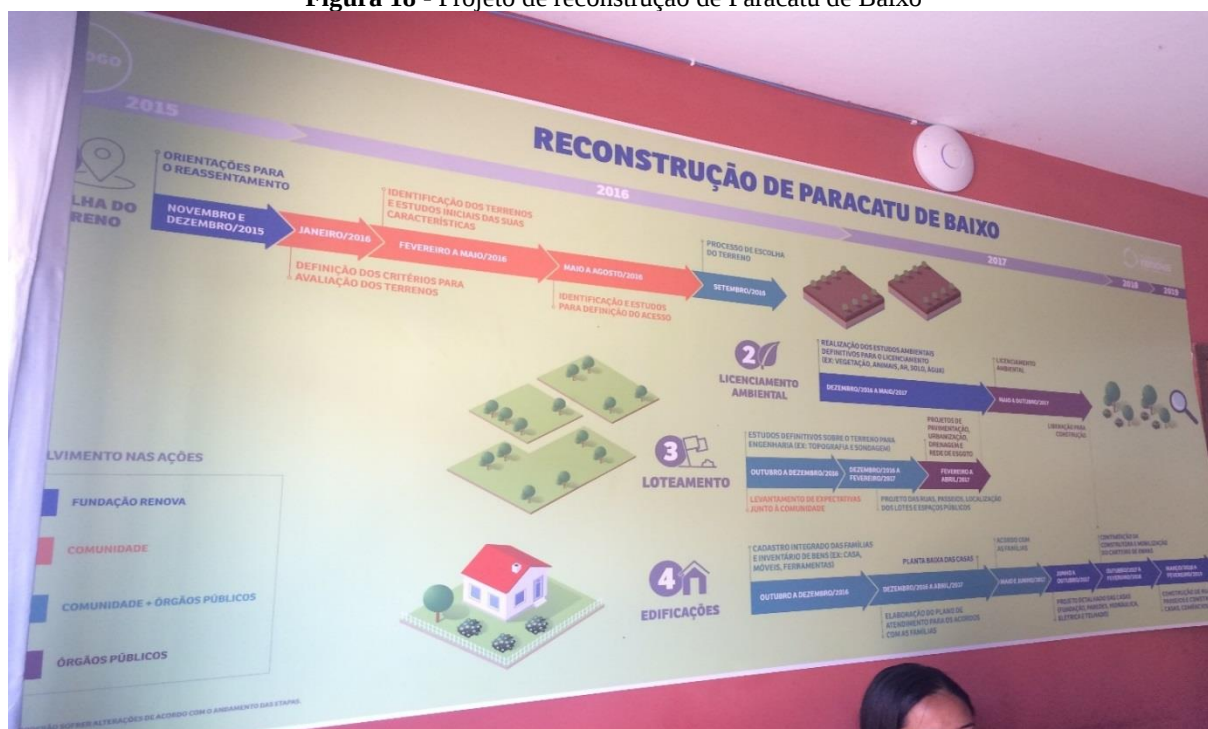
Os deslocados ambientais permanecerão por três anos morando em casas alugadas pela Samarco, dentro da cidade de Mariana, para posteriormente irem para uma nova comunidade, completamente diferente dos distritos em que viviam. Além dos atingidos diretos, existem uma centena de comunidades locais que também foram atingidas pela poluição das águas e que terão que se deslocar a fim de garantir o sustento de suas famílias, que antes do desastre, retiravam os seus alimentos dos rios.

Figura 17 - Projeto de reconstrução de Bento Rodrigues



Fonte: Carolina Paaz

Figura 18 - Projeto de reconstrução de Paracatu de Baixo



Fonte: Carolina Paaz

A reconstrução do distrito de Paracatu também contou com a participação de todos os atingidos:

VOTAÇÃO TERRENO PARA RECONSTRUÇÃO DE PARACATU. No dia 03 de setembro de 2016, entre 8h e 17h, no Centro de Convenções de Mariana, foi realizada a

eleição para escolha do local onde será reconstruída a Comunidade de Paracatu, que foi destruída pelo desastre do dia 05-11-2015. Ao final da apuração se obteve como resultado: a) Terreno de Joel 01 voto; b) Terreno do Toninho 33 voto; c) Terreno de Lucila 67 votos; d) Brancos e nulos 02 votos. Todos os terrenos situam-se na zona rural de Mariana. Ao final da contagem dos votos, foi divulgado o resultado: o terreno de Lucila, com 67 votos, foi o escolhido pelos atingidos para reconstrução de Paracatu. O Ministério Público de Minas Gerais, através do oficial do MP Anizio Aparecido Santos, acompanhou toda a votação, que ocorreu sem qualquer problema. A reconstrução de Paracatu segue os mesmos parâmetros pactuados entre a comissão de atingidos, as empresas réis (Samarco, Vale e BHP) e o Ministério Público de Minas Gerais, na área que atua na defesa dos direitos humanos: 1º) seleção de três terrenos em conjunto com representantes da comunidade; 2º) estudos de viabilidade dos terrenos; 3º) escolha dos terrenos pelos atingidos, em votação fiscalizada pelo Ministério Público; 4º) projeto arquitetônico e executivo, que será o próximo passo, com participação dos atingidos e da assistência técnica conquistada para auxiliar as vítimas do evento; 4) execução das obras com fiscalização dos atingidos e do Ministério Público.

Considerando as dimensões do desastre, os danos materiais e imateriais, o plano de reassentamento prevê a construção de casas padrões, com provisão de água potável e infraestrutura sanitária, com escola, igreja, praça, com o fim de restituir em um prazo de dois anos, os distritos que formam destruídos.

O depoimento da deslocada ambiental, ilustra a esperança que se tem de que a vida melhore após o reassentamento:

Entrevista 05 (deslocado ambiental) A gente ter certeza quando que eles vão começar (inaudível) ter certeza que a gente poder, eles falar assim – “a partir desse momento, tá pronto pra fazer o novo Bento”, porque eles ficam enrolando, enrolando, como diz, que é votado pra escolher o lugar onde vai ser... até hoje não deram solução nenhuma, não falaram mais nada, quando vai começar, se vai ser lá mesmo... até hoje tá a instalação, a gente fica preocupada. E a instalação vai ficar aqui, mais ou menos, três anos. **Vocês acreditam que vão poder ter uma vida como antes?** A gente tem esperança, porque a última que morre é isso. Vai demorar um “bocadinho”. Ai tem tanta gente que são assim – “nossa, será que vai acontecer isso mesmo?” A gente fica imaginando, eu fico imaginando assim – “será que eu vou tá viva até lá”, a gente imagina assim, - “será que a gente vai tá pra conhecer o novo Bento...”, “será que os pais da gente tudo vai pra lá?”

Em tom de desabafo de outro deslocado ambiental, resta evidente a insegurança de não saber se vai se adaptar em um outro local, bem como a angústia de ver a neta crescer em um novo lugar que não conta com os recursos naturais, que Bento Rodrigues tinha, bem como o descontentamento de que a terra escolhida para o reassentamento é perto de um antigo lixão:

Entrevista 12(deslocada ambiental) Eles tão esperando só um negócio lá que vai liberar pra poder fazer o desmatamento, o terreno já tá comprado, já tá esperando a escritura pra fazer o desmatamento pra fazer a terraplanagem e fazer as casas. Só que tudo isso é demorado porque só pra escolher o terreno, a companhia mostrou acho que vinte terrenos, vinte e três terrenos, mostrou pra comunidade escolher, só que foi uma luta pra escolher esses terreno, porque lá nesse lugar que foi escolhido, eu vou pra lá porque eu tenho que ir, mas eu não queria ir pra lá, sabe, então tem pessoas que vão ter que morar lá, mas sem querer morar lá, porque lá tem um problema, tem um lixão, um aterro sanitário, acho que

dois quilômetros ou não chega nem dois e diz que o aterro sanitário tem que ser mais distante, esse é o problema nosso, digamos...**Sim, não vai ter a água que vocês tinham, é isso?** A água nossa não tem como, ela vai ser tirada ou do Rio Gualaxo, que tem que ser tratada porque tem rede de esgoto dentro dela, então vai ser tratada, ou fazer poço artesiano, tirar a água do poço com bom, então, eu creio que isso pra nós vai ser muito ruim, muito ruim mesmo, mas eu, principalmente, eu não culpo a Samarco, eu culpo a população porque foram 200 (duzentos) votos contra 15 (quinze) votos. **Para escolher o local?** Pra escolher o local, foi 200 (duzentos) votos contra 15 (quinze) votos. Porque o povo se apegou muito em Bento, porque o Bento, o povo é apegado ao Bento, então, o que eles fizeram, eles queriam o Bento no caminho do Bento, virou aquele desespero – o Bento no caminho do Bento –, então escolheu esse lugar. **Então foi esse o motivo da escolha.** Eu já não escolheria, porque eu gostava do Bento, mas o Bento acabou, o que nós tinha lá, não tem, nós vamos pra um lugar agora que não tem córrego, tem corretozinho lá, a água do aterro cai nele, ele não é córrego, se você entrar dentro dele... O lugar que eu vou morar eu acho que não vou gostar... pode ser que quando a casa tiver pronta, eu vou gostar, é isso que eu fico pensando, às vezes, na hora que tiver pronta, que eu chegar lá, eu vou gostar, mas, nesse momento, não tem nada de perspectiva, é muito ruim, por causa de uma coisa que eu não sei se tá no papel ou se tá na “boca”, porque no papel é mais... enquanto tá na “boca” não se sabe, coisa de “boca” você sai e pronto, acabou, é tirar o aterro sanitário de lá. Falaram em tirar, porque eu tava acelerando, porque quando eu lembro daquilo, do aterro sanitário ali, me dá uma tristeza de eu saber que eu vou ter que ir pra um lugar que tem um aterro sanitário, não é por mim, igual eu falo, pra muita gente eu já falar, não é por mim e pelo marido, não, porque eu e o meu marido, eu tô 58 anos, o meu marido 63 anos, nós já estamos indo, mas eu tenho uma netinha que vai fazer um aninho sábado, o pai dela falou que ele não vai pra lá, ele vai ter que dá um jeito, fazer alguma coisa. Sabe por que, esse menino aqui puxa na Internet, aí tem uma distância de mais de três quilômetros.

Este difícil período de reconstrução, aliado a insegurança de saber se vai gostar ou não do local escolhido para o reassentamento, também está descrito na fala de outro deslocado ambiental, ao relatar o que espera após o reassentamento:

Entrevista 11/12 (deslocado ambiental): Agora tem, que eles fizeram, tem até o lugar. Só que ficou fora de Paracatu, bem fora, no caminho de Forquilha. É, ficou fora da onde que a gente morava. Ficou mais perto daqui do que Paracatu. **É um novo Ditrão?** Isso. É o lugar que escolheram melhor, livre de rio, livre de falar assim – “ah, vem outra barragem e vai atingir”, porque lá no Paracatu, só se eles cortassem um pouquinho de “volta redonda lá na frente, mas é muito mato. Lá não tem como cortar por causa das matas que tem lá. Não pode construir lá. E mesmo a onde nós morava lá, não tem como, porque lá ficou super cheio de lama, onde que nós morava, a parte mais baixa, aí não tem como construir....

...Aí, no caso, dizem que o Estado vai fazer a mesma, que era o novo Paracatu, vai fazer igual era o antigo, vamos ver, eu acredito que não vai ser a mesma coisa, igual era, não sei. (início do áudio) . Não aguento ficar sem fazer nada. Eu sou acostumada a me mexer, eu ficava braba demais de não ter o que fazer – eu vou fazer o que – tinha que ficar só parada, não tem como, uai.

Piovesan afirma que os direitos sociais estão expostos no texto da Magna Carta com a finalidade de nivelar as desigualdades existentes em nossa nação, por isso a doutrina afirma que a sua natureza jurídica é o direito a igualdade, pois visam a reduzir as desigualdades entre as pessoas, ajustando os indivíduos as mais completas e dignas condições de vida e o Estado tem o dever de proteger esses grupos em ações específicas que coloquem seus membros em condições

de igualdade, pois trata-se de direitos sociais fundamentais garantidos nos art. 5º e 7º, da Constituição Federal, a qual preceitua, que a qualidade de vida é um fator fundamental para a existência do meio ambiente ecologicamente equilibrado e isso inclui a moradia, o saneamento básico, à saúde, a educação, o trabalho. Todos esses direitos sociais são inerentes ao meio ambiente saudável.¹⁵⁷

As pessoas que foram vítimas do desastre, provocado pelo rompimento da barragem, e que foram forçadas a abandonar os seus locais por causa da perda completa e irreversível das suas casas, terão que se adaptar duas vezes a uma nova vida, uma atualmente devido ao deslocamento para a cidade de Mariana e, posteriormente, para novos distritos. O reassentamento dessas famílias precisa ser em um lugar que não cause mais sofrimento ou mortalidade das pessoas deslocadas e isso só ocorrerá com significativos recursos financeiros disponibilizados para proporcionar-lhes segurança e uma nova oportunidade de subsistência.

Durante a fase de reestruturação das vidas dos deslocados ambientais e dos atingidos indiretos, é imprescindível que haja por parte do poder público, a fiscalização para que sejam respeitados os direitos humanos dos atingidos, com prestação de serviços assistenciais e restauração da moradia permanente, com um trabalho permanente voltado a redução das desigualdades sociais e da vulnerabilidade e ainda, com muitas outras políticas públicas voltadas a redução dos danos das comunidades afetadas.

4.3 CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS

A cidade de Mariana é economicamente dependente da mineração. Após a tragédia, a Samarco suspendeu suas atividades e a Vale teve sua exploração mineral em Mariana reduzida em torno de 60%. Atualmente são 13 mil pessoas desempregadas em Mariana, ou seja, cerca de 22% da população. Pelo menos 8 mil ficaram desempregadas devido à paralisação da Samarco e isso causou uma série de transtornos socioeconômicos na região:

“A mineração na nossa cidade sempre foi vista como uma mãe rica que diz ao filho que não precisa trabalhar porque vai bancá-lo. E aí um dia essa mãe morre e o filho não tem de onde tirar o sustento. Então é óbvio que precisamos diversificar nossas receitas. Mas também não podemos abrir mão destes recursos da noite para o dia”, diz o prefeito.¹⁵⁸

¹⁵⁷ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000. p. 54-55.

¹⁵⁸ RODRIGUES, Léo. **Mariana: um ano após a maior tragédia ambiental do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/especiais/mariana-um-ano-apos-maior-tragedia-ambiental-do-brasil>>. Acesso em: 2017.

Passada a comoção que gerou uma onda de solidariedade, logo após ao desastre, muitos moradores de Mariana/MG perderam os seus empregos pois trabalhavam diretamente na Samarco ou para empresas terceirizadas, que prestavam serviços para a mineradora e isso fez com que grande parte dos moradores passassem no estágio da solidariedade para a revolta com os atingidos pela tragédia, o que gerou uma situação desconfortável na cidade de Mariana. Segundo os atingidos pela barragem, a empresa Samarco está colocando a população de Mariana contra as vítimas:

“Desde o rompimento da barragem a empresa, em articulação com a mídia, tem feito uma campanha para colocar os moradores da cidade contra os movimentos que lutam pela responsabilização do crime de Mariana e inclusive contra atingidos pelo rompimento da barragem. Infelizmente, a cidade, assim como muitas outras em Minas Gerais, dependem do funcionamento das mineradoras, tanto pelos empregos diretos como pela economia local das cidades que gira em torno das empresas. A população de Mariana quer empregos e retomada da vida que tinha na cidade e essa dependência perversa que se criou com a Samarco faz com que a demanda mais imediata seja para a volta das atividades da empresa, mas a resposta não pode ser essa”, afirma secretário nacional do Meio Ambiente da CUT, Daniel Gaio.¹⁵⁹

O sentimento de hostilidade por parte dos moradores da cidade de Mariana vem sendo sentido por diversos atingidos pela tragédia: "Os moradores da cidade já estão praticamente nos expulsando daqui", alega a atingida Mônica dos Santos.¹⁶⁰

Segundo o entrevistado, Diretor do SINE, o problema econômico é impactante na vida dos moradores que residiam em Mariana:

Entrevista Diretor do SINE : Após o rompimento da barragem, aumentou os desligamentos? Aumentou os desligamentos, 2871 (dois mil oitocentos e setenta e um) desligamentos, quase três mil. **E tu achas que é consequência do rompimento da barragem?** Sim, foi porque a Samarco parou, a Samarco tinha empresa contratada, terceirizadas que prestavam serviço, aí a Samarco parou de produzir, então as empresas tiveram os contratos suspensos. Aí gerou esse desemprego todo aí. Infelizmente, teve perda humana, aí é complicado, nada substitui assim, mas assim, depois parou, o Ministério Público está travando a Samarco de todas as formas, multa aqui, multa ali e não deixa a empresa produzir. A previsão otimista é pra meados do ano que vem pra voltar a Samarco, essa é a previsão otimista. **E até lá o pessoal vai ficar desempregado?** Vai ficar desempregado, exatamente. Só a Samarco já demitiu 1200 (mil e duzentas) pessoas. O desastre refletiu na cidade de Mariana, pois aqui está todo mundo desempregado, a gente atende aqui, por dia, 250 (duzentos e cinquenta), 300 (trezentas) pessoas por dia.

¹⁵⁹ CARVALHO, Igor. **Um ano depois, o medo ainda vive em Mariana:** Samarco estimula revolta de moradores contra atingidos por barragem e gera tensão. 7 nov. 2016. Disponível em: <<http://cut.org.br/noticias/um-ano-depois-o-medo-ainda-vive-em-mariana-e3c6/>>. Acesso em 2017.

¹⁶⁰ BASSO, Gustavo. **Moradores de Mariana culpam vítimas do desastre por aumento no desemprego.** 3 nov. 2016. Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/read/mariana-um-ano-depois-moradores-bento-rodrigues-desemprego>. Acesso em 2017.

Nesse contexto e diante da crise que abala o Brasil, percebe-se que os impactos econômicos causados pelo rompimento da Barragem provocam danos incalculáveis tanto nas pessoas que foram atingidas diretamente, quanto nas pessoas que foram atingidas indiretamente pela tragédia, como no caso dos moradores da cidade de Mariana, o que vem provocando uma grande crise social na cidade.

Muitos moradores de Mariana pedem a volta das atividades da Samarco, haja vista que 70% dos empregos da cidade, giram em torno da mineração. Essa explicação fica clara na entrevista com o Diretor do SINE, que explica, em tom de preocupação, o enorme problema que a cidade vem passando:

Entrevista diretor do SINE: Só pra você ter uma ideia, o município arrecadava com os impostos R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões), R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões) por mês, hoje tá arrecadando, quinze, dezesseis, no máximo, só com despesa de pessoal, o município tem R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) de despesa, o restante vai pra saúde, educação, aí o prefeito tá trabalhando em cima disso aí pra ver se consegue alguma coisa, recurso do Governo Federal, está fazendo isso aí pra tentar manter os serviços básicos.

Esse aqui são os dados, que eu fiz um resumo do que está acontecendo, na verdade, eu peguei o primeiro semestre desse ano, o que acontece, a gente tem uma população economicamente ativa aproximada aí de 48.000 (quarenta e oito mil) habitantes, eu peguei aqui o total acumulado de desemprego, não quer dizer que esse ano tenha 12.000 (doze mil) desempregados aqui, isso é um acumulado que vem desde 2007, aquele relatório que eu mostrei do CAGED, a gente tem um comparativo, pra gente comparar, a gente tem mais demissões do que admissões, entendeu, esses aqui são dados nossos, seguro desemprego, até agora 2880 (dois mil oitocentos e oitenta) solicitações de seguro desemprego, só nesse primeiro semestre. Nós conseguimos captar em torno de 1925 (mil novecentos e vinte e cinco) vagas, isso aqui até julho, hoje, o número é maior. Nós atendemos, no primeiro semestre, a gente realizou 25180 (vinte e cinco mil cento e oitenta) atendimentos, no primeiro semestre, se a gente for comparar com o ano passado, por exemplo, não chegou nem a dez mil atendimentos no primeiro atendimento, no primeiro semestre. A média de atendimento nosso é essa, por mês, essa é a média mensal. Aí eu coloquei um pouquinho aqui falando, 70 % (setenta por cento) dos trabalhadores aqui da cidade é mineração. A nossa cidade é dependente da mineração e é importante que a Samarco volte a operar na cidade. **Pois eu vejo cartazes na cidade!** Exatamente. A população pedindo a volta, porque se a Samarco não voltar, infelizmente, Mariana depende muito de mineração, mais de setenta por cento aqui são trabalhadores da Vale, da Samarco contratados. Teve a situação do PDV da Samarco também que aumentou mais ainda o quadro, contribuiu muito pra esse aumento aqui do seguro, o pessoal entrou no PDV, tem aqui esse pessoal também (inaudível), é um programa que a Samarco fez em acordo com o Ministério do Trabalho e o sindicato...Tudo após a tragédia, chama Bolsa de Qualificação Profissional, é um programa do governo, que a Samarco, em acordo com o sindicato e os trabalhadores, esses trabalhadores que estão com o contrato suspenso, vão receber de duas a cinco parcelas do seguro. Aí, no caso, o PDV ainda ficou pior, esses trabalhadores, eles são desligados e eles perdem o direito do seguro-desemprego. Aí complica mais ainda.

Figura 19 - Cartaz fixado em uma ponte na cidade de Mariana



Fonte: fotografia tirada pela pesquisadora na cidade de Mariana/MG.

Para o entrevistado, a situação do desemprego após o desastre ambiental é o maior problema que a cidade de Mariana enfrenta, segundo ele, as pessoas estão muito desesperadas e chegam a pedir “pelo amor de Deus”, quando vão preencher fichas para achar emprego:

Entrevista 03 (diretor SINE). Na sua opinião, qual foi o maior impacto dessa tragédia para a cidade de Mariana? Sem dúvida nenhuma, o desemprego. **O desemprego?** O desemprego, sem dúvida, isso é evidente. Muita gente desempregada na cidade, o pessoal passa a não ter mais renda, todo dia chega gente aqui pedindo pelo amor de Deus pra ver se tem alguma coisa, mas, infelizmente, a gente não consegue atender, não tem como. **E não existe municípios aqui perto que possa fornecer empregos para essas pessoas?** Não, não, todo lugar a situação está difícil. Primeiro, que o Brasil inteiro está em crise. E a região toda aqui depende da mineração, as cidades vizinhas aqui, são cidades que dependem da mineração, então, o pessoal não tem pra onde correr aqui. **Só tentando sair do Estado?** É, é difícil, porque não é só aqui o problema, aqui estamos com dois problemas – tem a crise, que é no Brasil inteiro – e tem a Samarco que está parada aqui. Tem esse problema, esse agravante ainda.

Para a assistente social, o problema não só é o atual desemprego na cidade, mas a preocupação da forma como os reassentados irão sobreviver após a ida para o novo distrito:

O desemprego então é visível? O desemprego realmente é visível, é muito grande, os atendimentos nossos, os cadastros nossos de pessoas que estão entrando nessa linha da vulnerabilidade aumentou, isso a gente não pode negar. **E a tendência é aumentar?** Acho que sim, cada vez mais, cada vez mais. E assim, é uma preocupação muito grande porque eu acho que, quando eles forem reassentados, e eles perderem esse benefício que a

empresa dá pra eles vai ser um baque muito grande, como é que eles vão voltar a viver só do que eles produzem praticamente. E será que vai ter emprego pra eles também, se já não está tendo emprego pra cidade inteira, imagina pra eles, então, que eles já estão há tempão meio que parados também. É, eu acho assim, que as coisas vão só piorar, infelizmente

Uma grande vulnerabilidade social se instalou na região após o desastre, para os atingidos o problema gerado pelo deslocamento forçado, pela perda de todos os bens, perda de animais, amigos, por toda perda de identidade cultural e para os moradores de Mariana pela perda dos empregos, pois diversas empresas ligadas a mineradora fecharam as suas portas.

Segundo o relato de um morador da cidade, caso a empresa não volte a operar, a cidade vai ficar parecendo terra abandonada, pois a cidade é dependente da empresa:

Entrevista (morador da cidade) . Não dá para ficar sem a empresa? Não, sem a Samarco, aí vai ser uma cidade assim abandonada mesmo, uma cidade de aposentado, quem é aposentado vai viver, porque é só buscar o nosso lá e tal, mas pra emprego, isso aí vai acabar.

Para Gomes, faz-se necessário que todos os cidadãos, empresas e Estados se conscientizem da necessidade de preservação dos bens ambientais, a bem de cada um e de todos, mesmo para além das impotentes fronteiras, bem como uma consciência ambiental como motor de reconciliação entre a sede do progresso e a contenção necessária perante um planeta de recursos limitados.¹⁶¹

Algo que chama muita atenção durante as entrevistas realizadas é a perda da capacidade econômica dos deslocados, uma vez que eles moravam no interior e só comprovam o necessário na cidade:

Entrevista 24 (deslocado ambiental): Houve diminuição da renda da família, endividamento? O endividamento da renda da família, igual a nós aqui, no colocar o meu caso, no meu caso, nós tinha o nosso quintal, que a gente comprava as coisas, nós tinha as nossas galinhas, nós tínhamos ovos, nós vendíamos ovos. No nosso banheiro era serpentina, não gastava energia pra tomar banho, gás, eu gastava dois botijão de gás no ano, agora eu tô gastando um botijão de gás por mês.

O problema da falta de escolaridade e a concorrência na cidade, é sentida pelo deslocado ambiental, que relata, de maneira triste, a sua situação econômica e a falta de trabalho:

Entrevista 21 (deslocado ambiental): ... lá eu tinha o meu serviço, eu ganhava o meu dinheiro, eu mexia com a minha (inaudível), televisão, consertava moto dos outros, eu mexia com parte elétrica. E aqui eu não tenho nada disso, dentro da cidade grande aqui é

¹⁶¹ GOMES, Carla Amado. **Direito ambiental:** o ambiente como objeto e os objetos do direito do ambiente. Curitiba: Juruá, 2010. p. 14.

muita concorrência, a pessoa tem que ter escola, tem que ter um dinheiro aqui, pra você fazer dinheiro, você tem que ter dinheiro, como é que eu vou montar um negócio aqui, sendo que eu tenho um diploma, eu não tenho escola, nem nada, isso aí, eu não tive ajuda nenhuma, desde o dia que eu cheguei aqui, ela não me deu nenhum tostão.

O fato de não terem mais rotina de trabalho, comove a deslocada ambiental entrevistada:

Entrevista 15 (deslocada ambiental). E quanto a trabalho, como está a situação? Diferente, porque lá a gente tinha o plantio, hoje, aqui, a gente só vem pra fazer (inaudível) e não há coisa assim que a gente trabalhe todo dia, assim, que a gente se encontre todo dia, é muito duro, a vida da gente mudou do avesso.

Viver em um apartamento, sem pátio e sem roça para plantar, causa angústia a outra deslocada ambiental, bem como o fato de ela e a família terem , anteriormente, fartura de alimentos que eram produzidos na sua roça:

Entrevista 11(deslocada ambiental). Houve endividamento? Antes tudo vinha da horta e da chácara, a gente tinha, a gente comprava muito pouca coisa porque a gente plantava de tudo. No meu quintal, filha, nós colhia milho, colhia feijão, vendia (inaudível) de cana pros outros os lá... É, ela tinha um balaio de cana, que todo ano... tinha abóbora, tinha onze pés de laranja, tudo dando, nós tinha horta... a gente comprava muito pouca coisa. Eu cansei de vender caminhonete de verdura, eu dava pro sobrinho, que ele ia lá, eu pegava, dava a ele pra ele usar na semana – “você leva pra casa”, daqui ele diz – “quantos cachos de banana a gente pode...”, ele enchia o caminhão...**Não faziam nem conta?** Não, porque a gente tinha tudo.
[...] Não aguento ficar sem fazer nada. Eu sou acostumada a me mexer, eu ficava braba demais de não ter o que fazer – eu vou fazer o que – tinha que ficar só parada, não tem como, uai. Lá eu passava o dia inteiro funcionando, eu capinava, eu plantava, tinha lugar de eu mexer o dia inteiro, aqui, não, a gente fica mais é parado, não tem como mexer. Não tem trabalho nenhum aqui, não. É, aqui é difícil.

A comerciante entrevistada relata que pensa em ir embora da cidade, pois alega que está “vivendo de migalhas” e que não há uma solução, a curto prazo:

Entrevista 07 (Comerciante de Mariana/MG): O que mudou na cidade após o desastre? Mudou que a gente que é comerciante, e tinha um “ganha-pão”, agora não tem mais. Entendeu, a gente vive de migalha. E o que acontece, a violência aumentou, o desemprego aumentou, e a gente vai... não aparece nada, a gente tá aí esperando a Samarco e nada de Samarco, não tem emprego, não tem dinheiro, não tem solução pro problema, ninguém sabe até quando, eu mesma, tô pensando até em ir embora da cidade, porque eu não tô vendo outra solução.

Têm muitos comerciantes pensando em ir embora? Sim. Muita gente, muitas família tão passando necessidade. A prefeitura tá tendo que ajudar as pessoas. Tu conheces pessoas que ficaram desempregadas? Conheço muitos, muitas pessoas que eram meus vizinhos e que ficaram desempregados. Estão todos em casa. Quem era de Bento a maioria todas já gastou tudo que recebeu e não tem mais nada. Outras saiu pra fora, foi trabalhar.

Mudou a vida de todo mundo, tanto do pessoal de Bento quanto de Mariana? É, vem de trinta em trinta dias, de três em três mês pra não ficar... muitos pais de família, pra não ficar sem um emprego, aqueles que conseguiu lá fora, alguma coisa, ou que tinha outras

empresas lá fora, aí foram trabalhar lá. Mudou a vida da gente toda todinha. Eles, quando falam que estão em Ouro Preto, eles falam que nem vem aqui, porque aqui tem lama. **Não vem mais turista?** Não vem porque eles acham que aqui tem lama, que é cheio de lama. **E antes vinha turista para cá?** Vinha.

Da mesma forma que dificilmente os danos ambientais de uma determinada localidade acabam sendo trasfronteiriços, os danos socioeconômicos também serão sentidos por pessoas que não foram atingidas diretamente. O desastre do rompimento da barragem de Fundão fez com que as perdas econômicas fossem sentidas não só para moradores das comunidades que viviam nas regiões afetadas, mas também para os próprios moradores da cidade de Mariana.

Ainda que os moradores dos distritos atingidos estejam sendo beneficiados com o pagamento da bolsa auxílio moradia, auxílio alimentação, pagamento de luz, percebe-se que nada tem sido feito para minimizar os impactos sociais para os próprios moradores da cidade, que de forma indireta estão perdendo os meios de subsistência devido a paralisação das empresas terceirizadas, a paralisação da Samarco, e pelo fato de que a cidade também não vem mais recebendo turistas.

Embora os desastres ambientais provoquem perdas econômicas para todos os envolvidos, seu impacto é muito maior sobre as pessoas consideradas vulneráveis, pois estas têm menos recursos para se recuperarem.

Como respostas aos desastres ambientais, sejam eles naturais ou não, devem surgir medidas de mitigação específicas de prevenção aos desastres, mapeamento de áreas de riscos para manter as perdas humanas e econômicas após o desastre o mais baixo possível, e fundos de assistência humanitária, com planejamentos específicos, para minimizar os problemas econômicos das localidades atingidas por desastres.

5 A CONSIDERAÇÃO DOS AUSENTES E A DEMOCRACIA DELIBERATIVA EM HABERMAS

Considerando que a efetivação dos direitos das comunidades é imprescindível, inclusive para garantir a preservação ambiental, pois a responsabilidade do meio ambiente é de todos, e a manutenção de seu equilíbrio resulta não só em benefício local, mas também global, tanto para as gerações presentes quanto para as gerações futuras, este capítulo analisa, por meio de uma reflexão teórica da Democracia Deliberativa de Habermas, e através da análise de conteúdo, a forma como se dava a participação da comunidade de Mariana/MG, nos processos que envolviam os interesses da comunidade, em relação a construção das barragens e dos seus impactos, e como vem ocorrendo após o desastre.

Conforme Souza, a sociedade do risco exige que o Estado seja atuante na garantia dos interesses do terceiro ausente, mas a atuação do Estado não afasta a necessidade de mobilização da sociedade civil:¹⁶²

A problemática ambiental é uma questão eminentemente política. Reflete-se na emergência de movimentos sociais na defesa dos recursos, das terras e dos valores culturais dos povos; na luta pelo reconhecimento do ambiente e na recuperação dos seus espaços vitais; na reorganização de suas práticas de produção e consumo, mediante um processo de inovações tecnológicas, orientadas para a autodeterminação das comunidades, no desenvolvimento das forças produtivas, assim como no melhoramento de suas condições ambientais e da sua qualidade de vida.¹⁶³

Na grande maioria das vezes, os desastres ambientais acabam retratando a ineficiência do Estado, dos empreendimentos que desenvolvem atividades de risco e da falta de preocupação do homem com a natureza. Busca-se nesse presente capítulo analisar, os princípios da prevenção e precaução e a sua real aplicabilidade frente ao desastre de Mariana/MG, enfatizando a sua importância para evitar os desastres ambientais.

5.1 A INSTALAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS NA COMUNIDADE E A DEMOCRACIA DELIBERATIVA DE HABERMAS

¹⁶² SOUZA, Leonardo da Rocha de. **A consideração dos ausentes à deliberação ambiental:** uma proposta ética a partir do discurso de Jürgen Habermas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013a. p. 17-18.

¹⁶³ Ibid., p. 17-18.

Em quase todas as Conferências organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em que a questão ambiental foi discutida, algumas das recomendações finais para os dirigentes de países participantes são: adoção de uma política ambiental; formulação de mecanismos legais e inserção de membros da sociedade no processo decisório relativo à questão ambiental, no sentido de seja sempre viabilizado espaços para a participação da sociedade em decisões concernentes à gestão do meio ambiente.¹⁶⁴

Para Silva e Filho, qualquer política de desenvolvimento sustentável, deve levar em conta a liberdade cultural e o respeito ao desejo e à diversidade do povo envolvido:

A melhor solução é permitir que os próprios povos locais definam seu destino. Partindo-se do pressuposto de que o objetivo do governo seja aumentar o bem-estar social de todo o povo, considerado como seres humanos em toda sua complexidade, por suposição, todas as pessoas teriam o direito intrínseco e inalienável à vida, com um mínimo de dignidade. Esse mínimo de dignidade é determinado dentro do próprio contexto da sociedade local.¹⁶⁵

Segundo Souza, existe vínculo entre o meio ambiente e os direitos humanos, pois a degradação ambiental pode agravar o direito à alimentação, à água e à saúde, violando os direitos humanos. A proteção ambiental, dessa forma, é um direito básico de todas as pessoas e não pode ser regulado de acordo com os interesses de poucos.¹⁶⁶

Para Souza, as comunidades têm a sua própria definição de direito básico, e as comunidades que participam da elaboração de leis, estas tendem a atender aos direitos por ela considerados básicos, dentre os quais destacam-se os ambientais. Quando se amplia a participação das comunidades na construção de uma lei, o que se alcança é a preservação das culturas das comunidades envolvidas, pois permite a "tradução" do que efetivamente ocorre no mundo da vida (o mundo da vida é o local onde ocorrem as vivências, onde as pessoas se inter-relacionam¹⁶⁷).¹⁶⁸

Habermas sugere um modelo ideal de ação comunicativa e democracia deliberativa, no qual as pessoas interagem através da linguagem, organizam-se em sociedade e procuram o consenso de forma não coercitiva, pois, segundo ele, através da comunicação os homens teriam possibilidades de chegar sempre ao entendimento:

¹⁶⁴ ASSUNÇÃO, Francisca Neta Andrade; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida; ABREU, Teresa Lúcia Muricy. **Participação social na avaliação de impacto ambiental: lições da experiência da Bahia.** Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vu1DZqtUQUYJ:https://confins.revues.org/6750+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

¹⁶⁵ <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ctYuMlxPB9kJ:files.camolinaro.net/200000081-10c9711eb5/A%2520Insustentabilidade%2520do%2520Desenvolvimento%2520Sustent%25C3%25A1vel.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 2 jul. 2017.

¹⁶⁶ SOUZA, 2013 b, p. 11.

¹⁶⁷ Ibid., p. 34.

¹⁶⁸ Ibid., p. 11.

Chamo ação comunicativa àquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extra verbais) orientada ao entendimento. À medida em que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas) pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível a ação comunicativa.¹⁶⁹

Com isso, ressalta-se que não só na elaboração de leis, as comunidades que são ouvidas tendem a cumprir as normas de forma eficiente, mas em qualquer tomada de decisão, onde a comunidade é ouvida, tendem os conflitos serem menores.

A questão da busca por consenso, para Habermas é denominada de interação comunicativa, que tem por objetivo que às ações sejam orientadas para o entendimento, mas sim uma espécie de manipulação, que segundo o pensador alemão:

[...] incluo no agir comunicativo as interações mediadas pela linguagem nas quais todos os participantes buscam atingir fins ilocucionários, e tão somente fins como esses. Ao contrário, considero agir estratégico mediado pela linguagem as interações em que ao menos um dos participantes pretende ocasionar com suas ações de fala efeitos perlocucionários em quem está diante dele.¹⁷⁰

Souza afirma que a razão comunicativa, o direito e a democracia são conceitos entrelaçados, já que a legitimação do direito está no processo de entendimento dos cidadãos sobre as regras de convivência por meio da ação comunicativa.¹⁷¹

Segundo Habermas, a participação da sociedade na regulação da vida coletiva, deriva da influência pública sobre processos institucionais nas tomadas de decisões, nos debates sobre leis e através da produção de fluxos comunicativos em esferas públicas articuladas, e nessa perspectiva, a concepção de esfera pública, ao invés de fundamentar-se em um espaço institucionalizado e concreto, está ligada muito mais às trocas e fluxos discursivos que se estabelecem entre indivíduos que buscam melhor compreender ou solucionar os problemas que os afetam.¹⁷²

¹⁶⁹ HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. Madrid: Cátedra, 1997. p. 418.

¹⁷⁰ PALERMO, Luiz Claudio. A importância da teoria do agir comunicativo na atualidade: racionalidade, mundo da vida e democracia deliberativa. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 6, p. 1-17, dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/806/n6Palermo.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017. p. 6

¹⁷¹ SOUZA, 2013 b, p. 51.

¹⁷² MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. **Os meios de comunicação na esfera pública**: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/5395/4912>>. Acesso em: 18 out. 2017. p. 20. **Libero - Ano XI - nº 21 - Jun 2008**.

A razão comunicativa se dá por meio de relações intersubjetivas e na interação de sujeitos que buscam compreender um determinado fato. Das relações intersubjetivas é que se pode discernir a universalização dos interesses numa discussão, assim, segundo Souza, a racionalidade da comunicação exige conhecer-se o que une os membros da comunidade em um mundo objetivo reconhecido e considerado como um e o mesmo mundo por uma comunidade de sujeitos capazes de linguagem e ação. O contexto comum das vidas dos membros da comunidade permite-lhes entender-se entre si.¹⁷³

Para Habermas, é o consenso entre os interlocutores que irá tornar válida as normas que vão reger a comunidade e esse consenso surge com a ação comunicativa de maneira racional exercida por todos aqueles que fazem parte da comunidade, pois é da discussão que surge a validade das normas e dessas discussões os participantes expõem as suas ideias e fazem suas argumentações deliberando um planejamento de ações e normas, portanto, a discussão serve para justificar os argumentos que forem discutidos dentro da comunidade, e fazer com que tais argumentos tenham validade.¹⁷⁴

Embora Habermas tenha afirmado sobre a importância das discussões das comunidades e do quanto é necessário que as pessoas possam expor as suas ideias e argumentações, nota-se, na fala do deslocado ambiental, que embora ela tivesse residido a vida inteira no distrito de Bento Rodrigues, não existiam reuniões que tratavam das construções das barragens:

Entrevista 11 (deslocado ambiental) Antes de construírem as barragens, alguém da empresa procurou vocês para saber a opinião sobre a construção da barragem? Não. A gente não sabia dessa empresa e nem dessa barragem, a gente ficou sabendo no dia... eles dão pra gente agora só esse “salarinho” da gente, se eles não dão um salário pra nós comer, o que a gente vai comer, porque os meus filhos tão tudo aí sem trabalhar, eu ainda tenho um filho doente, que eu que dou as coisas pra ele, sabe, agora, eu vou falar pra você, isso tudo serve de tristeza pra gente, mas, eu não, eu falo a verdade – “mãe, a senhora não falou”, “eu falo”, falo, porque se viesse o povo da Samarco, eles não me procuram muito, eles foram muito culpado, se nós estamos aqui no que estamos hoje, o culpado é eles, porque eles sabiam, passou falando na televisão, que o técnico foi lá em 2005 e avisou pra ele que a barragem tava com defeito, que eles tinham que correr atrás pra arrumar aquela barragem, se não ia dar prejuízo, ninguém deu atenção. Quando foi em 2012, ele voltou lá, chegou lá, a barragem já tava torta, deu uma curva, chamou ele falou com ele –“olha, vocês, essa barragem vai inundar (inaudível) e vocês (inaudível) um crime que vocês nunca pode pagar”. E dito e feito, em 2015, arrasou o mundo, matou, fez o que eles fizeram, se eles tivessem cuidado, não tinha dado prejuízo a ninguém. **Então não existia reuniões com a comunidade ?** Não, nada.

Ante as situações mais complexas que envolvem questão da participação da comunidade, percebe-se que não havia por parte da empresa preocupação de comunicar os membros da

¹⁷³ SOUZA, 2013a, p. 37.

¹⁷⁴ TEIXEIRA, Maurozan Soares. Ética do Discurso em Jürgen Habermas: a Importância da [...] **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, 2016. p. 307.

comunidade, quais obras estavam sendo feitas e qual era a importância delas, segundo relatos os deslocados ambientais que moravam no distrito que ficava logo abaixo da barragem:

Entrevista 15 (deslocado ambiental) quando você morava lá, já existia a barragem?

Olha, eu moro em Bento há trinta e três anos, trinta e três, não, morei lá trinta e dois anos, que eu fiz trinta e três, quando eu nasci só existia a Barragem de Germano, a primeira que foi construída, só depois que a Samarco chegou aqui, aí a Santarém, a Barragem de Fundão, foi construída depois.

Então você já morava lá? É construída depois. Nessa época que foi construída ou depois, alguém da empresa procurava a comunidade para saber a opinião sobre a empresa?

A Barragem de Fundão fizeram, assim, muitas pessoas nem sabiam da existência dessa barragem. Agora, a Barragem de Santarém, quando foi construída, porque ficou a empresa lá que almoçava, dormia lá na comunidade, quando foi pra construir a barragem, eles só foram lá e falaram que iam construir a barragem, que tinham feitos os estudos, que o Meio-Ambiente tinha liberado, que tava tudo certo e que ia começar em tal data. Só isso. Aí assim foi feito, aí ficou, acho, que, se não me engano, acho que foi quatro anos pra construir a Barragem de Santarém.

Aconteceram problemas na época da construção da barragem?

Olha, assim, coisa, assim, de rua, tinha muita poeira, porque, na época, as ruas não eram pavimentadas, não. Assim, muitas casas assim, por causa de carro pesado, teve trinca, essas coisas, aí, esses problemas teve.

A empresa ofereceu, na época da construção das barragens, uma ajuda para que vocês tivessem uma vida melhor, para melhorar o sub-distrito, alguma coisa assim?

Não, assim, o que teve foram algumas pessoas que era distrito que trabalhou, na época, na empreiteira que construiu a barragem, só isso. **Você sentia que vocês eram ouvidos, pela empresa ou pelo Governo?** Não, era assim, eles só chegavam e comunicavam que iam fazer. Funcionava assim, eles compraram o terreno, aí fizeram as obras onde queriam, agora, não sei se foi da forma certa, hoje a gente vê que não é da forma correta, e construiu, e a gente ficou lá, a gente não tinha pra onde ir.

Os relatos dos entrevistados demonstram claramente que não existiam discussões para a chegada do consenso do que realmente era importante para a comunidade, e, conforme restou comprovada nas entrevistas coletadas, justamente a segurança da barragem era a maior preocupação que eles tinham.

Ao ser questionado como se dava a participação da comunidade nos processos que envolviam decisões, o deslocado ambiental só soube explicar que as pautas das reuniões basicamente tratavam de amenizar o temor que os moradores dos distritos sentiam devido a um possível rompimento da barragem:

Entrevista .. (deslocada ambiental):E haviam audiências públicas para ouvir a comunidade?

Olha, tinha muitas reuniões com a comunidade e a Samarco, e todas as reuniões, a gente argumentava sobre a segurança das barragens, se tinha perigo, aí eles falavam que não, que era seguro, que a gente não precisava ter medo, que se fosse acontecer alguma coisa, eles iam ficar sabendo, porque era monitorado o tempo todo, assim, eles passavam uma segurança muito grande pra comunidade, aí as pessoas acreditavam eu estava seguro, mas eu, particularmente, sempre tive medo, sempre, porque eu falo, eu falava pras meninas, pras pessoas, se coisa que homem nunca pôs a mão destrói, imagina uma coisa que o homem vai lá e constrói, a pode garantir que é cem por cento seguro, não pode, aí, eles passavam essa segurança, até foi em 2013, que houve um boato que a Barragem do Fundão tava com trincas e tava com o risco de romper, aí, nessa época, tava um mês de chuva, essas chuvinhas fininhas, aí a gente chamou eles pra uma

reunião e perguntou se era verdade que a gente tava correndo risco, porque podia estourar à noite e matar todo mundo, aí falaram que era boato de peão, que, se eles soubessem que eram os peões que tavam falando isso, dava justa causa, e que tavam seguro, que era cem por cento seguro, que, se tivesse algum problema, eles seriam os primeiros a avisar a comunidade. Aí, assim, as pessoas ficaram tranquilas. Aí, quando foi em 2014, teve outra reunião, aí eles falaram que realmente teve esse problema, só que não avisaram pra não alarmar a população. Então eu falei que, se acontecesse com aquela chuvinha, a culpa ia cair na chuva, porque tava aquela chuva constante, tanto é que assim, que Deus mostrou pra eles que nada é seguro, quando estourou tava um sol, tinha mais de mês que não caía uma gota de água lá no Bento, assim, um sol, um sol mesmo. É, é muito quente, e assim, foi Deus que estourou naquela hora, porque, se fosse... eu falo, se fosse umas seis horas da tarde.

Outro deslocado explica como se dava a sua participação nos processos que envolviam a empresa x comunidade, só soube dizer que nas reuniões eram tratados assuntos de compra de lotes por parte da empresa:

Entrevista 01 (deslocado ambiental). Vocês eram ouvidos pela empresa? Voz Feminina-II: Eu sempre ia em reunião, nós ia lá. Às vezes, nós ia lá na reunião. **Mas essa reunião que você está falando era para tratar o que ?** Era pra comprar os lotes assim. **Só para isso que se reuniam? É. E para oferecer ajuda para melhorar o distrito?** Não. Às vezes falava com o pessoal lá da rua lá, o pessoal todo tava comentando que a Samarco queria comprar o lote, que eles já tavam sabendo que a barragem ia romper. **Existia algum representante da comunidade?** Não. **As reuniões eram abertas para quem quisesse participar, quando tinha reunião com a Samarco?** Era aberta.

Ao ser questionado se existiam representantes dentro da comunidade que pudessem levar reivindicações ou sugerir melhorias para as comunidades, o deslocado ambiental primeiramente não entendeu o que era “um representante da comunidade” e depois explicou que nas reuniões, basicamente, a comunidade relatava o medo de que alguma barragem fosse se romper:

Entrevista 21 (deslocado ambiental) existiam representantes da comunidade? Hã? Existia representante da comunidade que ia lá e dizia assim – “olha, isso aqui tá dando problemas na comunidade...”, por exemplo, eu fiquei sabendo que quando tinha obras, tinha bastante poeira. **Havia alguém da comunidade que ia lá na Samarco dizer – “olha, tá tendo esse problema de poeira!”** Representante? É. O nosso representante que ia lá, ele nunca falava nada disso, não, mas a única coisa que tinha lá, tinha um rapaz lá que tinha um sítio, então, o sítio é lá embaixo, no final assim, ele tinha vaca, tudo quanto é coisa lá, de vez em quando, a Samarco fazia reunião lá, e ele chegava e perguntava – “vocês podiam fazer um negócio, me informar uma coisa, vocês podiam me informar, eu queria saber se aquela barragem nunca vai arrebentar?”, o cara dizia – “ih, rapaz, pode esquecer disso, nunca vai acontecer isso”, - “é, porque periga nós, uai, nós mora em cima da barragem aqui”. Esse rapaz tinha muito medo, a gente tinha medo sabe, aí o cara pegava e falava assim, o que era o representante da Samarco que vinha e dizia – “ih, você pode esquecer isso aí, meu filho, isso aqui não arrebenta nunca, aquilo é feito com muita tecnologia, não precisa ter medo, não, é uma gente muito consciente que tá fazendo”.

O desabafo do deslocado ambiental, com claros sinais de frustração, relembra que na época que as barragens estavam sendo construídas, imperava a esperança de que ela promovesse muitos

empregos, e pelo fato deles serem pessoas muito simples, eles pouco entendiam o risco que estavam correndo:

Entrevista 24 (deslocado ambiental) Antes de construírem a barragem, alguém da empresa procurou vocês para saber a opinião sobre a construção da barragem? Ela ficava em cima da comunidade de vocês, né? É, bem em cima. Vocês puderam opinião alguma coisa? Menina, eu vou falar que isso é verdade, não teve, não, porque foi assim, na época que foi construída essas barragem, eu não tenho muita lembrança porque a gente não tinha contato com esse negócio de barragem. **Então nem sabia o que estava acontecendo?** Na época que construíram essa barragem, essa que arreventou, eu tava mais nova, a gente nem tinha ideia, eu era solteira ainda essa época, eu nem tinha ideia de barragem. Eu acho que o povo também ninguém tinha ideia, porque era povo de mato, povo de roça, povo acostumado, é um povo simples. O importante para nós é que a barragem é que ia dar serviço pro povo, então aquilo era aquela alegria – “ah, vai abrir um barragem e vai abrir emprego”, então era aquela alegria.

Conforme Benincá, além dos conflitos e as diversas formas de violência que envolvem grandes construções, existe uma espécie de violência simbólica que em suma é o reconhecimento e a incorporação do discurso dominante como legítimo por parte dos dominados, sem que estes se percebam na condição de vítimas, pois são impostos valores, hábitos e comportamentos sem necessidade de se utilizar a violência física. Essa forma de violência e de poder sobre os demais, são construções históricas para manter uma determinada estrutura social.¹⁷⁵

Ainda, conforme Benincá, para justificar as construções e persuadir os atingidos e assim desarticular a resistência popular, as empresas instalam-se com promessas de uma excelente indenização, passando uma imagem de idoneidade e generosidade, estabelecendo relações de cooptação com os atingidos, buscando assim tratar os direitos dos mesmos como presentes concedidos e não como obrigações da própria empresa.¹⁷⁶

As empresas costumam indenizar algumas pessoas e dão trinta dias para sair. Dizem para não falar aos outros quanto ganharam, alegando que podem ser assaltados. Criam desconfiança, confusão e divisões entre quem sempre viveu junto. Fazem uma terrível violência psicológica. Em geral, as empresas ofertam um valor ínfimo pelas propriedades e buscam negociar em particular com cada família, o que reduz o poder de contestação. **As populações atingidas são excluídas do processo de discussão para decidir sobre a implantação de barragens** (grifo nosso) [...] de acordo com o movimento, quando aparece um conflito, usam estratégias de fracionamento, procurado resolver o problema de forma individualizado, por família, comunidade ou categoria. Desse modo, objetivam desmobilizar, neutralizar ou extirpar as resistências.¹⁷⁷

Para Palermo, as ações racionais na modernidade proliferaram e produziram interações sociais regradas por estratégia e não por entendimento, portanto, faz-se necessário que as pessoas

¹⁷⁵ BENINCÁ, 2011, p. 60.

¹⁷⁶ Ibid., p. 61.

¹⁷⁷ BENINCÁ, 2011, p. 61.

saíam do estado de anomia, produzindo uma nova ética através de procedimentos para os quais a razão é fundamental. Isto pode ser atingido pela ação comunicativa, cujo fundamento basilar deve ser a finalidade ilocucionária (ações orientadas para o entendimento) e não a perlocucionária (estratégica ou de manipulação do interlocutor), visto que agir para o entendimento é uma forma de se construir bons resultados ancorados numa razão que se propõe ser dialógica e ética.¹⁷⁸

Conforme o Promotor de Justiça entrevistado, a empresa, mesmo após o desastre ambiental, tenta limitar a participação dos deslocados ambientais pois, como são pessoas muito simples, antes do rompimento da barragem, e mesmo após o rompimento, para a maioria dos habitantes de Mariana, ela é considerada como uma autoridade do município:

Entrevista 16 (promotor de justiça): Como está sendo o processo de construção, elaboração e aferição de ações que venham garantir uma melhor qualidade de vida para os atingidos e a comunidade atingida está participando de decisões? Na verdade, a empresa sempre tenta limitar a participação deles, já chega com tudo pronto, como um trator – “nós estamos com uma barreira, com um dique de contenção”, a sanha da empresa de se sobrepor ao interesse e ao direito das pessoas. **Porque são pessoas muito simples, não é?** São pessoas muito simples, elas não sabem que elas podem ter voz ativa, então elas vêm a empresa, é difícil pra gente ter esclarecido, imaginar que uma pessoa pode ver uma empresa como autoridade, mas pra aquelas pessoas, a Samarco é uma autoridade, se o engenheiro da Samarco falar – “olha, a sua casa vale tanto”, eles acreditariam que valia aquilo. E ainda que eles não acreditassem, e eles falassem (inaudível – você receber isso), eles não iam questionar, - “ah, eu vou receber isso mesmo da Samarco”. Por mais que ainda ele acreditasse que essa casa dele valesse mais, ele iria aceitar porque estava como se ele estivesse submetendo a uma autoridade. Então, a visão que eles tem da Samarco é como se ela fosse superior a eles e não que ela é uma empresa privada, que tem finalidade lucrativa e que as pessoas que estão ali, no final das contas, no fundo, até, tanto ele quanto o presidente da Samarco, eles não tem essa visão. **Desde o episódio, a comunidade está sendo ouvida?** Tem uma comissão que representa a comunidade, tanto de Bento quanto de Paracatu. **Então você acredita que os pedidos da comunidade estão sendo atendidos?** Igual eu te falei, na base, assim da Justiça, a gente pede, e o Promotor vai lá e mais a Juíza...

Souza entende que o processo democrático exige que as realizações econômico-administrativas passem por processo de discussão, nos quais os cidadãos exercem sua autodeterminação e essas discussões necessitam ser feitos por um sistema de direitos que abram espaço a uma linguagem adequada.¹⁷⁹

Habermas pontua que a democracia deve ser baseada em uma maior participação da sociedade civil, pois esse é o meio de descentrar as decisões políticas dos meios burocráticos do Estado, e a teoria do discurso é o meio de se atingir um modelo democrático descentrado com a maior participação possível das pessoas nos processos decisórios das suas comunidades. A opinião

¹⁷⁸ PALERMO, 2013, p. 6.

¹⁷⁹ SOUZA, 2013b, p. 58.

pública, transformada em poder comunicativo segundo processos democráticos, não pode se sobrepor ao poder administrativo; mas, de certa forma, pode direcioná-lo.¹⁸⁰

Segundo o autor, a linguagem é um meio de comunicação que serve ao entendimento, enquanto os atores, ao entender-se entre si para coordenar suas ações, perseguem cada um determinadas metas, e através dos atos de fala, os falantes vinculam pretensões de validade susceptíveis de críticas, tais como:

- a) o estabelecimento e renovação de relações interpessoais, nas quais o falante faz referência a algo pertencente ao mundo das ordens legítimas,
- b) a exposição, ou a pressuposição, de estados e acontecimentos, nos quais o falante faz referência ao mundo de estados de coisas existentes e
- c) a expressão de vivência, isto é, a apresentação que o sujeito faz de si mesmo, na que o falante faz referência a algo pertencente ao seu mundo subjetivo, ao que ele tem acesso privilegiado.¹⁸¹

Souza acrescenta que a participação popular só se efetiva se houver ética na transmissão do problema ao participante para que não utilize a participação como “fachada” à manipulação, por isso é necessário que os participantes entendam realmente o problema discutido para que ele tenha liberdade para opinar, buscando assim, através das suas vivências e nas suas expectativas, a melhor solução.¹⁸²

Para a escolha dos novos terrenos onde serão contruídos os novos distritos, foi baseada numa ampla participação dos deslocados ambientais onde eles puderam votar nas localidades que eles irão residir:

Os atingidos foram convidados a selecionarem um dos terrenos, sendo que cada unidade familiar tinha direito a um voto, além das igrejas católica e evangélica, que tinham propriedades no local. Das 239 famílias que viviam no local, compareceram à votação 223, ou seja, 94% exerceram o direito ao voto. O resultado final foi: Lavoura, com 206 votos; Carabina, 15 votos; e Bicas, dois votos. Não houve voto em branco ou nulo. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) acompanhou a votação e garantiu sua legitimidade. Além disso, o MPMG – por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Mariana, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Direitos Humanos (CAO-DH) e da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) – organizou todo o processo de votação, com apoio da comissão de representantes de atingidos e da Samarco, de maneira a garantir a maior participação possível e total transparência.¹⁸³

¹⁸⁰ HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2, p. 23.

¹⁸¹ HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Traducción de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988. v. 1, p. 394.

¹⁸² SOUZA, op. cit., p. 156.

¹⁸³ Ministério Público de Minas Gerais na Defesa dos Direitos Humanos. “Caso Samarco em Mariana”. Cópia dos autos do Inquérito Cível. Carolina Paaz

Na visão de Habermas, o modelo de democracia deve contemplar as demandas da sociedade civil, considerando sua participação na esfera pública, de maneira a tornar as decisões deliberativas da política as mais descentradas possíveis, e o cidadão republicano que reside em uma comunidade livre com direitos iguais entre todos, tem o direito de participar das decisões que envolvem as suas comunidades e sobretudo, não só buscar os seus próprios interesses, mas o interesse comum.¹⁸⁴

Souza adverte que as decisões públicas são legitimadas pelo voto democrático, pela legalidade, pelo mérito das decisões e pelo procedimento, e o procedimento não pode ser visto somente como um mero requisito formal, mas sim como realidade material que, ao potencializar as participações dos indivíduos e instituições, permite a tomada de decisões mais corretas e eficazes.¹⁸⁵

Embora Habermas defenda a participação das pessoas das comunidades nos processos decisórios, a fim de buscar o interesse comum, percebe-se que na prática isso não ocorre. Conforme entrevistas coletadas, nos distritos atingidos viviam pessoas mais humildes, a maioria com baixa escolaridade. Quando essas pessoas participavam das reuniões que existiam, muitas delas sequer entendiam o que estava sendo discutido:

Entrevista 05 (deslocado ambiental) enquanto vocês moravam lá a empresa ouvia vocês, existiam reuniões com a comunidade? Tinha, mas a gente não entendia muita coisa. A gente falava que tinha medo da barragem, como diz, que, se a barragem estourasse, mas eles falavam que isso não ia acontecer e que isso nunca chegar lá, não tinha perigo. **Vocês tinham medo que isso fosse acontecer?** É. **Vocês tinham ouvido falar que aquela tragédia poderia ocorrer?** Ah, ouvir, eu ouvi, porque eles falavam que não chegava lá, a gente ficava despreocupado, (inaudível) porque a gente falava que estava preocupado nas reuniões e eles falavam que não era pra preocupar. **As reuniões eram abertas assim para quem quisesse participar?** Eram. **E vocês participavam?** De vez em quando. Eu não ia freqüente, não, mas de vez em quando. Não valia à pena! **Então você achava que não valia à pena participar?** Sim, não valia. A gente não entendia direito as coisas que eles falavam.

Souza enfatiza que a participação popular constrói o direito ambiental legítimo,¹⁸⁶ e a opinião pública transformada em poder comunicativo, segundo procedimentos democráticos, devem não dominar, mas direcionar o uso do poder administrativo para determinados canais e ter o poder de programar o exercício do poder político.¹⁸⁷

O princípio do Estado Democrático de Direito é acolhido pela Constituição Federal no seu artigo 1º como um conceito-chave do regime adotado, tendo como fundamento da República

¹⁸⁴ HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro:** estudos da teoria política. São Paulo: Loyola, 2002. p. 272.

¹⁸⁵ SOUZA, 2013b, p. 103.

¹⁸⁶ SOUZA, 2013b, p. 105.

¹⁸⁷ HABERMAS, 2002, p. 282.

Federativa Brasileira, o poder político residente no povo, e que este poder será exercido a partir das determinações através da democracia direta ou através da democracia indireta, estabelecendo como centro de poder político a própria sociedade (povo), que impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, participação essa que não se exaure na simples formação das instituições representativas.¹⁸⁸ Contudo, um dos principais pilares da participação social, está na legislação internacional, mais precisamente, na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

Com o objetivo de que os governos garantam aos cidadãos a participação social, foi elaborado o princípio 10, (dentre 27 princípios) que constam no documento final da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 – a chamada ECO-92:

Princípio 10: A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.¹⁸⁹

Com base em um modelo democrático, foi sancionado o Estatuto da Cidade, que determinou que a gestão da cidade deve se dar com participação dos cidadãos, baseado em uma gestão de programas e projetos de desenvolvimento urbano, onde toda a atividade municipal inserida no artigo 4º do Estatuto da Cidade, submete-se ao princípio da participação popular nos termos definidos no inciso II do seu artigo 2º:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Segundo Diniz, a participação popular pode ser dividida por dois critérios: sob critério que diz respeito ao grau de controle dos membros sobre as decisões que são tomadas; sob o critério que diz respeito ao nível de importância dos assuntos decididos. Dessa forma, ele considera que há sete graus de participação, quais sejam: 1 - Informação/Reação ; Grau 2 - Consulta Facultativa;

¹⁸⁸ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 112.

¹⁸⁹ DECLARAÇÃO do Rio sobre meio ambiente. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

Grau 3 – Consulta Obrigatória; Grau 4 - Elaboração Recomendação; Grau 5 - Co-gestão; Grau 6 - Delegação e Grau 7 - Auto-gestão.¹⁹⁰

No grau um, os dirigentes apenas informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas, com situações que podem vir a ocasionar uma reconsideração da decisão inicial, aproximando-se do grau subsequente. Nos graus de controle de natureza meramente consultiva, ou seja, Consulta Facultativa e Consulta Obrigatória, a decisão permanece nas mãos dos dirigentes, diferenciando-se somente porque na Consulta Obrigatória os dirigentes são obrigatoriamente consultados para que as decisões sejam consideradas válidas. No grau quatro, os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas que a administração aceita ou não, sendo que neste caso o dirigente tem que justificar sua posição. Nota-se que até este grau a decisão fica na mão do dirigente, mas diminui gradualmente a discricionariedade dos seus atos. No grau da Co-gestão, existe as instâncias participativas colegiadas com poder deliberativo e consultivo ou de decisão compartilhada. Neste sistema, ficam estabelecidos espaços delimitados de ação e deliberação conjunta, com espaço de ação social parcialmente politizada, de cooperação imposta. No grau de delegação, no poder deliberativo, existe o poder deliberativo autônomo, aberto em alguns campos ou jurisdições que antes eram controlados somente pelos dirigentes. No último, o grau determina seus objetivos, escolhe os meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa.¹⁹¹

O padrão de gestão pública ou criação do direito deve se inspirar nos pressupostos da democracia deliberativa e essa democracia deve ser indissociável do princípio republicano – com discussão política sistemática e consciente entre cidadãos livres e iguais e, conforme Canotilho:

[...] por democracia deliberativa entende-se uma ordem política na qual os cidadãos se comprometem: (1) a resolver coletivamente os problemas colocados pelas suas escolhas coletivas através da discussão pública; (2) a aceitar como legítimas as instituições políticas de base na medida em que estas constituem o quadro de uma deliberação pública tomada com toda a liberdade.¹⁹²

No modelo de visão republicana, a ordem jurídica tem como função de garantir a integridade de um convívio equitativo, autônomo e fundamentado no respeito mútuo, pois, através

¹⁹⁰ DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação?. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.86. apud DINIZ, Adiel de Sousa. **Participação popular e sustentabilidade: o caso do Projeto Agente Ambiental Comunitário do Amapá Macapá-AP.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado de Direito Ambiental e Políticas Públicas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/ppgdapp/files/2013/04/Adiel.pdf>>. Acesso em: 2017. p. 57.

¹⁹¹ DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação?. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.86. apud DINIZ, 2011, p. 58-60.

¹⁹² CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição.** 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003. p. 224.

do modelo republicano, os cidadãos conseguem auto-organizar-se em sociedade, de forma democrática, buscando sempre o interesse mútuo.¹⁹³

A partir da efetiva participação da sociedade na proteção ambiental, com vistas a garantir a existência de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, desenvolve-se uma nova forma de cidadania “por ser este direito, um direito essencial à qualidade de vida, amplia o próprio conteúdo dos direitos humanos e do próprio conceito de cidadania.”¹⁹⁴

Deve-se almejar um Estado que promova uma gestão ambiental democrática e que municie os deliberantes de informações suficientes que os tornem capazes de argumentarem (i) a favor da proteção ambiental e (ii) tendo em vista aqueles que serão atingidos pelas decisões tomadas a partir do discurso, ou seja, um Estado que dê condições para que as pessoas realmente deliberarem em matéria ambiental, não só em Conferências de alcance internacional, mas também nas diversas oportunidades em que essa matéria entre em pauta.¹⁹⁵

O direito de participação na proteção internacional dos direitos humanos, assim como do meio ambiente, representa sempre avanço normativo, tanto nos planos nacionais como internacionais.¹⁹⁶

Habermas aponta que para Dahl, há cinco condições para considerar legítimo um processo democrático:

- a) inclusão de todas as pessoas envolvidas;
- b) chances reais de participação no processo político, repartidas equitativamente;
- c) igual direito a voto nas decisões;
- d) o mesmo direito para a escolha dos temas e para o controle da agenda;
- e) uma situação na qual todos os participantes, tendo à mão informações suficientes e bons argumentos, possam formar uma compreensão articulada acerca das matérias a serem regulamentadas e dos interesses controversos.¹⁹⁷

Com o fim de assegurar a participação das comunidades atingidas, após o desastre ambiental, o Ministério Público, com apoio da Prefeitura de Mariana, articulou a indicação de representantes das comunidades, realizando-se votação em uma Assembleia Geral no dia 28 de novembro de 2015. Desse ato, ocorreu a designação de comissões de representantes para cada uma das localidades afetadas: Bento Rodrigues, Paracatu, Pedras, Ponte do Gama, Camargos e Campinas. A partir desse instante, encontros quase diários entre membros da comissão e

¹⁹³ SOUZA, 2013b, p. 66.

¹⁹⁴ MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio Ambiente: direito e dever fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p. 156.

¹⁹⁵ SOUZA, 2013a, p. 14

¹⁹⁶ TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional**. Porto Alegre: Fabris, 1993. p. 203.

¹⁹⁷ DAHL, R. apud HABERMAS, 1997, v. 2, p. 42-43.

representantes do Ministério Público da Comarca de Mariana, pautaram a elaboração de um Termo de Compromisso para garantir os direitos dos atingidos.¹⁹⁸

Em entrevista sobre como está sendo a participação dos deslocados na construção do novo distrito, a fala de dois entrevistados relata que eles sentem que as reivindicações estão sendo atendidas:

Entrevista 01 (deslocado ambiental): Desde o episódio, a comunidade que está sendo ouvida, como ela vem sendo representada? Tem um representante, eles vem cá...Vem aqui, passam pela casa e aí levam a notícia pra eles lá. **Então vocês sentem que os pedidos da comunidade estão sendo atendidos?** Estão. Obrigada

Entrevista 11/12 (deslocado ambiental): Você sente que após o desastre, vocês estão podendo participar das tomadas de decisões? Isso, tá. Porque, no caso, eles tão dando salário, eles tão correndo atrás pra fazer as casas de novo, porque eles tem que construir, porque nós não pode ficar o resto da vida aqui em aluguel em casa dos outros, eles tão correndo atrás pra ver se constrói. Porque ele que destruiu, ele tem que construir, uai, mas nem todas pessoas, filha, que viu destruir, vai assistir construir. Não, porque tem muita gente doente, coisa assim...

A partir do relato de uma deslocada ambiental, ao ser questionada sobre como tem se dado a participação dos deslocados nas tomadas de decisões, após o desastre, percebe-se que não fica claro na cabeça dela qual o real envolvimento da fundação que está cuidando dos interesses dos deslocados, nem se o governo faz parte ou não da fundação, fazendo confusão com “um negócio da igreja católica”, ou seja, caso ela não esteja gostando da casa provisória, ela será atendida pela empresa e poderá mudar de casa, porém, não sabe muito bem o papel dos envolvidos nas decisões pós desastre:

Entrevista 21 (deslocado ambiental): Você sente que a empresa e o Governo estão comprometidos com a participação de vocês nos processos de tomada de decisões? Tá, sim, tá. O Governo ou a empresa? A empresa, ela tá correndo atrás, porque tudo é assim, tudo não é no mesmo momento que a pessoa quer... A fundação, essa fundação é... essas coisas de Governo...E esse negócio, que tem um negócio, como é que é, é um negócio de Igreja Católica que tem aí... é tipo uma ONG, ela tá entrando e diz que é pra ajudar nós na indenização. **Os pedidos de vocês estão sendo atendidos?** É assim, se a pessoa - eu tô morando aqui... se quiser muda... a partir de hoje, eu não quero morar aqui, não quero ficar aqui, só a gente vai no escritório, conversar, eles pegam e anotam lá, depois eles vem, olha lá e depois eles vem atrás da gente pra gente olhar a onde é que a gente vai achar uma casa, aí anda com a gente...

O não entendimento sobre como se dá a participação das comunidades nos processos decisórios pós desastre, bem como a desconfiança sobre uma possível ajuda externa que a

¹⁹⁸ Processo cautelar n.º 0400.15.003989-1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Cópia dos autos feita pela pesquisadora na Comarca de Mariana/MG.

Samarco possa estar tendo para aprovar a qualidade da água no distrito que será construído, resta evidenciada na entrevista concedida:

Entrevista 24 (deslocado ambiental): **Você sente que a empresa e o Governo estão ouvindo a comunidade nos processos para decidir sobre o futuro de vocês?** Com certeza também tá junto, porque esse negócio... esse negócio foi assim, o estudo das águas, eles tão tudo em parceria, agora eu não sei se tá um cobrindo o outro, porque, às vezes, a água tem problema, e eles falam que não tem, eu não posso confirmar se tem ou se não tem. O lixão tá muito perto, uns falam que não tem problemas, outros falam que tem, então você não sabe qual é que tá certo, se é o que fala que tem problema ou se é o que fala que não tem. O lixão, eu acho que ele deveria ser tirado. Então isso aí tem que ser o que, o governo e a companhia. **Os pedidos da comunidade estão sendo atendidos, assim, vocês levam as preocupações?** Igual esse problema do lixão, a gente já fez essas entrevista assim reclamando do lixão, então já veio falando que o lixão, se o problema é com o lixão, ele vai ser tirado, agora nós sabe lá se eles vão por esse problema como problema ou se vai por sem problema, nós pode ter certeza disso. Muita gente fala que nós devia de morrido na lama – “porque esse povo de Bento”, minha filha, criança, a Samarco até diz que tá arrumando uma escola particular pra por os menino, tirar os menino da escola que eles tão acostumados.

Conforme a assistente social que trabalha diretamente com os deslocados ambientais, existem comissões que representam os direitos dos atingidos pelo desastre, e ela acredita que as reivindicações, na medida do possível, estão sendo atendidas:

Entrevista 19 (assistente social) : **Você percebe que os deslocados estão sendo ouvidos, pela empresa, pelo governo?** Olha, eu acho assim, sim, o Ministério Público aqui de Mariana, ele tem escutado as comissões, inclusive agora voltou o processo aqui pra Minas, pra Mariana.. O que eu sei é que os atingidos, eles formaram comissões, aí tem a comissão de Paracatu e tem a comissão de Bento, só que nem todas as pessoas participam, então assim, eles são escutados a partir dessas comissões, só que assim, tem uns que falam assim – “ah, eu não tô sabendo de nada, ah, ninguém me falou nada”, então assim falar que está sendo ouvido um por um, não está, não tem como fazer isso, mas assim, na medida do possível, os que procuram, assim, que falam, eu acredito que eles estão sendo atendidos, sim, eu não posso falar assim que...**Afirmar?** Eu não posso afirmar muita coisa assim dentro...Dentro do que eu vejo assim atualmente, eu não posso falar que a empresa tem sido assim, ela não tem feito a parte dela, eu não posso falar isso porque, realmente, assim, ela tem feito acho que até mais do que eu imaginava, sabe, sinceramente, claro, faltam muitas coisas, algumas coisas, a gente tem que ver, por ser empresa privada, ela vai ver o lado dela e tudo mais, mas eu não posso falar que não está fazendo.

Com objetivo de assegurar a participação dos deslocados ambientais na escolha do novo distrito, o Promotor de Justiça revela que um dos problemas enfrentados foi conscientizar os atingidos para que vissem a empresa causadora do desastre como ré, e não como uma autoridade no município:

Entrevista 16/17 (promotor de justiça): **Como está sendo o processo de construção, elaboração e aferição de ações que venham garantir uma melhor qualidade de vida para os atingidos e a comunidade atingida está participando de decisões?** Na verdade, a empresa sempre tenta limitar a participação deles, já chega com tudo pronto, como um trator – “nós estamos com uma barreira, com um dique de contenção”, a sanha da

empresa de se sobrepor ao interesse e ao direito das pessoas. **Porque são pessoas muito simples, não é?** São pessoas muito simples, elas não sabem que elas podem ter voz ativa, então elas vêm a empresa, é difícil pra gente ter esclarecido, imaginar que uma pessoa pode ver uma empresa como autoridade, mas pra aquelas pessoas, a Samarco é uma autoridade, se o engenheiro da Samarco falar – “olha, a sua casa vale tanto”, eles acreditariam que valia aquilo. E ainda que eles não acreditassem, e eles falassem (inaudível – você receber isso), eles não iam questionar, - “ah, eu vou receber isso mesmo da Samarco”. Por mais que ainda ele acreditasse que essa casa dele valesse mais, ele iria aceitar porque estava como se ele estivesse submetendo a uma autoridade. Então, a visão que eles tem da Samarco é como se ela fosse superior a eles e não que ela é uma empresa privada, que tem finalidade lucrativa e que as pessoas que estão ali, no final das contas, no fundo, até, tanto ele quanto o presidente da Samarco, eles não tem essa visão.

A escolha do local onde será construído os distritos que foram soterrados pelo mar de lama foi feita com a participação dos deslocados ambientais que tiveram, através do Ministério Público, seus direitos de participação, assegurados:

Eu precisei ficar muito tempo conversando com eles para conseguir a entrevista, pois a preocupação deles em assinar, as perguntas parecidas com às que eu estou fazendo para o senhor, e o medo que a Samarco visse a assinatura deles, era muito grande. É medo, eles tem receio, por exemplo, eles perderem o amparo e prejudicá-los porque ter falado da Samarco. Então isso que nós estamos vendo aqui é o que está acontecendo, a situação é muito complexa, mas que nós garantimos que eles participem, por exemplo, a empresa já queria vim com um terreno pronto, aí os atingidos – “não, o terreno vai ser esse e nós vamos reconstruir dessa forma”, nós barramos isso, nós falamos – “olha, vocês tem que, pelo menos, identificar três terrenos que eles possam escolher. E mais, você pode identificar os terrenos com a ajuda deles porque eles conhecem a região”, então eles que indicaram que o terreno, o que foi, ao final, escolhido.

Conforme relato do Promotor de Justiça, a participação dos deslocados ambientais na escolha das novas casas que serão construídas, quase foi limitada, isso porque a empresa responsável pelo desastre apresentou cinco modelos de casa, e o promotor de justiça entendeu, para este caso, que os deslocados têm direito de reestabelecer o padrão de casas que eles tinham antes do desastre ocorrer:

Entrevista 16/17 (promotor de justiça): o município em si, assim, dentro das limitações, fez alguma coisa, também não podia se omitir porque as pessoas estão ali, elas precisam ser amparadas, você precisa receber, tem que saber quem é atingido, quem não é, então, essas pessoas (inaudível), essa coisa toda, médicos, etc., trabalharam e tentaram fazer alguma coisa. O problema veio depois, essa ação emergencial, ela foi desordenada, mas ela aconteceu de uma forma razoável, contando principalmente com o papel da Prefeitura do Município. Depois de uns quinze dias, aí começou, prestou um papel, depois virão papelão, um papelão o que a prefeitura fez, eles simplesmente não fizeram nada pelos atingidos, deixaram tudo na mão da empresa, e a empresa foi passando igual a um trator em cima das vítimas, aí que veio o nosso papel do Ministério Público, quando a município começou a, na verdade, se aliar à empresa, a todo momento querendo proteger, falando bem da empresa e falando – “não, eles vão resolver tudo, vai se resolver do jeito deles, sem a participação dos atingidos”, eles dizendo assim – “nós vamos construir a nova Bento, mas vão ser cinco modelos de casa”, quem disse que eles querem cinco modelos de casa, quem disse que você pode decidir onde vai ser a nova Bento. Então nós começamos a atuar pra garantir a participação deles, aí nós ajuizamos talvez a ação civil

pública mais importante em termos de direito hoje que já fora ajuizada, pelo menos em Minas Gerais, que abarca mais de trinta pessoas.

Ao se inserir a temática ambiental como objeto da deliberação, a solução da gestão dos riscos passa a ser compartilhada de forma democrática, isso porque a deliberação ambiental possibilita aos envolvidos a tomada de consciência a respeito dos riscos das decisões que podem ser tomadas, criando um padrão de democracia que irá acompanhar a evolução, com oportunidades de participação [e deliberação] nas tomadas de decisões, não como mera consulta, mas com efetivas possibilidades de influenciarem as escolhas que se realizarão, onde ao invés de termos uma autoridade científica ou política, teremos modelos de cooperação que busquem a prevenção dos riscos tendo como base “a cultura, a tradição, o senso comum e a experiência”.¹⁹⁹

Segundo Habermas, uma participação popular eficiente pressupõe que sejam atendidos alguns requisitos, são eles :

- (i) clareza sobre os interesses que estão representando nessa participação,
- (ii) clareza sobre os “padrões justificados” e;
- (iii) consenso sobre aspectos relevantes do conteúdo que precisam para a futura lei, conteúdo esse que venha a atender às necessidades da comunidade que representa e que torne a lei que constrói eficiente.²⁰⁰

As deliberações na área ambiental, quando definitivas, podem não ser possíveis de modificá-las, por isso é necessário que elas não ocorram de forma unilateral. As pessoas que participam da tomada de decisões, não decidem em função de um consenso, mas sim em função de suas próprias preferências.²⁰¹ O ausente à deliberação é um destinatário da norma ambiental dela decorrente, e não pode ficar à mercê dos interesses dos que estão deliberando, pois, “ninguém pode depender do outro de modo fundamentalmente irreversível”.²⁰²

A participação popular e deliberação na elaboração de normas ambientais impedem que surjam normas unilaterais e arbitrárias, baseadas somente em interesses patrimoniais e econômicos degradadores do meio ambiente,²⁰³ pois a democracia deliberativa leva em consideração um contexto de atuação livre e igualitária, que essa atuação tanto do poder público quanto do privado

¹⁹⁹ SOUZA, 2013a, p. 43.

²⁰⁰ HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia:** entre a factividade e validade. 2. ed. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 2 e 3, p. 13.

²⁰¹ SOUZA, 2013a., p. 51.

²⁰² HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana.** Tradução de Karina Jannini; revisão da tradução Eurides Avance de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 88.

²⁰³ LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Novas tendências e possibilidades do direito ambiental no Brasil:** natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 197.

e todos que façam parte da sociedade participem em sua plena capacidade igualitária, em mesmas condições, de persuadir e influenciar.²⁰⁴

Caso não seja possível a presença de todos em uma reunião que envolva decisões, os participantes devem deliberar sobre a proteção ambiental, sem ferir os interesses dos ausentes. Para isso, é necessário compreender o contexto de vida do ausente para perceber de que forma a decisão pode proteger sua cultura, seu modo de vida, e, até mesmo, sua existência.²⁰⁵

As ações civis que estão em andamento têm o intuito de garantir que as famílias, atingidas pelo desastre, tenham voz ativa perante a empresa responsável, tendo em vista que, inicialmente, os atingidos não puderam ver suas demandas satisfeitas pela empresa poluidora:

Saliente-se que ao negar esses direitos às pessoas/famílias que perderam tudo, as empresas lesam novamente os sobreviventes do desastre. Decerto, são inúmeros casos em que as pessoas, munidas de documentos e informações precisas, estiveram no posto de atendimento da empresa Samarco e tiveram negados seus direitos. O descaso frequente acendeu um profundo sentimento de exclusão e sofrimento aos membros dessas famílias. O que se verifica é um desrespeito com pessoas em situação de hipervulnerabilidade: os agentes da empresa aproveitam-se da ignorância e ingenuidade dessas famílias, postergam a resposta aos seus direitos e depois recusam a concessão desses direitos, causando mais angústia ainda às famílias que, sem alternativa, nada fizeram inicialmente, até serem devidamente informadas pelas comissões de representantes de atingidos e pelo Ministério Público.²⁰⁶

Em praticamente todas as cidades em que as grandes empresas se instalam, todos os argumentos para os riscos que a atividade envolvem, são justificados perante as comunidades como empresas que geram empregos e melhorias na qualidade de vida das comunidades tradicionais, e para tanto, as empresas contratam especialistas com alto poder de persuasão e, propõem atividades compensatórias, com poucas discussões, pois vendem a ideia somente do progresso da cidade, assim vão ganhando espaço e a confiança das comunidades, para se instalarem sem muitas resistências das mesmas.

Para Silveira, o dever de defender e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado, consagrado no art. 225 da nossa Carta Magna, assume sentido muito mais profundo em processos democráticos participativos, através da presença de um coletivo personalizado, atuante na tutela do meio ambiente como bem comum.²⁰⁷

A deliberação ambiental é necessária para a efetiva proteção ambiental, sendo assim, cumpre ao Estado ser o garantidor do direito ambiental, assegurando a participação popular como

²⁰⁴ BURGEL, Caroline Ferri; CALGARO, Cleide. O estado democrático de direito e a garantia dos direitos fundamentais individuais: um repensar do modelo de formação política. *Âmbito Jurídico*, v. 147, p. 1-14, 2016.

²⁰⁵ SOUZA, 2013a., p. 96.

²⁰⁶ Cópia dos autos da ação penal feta pela pesquisadora. Ministério Público de Minas Gerais na Defesa dos Direitos Humanos. “Caso Samarco em Mariana”

²⁰⁷ SILVEIRA, 2014b, p. 215.

instrumento de garantia dos direitos dos particulares, pois esta participação, garante maior validade social ao direito ambiental e uma maior conscientização dos participantes em relação à proteção do meio ambiente.²⁰⁸

Silveira adverte que o grau de participação popular precisa ser fixado de forma clara pelo Poder Público, com espaços efetivos baseados nos valores democráticos e participativos que fundamentem a nossa Constituição, bem como o dever da coletividade em preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado. A participação cidadã deve ser dada em forma de contribuição dos debates, mas também em intervenção propriamente dita nos processos decisórios, tanto administrativos quanto judiciais.²⁰⁹

Como ensina Souza, as deliberações ambientais devem ter a participação popular para que todas as ações e soluções sejam analisadas em conjunto, com um espaço de diálogo, suprido de informações e consequências corretas. O direito, conforme Habermas afirma, serve como mediador entre as duas esferas, capaz de traduzir as intenções e atuações de uma esfera para tornar-se inteligível à outra esfera. Uma legislação participativa faz com que os valores das comunidades possam ser transmitidos aos aplicadores do direito, dentre eles : valores sociais, psicológicos, ideológicos e religiosos que empreendem a aplicação dos sentimentos e vivências dos participante.²¹⁰

Qualquer decisão que envolva a vida de pessoas e as questões ambientais devem considerar um processo democrático, em que os interesses públicos sejam considerados, com ampla participação da população afetada por empreendimentos, considerando que não pode haver primazia da ordem pública e da ordem econômica em detrimento dos direitos humanos e da conservação do meio ambiente.

5.2 O DESASTRE EM MARIANA/MG E AS POSSÍVEIS FALHAS DE PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO

Ao longo dos anos, inúmeros desastres ambientais vêm ocorrendo, tanto desastres ambientais naturais, quanto os produzidos pela mão do homem, resultando em grandes danos econômicos e matando milhares de pessoas.

Os desastres ambientais são, na maioria das vezes, transfronteiriços, pois não se restringem a limites geográficos de um país ou continente, prova disso é que somente em relação a acidentes

²⁰⁸ SOUZA, 2013b, p. 105-110.

²⁰⁹ SILVEIRA, op. cit., p. 214.

²¹⁰ SOUZA, op. cit., p. 155-110.

petrolíferos, nos últimos 70 anos, mais de 80 episódios de média e alta gravidade lançaram nos mares e oceanos cerca de 7,4 bilhões de litros de petróleo - o correspondente ao volume de quase 3000 piscinas olímpicas. Os dez maiores desastres respondem por 68% desse total.²¹¹

Silveira entende que os riscos constituem a base do *modus vivendi* contemporâneo, pois repousa na produção irresponsável e sistemática dos riscos.²¹² Entretanto, o risco não pode ser concebido como um fenômeno meramente objetivo, mas sim como um conceito interdisciplinar extremamente complexo.²¹³

A demanda precaucional, bem como a premência do desenvolvimento de mecanismos próprios a acautelar riscos, nasceu de uma série de crises ambientais nas quais as dificuldades e as lacunas políticas preventivas tornaram-se a posteriori, expressando uma insegurança generalizada.

Na tentativa de enfrentar a sociedade de risco e as incertezas, surge o princípio da precaução como uma ferramenta para enfrentar o perigo abstrato a fim de evitar danos ambientais e a degradação. Na década de 1970, no direito alemão, o princípio foi aplicado na área das políticas públicas ambientais, como uma forma de justificar a interferência regulamentadora que restringia as descargas de poluição marinha enquanto não haviam provas dos danos ambientais que causavam. Segundo Barbieri, Moraes e Lopes, o princípio da precaução, definido pela Comissão Mundial sobre Ética da Ciência e da Tecnologia (COMEST) da Unesco, indica que quando atividades podem levar a dano moralmente inaceitável, que seja cientificamente plausível, ainda que incerto, devem ser tomadas ações para evitar ou diminuir tal dano. O fundador da epidemiologia, médico John Snow (1813-1858), para evitar o uso de um poço que poderia estar causando a contaminação da população de cólera em um bairro da cidade de Londres, foi um dos primeiros utilizou-se do termo precaução.

O princípio da precaução afasta, no tempo e no espaço, o perigo, na busca também da proteção contra o próprio risco e na análise do potencial danoso oriundo do conjunto de atividades. Está ligado diretamente aos conceitos de afastamento de perigo e segurança das gerações futuras.²¹⁴ Tal princípio foi introduzido no Brasil pela Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938/81, a qual estabeleceu entre seus objetivos, “a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico e a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente” Para atingir este objetivo a lei previu o

²¹¹ BARBOSA, Vanessa. Os 10 maiores acidentes petrolíferos da história. **Exame**, 10 out. 2010. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/10-maiores-acidentes-petroli-feros-historia-556774/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

²¹² SILVEIRA, 2014b, p. 371.

²¹³ SILVEIRA, 2014b, p. 372.

²¹⁴ RECH; RECH, 2012, p. 116.

instrumento Avaliação de Impactos Ambientais, que tem como uma de suas figuras o Estudo de Impacto Ambiental (art. 4º, I e II).²¹⁵

No princípio da prevenção, segundo Leuzinger e Cureau busca-se conhecer os riscos para evitá-los e, se impossível, mitigá-los ao máximo. Frisa-se que o dano deve ser certo e conhecido:

[...] já foi constatado que, em consequência das características dos prejuízos a ela causados, que seria melhor preveni-los do que tentar, mais tarde, revertê-los. Surgiu, então, o princípio da prevenção, que determina sejam tomadas medidas para afastar ou, ao menos, minimizar os danos causados ao ambiente natural em virtude de atividades humanas [...].²¹⁶

Silveira esclarece que a precaução é o princípio geral do direito ambiental, que abraça explicitamente o problema do risco e da incerteza ²¹⁷ e a precaução não difere da prevenção apenas na intensidade do cuidado, mas na razão de ser do princípio, nos seus objetivos e nos seus conteúdos jurídicos. A precaução não impede o progresso tecnológico e nem paralisa obras devido ao medo, mas sim diante das situações de incertezas que comportam os riscos de dano grave ou irreversível. Os riscos que seriam ignorados em razão da ausência de conhecimento científico conclusivo, devem ser levados em conta nas tomadas de decisões políticas e jurídicas.²¹⁸

No Brasil, o modelo de desenvolvimento permite, apesar das inúmeras leis que protegem o meio ambiente, que o risco da atividade seja desconsiderado. Seja por falta de fiscalização ou por falta de tecnologias específicas de controle de riscos. A tragédia de Mariana é o maior exemplo da falta de estudo prévio dos riscos da atividade, falta de planejamento e monitoramento, onde só não morreram mais pessoas porque o rompimento foi durante o dia, e, após alguns moradores constatarem o rompimento da barragem, muita gente saiu gritando, avisando vizinhos e parentes, enquanto corriam para a parte alta dos Distritos. Destaca-se a fala do deslocado ambiental, o qual explica como a maioria dos moradores da comunidade conseguiram sobreviver:

Entrevista 15 (deslocada ambiental) :Aí, no dia, assim, era um barulho muito forte, muito forte mesmo e vinha tipo de uma cortina de poeira e aquele barulho que parecia que tava acabando o mundo, aí umas pessoas que chegaram no alto e viram que já vinha aquela lama toda, aí saiu correndo, gritando, avisando o pessoal, uma outra moça, a Paula, avisou a parte de baixo, sabe, aí foi um gritando, sabe, um gritando o outro, correndo, num desespero terrível, a onde passava gritava pras pessoas correrem, aí foi Deus, que a lama bateu nesse Pedrão e não conseguiu ultrapassar ela, aí ela foi pro lado que tinha... **você percebeu (inaudível)?** Vi, sim. Aí, ela foi pro lado, assim, aí entrou no Bento direto e desceu, aí, quando ela desceu lá embaixo, a onde que era uma casinha de captação (inaudível), tem um lugar que a gente fala que é funil, que é rio, que ele é uma pedra do lado e outro, e é bem fundo, aí, quando deu pra ir escoando, foi escoando, aí, depois, foi

²¹⁵ BRASIL, 1981.

²¹⁶ CUREAU, Sandra; LEUZINGER, Maricia Dieguez. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 52.

²¹⁷ SILVEIRA, 2014b, p. 248.

²¹⁸ Ibid., p. 268.

voltando a lama pra trás, aí a lama fez tipo assim, cercou o Bento, e a gente ficou no meio correndo, aí a lama vinha dos dois lados e de trás, e a gente correndo no meio. **E as crianças estavam com você?** Tavam na escola, correu todo mundo pro alto.

O rompimento da barragem de propriedade da Samarco Mineração S.A. representou a concretização de um risco abstrato, típico da sociedade de risco e da modernidade reflexiva. O desastre provocou a consumação de danos: danos ambientais ecológicos puros, danos individuais via ricochete e ainda, danos ao meio ambiente cultural, os quais, certamente, ainda serão suportados por gerações e gerações, dada a impossibilidade de restauração do status quo ante.²¹⁹

Embora não exista lei definindo em que consiste um “desastre tecnológico”, a Instrução Normativa n.º 01, de 24 de agosto de 2012, do Ministério da Integração Nacional, trouxe o seguinte paradigma, no artigo 7º, §3º:

São desastres tecnológicos aqueles originados de condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas, que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos.²²⁰

Trata-se de uma definição simplificada, mas que culmina na ideia de que o desastre é provocado por atividades de risco ligadas à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico humano, compartilhando da teoria desenvolvida por Ulrich Beck (“sociedade de risco”).²²¹

A fala dos entrevistados reflete muito o contexto da insegurança sentida pelos deslocados ambientais, quando viviam nas suas comunidades. O medo era sentido diariamente, haja vista que as comunidades ficavam todas na parte de baixo das barragens:

Entrevista 24 (deslocada ambiental): Você, mais ou menos, já me disse que vocês suspeitavam que, um dia, a barragem fosse se romper. Igual o meu marido assim – “minha filha, isso não arrebenta nunca”, porque ele trabalhou, mas nós pensava... **Mas por que surgiu essa notícia assim – “ela vai se romper”?** Porque teve uma vez que eles tiraram o povo do lugar lá, diz que tava com medo da barragem, porque a barragem tava muito d’água, tava com medo da barragem, mas nós tava com medo da primeira barragem, ninguém pensava na outra. **A empresa fez algum treinamento com vocês para o caso de algum desastre na barragem?** Não.

Entrevista 22 (deslocada ambiental): E por vocês achavam isso, que um dia ia arrebentar, vocês ouviam falar? Ah, porque barragem sempre arrebenta mesmo, porque é terra, não tem jeito, é feito de terra, uma hora arrebenta, vai amolecendo e um dia

²¹⁹ BELCHIOR, Germana Parente Neiva; PRIMO, Diego de Alencar Salazar. A responsabilidade civil por dano ambiental e o caso Samarco: desafios à luz do paradigma da sociedade de risco e da complexidade ambiental. **RJurFA7**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 10-30, jan./jun. 2016. p. 19.

²²⁰ Cópia dos autos da Ação Civil Pública na Defesa dos Direitos Humanos “Caso Samarco em Mariana”, feita pela entrevistadora.

²²¹ Cópia dos autos da Ação Civil Pública na Defesa dos Direitos Humanos “Caso Samarco em Mariana”, feita pela entrevistadora.

arrebenta, não tem jeito, o que eles tinham que fazer, com o tempo, eles tinham que ter arrumado um jeito de, de vez em quando, por uma gente assim pra monitorar. **Não tinha fiscal?** Diz que tem fiscal aí, mas eu nunca ouvi falar que fosse fiscal lá, nesse lugar lá. **Vocês nunca viram?** Não, diz que no Brasil, acho no Brasil, acho que tem... cento e setenta, uma coisa assim, fiscal, mas não tinha fiscalização, não. Eles falavam que tinha sirene lá no Bento, podia até falar isso aí, mas não tinha nada. **Não tinha nada ?** Não tinha nada de sirene, não, não tinha nada disso, não.

O princípio da prevenção é muito importante como meio para diminuir a incidência de riscos ou como forma de colocar os riscos dentro de um padrão aceitável, preservando assim o meio ambiente.

Com o avanço científico e conhecimentos mais abrangentes sobre os danos decorrentes da poluição e da degradação ambiental, cristalizou-se, principalmente na década de 60, a ideia da necessidade de se adotarem medidas no sentido de se evitarem os danos ambientais já conhecidos. O princípio da prevenção opera com o objetivo de antecipar a ocorrência do dano ambiental em sua origem²²².

Embora o princípio da prevenção e da precaução sejam parecidos, por se tratarem de princípios que aludem à gestão *a priori* do risco eminente, eles se diferenciam no sentido de que, enquanto o princípio da precaução sugere ponderação das preocupações ambientais e cautela diante dos perigos desconhecidos, mas prováveis, recomendando estudos científicos que busquem a correta dimensão destes perigos, o princípio da prevenção já supõe que os riscos são conhecidos, seja porque identificados no EIA, seja porque os danos já ocorreram anteriormente. Ou seja, o perigo abstrato foi reconhecido e, transformando-se em perigo concreto, a decisão pela assunção do risco já foi tomada, impondo-se a adoção de medidas preventivas para evitar a sua repetição²²³.

Habermas esclarece que o Estado, seja por ação ou por omissão, produz cada vez mais novos riscos:

Através de suas ações ou omissões, o estado participa cada vez mais na produção de novos riscos, condicionados pela ciência e pela técnica. Os riscos inerentes à força nuclear ou à técnica genética colocam o problema da tomada de providências- também por parte de legislador – para proteger, de modo advocatício, os interesses das gerações futuras. Em geral, os perigos da sociedade de riscos ultrapassam as capacidades analíticas e de prognose dos especialistas e a capacidade de elaboração, vontade de ação e velocidade de reação da administração encarregada de prevenir os riscos.²²⁴

²²² SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 160.

²²³ STEIGLEDER, 2004, p. 187-189.

²²⁴ HABERMAS, 2003, p. 176

Segundo Corrêa, se existir alguma controvérsia no plano científico capaz de pôr em dúvida os efeitos nocivos da atividade, ou a mera possibilidade de perigo grave e irreversível ao meio ambiente, à segurança e à saúde da população, já autoriza a proibição da atividade.²²⁵

A degradação produzida pela mineração, em todas as suas fases, age de modo negativo na qualidade ambiental e, ao longo dos anos, o processo de poluição da atividade minerária tornou-se irreversível:

A mineração de lavra anual com métodos precários como foi praticada até a década de 50, oferecia poucos danos à natureza. Nas minas de poço, encosta, a seleção de carvão era feita no fundo das minas. Todo o entulho de pedra, pirita e barro ficava nas galerias das minas e só o carvão era retirado. Nas bocas das minas havia uma segunda escolha; porém os rejeitos significavam quantidades reduzidas frente ao volume dos rejeitos atuais. À medida em que os métodos e técnicas de lavra foram se mecanizando, o processo de poluição ambiental tornou-se incontrolável e, pode-se assim dizer, irreversível.²²⁶

Um laudo técnico elaborado a pedido do MP (Ministério Público) de Minas Gerais já havia alertado, em 2013, sobre os riscos de rompimento da barragem do Fundão, em Mariana. O relatório foi produzido pelo Instituto Prístino, em outubro de 2013, e anexado ao parecer do MP em relação ao pedido feito pela Samarco Mineração ao órgão ambiental do Estado para renovar a licença de operação da barragem, e, segundo o documento, existia uma proximidade perigosa entre a barragem do Fundão, lugar para onde a Samarco encaminha o material descartado durante a mineração, e o local onde a Mina De Fábrica Nova da Vale coloca rochas sem minério, chamada de pilha de estéril União.²²⁷

Para o entrevistado e ex-trabalhador da empresa responsável pelo desastre, sempre houve falha na fiscalização das obras da empresa:

Entrevista 25 (morador da cidade de Mariana e ex funcionário da Samarco):
Existia fiscalização por parte do Estado e da Samarco? Não existia fiscalização nem do Estado e nem da empresa. Ninguém ia, assim, porque há muitos anos, a Samarco começou produzir acho que no ano de 75, e nunca deu problema, então esse pessoal, essa fiscalização vinha e falava – “lá tá tudo bem”, nem ia lá, “tá tudo mal”, a Samarco nem voltava, agora, é que, se a Samarco produzir, coitada, vai ser até ruim pra ela, porque o pessoal vai tá ali. **Em cima?** Em cima, em cima dela.

Segundo uma autoridade da Polícia Federal, já restou apurado nas investigações que a barragem era problemática desde a sua construção, e que era considerada “uma barragem doente”,

²²⁵ Ibid., p. 121.

²²⁶ CORRÊA, 2002, p. 39-40.

²²⁷ LAUDO de 2013 alertou sobre riscos de ruptura de barragem em Mariana (MG). 6 nov. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/06/laudo-de-2013-fez-alerta-sobre-riscos-de-ruptura-de-barragem-em-mariana-mg.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2106.

pois já na fase de construção foi usado um material diferente do que foi descrito no projeto. Nesse projeto inicial, afirmava-se que seriam utilizados brita e rocha. Mas, na obra, foram usados restos de minério.²²⁸

Nos anos de 2012 a 2015, devido à queda dos preços do minério de ferro desde 2011, a Samarco cortou cerca de R\$13 milhões de gastos com a gerência de geotecnia e hidrogeologia, responsável pela segurança de Fundão, conforme constatado pela Polícia Federal, Ministério Público e Estadual.²²⁹

Conforme os dados levantados pelos peritos da polícia, a barragem de Fundão continuava a crescer para receber mais rejeitos sem que os custos esperados para manutenção e operação da barragem acompanhassem esse crescimento e, conforme planilhas encontradas, a empresa buscava otimizar serviços de consultoria com a substituição de consultoria externa por empregados da Samarco, substituindo assim uma consultoria externa mais qualificada e independente, por outra interna e diretamente subordinada ao sistema de decisão da Samarco.²³⁰

No momento que a empresa deixa de priorizar a área de segurança em seu orçamento, assume o risco do colapso da barragem. De fato, ainda que fosse possível prever o rompimento das barragens da mineradora em questão, o risco que tal situação poderia ocasionar estaria ladeado de incertezas, seja quanto a sua probabilidade, seja quanto a sua magnitude.

Outra deslocada ambiental, relata, em depoimento muito esclarecedor, que a empresa responsável pelo desastre já sabia dos riscos que as comunidades estavam correndo, haja vista que havia boatos de rachaduras nas barragens, e que nada foi feito para evitar que ela se rompesse:

Entrevista 05 (deslocada ambiental)...me procuram muito, eles foram muito culpado, se nós estamos aqui no que estamos hoje, o culpado é eles, porque eles sabiam, passou falando na televisão, que o técnico foi lá em 2005 e avisou pra ele que a barragem tava com defeito, que eles tinham que correr atrás pra arrumar aquela barragem, se não ia dar prejuízo, ninguém deu atenção. Quando foi em 2012, ele voltou lá, chegou lá, a barragem já tava torta, deu uma curva, chamou ele falou com ele –“olha, vocês, essa barragem vai inundar (inaudível) e vocês (inaudível) um crime que vocês nunca pode pagar”. E dito e feito, em 2015, arrasou o mundo, matou, fez o que eles fizeram, se eles tivessem cuidado, não tinha dado prejuízo a ninguém. A gente sempre teve medo!

Esse mesmo medo da barragem vir a se romper, e os boatos que haviam nas comunidades que isso poderia ocorrer, restam esclarecidos na fala de mais uma deslocada ambiental, que relata, com profunda tristeza, o descaso da empresa e o alívio de que o rompimento se deu em um dia

²²⁸ MACHADO, Viviane. **Samarco sabia dos riscos antes de desastre, diz delegado da PF**. 22 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/06/samarco-sabia-dos-riscos-antes-de-desastre-diz-delegado-da-pf.html>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

²²⁹ A TRAGÉDIA já custou R\$ 655 mi à Samarco. **Folha de São Paulo**, 15 nov. 2016.

²³⁰ Ibid., 2016.

ensolarado, sob pena de em um dia chuvoso, as pessoas não perceberem o rompimento da barragem e não conseguirem se salvar:

Entrevista 15 (deslocada ambiental): Olha, tinha muitas reuniões com a comunidade e a Samarco, e todas as reuniões, a gente argumentava sobre a segurança das barragens, se tinha perigo, aí eles falavam que não, que era seguro, que a gente não precisava ter medo, que se fosse acontecer alguma coisa, eles iam ficar sabendo, porque era monitorado o tempo todo, assim, eles passavam uma segurança muito grande pra comunidade, aí as pessoas acreditavam eu estava seguro, mas eu, particularmente, sempre tive medo, sempre, porque eu falo, eu falava pras meninas, pras pessoas, se coisa que homem nunca pôs a mão destrói, imagina uma coisa que o homem vai lá e constrói, a pode garantir que é cem por cento seguro, não pode, aí, eles passavam essa segurança, até foi em 2013, que houve um boato que a Barragem do Fundão tava com trincas e tava com o risco de romper, aí, nessa época, tava um mês de chuva, essas chuvinhas fininhas, aí a gente chamou eles pra uma reunião e perguntou se era verdade que a gente tava correndo risco, porque podia estourar à noite e matar todo mundo, aí falaram que era boato de peão, que, se eles soubessem que eram os peões que tavam falando isso, dava justa causa, e que tavam seguro, que era cem por cento seguro, que, se tivesse algum problema, eles seriam os primeiros a avisar a comunidade. Aí, assim, as pessoas ficaram tranquilas. Aí, quando foi em 2014, teve outra reunião, aí eles falaram que realmente teve esse problema, só que não avisaram pra não alarmar a população. Então eu falei que, se acontecesse com aquela chuvinha, a culpa ia cair na chuva, porque tava aquela chuva constante, tanto é que assim, que Deus mostrou pra eles que nada é seguro, quando estourou tava um sol, tinha mais de mês que não caía uma gota de água lá no Bento, assim, um sol, um sol mesmo. É, é muito quente, e assim, foi Deus que estourou naquela hora, porque, se fosse... eu falo, se fosse umas seis horas da tarde...

Conforme Carvalho e Damasceno, os desastres ambientais, além de não serem simplesmente acidentes ou atos de Deus, eles envolvem sobretudo uma espécie de participação humana: o fracasso do sistema legal para enfrentar eficazmente os riscos. Em grandes acidentes sempre podemos perceber a estreita ligação caracterizada pelo acontecimento súbito e catastrófico com um problema ambiental de longo prazo caracterizado pela falha regulatória, pois uma legislação ambiental de qualidade e eficiente, diminuem a probabilidade e gravidade dos desastres naturais.²³¹

Resta evidenciado na fala da deslocada ambiental que somente o instinto salvou ela e a sua família, demonstrando o despreparo da empresa responsável pelo desastre, que não agiu preventivamente, pois não havia nenhum sistema de alerta que comunica-se algum problema:

Entrevista 05 (deslocada ambiental): A empresa fez algum treinamento com vocês para o caso de algum desastre? Que eu participei, não. Vocês sabiam o que fazer, se ocorresse um desastre, vocês sabiam o que tinha que fazer? Não, porque eles falavam que não tinha perigo de romper, aí não faziam não. Todo mundo se salvou por instinto? É, ali muitos foram pro mato, alguns pegaram caminhão... E bastante por causa da empreiteira que tava lá ajudou a gente bastante, se não, nossa, uns iam pro um lado, outros, iam pro outro. Colocaram a gente em um caminhão e levou tudo... e subiu... e eu fiquei até separada da minha filha. Da sua filha? Eu achei que ela tinha morrido, tadinha. **Você**

²³¹ CARVALHO; DAMASCENO, 2013, p. 19.

achou que a sua filha tinha morrido? Eu fui pra um lado, eu pensei, tipo, eu tava com a minha mãe e o meu filho do meio, aí o caminhão tava perto, era muita gente... eu nem sei que jogou a perna em mim, eu peguei ela... aí alguém falou assim – “me dá ela”, aí eu fui, na correria, eu coloquei ela no caminhão, mas eu não subi no caminhão por causa da minha mãe. Aí ela foi pro lado de Santa Rita, e eu fui pro outro lado, e a gente ficou separada, só que, no dia, a notícia chegou até nós que esse caminhão não tinha subido (inaudível), então eu... aí, por exemplo, quem tava lá alagado, lá pro alto, que não tinha como passar, imaginavam que nós, no caminhão, tinha morrido. E nós que tava no caminhão, imaginava que quem tava lá embaixo tinha morrido. Não tinha como...

O risco de não se admitir os riscos e assim não tomar providências para evitar os desastres ambientais, é um dos fatores que mais contribuem com a gravidade dos problemas ambientais, tendo em vista que atividades de grande porte, como no caso das mineradoras, existe uma grande margem de riscos que devem ser admitidas. Ao admitirem os riscos, deveriam trabalhar com a prevenção e precaução, com atividades de simulados e treinamentos para as populações que vivem no entorno de atividades de risco.

Todos os deslocados ambientais foram unânimes em afirmar que nos lugares que eles viviam, ninguém sabia como se portar em caso de desastre:

Entrevista 21 (deslocado ambiental) : A empresa fez algum treinamento com vocês para o caso de algum desastre na barragem, antes? Tinha algum treinamento para população? Não. Não tinha treinamento, não. A única que eles faziam lá, chegavam lá na reunião, vinha e falava, mas não tinha esse negócio de treinamento, não, sabe, não tinha treinamento nenhum, não, agora é que eles tão fazendo, dando treinamento pra nós ir lá pra mostrar como é que nós se porta. E, no dia lá, não tinha nenhum da Samarco lá, ninguém, nada, tanto que eles achavam que nós tinha morrido tudo. É, ele falou assim – “ó, gente, vamos correr, vamos lá pro Paracatu, que lá ainda a gente tem jeito de se salvar ainda porque Bento já acabou”.

Entrevista 01 (deslocada ambiental): A empresa fez treinamento com vocês em caso de algum desastre na barragem? Eu não sei de nada, isso aí, eu não sei, não. Não? Voz feminina - II: (Inaudível) reunião da Samarco. Eu também, não (Inaudível - simultaneidade de vozes).

Entrevista 24 (deslocada ambiental): A empresa fez algum treinamento com vocês para o caso de algum desastre na barragem? Não

O sentimento de revolta também está presente na fala de outros dois deslocados, que explicam que as sirenes para avisar as comunidades, em caso de desastre, só foram instaladas após o rompimento da barragem:

Entrevista 11 (deslocada ambiental) : Existia algum treinamento para um possível desastre? Não. Nós não sabia de empresa, não, ninguém avisou, depois que houve a tragédia lá, diz que foram lá com uma sirene, lá, o tempo que eles foram lá, que eles trouxessem antes, antes de acontecer, já aconteceu, que não fosse lá, não.

Entrevista 09 (deslocada ambiental) : A prevenção, não existia nada, preventivo, nada. Não, por exemplo, essa questão desse alarme mesmo que poderia ter. Depois disso, fizeram simulados, depois do rompimento, mas não existe mais o Bento, não existe mais, não há necessidade mais de fazer simulado, mas antes, não.

O investimento público e privado é essencial para a prevenção e para a redução de riscos de desastres através de medidas estruturais e não estruturais, pois é essencial melhorar a resiliência econômica, social, cultural e de saúde de pessoas, comunidades, países e ativos, bem como do meio ambiente. Esses podem ser fatores de estímulo para inovação, crescimento e criação de empregos. Tais medidas são custo-eficientes e fundamentais para salvar vidas, prevenir e reduzir perdas e garantir a recuperação e reabilitação eficaz, e ainda:

A governança do risco de desastres nos níveis nacional, regional e global tem grande importância para uma gestão eficaz e eficiente dos riscos de desastres. É necessário ter visão clara, planos, competências, orientação e coordenação intra- e intersetorial, bem como a participação das partes interessadas. O fortalecimento da governança do risco de desastres para prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e reabilitação é, portanto, necessário e promove colaboração e parceria entre mecanismos e instituições para a implementação de instrumentos relevantes para a redução do risco de desastres e para o desenvolvimento sustentável.²³²

Para Carvalho e Damasceno, os desastres devem ser vistos como uma oportunidade política, social e jurídica de suplantação dos desrespeitos aos limites da natureza e de início da construção da racionalidade ambiental alternativa. Deverão surgir novos atores políticos, com mentalidade de construir um modelo de sustentabilidade. Um modelo de racionalidade ambiental - a racionalidade ambiental com informações e obrigações que alimentem sentimentos capazes de mobilizar ações solidárias voltadas muito mais à prevenção do que à resposta a desastres.²³³

Em entrevista com os deslocados ambientais, todos foram unânimes em responder que não existia nenhum programa de prevenção a desastre:

Entrevista 01 (deslocado ambiental): A empresa fez treinamento com vocês em caso de algum desastre na barragem? Eu não sei de nada, isso aí, eu não sei, não. **Não?** Voz feminina - II: (Inaudível) reunião da Samarco. Eu também, não (Inaudível - simultaneidade de vozes).

Entrevista 05 (deslocado ambiental): A empresa fez algum treinamento com vocês para o caso de algum desastre? Que eu participei, não. **Vocês sabiam o que fazer, se ocorresse um desastre, vocês sabiam o que tinha que fazer?** Não, porque eles falavam que não tinha perigo de romper, aí não faziam não.

Entrevista 11/12 (deslocado ambiental): Existia algum treinamento para um possível desastre? Não. Nós não sabia de empresa, não, ninguém avisou, depois que houve a tragédia lá, diz que foram lá com uma sirene, lá, o tempo que eles foram lá, que eles trouxessem antes, antes de acontecer, já aconteceu, que não fosse lá, não.

²³² MARCO de Sendai para a redução do risco de desastres 2015-2030. 31 maio 2015. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/3958478/0/Sendai_Framework_for_Disaster_Risk_Reduction_2015-2030+%28Portugu%C3%AAs%29.pdf/4059be98-843e-49dd-836b-fe0c21e1b664>. Acesso em: 26 jun. 2017.

²³³ CARVALHO; DAMASCENO, 2013, p. 19.

Entrevista 25 (morador da cidade de Mariana e ex empregado da Samarco): Existia fiscalização por parte do Estado e da Samarco? Não existia fiscalização nem do Estado e nem da empresa. Ninguém ia, assim, porque há muitos anos, a Samarco começou produzir acho que no ano de 75, e nunca deu problema, então esse pessoal, essa fiscalização vinha e falava – “lá tá tudo bem”, nem ia lá, “tá tudo mal”, a Samarco nem voltava, agora, é que, se a Samarco produzir, coitada, vai ser até ruim pra ela, porque o pessoal vai tá ali. **Em cima?** Em cima, em cima dela.

Pela tragédia anunciada, percebe-se que o princípio da prevenção e precaução, diante dos riscos previsíveis, não foi considerado nem pelo poder público, que emitiu a licença de operação, nem pela empresa que sabia dos riscos da atividade para as comunidades que viviam nos distritos do entorno da empresa.

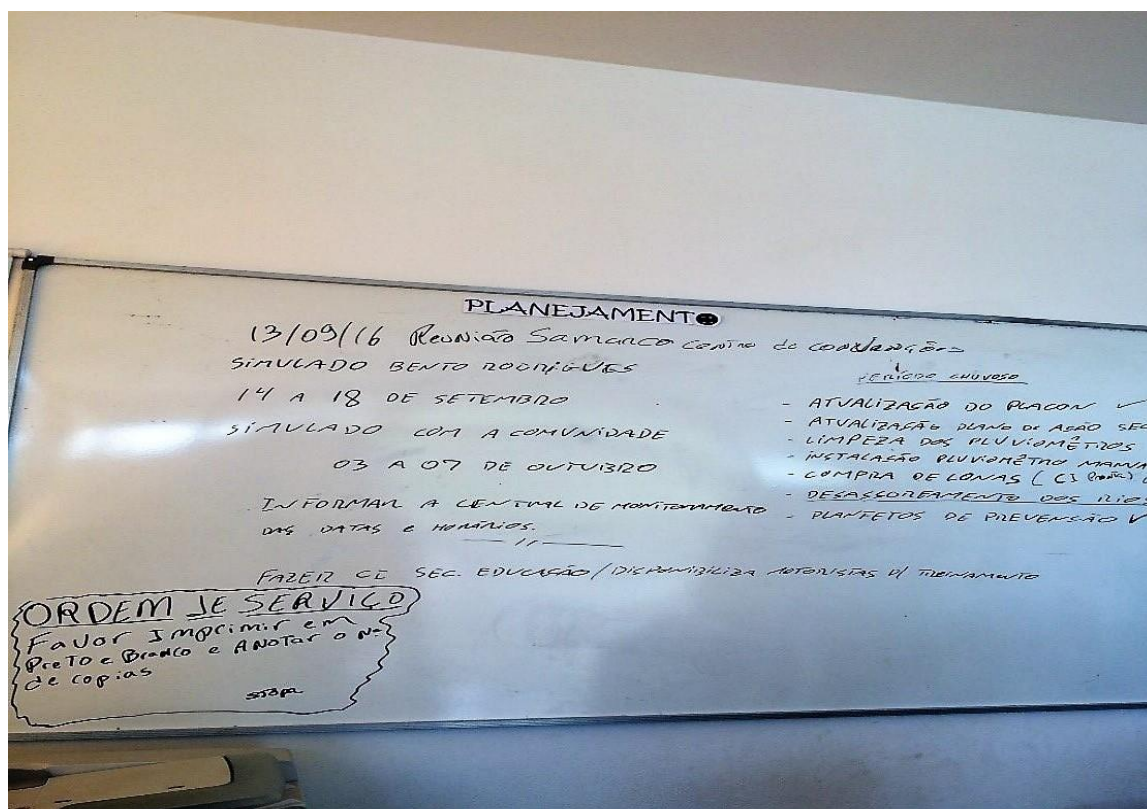
Todos os relatos foram unânimes em confirmar que não havia nenhum treinamento, aliás, segundo relato da deslocada ambiental, somente após o desastre é que eles ficaram sabendo pela Defesa Civil que eles correram na direção certa no dia do desastre:

Entrevista 15 (deslocado ambiental): A empresa fez algum treinamento com vocês para o caso do algum desastre da barragem? Nada, quem treinou nós foi Deus. Nada, nada, nada. **Vocês foram pelo instinto?** Pelo instinto, tanto é que agora a Defesa Civil vai fazer um treinamento, aí eles fizeram a demarcação lá no Bento pra onde correr, caso a barragem estourasse, pra fazer a simulação. **Depois que estourou?** Depois que já estourou. A onde que eles falaram que é o ponto seguro pra gente correr, foi pra onde que a gente correu. Eles falaram a onde que é a caixa d'água, aí tem uma trilha no meio do mato que dá no Batizal, que é a parte mais alta, foi pra lá que a gente correu, todo mundo, parece que foi Deus que guiou todo mundo pra lá, foi o que eu falei, sem treinamento, se a ajuda de ninguém, só de Deus, que a gente conseguiu, tinha idoso, gente, operada, nossa, muita criança, grávida, bebezinho de colo, recém nascido.

Os simulados para proteção dos desastres, segundo a assistente social, só chegaram quando os distritos já tinham sido todos destruídos:

Entrevista 9/10 (assistente social) : Existia algum programa de prevenção a desastre com a comunidade dos distritos atingidos? Não, por exemplo, essa questão desse alarme mesmo que poderia ter. Depois disso, fizeram simulados, depois do rompimento, mas não existe mais o Bento, não existe mais, não há necessidade mais de fazer simulado, mas antes, não.

Figura 20 - Quadro fixado na Defesa Cível, demonstrando que o simulado em Bento Rodrigues iria ser feito praticamente um ano após o desastre



Fonte:

Carolina Paaz

As ações estatais positivas demandam uma intensa atuação administrativa, de forma que, não raras vezes, elas não são promovidas a contento ou, o que é pior, em casos mais específicos, sequer são promovidas.²³⁴ O poder público acaba acumulando funções e essa multiplicidade de funções pode tornar o Estado um deteriorador do meio ambiente (agindo ou omitindo-se), pois o lado econômico pode prevalecer sobre o social. É necessário que haja uma análise de riscos e uma eficiente gestão de riscos por parte do ente público que está constitucionalmente vinculado ao dever de proteção do meio ambiente. O Estado deve atuar politicamente em prol do meio ambiente, planejando, fiscalizando e preparando as pessoas.²³⁵

Conforme relato da deslocada ambiental, as crianças da comunidade de Bento Rodrigues tinham o hábito de lancharem às 16h00 e foi justamente esse hábito que fez com que muitos não fossem mortos, pois uns minutos antes da barragem se romper, eles estavam brincando na cachoeira que ficava próxima a barragem:

²³⁴ TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; SADDY, A. Responsabilidade por inatividade da Administração Pública: um estudo específico do silêncio administrativo. **A&C, Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, v. 16, p. 109-133, 2016. **p. 3. (diferente do intervalo)**

²³⁵ SOUZA, Leonardo da Rocha de; HARTMAN, Débora; SILVEIRA, Thaís Alves da Silveira. Dano ambiental e a necessidade de uma atuação proativa da administração pública. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 343-373, jul./dez. 2015. p. 346-350.

Entrevista 24 (deslocada ambiental): ...se não fosse esse horário de quatro horas, do café dos menino, eles tinha morrido, [...]quando eu cheguei no hotel, que eu vi os meninos que estavam lá no mato, que eu vi os meninos, eu falei – “gente, esses menino todo dia, eles vai pra aquele lugar, que milagre esses menino tá aqui”. Depois eu fui conversar com a tia deles, e ela falou assim – “não, porque era o horário do café”, se não fosse o horário do café, era a hora deles morrer, porque dava quatro horas, eles vinha correndo, vamos supor, casa que tem muito menino, aí um fala assim – “ah, um vai comer mais do que, o outro vai comer o biscoito, vai acabar, e eu vou ficar sem”, então eles corria tudo, foi uma benção. Tem menino lá que não morreu com a barragem porque o café deles era no horário que a barragem arrebentou, eu vou falar pra você, todo os meninos..

Segundo a ONU, as mortes, no caso de Mariana, não podem ser consideradas um simples acidente, mas sim, um crime. O que resta agora para a ONU é descobrir se existiam medidas suficientes que prevenissem o caso, e conhecer as medidas adotadas no país para prevenir e solucionar as violações a direitos humanos relacionadas a atividades empresariais.²³⁶

Pelo princípio de precaução recomenda que, antes de implementar inovações tecnocientíficas, algumas precauções particulares sejam tomadas, com a condução de pesquisa detalhada e amplo alcance dos riscos potenciais e, conforme os resultados da pesquisa sobre os riscos, recomenda-se postergar decisões, demandando que os possíveis causadores de impacto ambiental desenvolvam estudos completos antes de uma atuação duvidosa.²³⁷

A incerteza em relação ao futuro não deve nos levar à estagnação pelo medo de suas consequências; ao contrário, o resultado deve proporcionar criatividade no desenvolvimento de atividades que não sofram riscos inesperados. Assim, o alerta sobre os riscos globais deve ter uma função esclarecedora, e não transmitir a ideia de que a ruína é inevitável.²³⁸

Ulrich Beck estimula-nos a perceber a previsibilidade do risco inerente à atividade humana. Esse risco, localizado no futuro, deve estimular as pessoas a vislumbrá-lo a ponto de modificar suas atitudes para evitá-lo.²³⁹ A sociedade do risco exige que a Administração Pública seja atuante na proteção ambiental:

A problemática ambiental é uma questão eminentemente política. Reflete-se na emergência de movimentos sociais na defesa dos recursos, das terras e dos valores culturais dos povos; na luta pelo reconhecimento do ambiente e na recuperação dos seus espaços vitais; na reorganização de suas práticas de produção e consumo, mediante um processo de inovações tecnológicas, orientadas para a autodeterminação das

²³⁶ BRASIL: grupo de especialistas da ONU sobre empresas e direitos humanos realiza coletiva de imprensa nesta quarta. 14 dez. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-grupo-de-especialistas-da-onu-avalia-impacto-de-atividades-empresariais-sobre-direitos-humanos/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

²³⁷ CASO Samarco usando a gestão de riscos e os princípios da precaução e prevenção em desastres ambientais. Disponível em: <https://_Caso_Samarcousoando_a_gestao_de_riscos_e_os_principios_da_precaucao_e_prevencao_em_desastres_a_mbiais>. Acesso em: 08 nov. 2017.

²³⁸ SOUZA, 2013a, p. 52.

²³⁹ Ibid., p. 52.

comunidades, no desenvolvimento das forças produtivas, assim como no melhoramento de suas condições ambientais e da sua qualidade de vida.²⁴⁰

A redução dos riscos de desastres está na pauta da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde, já na década de 1990, foi estabelecido a estratégia de Yokohama com planos de ação a fim de prevenir os desastres naturais. A ONU criou um secretariado interagências para Prevenção do risco de Desastres –ISDR - onde, em 2005, foi realizada a Conferência Mundial para a Redução dos Desastres, a qual resultou a Declaração de Hyogo, onde o Brasil é dignitário, nos seguintes termos:

Reafirmamos nosso compromisso com o Marco de Ação de Hyogo para 2005-2015: Aumento da Resiliência das Nações e Comunidades frente aos Desastres, e conclamamos os Estados, o sistema das Nações Unidas, as instituições financeiras internacionais, as organizações sub-regionais, regionais e internacionais e da sociedade civil a acelerar a implementação do Marco e a realização de seus objetivos. Apelamos para a redução do risco de desastres e aumento da resiliência à desastres no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, para que no futuro, essas considerações sejam levadas em conta, se for o caso, nas políticas, planos, programas e orçamentos de todos níveis, e pelas instâncias competentes. Convidamos os governos, em todos os níveis, bem como as organizações sub-regionais, regionais e internacionais, a se comprometerem a dar recursos adequados, oportunos e previsíveis para a redução do risco de desastres, a fim de aumentar a resiliência das cidades e das comunidades aos desastres, de acordo com suas situações e capacidades particulares.²⁴¹

A preocupação com a redução dos riscos de desastres também foi a pauta da Terceira Conferência Mundial da ONU para a Redução de Riscos de Desastres, em Sendai (Japão), onde foi a pauta onde os 187 Estados que compareceram, adotaram a Declaração de Sendai e o Marco para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030.

Os países participantes da Conferência acreditam que com a adoção do novo marco, as mortes, a destruição e deslocamentos causados por desastres naturais, podem ser significativamente reduzidos até 2030. Eles também reafirmaram a necessidade de antecipar, planejar e reduzir o risco de proteger pessoas, comunidades e países de forma mais efetiva, bem como construir uma maior resiliência. Para tanto, entendem que é necessário um grande comprometimento, envolvimento político e foco em quatro prioridades: entender os riscos de desastres; fortalecer o gerenciamento dos riscos; investir na redução dos riscos e na resiliência, além de reforçar a prevenção de desastres e dar respostas efetivas após o desastre. Também foram estipuladas sete metas a serem alcançadas nos próximos 15 anos, dentre elas a redução substancial

²⁴⁰ LEFF, 2000, p. 189.

²⁴¹ O FUTURO que queremos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

da mortalidade global em desastres, a diminuição do número de pessoas afetadas e das perdas em relação ao produto interno bruto (PIB) global:²⁴²

Um conceito que vem surgindo e debatido nos meios acadêmicos, é a teoria da segurança humana, termo que vem sendo utilizado, desde o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

O conceito de segurança humana surgiu rapidamente na política internacional, com o estabelecimento da Comissão de Segurança Humana em 2001. Considerando que uma compreensão tradicional da segurança enfatiza os militares defesa dos interesses do Estado, a segurança humana oferece uma perspectiva alternativa, centrada no ser humano, que se dedica a proteger e proteger a "liberdade da vontade" dos indivíduos e a "liberdade do medo". Oferece uma compreensão mais ampla da segurança, incorporando preocupações de desenvolvimento, direitos humanos, bem como questões mais tradicionais.²⁴³

Por enquanto, o termo segurança humana vem sendo utilizado somente em desastres causados pelo homem, como conflitos armados e abusos de direitos humanos, porém, devido as catástrofes recentes, dentre elas os terremotos no Haiti e no Japão, as quais mostraram claramente que após um desastre ambiental, as pessoas sofrem e lutam muito para conseguirem sobreviver, sendo semelhantes às de uma crise humana, a um conflito armado, pelo "medo" (como as réplicas e deterioração da ordem social) e "querer" (falta de comida, água e abrigo), A ONU e as ONGs humanitárias, bem como as organizações envolvidas em desastres naturais, que trabalham para proteger a segurança humana, mesmo que não rotulem seu trabalho como tal, trabalham objetivando a segurança humana.²⁴⁴

Uma gestão de riscos deve levar em conta o meio em que serão inseridas as políticas de proteção, pois trata-se de uma interação cultural, social, ambiental e ética. A gestão de riscos pressupõe que sejam adotadas as avaliações técnicas de riscos, bem como a posterior comunicação de riscos, envolvendo a sociedade sobre a qual recaem os riscos, no acesso às informações pertinentes e na oportunidade de tomar decisões a respeito dos fatos e dos empreendimentos. Não é viável que se espere a ocorrência de danos para então agir de forma incisiva no problema.²⁴⁵

Para Gomes e Melo, é importante que as empresas entendam a necessidade de estarem cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar desempenhos ambientais, econômicos e

²⁴² CONFERÊNCIA de Sendai adota novo marco para reduzir riscos de desastres naturais no mundo. 19 mar. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conferencia-de-sendai-adota-novo-marco-para-reduzir-riscos-de-desastres-naturais-no-mundo/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

²⁴³ NATURAL disaster and human security. Disponível em: <<https://unu.edu/.../natural-disasters-and-human-security.html>>. Acesso em: 04 out. 2017. Tradução nossa.

²⁴⁴ NATURAL..., 2017. Tradução nossa.

²⁴⁵ SOUZA, Leonardo da Rocha de; HARTMANN, Débora. O princípio da precaução e a avaliação prévia de impacto ambiental: a posição do Superior Tribunal De Justiça . **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, v. 16, n. 7, p. 151-168, jan./abr. 2017. p. 156.

sociais de forma consistente com práticas reconhecidas no mercado, pois a sociedade global vem constatando um aprofundamento das desigualdades sociais e dos impactos no meio ambiente, portanto, uma reflexão a respeito do modelo de desenvolvimento atual é imprescindível. Diante deste do atual cenário, uma prática socialmente responsável” ganha espaço na gestão dos negócios, colocando as pessoas no centro dos processos e preconizando um novo modelo de gestão:

A Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co- responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e consegue incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.²⁴⁶

As empresas preocupadas com as questões sociais podem buscar através da norma ANBT NBR ISO 26000 – a qual estabelece diretrizes sobre responsabilidade social – e indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresaria²⁴⁷, como referência do modo de agir frente as comunidades em que elas se instalam, pois ao buscarem compreender as expectativas das partes interessadas, as oportunidades da responsabilidade social e os riscos da irresponsabilidade social, a organização consegue tomar decisões mais acertadas, aprimora a sua gestão de riscos, melhora a sua reputação e a confiança dos públicos de interesse. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento, como consequência, o empresário terá benefícios nos negócios.²⁴⁸

Considerada uma norma de sistema de gestão, o manual da ISO 26000 propõe sete princípios que devem estar presentes na conduta e nos valores das organizações, são eles:

- 1) Accountability: “Convém que a organização preste contas e se responsabilize por seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente.” (ISO 26000, p. 11).
- 2) Transparência: “Convém que uma organização seja transparente em suas decisões e atividades que impactam na sociedade e no meio ambiente.” (ISO 26000, p. 11).
- 3) Comportamento ético: “Convém que uma organização se comporte eticamente.” (ISO 26000, p. 12).

²⁴⁶ GOMES, Eduardo Rodrigues Gomes; MELO, Cristiana Malfacini. **ISO 26000: uma análise da norma internacional de responsabilidade social.** Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/761_ISO_26000_artigo.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017. p. 2.

²⁴⁸ INMETRO. **ISO 26000.** Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp>. Acesso em: 04 jan. 2017.

- 4) Respeito pelo interesse das partes interessadas: “Convém que uma organização respeite, considere e responda aos interesses de suas partes interessadas.” (ISO 26000, p. 12).
- 5) Respeito pelo estado de direito: “Convém que uma organização aceite que o respeito pelo estado de direito é obrigatório.” (ISO 26000, p. 13).
- 6) Respeito pelas normas internacionais de comportamento: “Convém que uma organização respeite as normas internacionais de comportamento, ao mesmo tempo em que adere ao princípio de respeito pelo estado de direito.” (ISO 26000, p. 13).
- 7) Respeito pelos direitos humanos: “Convém que uma organização respeite os direitos humanos e reconheça tanto sua importância como sua universalidade.” (ISO 26000, p. 14).²⁴⁹

É necessário que exista comprometimento social por parte das empresas, nos lugares que elas se instalam, pois a relação da sociedade e do meio ambiente deve ser considerada em qualquer atividade empresarial. As empresas que não consideram os princípios ou valores relacionados às questões sociais, ou ambientais, como a redução de seus resíduos sólidos, diminuição dos riscos, não devem permanecer no mercado, tendo em vista que a ética e a responsabilidade social são elementos essenciais na economia do futuro.

Restou claro em todas as entrevistas realizadas que a empresa responsável pelo desastre, nada fez para minimizar os riscos da atividade para as comunidades que viviam no seu entorno. Os sobreviventes só salvaram por instinto de sobrevivência.

Os riscos de desastres devem ser reduzidos mediante monitoramento, gerenciamento, precaução das possíveis causas de desastres, bem como um grande preparo das comunidades de como se portarem. Segundo o documento intitulado de Disaster Risk Reduction Strategies and Risk Management Practices : Critical Elements for Adaptation to climate Change, as atividades humanas podem aumentar o risco de desastres ambientais e, considerando esse documento, a declaração de Hyogo elencou cinco prioridades para redução desses riscos²⁵⁰:

- a) Assegurar que a redução do risco de desastre é uma prioridade nacional e local com forte base institucional para implantação;
- b) Identificar, estimar e monitorar o risco de desastre e intensificar os sistemas de alarmes preventivos;
- c) Usar do conhecimento, inovação e educação para construir uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis;
- d) Reduzir os fatores de riscos;
- e) Fortalecimento para efetiva resposta de prontidão aos desastres.²⁵¹

²⁴⁹ TURCATO, Jéssica et al. A responsabilidade social sob a ótica dos princípios da ISO 26000 e das ações sociais: a relação de comprometimento de uma multinacional do setor energético com a comunidade. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Betim, v. 15, n. 1, p. 268-278, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2817>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

²⁵⁰ SPAREMBERGER; VERGANI, 2010.

²⁵¹ Ibid.

Embora existam centenas de tecnologias que poderiam ter sido usadas para prevenir o desastre, percebeu -se que nada foi feito para prevenir, a fim de evitar que os riscos existentes viessem a ocasionar o maior desastre ambiental do nosso país. Como não é possível esperar a efetivação dos riscos para preveni-los, é necessário que se tenha consciência de sua existência :

Uma consciência pública dos riscos exige uma “capacidad de anticiparpeligros, de soportarlos, de enfrentarse a ellos biográfica y políticamente” que devenos levar a descobrir formas de dominar as ameaças, as inseguranças e as causas do medo, provavelmente longe das soluções tradicionais. O instrumento para isso seria fazer “a corto o largo plazo nuevas exigencias a las instituciones sociales en relación a la educación, la terapia y la política”, que poderia gerar uma “cualificación civilizatoria clave”, formando capacidades pro-ativas em relação aos riscos, “una tarea esencial de las instituciones pedagógicas”.²⁵²

É imprescindível que qualquer atividade empresarial que tenha impacto ambiental ou que forneça algum risco para o meio ambiente, trabalhe com a prevenção e planejamento a fim reduzir o risco de desastres, protegendo assim, de forma eficaz, pessoas, comunidades e países, seus meios de vida, saúde, patrimônio cultural, patrimônio socioeconômico e ecossistemas, fortalecendo, assim, sua resiliência.

A empresa responsável pelo desastre de Mariana, conforme entrevistas coletadas, não agiu preventivamente, pois sequer instalou alarmes para alertar a população e funcionários, caso ocorresse algum acidente. Se a tragédia tivesse acontecido à noite, poderia ter dizimado todos os moradores dos distritos de Mariana. As pessoas que sobreviveram estão vivas graças à solidariedade dos próprios vizinhos, que saíram gritando para alertar a comunidade.

Há necessidade de que os governos subsidiem práticas adequadas de enfrentamento aos desastres e que também direcionem novas medidas de soluções para o enfrentamento da questão, tais como, mapear as zonas de riscos, buscar liberar recursos para prevenção de desastres, a fim de que se preservem as vidas humanas.

²⁵² SOUZA, 2013a, p. 45.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro reserva, ao mesmo tempo, grande perigo e grande esperança. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações.” (Trecho da Carta da Terra).

Quando a barragem de rejeitos do Complexo minerário da Vale/Samarco, rompeu e o seu conteúdo, carregado de resíduo de minérios, atingiu diversas comunidades brasileiras, destruiu e contaminou uma extensa área, causando danos ambientais e profundas mudanças na vida das comunidades atingidas.

A lama da barragem retirou vidas humanas e de animais e também enterrou sonhos e a dignidade das pessoas das comunidades atingidas, devido a perda do acesso aos tradicionais meios de vida, nesses incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária, a extração vegetal, entre outros.

O deslocamento compulsório das comunidades os privou dos direitos fundamentais mais basilares, dentre eles a dignidade. Todos os atingidos perderam o direito de escolher se queriam ou não sair das suas casas, as crianças perderam o direito de permanecer nas suas escolas, os locais de encontros comunitários, como a igreja, a praça e a cachoeira, foram usurpados de maneira drástica e violenta. O sentimento de isolamento também está presente na vida das pessoas que foram obrigadas a se deslocar, tendo em vista que era comum visitar os parentes e vizinhos, devido a proximidades das casas, o que hoje já não é mais tão usual, haja vista que cada morador dos distritos atingidos, encontram-se residindo em pontos diferentes da cidade. Os deslocados ambientais também perderam o direito de permanecerem trabalhando nas suas atividades laborais, perderam a saúde, seus animais e terras que lhes garantiam suas subsistências, bem como perderam todos registros que constituíam as memórias do passado, tais como, fotografias, cartas, objetos de família.

Independente do reconhecimento de um estatuto internacional que proteja os deslocados ambientais, todas as questões que envolvem o deslocamento de populações, devem ser amplamente debatidas, pois trata-se de pessoas que não têm outra alternativa senão buscar refúgios em outros lugares, devido a segurança, ou devido ao solo, desertificação, desmatamento,

ou como nos casos dos atingidos da barragem de Fundão, devido a total devastação da sua terra natal.

O trauma emocional e psicológico das pessoas que viviam nas comunidades atingidas é visível, pois eles foram forçados a modificar os seus estilos de vida, agora completamente diferente na cidade de Mariana.

Percebeu-se durante a execução da pesquisa, o conflito existente entre os moradores da cidade de Mariana e os deslocados ambientais, ora residentes da mesma, tendo em vista que uma grave crise econômica atingiu a todos, devido a paralisação das atividades da Samarco. Houve impactos macroeconômicos e socioeconômicos após o desastre. Há necessidade de salvaguardar e proteger os deslocados ambientais e os atingidos indiretos, promovendo a integração de ambos pois todos os assentamentos são complexos e envolvem diversas ações sincronizadas. Os deslocados ambientais de Mariana devem ser vistos não como “problema” na cidade, mas sim como pessoas que podem contribuir com o crescimento da mesma. As políticas de reassentamento devem estar inseridas na pauta da administração pública, a fim de proteger os direitos humanos daqueles que serão permanentemente deslocados.

Qualquer reassentamento deve ter a participação ativa de todos os reassentados com a maior rapidez possível, pois quanto mais longo este reassentamento, maior o risco de geração de exclusão, pobreza e consequente degradação ambiental. Importante ressaltar que pode ocorrer ainda com os deslocados ambientais que se encontram em Mariana, uma divisão intergeracional, ou seja, na época do reassentamento definitivo que está marcado para 2019, pode ser que muitos jovens, na época do reassentamento, não queiram sair da cidade de Mariana, por já estarem adaptados.

Em relação aos idosos entrevistados, percebeu-se ainda uma maior dificuldade de adaptação à cidade de Mariana, são os que visivelmente mais sofrem. Muitos idosos que antes viviam sozinhos, agora necessitam residir com familiares e passaram, assim como todos os deslocados ambientais, a depender de ajuda financeira para sobreviver. Grande parte das famílias deslocadas retiravam sua subsistências da terra, antes produtiva.

A empresa responsável pelo desastre, bem como o Estado, precisam garantir os direitos dos deslocados ambientais, dentre eles: o direito à informação e participação, direito à assistência, direito à ajuda alimentar, direito à habitação, direito à saúde, direitos a personalidade jurídica, direito à educação e formação e direito a trabalho.

Há necessidade de se ter um maior controle imediato para todas as atividades que envolvem riscos ambientais, como a exemplo de uma barragem de rejeitos tóxicos, o qual deve ser sempre fiscalizada e reparada, quer ela represente ameaça para peixes, para pessoas ou para

todo o meio ambiente. As medidas adequadas devem sempre ser tomadas a fim de se evitar que as emergências ambientais tomem proporções devastadoras, como no caso do rompimento da barragem de rejeitos, em Mariana.

Durante a pesquisa restou evidente que houve falhas de avaliação e de gerenciamento das atividades da mineradora, em Mariana, mostrando assim que os riscos foram subestimados. Importante que as questões ambientais sejam analisadas de maneira preventiva, com ações participativas do governo, da sociedade, das empresas, visando implantar um nível de conscientização ecológica que assegure a proteção do ambiente.

O Estado tem o dever de intervir nas questões ambientais a fim de equilibrar meio ambiente e economia, a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável, o que exige que o Estado além de não gerar dano ambiental, também impeça que os desastres ambientais, venham ocorrer. As medidas a serem tomadas passam não só por normas e regulamentações, mas, sobretudo, na fiscalização constante das atividades potencialmente poluidoras.

As injustiças socioambientais e as consequentes violações dos direitos humanos das populações atingidas precisam ser reparadas de forma exemplar para assegurar que tanto os órgãos públicos, quanto as empresas públicas e privadas, e até a sociedade como um todo, entendam de uma vez por todas a importância da preservação do meio ambiente, dos direitos humanos e que assim busquem caminhos e meios para a construção de normas e práticas que não só reparem as violações passadas mas que evitem que essas mesmas violações se repitam no futuro.

A adoção de programas de resiliência, como pressuposto da construção de cidades sustentáveis e do desenvolvimento sustentável, é imprescindível, conforme Declaração da Rio +20, que recomendou que as cidades devem ser resilientes a fim de estarem preparadas para enfrentar os desastres ambientais. Para tanto, é necessário que os riscos sejam avaliados e que se promova a sustentabilidade das cidades, tornando-as resilientes.

Os números de pessoas deslocadas por desastres ambientais tendem aumentar, segundo pesquisadores da área, portanto, há necessidade que os Estados criem mecanismos de redução de riscos de desastres, com um sistema de alerta e com medidas de preparação de emergência e catástrofes.

Foi possível constatar na pesquisa realizada que os entrevistados ao serem questionados de como se dava a participação nas deliberações que envolviam os interesses da comunidade, antes do desastre, que eles não tinham voz ativa nos processos de decisões, mesmo se fazendo presente às reuniões, pois sequer entendiam o que estava sendo abordado, não captando a realidade à sua volta. A preocupação recorrente dos presentes era a manifestação do medo quanto ao rompimento da barragem, sempre minimizado pelos representantes da empresa. Posteriormente a tragédia, os

deslocados ambientais somente vêm deliberando devido a intervenção do Ministério Público, o qual garantiu, por exemplo, que os deslocados ambientais pudessem escolher o lugar onde ocorrerá o reassentamento.

A responsabilidade com o meio ambiente é de todos, e a manutenção de seu equilíbrio resultará no benefício global, tanto para as gerações presentes quanto para as gerações futuras, portanto, devemos buscar cada vez mais uma justiça ecológica, considerando sempre os princípios da intergeracionalidade, da prevenção, da precaução e do direito humano ao meio ambiente sadio e equilibrado, sempre preservando a democracia deliberativa, a fim de que a degradação ambiental não cause a violação dos direitos humanos.

As questões ambientais não podem ser tratadas em segundo plano, muito pelo contrário, é necessário, além de educação e informação, capacidade crítica de interferência de cada cidadão nos debates e nas decisões que irão interferir no ambiente em que vivem.

Segundo a linha de pensamento de Habermas, as questões mais complexas da modernidade precisam ser aprofundadas, com busca de soluções que não interfiram nos destinos das pessoas por meio de imposições institucionais, mas que seja possível fazer transformações sociais, onde as organizações da sociedade civil tenham capacidade de intervir politicamente nas questões sociais e ambientais, e que os envolvidos não fiquem como meros expectadores esperando as cenas trágicas dos desastres. A participação das comunidades é o que torna as normas eficazes, pois retratam as vontades dos próprios destinatários, protegendo-as das escolhas arbitrárias dos “mais fortes”.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Brunela. **19 áreas do ES entram na lista das atingidas pela Samarco**. 01 abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/19-areas-do-es-entram-na-lista-das-atingidas-pela-samarco.ghtml>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: UnB, 1997. Política – Livro I.
- ASSUNÇÃO, Francisca Neta Andrade; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida; ABREU, Teresa Lúcia Muricy. **Participação social na avaliação de impacto ambiental: lições da experiência da Bahia**. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vu1DZqtUQUYJ:https://confins.revues.org/6750+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 2 jul. 2017..
- BARACHO JUNIOR, José Alafredo de Oliveira **Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. v. 1.
- BARBOSA, Vanessa. Os 10 maiores acidentes petrolíferos da história. **Exame**, 10 out. 2010. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/10-maiores-acidentes-petroliferos-historia-556774/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1985.
- BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BASSO, Gustavo. **Moradores de Mariana culpam vítimas do desastre por aumento no desemprego**. 3 nov. 2016. Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/read/mariana-um-ano-depois-moradores-bento-rodrigues-desemprego>. Acesso em 2017.
- BELCHIOR, Germana Parente Neiva; PRIMO, Diego de Alencar Salazar. A responsabilidade civil por dano ambiental e o caso Samarco: desafios à luz do paradigma da sociedade de risco e da complexidade ambiental. **RJurFA7**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 10-30, jan./jun. 2016.
- BENINCÁ, Dirceu. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOSSELMANN, Klaus. **Direitos Humanos, meio ambiente e sustentabilidade**. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/8821/3/1.pdf?ln=pt-pt p.20>>. Acesso em: 17 out. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 mar. 2017.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 05 jul. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **RE 466343**. Tribunal Pleno. Voto do Ministro Gilmar Mendes, , Julgamento em: 3 dez. 2008. **Dje** 5 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1268>>. Acesso em: 02 out. 2016.

BRASIL: grupo de especialistas da ONU sobre empresas e direitos humanos realiza coletiva de imprensa nesta quarta. 14 dez. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-grupo-de-especialistas-da-onu-avalia-impacto-de-atividades-empresariais-sobre-direitos-humanos/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

BUHRING, Marcia Andrea. **A efetiva função da propriedade: a socioambiental**. Caxias do Sul: Educ, 2016a.

_____. O (des) amparo aos refugiados e aos “novos refugiados”: os ambientais. In: TEMAS de direito ambiental. Porto Alegre: Editora Fi, 2015.

_____. **Mobilidade, fronteira e direito à saúde**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016b.

BURGEL, Caroline Ferri; CALGARO, Cleide . O estado democrático de direito e a garantia dos direitos fundamentais individuais: um repensar do modelo de formação política. **Âmbito Jurídico**, v. 147, p. 1-14, 2016.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARVALHO, Delton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. **Direito dos desastres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CARVALHO, Igor. **Um ano depois, o medo ainda vive em Mariana**: Samarco estimula revolta de moradores contra atingidos por barragem e gera tensão. 7 nov. 2016. Disponível em: <<http://cut.org.br/noticias/um-ano-depois-o-medo-ainda-vive-em-mariana-e3c6/>>. Acesso em 2017.

CASO Samarco usando a gestão de riscos e os princípios da precaução e prevenção em desastres ambientais. Disponível em: <https://_Caso_Samarcousoando_a_gestao_de_riscos_e_os_principios_da_precaucao_e_prevencao_em_desastres_ambientais>. Acesso em: 08 nov. 2017.

CAUBET, Chistian G. **Tratados internacionais, direitos fundamentais, humanos e difusos**: os estados contra o bem viver de suas populações. Florianópolis: Insular, 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CONCEITOS básicos de migração segundo a Organização Internacional para as Migrações – OIM. Disponível em:

<http://www.csem.org.br/pdfs/conceitos_basicos_de_migracao_segundo_a_oim.pdf>. Acesso: 2016.

CONFERÊNCIA de Sendai adota novo marco para reduzir riscos de desastres naturais no mundo. 19 mar. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conferencia-de-sendai-adota-novo-marco-para-reduzir-riscos-de-desastres-naturais-no-mundo/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

CORRÊA, Jacson. **Proteção ambiental e atividade minerária**. Curitiba: Juruá, 2002.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso de la Comunidad Moiwana Vs. Suriname: Sentencia de 15 de junio de 2005. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_124_esp1.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUREAU, Sandra; LEUZINGER, Maricia Dieguez. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

DECLARAÇÃO do Rio sobre meio ambiente. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

DEFESA Civil aprimora assistência a regiões atingidas por desastres naturais: mudanças garantem mais agilidade a processos de trabalho, que agora também podem ser acompanhados pela sociedade. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/guest/area-de-imprensa/todas-as-noticias/-/asset_publisher/YEkzzDUSRvZi/content/defesa-civil-aprimora-assistencia-a-estados-e-municipios-atingidos-por-desastres?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.mi.gov.br%2Fweb%2Fguest%2Farea-de-imprensa%2Ftodas-as-noticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_YEkzzDUSRvZi%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D3>. Acesso em: 20 jun. de 2017.

DESASTRES naturais: conectar para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. Disponível em: <<http://www.igeologico.sp.gov.br/downloads/livros/DesastresNaturais.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

DINIZ, Adiel de Sousa. **Participação popular e sustentabilidade: o caso do Projeto Agente Ambiental Comunitário do Amapá Macapá-AP**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado de Direito Ambiental e Políticas Públicas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/ppgdapp/files/2013/04/Adiel.pdf>>. Acesso em: 2017.

DUARTE, Marcia YukikoMatsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FREITAS, Carlos Machado de et al. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1577-1586, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a21.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

FREITAS, Raquel. **Terreno onde será construído novo Bento Rodrigues é definido**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/05/terreno-onde-sera-construido-novo-bento-rodrigues-e-definido.html>>. Acesso em: 04 maio 2016.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos fundamentais e proteção do ambiente**: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico constitucional do estado socioambiental de direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

FERREIRA, Dallyla Taís Milhomem et al. Perdas simbólicas e os atingidos por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica de Estreito, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 30, p. 73-87, jul. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/34187>>. Acesso em: 03 out. 2017.

O FUTURO que queremos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

GERAQUE, Eduardo; MENA, Fernanda. Tragédia em Minas Gerais deve secar e criar deserto de lama. **Folha de São Paulo**, 15 nov. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1706510-tragedia-em-minas-gerais-deve-secar-rios-e-criar-deserto-de-lama.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

GIDDENS, Anthony. **A política de mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Carla Amado. **Direito ambiental**: o ambiente como objeto e os objetos do direito do ambiente. Curitiba: Juruá, 2010.

GOMES, Eduardo Rodrigues Gomes; MELO, Cristiana Malfacini. **ISO 26000**: uma análise da norma internacional de responsabilidade social. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/761_ISO_26000_artigo.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017.

GUIVANT, Julia. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck**: entre diagnóstico e a profecia. Rio de Janeiro: [s.n.], 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Direito e democracia**: entre a factividade e validade. 2. ed. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 2 e 3.

_____. **O futuro da natureza humana**. Tradução de Karina Jannini; revisão da tradução Eurides Avance de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **A inclusão do outro**: estudos da teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Teoria de la acción comunicativa**. Traducción de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988. v. 1.

_____. **Teoría de la acción comunicativa:** complementos y estudios previos. Madrid: Cátedra, 1997.

HAMMERSCHMIDT, Denise. O risco na sociedade contemporânea e o princípio da precaução no direito ambiental. **Revista Sequencia**, v. 23, n. 45, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15317>>. Acesso em 15 jul. 2017.

IGREJA CATÓLICA. (Papa 2013-: Francisco). **Carta Encíclica Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 05 jul. 2017.

INMETRO. **ISSO 26000**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp>. Acesso em: 04 jan. 2017.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Glossário**. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=229&Itemid=1227>. Acesso em: 19 jul. 2016.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

LAMA de Mariana avança rumo ao mar e revolta população. **Época**, São Paulo, 19 nov. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/11/lama-de-mariana-avanca-rumo-ao-mar-e-revolta-populacao.html>>. Acesso em: 02 out. 2017.

LAUDO de 2013 alertou sobre riscos de ruptura de barragem em Mariana (MG). 6 nov. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/06/laudo-de-2013-fez-alerta-sobre-riscos-de-ruptura-de-barragem-em-mariana-mg.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2106.

LEANDRO, Janine Barreira. Comunidade : uma reflexão a partir de Zygmunt Bauman. **Kairós**, Revista Acadêmica da Prainha, v. 5, n. 1, jan./jun. 2008.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura:** racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

_____. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidad, poder. Madrid: Siglo Veintiuno, 2001.

_____. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental na sociedade de risco:** uma visão introdutória. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick de Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Novas tendências e possibilidades do direito ambiental no Brasil:** natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003.

LOPEZ, Aurelie. The protection of environmentally displaced persons in international law. **Environmental Law**, v. 37, n. 2, p. 365-409, Spring 2007. Disponível em: <http://archives.cerium.ca/IMG/pdf/THE_PROTECTION_OF_ENVIRONMENTALLYDISPLACED_PERSONS_IN_INTERNATIONAL_LAW.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

LUNELLI, Carlos Alberto. **Direito, ambiente e políticas públicas**. Curitiba: Juruá, 2011.

MACHADO, Viviane. **Samarco sabia dos riscos antes de desastre, diz delegado da PF**. 22 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/06/samarco-sabia-dos-riscos-antes-de-desastre-diz-delegado-da-pf.html>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

MAGALHÃES, Thiago Luis. **As Minas Gerais e o século do ouro:** antecedentes da descoberta do ouro. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/asminasgeraiseoseculodoouro.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

MALERMA, Julianna; MILANEZ, Bruno. Um novo código mineral para quê? **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 6, n. 65, dez. 2012.

MANCINE, Maria Teresa. **Tutela ambiental**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 2003.

MARCO de Sendai para a redução do risco de desastres 2015-2030. 31 maio 2015. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/3958478/0/Sendai_Framework_for_Disaster_Risk_Reduction_2015-2030+%28Portugu%C3%AAs%29.pdf/4059be98-843e-49dd-836b-fe0c21e1b664>. Acesso em: 26 jun. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARIANA (Município). **Dados demográficos**. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/dados-demograficos>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. **Os meios de comunicação na esfera pública:** novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/5395/4912>>. Acesso em: 18 out. 2017.

MARSHALL Nicole. **Políticas de deslocamento ambiental:** uma abordagem de quatro categorias para definir pessoas deslocadas do meio ambiente. Disponível em: <<https://refugeereview2.wordpress.com/articles/politicizing-environmental-displacement-a-four-category-approach-to-defining-environmentally-displaced-people-by-nicole-marshall/>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

MATTAR, Marina Rocchi Martins. **Migrações ambientais, direitos humanos e o caso dos pequenos países insulares**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio Ambiente: direito e dever fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

MENESTRINO, E. **Povos tradicionais: do lugar ao não-lugar**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.

MIGRAÇÃO. Disponível em: <origin.veja.abril.com.br/tag/migração>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MINAS GERAIS. **Decisão**. 18 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Banco%20de%20Documentos/PDF/Arquivos%20PDF%202015/DESASTRE%20MARIANA%20%20DECISAO%20DO%20JUIZ%20.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

MOLINARO, Carlos Alberto. **Responsabilidade civil frente aos desastres ambientais**. Belo Horizonte: ESDH, 2017.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NATURAL disaster and human security. Disponível em: <<https://unu.edu/.../natural-disasters-and-human-security.html>>. Acesso em: 04 out. 2017.

OLIVEIRA FILHO, Luís Carlos Iuñes de. **Análise de risco ecológica e mesofauna em áreas de mineração**. Lages: [s.n.], 2013.

OST, François. **A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

OSTU, Roberto. **A sabedoria da natureza**. São Paulo: Ágora, 2006.

OUCHO, John O. **Environmental impact of refugees and internally displaced persons in Sub-Saharan Africa**.

https://www.warwick.ac.uk/fac/soc/crer/research/mariecurie/afrobrain/oucho/publications/environmental_impact_of_refugees_and_internally_displaced_persons_in_sub.doc. Disponível em: Acesso em: 10 jul. 2016.

PALERMO, Luiz Claudio. A importância da teoria do agir comunicativo na atualidade: racionalidade, mundo da vida e democracia deliberativa. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, n. 6, p. 1-17, dez. 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/806/n6Palermo.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

PARANAÍBA, Guilherme. **Moradores de cidades atingidas por tragédia em Mariana não se adaptaram à nova realidade**. 03 nov. 2016. Disponível em:

<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/11/03/interna_gerais,820481/moradores-de-cidades-atingidas-por-tragedia-em-mariana-nao-se-adaptara.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2017.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide. Desenvolvimento sustentável e o consumocentrismo: o paradoxo da modernidade. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe (Org.). **Consumo na sociedade moderna: consequências jurídicas e ambientais** Caxias do Sul: Educs, 2016. p. 15. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-consumo-sociedade_3.pdf>. Acesso em: 2017.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide. Os riscos ambientais advindos dos resíduos sólidos e o hiperconsumo: a minimização dos impactos ambientais através de políticas públicas. In: RESÍDUOS sólidos: consumo, sustentabilidade e riscos ambientais. Caxias do Sul: Plenum, 2014.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; GIRON, Jerônimo. Direito ambiental, sustentabilidade e pós-modernidade: os paradigmas da reconstrução. In: O DIREITO ambiental e o biodireito: da modernidade à pós modernidade. Caxias do Sul: Educs, 2008.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos humanos e a hospitalidade: a promoção internacional para apátridas e refugiados**. São Paulo: Atlas, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

_____. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.

POEMA de Drummond sobre o Rio Doce, que circula em redes sociais, nunca foi publicado em livro. 17 nov. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/11/poema-de-drummond-sobre-o-rio-doce-que-circula-em-redes-sociais-nunca-foi-publicado-em-livro-4905072.html#showNoticia=VGkvaE11KV8xOTQyNTY5NTM2OTI2NTE1MjAwLUN8MzU5NDU5MjM1NDc3MDA2MzQ4NCNBXzUwNjMyNjk0MDk1NzgwMjQ5NjAxIVRYOzBDVUspPmx4TTJTbnQ=>>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

PREFEITOS de cidades atingidas por lama da Samarco discutem saída para crise. 01 set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/prefeitos-de-cidades-atingidas-por-lama-da-samarco-discutem-saidas-para-crise.ghtml>>. Acesso em: 25 out. 2017.

RAMOS, Cesar Augusto. Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 55, n. 129, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000100004>. Acesso em: 15 out. 2017.

RECH, Adir Ubaldo; RECH, Adivandro. **Cidade sustentável, direito urbanístico e ambiental: instrumentos de planejamento**. Caxias do Sul: Educs, 2016.

_____. **Zoneamento ambiental como plataforma de planejamento da sustentabilidade: instrumentos de uma gestão ambiental, urbanística e agrária para o desenvolvimento sustentável**. Caxias do Sul: Educs, 2012.

REFUGIADOS e migrantes: perguntas frequentes. 22 mar. 2016 Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

RELEMBRE os principais desastres ambientais ocorridos no Brasil. 29 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/meio-ambiente/2015/11/conheca-os-principais-desastres-ambientais-ocorridos-no-brasil>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

RODRIGUES, Léo. **Mariana**: um ano após a maior tragédia ambiental do Brasil. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/especiais/mariana-um-ano-apos-maior-tragedia-ambiental-do-brasil>>. Acesso em: 2017.

SACBIN, Flávia; ACCA, Thiago Acca. Barrados na barragem: Nosso desejo de não ficar no escuro não justifica que milhares tenham direitos violados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 fev. 2015. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,barrados-na-barragem,1641594>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SANTOS, Bruno Hermes de Oliveira. Um sonho de pertencimento: o fenômeno comunitário à luz do pensamento de Zygmunt Bauman. **Revista Habitus**: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 113-120, dez. 2014. Disponível em: <<https://Revistas.Ufrj.Br/Index.Php/Habitus/Article/Viewfile/11441/8391>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SANTOS, Juliana Frandalozo Alves dos. A redução de vulnerabilidades como estratégia no enfrentamento de desastres. **Razón y Palabra**, v. 19, n. 3, p. 170-186, 2015. Disponível em: <<http://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/85/141>>. Acesso em: 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. Notas sobre a assim designada proibição de retrocesso social no constitucionalismo latino-americano. **Revista do TST**, Brasília, v. 75, n. 3, p. 116-149, jul/set 2009. Disponível em: <<http://www.abdpc.com.br/admin/midias/anexos/1440694885.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SEPARATE opinion of vice-president weeramantry. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/files/case-related/92/092-19970925-JUD-01-03-EN.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

_____. **Curso de direito constitucional positivo**. 34. ed. rev e atual. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni. Políticas públicas e processos decisórios em matéria de biossegurança à luz do princípio da precaução. In: **RESÍDUOS sólidos: consumo, sustentabilidade e riscos ambientais**. Caxias do Sul: Plenun, 2014a.

_____. **Risco ecológico abusivo: a tutela do patrimônio ambiental nos processos coletivos em face do risco socialmente intolerável**. Caxias do Sul: [s.n.], 2014b.

SOARES, Carina de Oliveira et al. **Tratados internacionais, direitos fundamentais, humanos e difusos**: os estados contra o bem viver de suas populações. São Paulo: Insular, 2016.

SOUZA, Leonardo da Rocha de. **A consideração dos ausentes à deliberação ambiental**: uma proposta ética a partir do discurso de Jürgen Habermas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013a.

_____. **Direito ambiental e democracia deliberativa**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013b.

SOUZA, Leonardo da Rocha de; HARTMANN, Débora. O princípio da precaução e a avaliação prévia de impacto ambiental: a posição do Superior Tribunal De Justiça. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, v. 16, n. 7, p. 151-168, jan./abr. 2017.

SOUZA, Leonardo da Rocha de; HARTMAN, Débora; SILVEIRA, Thaís Alves da Silveira. Dano ambiental e a necessidade de uma atuação proativa da administração pública. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 343-373, jul./dez. 2015.

SPAREMBERGER Raquel Fabiana; VERGANI, Vanessa. Migração, vulnerabilidade e (in) justiça ambiental: desafios e perspectivas 2. **Revista do Direito UNISC**, Santa Cruz do Sul, n. 33, p. 130-147, jan./jun. 2010.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade civil ambiental**: as dimensões do dano ambiental no direito brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

STEINMTZ, Wilson. **A vinculação dos particulares a direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2004.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; SARAIVA, Bruno Cozza. O destino da humanidade como fatalidade: a crise ecológica como dessacralização do habitar-morar na Terra. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 2, p. 42-61, 2017.

TEIXEIRA, Maurozan Soares. Ética do Discurso em Jürgen Habermas: a Importância da [...] **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 7; n. 2, 2016.

TEIXEIRA, Orci Paulino Bretanha. **A fundamentação ética do estado socioambiental**. Porto Alegre: EdPUCRS, 2013.

TERMO de Transação e de Ajustamento de Conduta relativo ao rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG Disponível em:
<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/nota_tecnica_001-2016.pdf>.
Acesso em: 11 jul. 2016.

A TRAGÉDIA já custou R\$ 655 mi à Samarco. **Folha de São Paulo**, 15 nov. 2016.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio ambiente**: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Fabris, 1993.

TURCATO, Jéssica et al. A responsabilidade social sob a ótica dos princípios da ISO 26000 e das ações sociais: a relação de comprometimento de uma multinacional do setor energético com a

comunidade. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Betim, v. 15, n. 1, p. 268-278, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2817>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **Terminology**. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/we/inform/terminology>>. Acesso em: 04 out. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A -

APÊNDICE B - ENTREVISTAS DEGRAVADAS

Arquivo – 1 (Deslocado Ambiental) :

- 1) **Eu estou fazendo um curso chamado Mestrado em Direito, para concluir este curso, eu preciso fazer um trabalho com as pessoas que foram atingidas pela barragem, você pode me ajudar respondendo as seguintes perguntas?** Sim. Como era a sua vida antes de a barragem se romper? Era bom demais.
- 2) **Bom demais?** Sim, Na roça era tudo bem tranquilo, bem sossegado.
- 3) **Vocês moravam na roça?** Era.
- 4) **A sua vida era em Bento?** É. Eu só vinha aqui em Mariana pra passear mesmo, a gente gostava de morar lá.
- 5) **E você gostava de vir só para passear ou você já teve vontade de morar aqui na cidade?** Não tenho vontade de morar aqui não, só vinha aqui pra passear mesmo.
- 6) **Quantas pessoas moravam na sua casa?** Cinco pessoas.
- 7) **Vocês se davam bem com os vizinhos, com os parentes, com os amigos?** Sim. Todo mundo era chegado um com o outro, a gente conversava, todo mundo já era amigo, né? Eu conhecia todo mundo.
- 8) **O que vocês faziam depois do trabalho ou, no teu caso que era estudante, nos finais de semana pra se distrair?** Jogava bola com as meninas, fazíamos quadrilha. Tinha o bar da Sandra.
- 9) **Bar?** É, o Bar da Sandra, tinha festa, a Festa da Mercedes, era isso aí.
- 10) **Você tem filhos ?** É só ela.
- 11) **É só ela. E ele?** Ele, não, ele é meu primo.
- 12) **Vocês tinham animais? Gatos, cachorros, cavalos, vacas?** Sim. Tínhamos cachorro, galinha, passarinho. A gente perdeu tudo. Só restou o animal do menino. Do meu irmão.
- 13) **Quais?** Três animais do meu irmão, três cavalos.
- 14) **Três. E o restante? Morreram?** Morreu, o nosso cachorro, galinha, passarinho.
- 15) **O cachorro não conseguiu se salvar, ele estava preso?** Tava, porque é muito brabo, sabe? Eu tava em Mariana, quando eu cheguei lá, era quatro em ponto, quando eu vi aquele... vi aquela “poeirona”... E eu também tava na escola, não tinha como soltar ele também, porque nós não deixava ele solto, não, porque ele era muito brabo. Ele era Pitbull com vira-lata.
- 16) **Vocês tinham algum problema de saúde antes da barragem se romper?** Voz Feminina-II: Essa aí é forte, forte... essa aí (inaudível). Risos. Não.

- 17) **Antes de construírem as barragens, alguém da empresa procurou vocês para saber opinião sobre a construção da barragem?** Ah, tem muito tempo já que eles tinham falado que, se alguém quisesse, pensasse em vender as casas, essas coisas assim, sabe, pra ir morar na cidade, daí ele falou assim que dava pra vender.
- 18) **Vocês já moravam lá antes da construção da barragem?** É. Uma vez tinham falado que a barragem tinha estourado, quando a gente subiu lá pra cima da quadra, aí, só que era mentira, não rompeu barragem nenhuma, não. Aí, depois passou, acho que, mais ou menos, uns sete anos, por aí, aí que ela se rompeu.
- 19) **Ah, vocês achavam que a barragem ia estourar?** É. E teve uma que correu uma vez que a barragem tinha estourado. Eles tavam querendo comprar o lote de todo mundo lá Bento porque eles tavam sabendo que a barragem ia estourar. Voz feminina-II: A Samarco comprou fazenda. Arrendou tudo ali do Bento, ali, só as casas do pessoal mesmo que não.
- 20) **Só vocês ficaram?** É.
- 21) **A empresa ofereceu alguma ajuda para que vocês tivessem uma vida melhor?** Que eu sei, não.
- 22) **Nunca procurou vocês ?** Não.
- 23) **Vocês eram ouvidos pela empresa??** Voz Feminina-II: Eu sempre ia em reunião, nós ia lá. Às vezes, nós ia lá na reunião.
- 24) **Mas essa reunião que você está falando era para tratar o que ?** Era pra comprar os lotes assim.
- 25) **Só para isso que se reuniam?** É.
- 26) **E para oferecer ajuda para melhorar o distrito?** Não. Às vezes falava com o pessoal lá da rua lá, o pessoal todo tava comentando que a Samarco queria comprar o lote, que eles já tavam sabendo que a barragem ia romper.
- 27) **Existia algum representante da comunidade?** Não.
- 28) **As reuniões eram abertas para quem quisesse participar, quando tinha reunião com a Samarco?** Era aberta.
- 29) **Como está a sua vida agora?** Esse pessoal de Bento mudaram muito, sabe, não conversam muito mais agora com a gente, quando vê na rua, não cumprimenta mais. Tem um monte de gente aí que é parente nossa, primo, primo irmãos, sabe, assim, faz festa e agora nem convida, nem olha na nossa cara mais.
- 30) **E antes vocês conviviam bastante?** Sim. Eu também não ligo pra isso, não faz falta não.
- 31) **Você sente que você está mais afastada dos amigos e da família, é isso?** Tá todo mundo longe do outro, igual a minha filha mora ali, o meu irmão aqui, o meu outro irmão lá.

32) **Vocês suspeitavam que um dia a barragem fosse se romper?** Falavam o tempo todo, porque tipo assim, quando nós tava brincando lá na rua de peteca e tudo mais, vinha aquela "escuridão escura", tipo uma areia, um negócio no Bento todo. Era um poeirão, era um poeirão, cheio de poeira no Bento todo. Aí todo mundo tava falando que era a barragem. Aí, não era a barragem, não, aí esperou, foi mais ou menos uns oito mês, por aí, né, que a barragem rompeu. Todo mundo tava falando que era a bomba, né, que tinha estourado a bomba. Voz Feminina-II: A gente não dormia, tinha que encher a caixa d'água.

33) **Não dormia?** Voz Feminina-II: (Inaudível), assim, porque a água tava diminuindo.

34) **Antes de a barragem romper, estava faltando água?** Tava.

35) **A empresa fez treinamento com vocês em caso de algum desastre na barragem?** Eu não sei de nada, isso aí, eu não sei, não.

36) **Não?** Voz feminina - II: (Inaudível) reunião da Samarco. Eu também, não (Inaudível - simultaneidade de vozes).

37) **A onde vocês foram morar após o desastre?** A onde? Nós tava na morando na Morada do Sol, depois passamos pra cá. Voz Feminina - II: Depois da barragem, daí nós viemos pra cá.

38) **E a casa lá era de quem?** Era de um dono lá, só que a casa tava com um monte de mofo, aí nós passamos pra outra.

39) **E aluguel quem paga, é a Samarco?** É a Samarco.

40) **Vocês puderam escolher a casa, como é que funcionou?** Nós estamos pagando a luz.

41) **A luz. E eles pagam os aluguéis?** É.

42) **A barragem arrebentou de dia , e à noite, vocês ficaram dormindo aonde?** Nós fomos dormir lá no Bento mesmo, numa casa onde não foram rompida.

43) **Vocês já conseguiram organizar essa moradia com móveis, utensílios, roupas, coisas assim que vocês tinham antes? Vocês já conseguiram readquirir, arrumar tudo de novo?** ã-hã. Voz feminina-II: Depois da Barragem?

44) **É.** Eles foram doar lá com a Samarco.

45) **Doação de quem, dos moradores da cidade ou da Samarco?** O que a Samarco deu foi só mesmo dinheiro quando passou pra casa, eles deram dinheiro, mas roupa... Voz Feminina-II: Quando nós fomos pra casa, eles deram alimentação. Voz Feminina-I: Primeiro todo mundo ficou num hotel, aí eles pagaram o hotel lá, comida, essas coisa tudo, depois que passou pra casa é que teve um cartão alimentação.

46) **Vocês sentiram que diminuiu a renda da família depois da tragédia, diminuiu o que ganhava?** Não. Ficou a mesma coisa. Ganha até mais.

- 47) **Alguém da família de vocês já trabalhava em Mariana? Antes da barragem arrebentar?** O meu pai trabalhava aqui.
- 48) **E vocês moravam lá? É.**
- 49) **Ah, é por isso que vocês não sentiram o endividamento, é porque não perderam o emprego lá, é isso, não é?** É. Voz Feminina-II: (Inaudível) a barragem, ele tava trabalhando em barraca. Eu, ela, que tava grávida, eu e o meu outro filho que trabalhava.
- 50) **Vocês, assim, tiveram que comprar alguma coisa do dinheiro de vocês, vocês tiveram que fazer dívida depois da barragem?** Voz feminina-II: (Inaudível) foi lá no outro mês, primeiro, aí eles alugaram a casa e fomos nós que fomos fazendo a conta, depois pra nós, depois, no mês seguinte, eles foram dando a verdura, carne, um quilo de cada coisa.
- 51) **Quanto?** Um quilo.
- 52) **Um quilo?** Um quilo de carne.
- 53) **Um quilo para quanto tempo?** Cada semana, na outra semana, eles ia dando de novo. Voz feminina-I: No dia que a barragem rompeu, eu tinha acabado de fazer a compra, foi tudo embora.
- 54) **Perdeu tudo?** Perdeu. Voz Feminina-II: Mas pra nós lá em Bento era mais fácil, nós plantava, já colhia lá mesmo.
- 55) **Você estava grávida dela, e aí, já tinha enxoval?** Tinha. Perdi tudo.
- 56) **Como vocês se sentem em relação a tudo isso? Quais os seus problemas em relação à saúde, à alimentação? Vocês notaram assim, dificuldade de dormir, o sistema nervoso, alguma coisa depois disso ou está tudo igual?** Eu sonho muito com Bento, aí tem hora que dá até vontade de chorar, dá raiva não sei do que. Voz feminina-II: Ah, eu tô indo num médico porque eu choro muito.
- 57) **Está tendo acompanhamento psicológico?** ã-hã.
- 58) **E quem está dando esse acompanhamento psicológico, é a empresa?** Não. Voz feminina-II: Não. É o próprio Posto, é o Posto.
- 59) **Você acredita que você vá poder voltar morar em Bento novamente?** Ah, não. Nós agora temos um outro lugar pra fazer a casa, até que (inaudível), qualquer ano, em 2019, eles vão (inaudível) nós pra lá. Lá vai ser bom, todo mundo concordou...
- 60) **Todos concordaram?** Só o pessoal crente mesmo que não gostou.
- 61) **Por quê?** Por que, ah, sei lá, eles queriam morar aqui perto do lixão, aí de São Bento, lá eles não gostaram, não. Vai ser em um lugar um pouquinho mais longe aqui de Mariana.
- 62) **E lá vai ter lugar pra lavoura?** Que lavoura que vai ter, né? Acho que não vai ter. Aí marcou lá pra ser o Bento, tem um corrego lá.

- 63) **Vão reconstruir a cidade? É. É isso que eles estão prometendo? É.**
- 64) **Vocês sentem que a empresa e o Governo estão comprometidos? A Samarco? Sim.** Voz feminina-II: Eles fazem uma reunião.
- 65) **Na reunião vocês são ouvidos? ã-hã.**
- 66) **Desde o episódio, a comunidade que está sendo ouvida, como ela vem sendo representada?** Tem um representante, eles vem cá...Vem aqui, passam pela casa e aí levam a notícia pra eles lá.
- 67) **Então vocês sentem que os pedidos da comunidade estão sendo atendidos? Estão. Obrigada. Eu vou finalizar a gravação.**

Arquivo 3 – 4 (Diretor do SINE/Mariana/MG)

- 1) (Início do áudio) Em compensação, eu tive 2871 (dois mil oitocentos e setenta e um) desligamentos, nesse primeiro semestre, isso após o rompimento da barragem.
- 2) **Após o rompimento da barragem, aumentou os desligamentos?** Aumentou os desligamentos, 2871 (dois mil oitocentos e setenta e um) desligamentos, quase três mil.
- 3) **E tu achas que é consequência do rompimento da barragem?** Sim, foi porque a Samarco parou, a Samarco tinha empresa contratada, terceirizadas que prestavam serviço, aí a Samarco parou de produzir, então as empresas tiveram os contratos suspensos. Aí gerou esse desemprego todo aí. Infelizmente, teve perda humana, aí é complicado, nada substitui assim, mas assim, depois parou, o Ministério Público está travando a Samarco de todas as formas, multa aqui, multa ali e não deixa a empresa produzir. A previsão otimista é pra meados do ano que vem pra voltar a Samarco, essa é a previsão otimista.
- 4) **E até lá o pessoal vai ficar desempregado?** Vai ficar desempregado, exatamente. Só a Samarco já demitiu 1200 (mil e duzentas) pessoas. O desastre refletiu na cidade de Mariana, pois aqui está todo mundo desempregado, a gente atende aqui, por dia, 250 (duzentos e cinquenta), 300 (trezentas) pessoas por dia.
- 5) **E ninguém está contratando?** Ninguém está contratando. Nesse momento, não, já contratou, a gente teve um índice grande aqui de captação de vagas, porém teve um índice muito maior de desemprego também, então assim, ficou com saldo negativo ainda, se a gente for olhar. Teve um pico de disponibilidade de emprego, porém, com as obras emergenciais, logo após o rompimento da barragem, só que mandou muita gente embora também, gente que trabalhava na Samarco contratada e tal. Esse pessoal que está trabalhando hoje, está na área aí que foi afetada pela barragem.

- 6) **E eles vivem de que, esse pessoal agora aqui de Mariana?** Tá todo mundo desempregado, vive de seguro-desemprego, alguns, vive de seguro de desemprego.
- 7) **Que é por um tempo?** Exatamente. No máximo, 5 (cinco) parcelas, essa pessoa vai receber, aí, acabou isso, ela tem que ficar aguardando e procurar emprego (inaudível).
- 8) **Então na verdade virou um enorme problema social?** Virou um problema social agora muito grande, você quer ver, deixa só lhe mostrar aqui, pra você ter uma ideia, eu tirei o relatório desde 2007, eu fui fazendo o relatório, esses aqui são dados do (inaudível), deixa eu ver o relatório que eu fiz aqui do pessoal. Só pra você ter uma ideia, o município arrecadava com os impostos R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões), R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões) por mês, hoje tá arrecadando, quinze, dezesseis, no máximo, só com despesa de pessoal, o município tem R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) de despesa, o restante vai pra saúde, educação, aí o prefeito tá trabalhando em cima disso aí pra ver se consegue alguma coisa, recurso do Governo Federal, está fazendo isso aí pra tentar manter os serviços básicos. Esse aqui são os dados, que eu fiz um resumo do que está acontecendo, na verdade, eu peguei o primeiro semestre desse ano, o que acontece, a gente tem uma população economicamente ativa aproximada aí de 48.000 (quarenta e oito mil) habitantes, eu peguei aqui o total acumulado de desemprego, não quer dizer que esse ano tenha 12.000 (doze mil) desempregados aqui, isso é um acumulado que vem desde 2007, aquele relatório que eu mostrei do CAGED, a gente tem um comparativo, pra gente comparar, a gente tem mais demissões do que admissões, entendeu, esses aqui são dados nossos, seguro desemprego, até agora 2880 (dois mil oitocentos e oitenta) solicitações de seguro desemprego, só nesse primeiro semestre. Nós conseguimos captar em torno de 1925 (mil novecentos e vinte e cinco) vagas, isso aqui até julho, hoje, o número é maior. Nós atendemos, no primeiro semestre, a gente realizou 25180 (vinte e cinco mil cento e oitenta) atendimentos, no primeiro semestre, se a gente for comparar com o ano passado, por exemplo, não chegou nem a dez mil atendimentos no primeiro atendimento, no primeiro semestre. A média de atendimento nosso é essa, por mês, essa é a média mensal. Aí eu coloquei um pouquinho aqui falando, 70 % (setenta por cento) dos trabalhadores aqui da cidade é mineração. A nossa cidade é dependente da mineração e é importante que a Samarco volte a operar na cidade.
- 9) **Pois eu vejo cartazes na cidade!** Exatamente. A população pedindo a volta, porque se a Samarco não voltar, infelizmente, Mariana depende muito de mineração, mais de setenta por cento aqui são trabalhadores da Vale, da Samarco contratados. Teve a situação do PDV da Samarco também que aumentou mais ainda o quadro, contribuiu muito pra esse aumento aqui do seguro, o pessoal entrou no PDV, tem aqui esse pessoal também (inaudível), é um programa que a Samarco fez em acordo com o Ministério do Trabalho e o sindicato...Tudo após a tragédia, chama Bolsa de

Qualificação Profissional, é um programa do governo, que a Samarco, em acordo com o sindicato e os trabalhadores, esses trabalhadores que estão com o contrato suspenso, vão receber de duas a cinco parcelas do seguro. Aí, no caso, o PDV ainda ficou pior, esses trabalhadores, eles são desligados e eles perdem o direito do seguro-desemprego. Aí complica mais ainda.

10) **Isso é um total de mais ou menos quantas pessoas, você sabe?** Da Samarco, aproximadamente, está chegando em torno de 1200 (mil e duzentas) pessoas.

11) **É um impacto grande, não é?** Só aqui em Mariana mais de 800 (oitocentas) pessoas, um impacto muito grande.

12) **E depois disso, se só tem emprego na mineração, eles vão ficar como?** Fica parado, fica ocioso. **Desempregados?** Desempregados. Ou fica na cidade ou vai pra outros estados pra tentar uma oportunidade.

13) **A tendência é que vão ter que ir embora da cidade ?** Exatamente. Aí o que a gente fez, em parceria com a prefeitura, aqui o SINE é um órgão do governo e prefeitura, nós chamamos a Samarco, chamamos a Vale também pra fazer parcerias com a gente, pra gente acompanhar essas vagas, pra direcionar pra moradores locais.

14) **De Mariana?** De Mariana, pra que não venha pessoa de fora e vá inchar mais a cidade ainda, aí vai aumentar a demanda pela saúde, educação, vai agravar mais a situação ainda.

15) **Para a empresa contratar pessoas só da cidade de Mariana?** Exatamente, por enquanto, nesse primeiro momento. Tem muita gente desempregada aqui.

16) **E o pessoal de Bento?** O pessoal de Bento, a maioria está trabalhando, só quem não está trabalhando é porque não quis ou achou melhor estar em casa, ou tá abalado, com problema psicológico.

17) **Existe essa questão de que eles parariam de receber o auxílio de R\$ 1000,00 (mil reais), se eles estivessem trabalhando?** Não, eu não tenho informação, não.

18) **Quando houve a tragédia, os moradores de Bento tiveram preferência pra conseguir emprego?** Sim, num primeiro momento teve, sim, teve essa preferência, aí a maioria das primeiras contratações foi com o pessoal de Bento Rodrigues.

19) **Gerou alguma revolta com os moradores de Mariana?** Eu acho que sim, gerou uma certa, como é que eu vou falar aqui, a palavra certa, é uma certa insatisfação depois, porque o pessoal – “ah, tá sendo tudo voltado pro pessoal do Bento e tá todo mundo aqui desempregado”, aí gerou uma revolta no pessoal.

20) **E esse pessoal que está desempregado aqui, percebe-se assim, eu sei que não é a tua área, a incidência de alcoolismo, violência, alguma coisa assim aumentou na cidade ou está...?** Por enquanto está tranquilo ainda, não aumentou, não, porque a cidade de Mariana é uma

cidade bem tranquila mesmo, não tem muita incidência assim de violência, não, por enquanto, tá tranquilo, mas tudo aumenta, né? A gente torce também pra que a Samarco volte o quanto antes, tem essa previsão aí pro ano que vem, tem uma fundação que ela vai ser responsável por gerir aquele valor, aqueles R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões) que a Samarco disponibilizou pra reconstrução, esses bilhões aí, vai ser uma fundação que vai ser responsável, e ela vai gerenciar todas essas obras aí que vão ter pra frente, que vai gerar emprego também, a gente está aguardando.

21) **Na sua opinião, qual foi o maior impacto dessa tragédia para a cidade de Mariana?** Sem dúvida nenhuma, o desemprego. **O desemprego?** O desemprego, sem dúvida, isso é evidente. Muita gente desempregada na cidade, o pessoal passa a não ter mais renda, todo dia chega gente aqui pedindo pelo amor de Deus pra ver se tem alguma coisa, mas, infelizmente, a gente não consegue atender, não tem como.

22) **E não existe municípios aqui perto que possa fornecer empregos para essas pessoas?** Não, não, todo lugar a situação está difícil. Primeiro, que o Brasil inteiro está em crise. E a região toda aqui depende da mineração, as cidades vizinhas aqui, são cidades que dependem da mineração, então, o pessoal não tem pra onde correr aqui.

23) **Só tentando sair do Estado?** É, é difícil, porque não é só aqui o problema, aqui estamos com dois problemas – tem a crise, que é no Brasil inteiro – e tem a Samarco que está parada aqui. Tem esse problema, esse agravante ainda.

Arquivo 5 (Deslocado Ambiental) :

1) **Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa que tem como objetivo demonstrar os problemas gerados pela ocorrência do rompimento da barragem localizado no distrito de Bento. O estudo visa, desse momento, contribuir para uma reflexão sobre as consequências dos desastres ambientais, caracterizando suas vítimas enquanto sujeitos de direito. A gente entende que, quando ocorre uma tragédia ambiental e atinge a população, ela perde os direitos que ela tinha, todos os direitos assegurados pela Constituição – vida, saúde, trabalho, casa – tudo é atingido. Então a gente quer ouvir como você sente depois da tragédia. Entendeu? Como era a tua vida antes e o que mudou?** Tudo mudou.

2) **Então eu tenho umas perguntas, e elas são rápidas: como era a sua vida antes da barragem se romper?** Eu, convivia com todo mundo, todo pessoal de Bento, pois a gente ia pra quadra e jogava bola e tudo, se queria fazer alguma coisa, os vizinhos era tudo perto, era rapidão, agora aqui, não, agora tá tudo longe, pra gente fazer as coisa, não tem como a gente deixar filho na

casa de ninguém, e, lá, todo mundo era enturmado, todo mundo conhecia todo mundo. Tinha a igreja a escola e a praça onde todo mundo se encontrava. Agora aqui acabou tudo isso.

- 3) **Vocês moravam na sua própria terra, a casa?** Sim, é.
- 4) **E tinha pomar, plantação?** Assim, a maioria dos moradores lá tinham, né? E aqui, não, aqui é dos outros, não é nada nosso, a gente não pode fazer nada, se quiser fazer alguma coisa na casa, não pode, porque não é da gente, é dos outros. O meu ponto de vista é esse.
- 5) **Quantas pessoas moravam na casa?** Era só quatro, né, depois que eu vim pra cá que eu ganhei ele, o Felipe, mas era quatro.
- 6) **Vocês criavam animais, cachorros?** Cachorro, passarinho. E aí? Passarinho morreu, o cachorro, eu consegui salvar ele.
- 7) **Vocês tinham algum problema de saúde antes?** Não.
- 8) **Vocês foram pra lá quando a barragem já existia?** Já. Já, já tinha construído.
- 9) **Enquanto vocês moravam lá a empresa ouvia vocês, existiam reuniões com a comunidade?** Tinha, mas a gente não entendia muita coisa. A gente falava que tinha medo da barragem, como diz, que, se a barragem estourasse, mas eles falavam que isso não ia acontecer e que isso nunca chegar lá, não tinha perigo.
- 10) **Vocês tinham medo que isso fosse acontecer?** É.
- 11) **Vocês tinham ouvido falar que aquela tragédia poderia ocorrer?** Ah, ouvir, eu ouvi, porque eles falavam que não chegava lá, a gente ficava despreocupado, (inaudível) porque a gente falava que estava preocupado nas reuniões e eles falavam que não era pra preocupar.
- 12) **As reuniões eram abertas assim para quem quisesse participar?** Eram.
- 13) **E vocês participavam?** De vez em quando. Eu não ia freqüente, não, mas de vez em quando. Não valia à pena!
- 14) **Então você achava que não valia à pena participar?** Sim, não valia. A gente não entendia direito as coisas que eles falavam.
- 15) **Como está a sua vida agora?** (Inaudível). To muito triste. Mudou tudo. A gente convivia com todos, deixava os filhos com vó ou deixava na casa de vizinho. Agora é cada um na sua casa. Cadê os vizinho, cadê os parente? Nem saio mais de casa, só pra ir pro psiquiatra. Antes era tudo pertinho, a gente saía na rua já tava a casa do vizinho, a casa do parente. Tá tudo mudado.
- 16) **A empresa fez algum treinamento com vocês para o caso de algum desastre?** Que eu participei, não.
- 17) **Vocês sabiam o que fazer, se ocorresse um desastre, vocês sabiam o que tinha que fazer?** Não, porque eles falavam que não tinha perigo de romper, aí não faziam não.
- 18) **A onde vocês morar após o desastre?** Numa casa alugada.

- 19) **Você já conseguiu organizar a sua moradia com móveis, utensílios, roupas, esse tipo de coisa?** Ah, já, é, a gente ganhou... Aí depois saiu o salário, o que faltava, a gente comprava.
- 20) **Está dando pra suprir?** Tá. Um pouco, mas...
- 21) **Houve endividamento, assim, vocês quando vieram pra cá tiveram que comprar mais coisas e se endividaram ou está igual como era lá?** Pra mim tá a mesma coisa. É que agora ninguém tá garantido, a esposa tá numa vida nova aí, por conta desse cartão aí, (inaudível), chega lá e o mês que vêm já pode cortar ele. Pelos menos lá em Bento, a gente sabia que a gente tava seguro... mas aqui não...
- 22) **Você tem preocupação em relação ao aluguel?** Com certeza, nossa senhora, imagina se eles não pagam o aluguel, nós vamos morar a onde? Onde é que eu vou morar? Aí, quando faltar com o pagamento, aí o dono da casa vai tirar a gente... os filhos da gente.
- 23) **Como é que você se sente em relação a tudo isso?** Ah, eu fico mais nervosa com qualquer coisa, quando os meninos falam comigo, eu grito, nossa senhora, ui... na hora de dormir então, aqueles pensamento vem tudo na cabeça da gente, nossa. No dia da tragédia a gente ouviu um barulho esquisito.
- 24) **Vocês subiram, alguma coisa ?** Ah, minha filha, eu fui lado de Santa Rita, eu não sei se você conhece Santa Rita? **Não.** Ah, eu fui pro lado de Santa Rita, eu achava que o lugar mais alto era lá e pra se salvar era por lá. Foi pelo instinto mesmo.
- 25) **Todo mundo se salvou por instinto ?** É, ali muitos foram pro mato, alguns pegaram caminhão... E bastante por causa da empreiteira que tava lá ajudou a gente bastante, se não, nossa, uns iam pro um lado, outros, iam pro outro. Colocaram a gente em um caminhão e levou tudo... e subiu... e eu fiquei até separada da minha filha. **Da sua filha?** Eu achei que ela tinha morrido, tadinha. **Você achou que a sua filha tinha morrido?** Eu fui pra um lado, eu pensei, tipo, eu tava com a minha mãe e o meu filho do meio, aí o caminhão tava perto, era muita gente... eu nem sei que jogou a perna em mim, eu peguei ela... aí alguém falou assim – “me dá ela”, aí eu fui, na correria, eu coloquei ela no caminhão, mas eu não subi no caminhão por causa da minha mãe. Aí ela foi pro lado de Santa Rita, e eu fui pro outro lado, e a gente ficou separada, só que, no dia, a notícia chegou até nós que esse caminhão não tinha subido (inaudível), então eu... aí, por exemplo, quem tava lá alagado, lá pro alto, que não tinha como passar, imaginavam que nós, no caminhão, tinha morrido. E nós que tava no caminhão, imaginava que quem tava lá embaixo tinha morrido. Não tinha como...
- 26) **Dá vontade de chorar só de ouvir, Deus nos livre.** Na hora que nós chegamos no alto, e o caminhão olhando pro lado de Bento, a gente não via era nada, só via aquelas lama subindo...aquele ônibus da escola rodando no meio da lama.

27) **E quem ajudou você logo após a tragédia?** Nós tivemos muita coisa em Santa Rita, nossa, a comunidade... A comunidade já chegou com roupa, fez comida, água, tudo. Uma coisa que a gente não imaginava, porque a gente sempre assim, a gente sempre criticava o pessoal de Santa Rita, aí, no dia que aconteceu isso, a gente nunca imaginou que eles podiam fazer aquilo pra gente, no dia que aconteceu, a gente ficou até boba, como é que pode ter tanta gente ajudando a gente, dando roupa, comida...

28) **A empresa, logo após o desastre, ajudou vocês?** Depois que a gente chegou aqui, sim. A prefeitura disponibilizou os ônibus, aí trouxe mais gente, aí na quadra, tava os colchão, as cama, tudo, aí, no outro dia... Aí, nos levou pro hotel, depois disso é que disparou... aí, no dia seguinte, já chegaram pra levar a gente pro hotel, casa de família... tinha gente que ficou quinze dias, tem gente que ficou vinte dia, tem gente que ficou um mês.

29) **Como é que vocês estão tratando com esses problemas psicológicos? Vocês estão fazendo tratamento ?** Ah, eu não, mas muita gente de Bento faz tratamento, especialmente as pessoas mais idosa, que tinha a vida lá diferente... aí os filhos da gente também passa.

30) **As crianças não tiveram problema?** A mais velha, nossa senhora, no começo, a menina só chorava, só chorava, eu ficava preocupada demais, nem pra dormir, não dormia de jeito nenhum, ficava assustada toda hora, com medo...

31) **É a última pergunta: desde o episódio, a comunidade vem sendo ouvida, ela vem sendo representada, os pedidos de vocês estão sendo atendidos?** Olha, algumas coisa tá sendo... ah, nem, tudo, nem tudo, tem coisa que não.

32) **Quais são as maiores dificuldades que vocês vem enfrentando ?** A gente ter certeza quando que eles vão começar (inaudível) ter certeza que a gente poder, eles falar assim – “a partir desse momento, tá pronto pra fazer o novo Bento”, porque eles ficam enrolando, enrolando, como diz, que é votado pra escolher o lugar onde vai ser... até hoje não deram solução nenhuma, não falaram mais nada, quando vai começar, se vai ser lá mesmo... até hoje tá a instalação, a gente fica preocupada. E a instalação vai ficar aqui, mais ou menos, três anos.

33) **Vocês acreditam que vão poder ter uma vida como antes?** A gente tem esperança, porque a última que morre é isso. Vai demorar um “bocadinho”. Aí tem tanta gente que são assim – “nossa, será que vai acontecer isso mesmo?” A gente fica imaginando, eu fico imaginando assim – “será que eu vou tá viva até lá”, a gente imagina assim, - “será que a gente vai tá pra conhecer o novo Bento...”, “será que os pais da gente tudo vai pra lá?

34) **Vocês sentem que tem alguém representando vocês, que vocês vão poder ser ouvidos?** O pessoal aqui da comissão, acho que sim. Acho que eles falam o que a gente quer.(inaudível-

simultaneidade de vozes). Agora a gente tem medo que tirem essa casa. A gente precisa saber que vamos poder ficar aqui.

35) **Vocês têm medo que tirem vocês da casa?** É, porque tipo assim, ah, se o dono da casa – “ah, eu vou pegar a casa, saiam agora...”. Aqui dentro de Mariana também, a gente não consegue viver com o salário, não, aqui em Mariana, a gente não consegue.

36) **Ah, lá vocês viviam melhor?** Com certeza, lá tinha pomar... aqui tudo dentro de Mariana, aqui tudo é caro. Tinha alguma coisa assim – precisava de alguma coisa, ajudava, lá a gente contava com isso aí. Tu conseguia fazer uma compra lá em Bento de quinhentos reais e viver bem, aqui, não, porque lá tinha fruta. Tudo aqui a gente tem que comprar, tudo, tudo, tudo. Com cinquenta reais, você não compra nada de verdura, nada de carne, era uma comunidade que a gente conseguia viver...

37) **Vocês se ajudavam mais?** É. Aqui ficou dividido. Tudo aqui é caro, aí você tá com o cartão e não consegue comprar quase nada. Que nem eu, todo domingo, eu almoçava na casa da sogra, e agora?

38) **Cadê a tua sogra?** Mora lá no Centro, e eu tô aqui, e ela lá.

Arquivo 7 – 8 (Comerciante do Município de Mariana/MG):

1) **O que mudou na cidade após o desastre?** Mudou que a gente que é comerciante, e tinha um “ganha-pão”, agora não tem mais. Entendeu, a gente vive de migalha. E o que acontece, a violência aumentou, o desemprego aumentou, e a gente vai... não aparece nada, a gente tá aí esperando a Samarco e nada de Samarco, não tem emprego, não tem dinheiro, não tem solução pro problema, ninguém sabe até quando, eu mesma, tô pensando até em ir embora da cidade, porque eu não tô vendo outra solução.

2) **Têm muitos comerciantes pensando em ir embora?** Sim. Muita gente, muitas família tão passando necessidade. A prefeitura tá tendo que ajudar as pessoas.

3) **Devido ao desemprego?** Sim, pelo desemprego que aconteceu depois da barragem se romper, porque, querendo ou não, era de lá que o dinheiro vinha, assim, não tinha muito... podia até não vim só da Samarco, mas da Vale, entendeu, também, querendo ou não, tinha muita empreiteira, não era todos funcionário, não era tudo Samarco, mas tinha as empresa, tinha os funcionário. Porque as empreiteira teve que sair da área, a Samarco não tá produzindo, teve que mandar os funcionário embora e acabou. Aumentou o índice de violência, desses roubo, você não pode vacilar, em momento algum, tem que estar sempre ligada, por exemplo, essas pessoas que é já mais de idade, até pessoas novas mesmo, que, as vez, tem pensão, coisa pra receber e vai no banco, o pessoal fica seguindo pra roubar.

- 4) **E antes não tinha roubos?** Tinha mais roubo nas fazenda, quem morava nas fazenda. Agora aqui na região Mariana, teve gente que teve que mudar pra cidade porque a violência tava muito grande nas fazendas, onde eles tavam entrando nas casa durante à noite, acordando as pessoas, judiando das pessoas. Não, não existia isso, tão pegando as coisas que eles tinham, entendeu, e aí eles tão com medo e tão vindo tudo pra Mariana, esses que moravam nas redondezas aqui de Mariana, nas fazenda, não tão mais querendo ficar lá por causa da violência.
- 5) **E você sente que os moradores de Mariana estão sendo ouvidos ?** Não.
- 6) **Nem por parte da empresa e nem por parte do governo?** Não, por parte de ninguém.
- 7) **Você não vê perspectiva de melhoras?** Não vejo perspectiva aqui.
- 8) **Por isso que está pensando em ir embora daqui?** Sim.
- 9) **E os teus vizinhos aqui do comércio devem estar sentindo a mesma coisa?** Também, tão a mesma coisa, todos que você conversa tão com essa mesma opinião, porque o pessoal está falando que isso aqui só vai melhorar lá pra 2020, que vai funcionar com 40% só de funcionário, então a gente vai viver de quê?
- 10) **Tu conheces pessoas que ficaram desempregadas?** Conheço muitos, muitas pessoas que eram meus vizinhos e que ficaram desempregados. Estão todos em casa. Quem era de Bento a maioria todas já gastou tudo que recebeu e não tem mais nada. Outras saiu pra fora, foi trabalhar.
- 11) **Mudou a vida de todo mundo, tanto do pessoal de Bento quanto de Mariana?** É, vem de trinta em trinta dias, de três em três mês pra não ficar... muitos pais de família, pra não ficar sem um emprego, aqueles que conseguiu lá fora, alguma coisa, ou que tinha outras empresas lá fora, aí foram trabalhar lá. Mudou a vida da gente toda todinha. Eles, quando falam que estão em Ouro Preto, eles falam que nem vem aqui, porque aqui tem lama.
- 12) **Não vem mais turista?** Não vem porque eles acham que aqui tem lama, que é cheio de lama.
- 13) **E antes vinha turista para cá?** Vinha.

Arquivo 9 – 10 (Assistente Social da cidade de Mariana/MG):

(Início do arquivo) justamente os impactos sociais...

1. Bento foi totalmente destruído, agora, Paracatu, porque nós temos duas Paracatu, a De Baixo e a de Cima, logicamente, o de cima fica na parte mais alta, então ele não foi atingido, e o de Baixo, ele foi atingido indiretamente, claro, lá não tem mais como ter plantação, um dependia do outro, a questão de transporte, as estradas, então, atingidos, todos fomos, moradores do distrito e moradores da cidade também, bem como da região toda, na verdade, então assim, o que eu tenho observado, que, desde quando teve o rompimento, inicialmente, as pessoas, os moradores do

distrito, elas foram diretamente atingidas, perderam casa, perderam família, perderam tudo, elas perderam tudo, e, assim, teve a emoção de tudo isso.. E hoje, assim, a empresa que é responsável, ela cumpriu muito bem o seu papel, ela abriu essas pessoas nos hotéis, hoje as pessoas estão em casas alugadas. E, aqui na assistência, eu trabalho aqui no setor de habitação, eu tenho observado os impactos pela gente do município, sabe? Lá na Samarco tinham as empreiteiras, então, assim, não tinha só os trabalhadores que trabalhavam direto na Samarco, mas tinham também nas empresas terceirizadas da Samarco, então, a gente tinha pedreiro, tinha servente, tinha carpinteiro, tinha essas mãos de obras não-qualificadas, mas era um emprego que... a mineradora aqui em Mariana era a nossa maior fonte de renda, de emprego, então, desde que rompeu, está todo mundo desempregado, umas pessoas, o mercado conseguiu absorver, foram embora, estão no comércio, mas maioria estão à mercê do trabalho formal, então essas pessoas começaram a procurar mais a assistência, então, a assistência é toda... a gente aumentou muito o nosso número de usuários que a gente tem atendimento, em todo lugar, a cesta básica...

2. **Vocês tem, mais ou menos, um número de quantas pessoas vocês atendiam e quanto que passaram atender ?** Eu não vou ter número porque assim que... a nossa equipe da assistência, ela já estava defasada, então, o que a Samarco nos propôs, ela contratou, assim que a barragem rompeu, nós temos hoje, na assistência, tem na saúde também, eu posso falar da assistência onde eu estou – nós temos 10 (dez) assistentes sociais contratados pela empresa e 10 (dez) psicólogos, que estão nos nossos equipamentos, estão no CRAS, eles estão espalhados pelos CRAS que nós temos aqui do município, aí eles fazem essas visitas, eles tem todos os relatórios dos usuários atingidos e acaba que também estão nos ajudando nos nossos equipamentos, então assim, eles tem todos esses dados assim de...

3. **Os moradores de Mariana passaram a precisar mais da assistência social, após o desastre?** A cidade sempre teve problemas devido a mineração. O rompimento da barragem foi o ápice, sabe, porque a questão da mineração em si, ela já trazia diversos problemas pra Mariana, que, a gente só pode atinar com o rompimento da barragem, por exemplo, a gente teve aqui a expansão da Samarco, chama o Projeto P4P. A Samarco, ela estava expandindo, então isso, o que acontece, trouxe trabalhadores da região inteira, então veio muitos homens de fora e trabalharam aqui, com isso, o nosso comércio, ele inflaciona, as coisas ficam muito mais caras, o aluguel de uma casa em Mariana fica muito caro, porque as pessoas, ou elas trabalham com mineração, ou elas trabalham com isso, com o comércio e o aluguel, eu tenho uma casa lá que eu quero alugar, tipo isso, entendeu, então as pessoas vivem disso, aí, quando as pessoas vão embora, nós que dependemos muitas vezes de aluguel, do comércio, as coisas continuam caras, porque é cultural nosso cobrar um preço mais caro de aluguel, ter um comércio mais cara, então, assim, a gente já

sofria esses impactos pela mineração, é diferente de Ouro Preto, que é uma cidade muito próxima da gente, que vive do turismo, a gente não aprendeu a viver com outra coisa, a gente ainda não aprendeu, sabe, é uma das preocupações do nosso prefeito é justamente por isso, porque a empresa tinha um imposto pro município, a gente não está contando com isso mais, então, assim, a gente está sofrendo por tudo isso. Então eu sinto que os usuários da cidade aumentou, sim, o número justamente porque não tem mais o emprego, a gente vive da mineração, mesmo que seja indiretamente, eu trabalho na prefeitura, mas a prefeitura também depende dos impostos, muitas vezes.

4. **É um ciclo?** É o ciclo, então, assim, acredito que a gente vai sofrer muito ainda com esse impacto, sabe, daqui pra frente, acho que as coisas tem a piorar. Eu senti que as pessoas atingidas, Bento e Paracatu, inicialmente, elas sofreram muito preconceitos nossos, eu me coloco “nossos” por ser do município. Mas assim, por exemplo, elas foram pra escolas separadas, então, ficaram numa escola só. Mas, aí, nesse ponto, até foi interessante porque elas ficaram com os mesmos professores, hoje elas estão já...O Bento era um distrito muito pequenininho, então as pessoas eram muito unidas, então, por exemplo, final de semana, todo final de semana mesmo, eles ficam sentados, eles tem o costume de ficar sentado na porta de rua, e eles estão em Mariana com essa mesma mania, então, assim, os vizinhos começaram a se incomodar com isso. Teve alguns que eram mais humildes, que quando receberam o dinheiro da indenização, ficaram deslumbrados com a questão financeira, então é um dinheiro que eles não tinham antes e passaram a ter, uma casa mobiliada, uma televisão de plasma, muitos não tinham isso, então acabou que começou a fazer churrasco, som alto, eu tive pessoas que vieram aqui reclamar comigo que queria tirar o vizinho de lá porque tava incomodando. Os comerciantes, quando as pessoas do Bento entravam nas lojas, já atendiam mal, inicialmente, porque até então, não tinham dinheiro, mas depois que começou a receber indenização Samarco, teve uma loja em Mariana que ela vendeu 10 (dez) tablet, uma mulher que tem dez filhos, ela comprou, ela foi lá e comprou dez tablet. Então assim, a questão do comércio...

5. **Eles não souberam nem como gastar o dinheiro?** Não, não souberam, teve compra de carro e capotamento... acabou que teve a questão mesmo de drogas, sabe, surtos, não sei se você vai ter tempo de procurar a saúde, a questão do CAPS, nós tivemos surtos, tanto aqui da cidade, pelo desemprego quanto por parte dos moradores diretamente atingidos, teve suicídio, aí eu estou falando não só a questão dos “impactados” direto, eu estou questão da atual conjuntura mesmo, sabe, a gente teve caso de suicídio na cidade, depois desse desemprego.

6. **Sim, é que, geralmente, em momentos de crise, aumenta muito a questão do suicídio, vocês já perceberam isso?** Sim. Houve a questão do preconceito de um com o outro houve, sim,

no início. Na assistência mesmo, aqui no meu trabalho, eu fiquei mais de um mês fora, de vim aqui na minha sala atender os usuários do dia-a-dia pra atender diretamente os “impactados”, que a gente montou um esquema em outro lugar visitando os hotéis, as casas, teve problema de pessoas reclamarem que a gente tava atendendo – “que agora só existe o Bento”, e as pessoas do Bento receberam inúmeras doações, mas eram pra eles, então, as pessoas da cidade reclamaram muito que agora a gente só via o Bento, que a gente só tinha o Bento, mas...

7. **O pessoal de Mariana está se sentindo prejudicado com o benefício que os moradores das comunidades atingidas receberam?** Sim, é. Mas que fique bem claro, por exemplo, todas as indenizações e os aluguéis também dessas famílias é a empresa que está pagando, é a empresa responsável pelo desastre é que está pagando. É, claro, teve muita inserção no mercado de trabalho, as vagas que surgiram no SINE, o que pode aproveitar, nós temos um distrito que foi atingido também, Barra Longa, eu não sei se você esteve em Barra Longa, Barra Longa foi atingida e lá estão reformando as casas, usou-se a mão de obra local das pessoas atingidas, porque elas mesmas reformaram as casas delas, é claro com uma empresa terceirizada pagando pela mão de obra dela, mas é pra aproveitar a mão de obra mesmo, então assim, teve muita... isso teve mesmo, a questão de... as pessoas já estavam numa inércia na cidade, então o que pode aproveitar de mão de obra dessas pessoas foi aproveitado, sim, mas eu não vejo isso como preconceito, não vejo, mas olha só, é um susto pra cidade inteira, sabe, é um susto pro mundo inteiro.

8. **É como eu te disse, quando eu vim lá do Sul, eu tinha na minha cabeça que os atingidos eram as pessoas de Bento. Só que conversando com as pessoas, percebi que atingidos são todos, tanto o pessoal de Mariana quanto o de Bento.** Acabou que atingiu todos, mas cada um teve um grau, cada um sentiu de uma forma.

9. **E como é que o Estado está vendo essa situação toda, assim, o que é a perspectiva, em curto prazo e em longo prazo, tem algum projeto?** Olha, com toda sinceridade, eu vejo que o Estado, pra mim, ele se isentou muito dessa questão pelo desastre ter sido causado com uma empresa privada, então, eu vejo que, por exemplo, é lógico, a empresa tem que se responsabilizar, sim, pelo erro dela, mas eu não vejo... a ação do Estado é justamente cobrar da empresa esse serviço, por exemplo, esses profissionais que estão com a gente, que a empresa é que paga, e eles são lotados nos nossos centros de equipamentos. A questão de refazer o Bento, onde vai ser, o distrito agora, o Estado cobra que se faça e já está sendo providenciado isso, então, a responsabilidade ficou totalmente da empresa, o Estado, pra mim, ele se isenta disso.

10. **Os atingidos, eles estão ouvidos, o que tu percebes deles, eles querem ficar aqui na cidade ou eles querem ir para outro lugar?** Olha, muitos hoje já estão inseridos aqui, por exemplo, eu te falei no início, que teve uma escola que ficaram todas as crianças juntas, passava o

ônibus da empresa, pegava um por um em casa, levavam todos pra mesma escola, com os mesmos professores que eles tinham lá. Hoje, o que as mães fizeram, – a escola é aqui perto de casa, eu vou deixar aqui mesmo. Então, assim, pra mim, em muitos locais, ainda tem grupos unidos, mas muitos deles se desfizeram, também a consciência de classe, ela se desfez bastante, então, por exemplo, tem gente que quer ficar aqui em Mariana, eu acho que essa questão dessa vila que está sendo pensada, feita por eles, eu acho que muitos já não querem.

11. **Ah, depois quando chegar o dia para mudarem para nova Bento eles não vão querer se mudar?** Sim. Olha, eu não retiro o sentimento dessa perda memorial, de coisas que eles tiveram deles, sabe, eu detesto quando eu vejo piada falando “foi bom pra eles”, não, eu acho que não foi bom pra ninguém, nem que está hoje vislumbrando essa vida, essa ideia, esse dinheiro, essa coisa toda, não foi bom pra ninguém, também ninguém que tivesse acontecido o que aconteceu, ainda mais porque teve perda humana, tivemos perdas muito sérias, mas a questão de voltar – “já que aconteceu, eu vou ficar por aqui, eu já adaptei”. Eu tenho a diretora de uma escola, que era diretora de uma escola de Bento, que tá trabalhando aqui hoje, ela falou que quer criar os filhos dela aqui, agora, que ela tem muito mais recursos na cidade do que no campo, então, assim, pra mim, desmembrou – “ah, mas você não gostaria de voltar pra sua casa?”, se você conversar com uma idosa, ela falar que tem saudade e que gostaria de voltar, sim, mesmo que não vá ser igual como era antes, mas ela tem vontade de morar lá perto do mesmo vizinho. Mas, se você for conversar com a juventude, uma parte dela vai falar – “você vai querer voltar pra vila?”, “eu vou querer ter a minha casa lá, que é direito meu, mas, se eu puder ter outra aqui”. Por exemplo, uma coisa que nós temos muito problema com invasão, pessoas que fazem casa em área de ocupação irregular na cidade, há atingidos também fazendo casas em ocupação irregular na cidade. Então – “hoje eu moro de aluguel, a empresa tá pagando aluguel, mas amanhã, que eu voltar lá pra aquele campo que eles vão me colocar, eu vou ter um negocinho aqui na cidade, vou fazer uma casinha, nem que seja na invasão”. Então assim, está tendo esse problema ainda. Então, assim, eu acho que os nossos problemas estão só começando, acho que nós vamos ter muita coisa, muita coisa pra vivenciar com esse rompimento, como eu te disse, no início, pra mim esses impactos já existiam, com essas pelotizações, como nós todos somos sempre atingidos, mas o rompimento em si, ele foi o ápice, ele transbordou, justamente, mas a gente já vivenciava muita coisa aqui com isso, sabe, então acho que tem muita coisa pra acontecer ainda, sabe, com esse impacto.

12. **A violência aumentou?** Ainda não, Mas álcool, droga...

13. **Isso já houve um aumento?** Aumentou, eu estou falando dos próprios atingidos, sabe, as pessoas que vieram pra cá, já era um prognóstico, problema social nosso aqui do município, mas com os impactados chegando na cidade, aumentou o uso entre eles mesmos, que eu digo, pessoas

que vivam de forma pacata no campo, com uma vida simples, e hoje, na cidade, passaram a usar mais álcool e drogas, assim, pais de famílias que, por mais que estou com dinheiro na mão, mas eu não tenho emprego, não tem uma ocupação, uma coisa é você receber um dinheiro... o cara estava acostumado a mexer na terra dele, plantar. No ócio, ficam o dinheiro inteiro em casas sem nada para fazer, muitas acabam indo beber.

14. **O que mais te chamou atenção disso tudo, já que tu participaste de todos os momentos, logo no início da tragédia. O que mais te marcou?** O que mais me impactou foi justamente, eu estava na arena, que é onde nós fomos esperar as pessoas chegarem, e assim, primeiro que ninguém sabia de nada, ninguém sabia te dar informação, se as pessoas chegariam, se as pessoas chegariam vivas, porque as pessoas foram chegar na arena três, quatro horas manhã, e a gente lá, então assim, a gente não sabia se chegariam, porque não tinha como falar, por exemplo, quem ia em busca dessas pessoas não voltavam ou voltavam e falavam – “a ponte tá quebrada, a ponte tá quebrada”, tinha que esperar resgate. Foi um caos na cidade, teve que esperar resgate de Belo Horizonte, o helicóptero vir pra começar a tirar as primeiras pessoas, então assim, uma coisa que me emocionou muito foi a chegada dessas primeiras pessoas, eu ainda consigo ficar emocionada, sabe, de lembrar isso...sabe, pessoas muito simples chegando e nem elas sabiam te explicar o que estava acontecendo, e elas chegavam na arena, e assim, uma cena que me emocionou muito foi um bombeiro com uma criança no colo, aí ele deitou a mãe no colchão e colocou a criança, e a mãe começou a amamentar, é o que ela tinha, porque não tinha mais nada, sabe, uma mulher descalça, suja, então assim, e aí, um fotógrafo já quis fotografar, filmar, a gente tava com muita mídia, eu não dei conta de ver aquilo, sabe, eu lembro que eu briguei com o fotógrafo, eu disse – “respeita, cara, respeita a mulher, você não sabe nem o que está acontecendo e você vai filmar um negócio desses, isso não é coisa de se filmar, isso é coisa de vivenciar”. E isso me emocionou muito, sabe? Outra coisa que me emocionou muito também, no dia do rompimento, antes de romper eu atendi uma mulher aqui, ela me pediu uma caixa d’água e um padrão, que ela não tinha nem padrão e nem caixa d’água, eu fui embora, na verdade, antes de eu ir embora, a barragem já tinha rompido, que ela foi à tarde, aí nós combinamos – “se precisar, nós vamos nos encontrar na prefeitura”, porque nem a gente tinha dimensão do que seria necessário, sabe, até então, a água chegaria no campo de futebol. E aí, à noite, na madrugada, quando eu olhei pra trás, assim, eu tava dentro da arena, já pingando de sono, e olhei pra trás assim e vi a Livia – “Livia, cadê seus filhos?”, - “tá tudo aqui, Luciana”, essa, a mãe dos dez filhos, sabe, então, assim, isso me emocionou tanto, que eu digo – “pô, eu atendi a mulher do dia, eu nunca tinha visto essa mulher na minha vida, sabe?”, então, esse contato com os usuários, nesse dia, me emocionou muito, sabe, então, quando eu escuto alguém, por isso que eu te falo, que eu detesto as piadas,

detesto essas brincadeiras com os atingidos porque pra mim é muito sério, não tem dinheiro que pague.

15. **Você sentiu a dor do momento, porque você participou, não é?** Sim. E é na minha cidade, eu tenho 35 anos, eu nasci e sou criada aqui, então, ver as pessoas da minha cidade, não teve nenhum parente meu, mas pra mim é como tivesse, sabe, são parte do meu convívio. Muitas pessoas só tem na vida uma casa pra morar, e a gente tem que conversar, fazer o trabalho enquanto assistente social. Temos que fazer esse trabalho muitas vezes de retirar pessoas mesmo sabendo que não é o mais justo, mas é o mais certo, naquele momento, até mesmo pra preservar muitas famílias, então me emocionou muito esse contato com esses usuários atingidos porque são pessoas muito simples, muito simples mesmo, que não sabia nem o que estava acontecendo. Há pouco eu conversei com uma senhora que falou comigo que quando ela viu o helicóptero chegar lá em Paracatu, que ela começou a dar “tchau” pro helicóptero, ela deu “tchau” pro helicóptero, e, depois, ela viu a casa dela indo embora, e o helicóptero foi buscar ela, então, assim, não deu tempo de ela tirar nada, ela mora lá perto de casa, colega da minha mãe, sabe, então isso...

16. **E ela perdeu tudo também?** Perdeu tudo, ela tava na sacada, tinha acabado de chegar de Mariana, ela tinha vindo aqui, porque eles vem mesmo, aí passou aquele helicóptero, ela achou que eles tavam filmando, sabe, você pensa bem, ela nunca tinha andado de helicóptero, e ela teve que andar naquela gaiola...

17. **Muita gente foi socorrida pelo helicóptero?** Foi, tinha alguns lugares que não tinha como ter acesso.

18. **Morreram pessoas, os socorristas ou não, ou só pessoas que estavam trabalhando lá na empresa?** Não, morreu criança, nós perdemos duas crianças, idosos, morreram atingidos também, não só quem estava trabalhando, mas...morreu a Manuela, uma menininha, e, assim, até então, sabe, achar o corpo, achar tudo, sabe? Um menininho também morreu, morreu a avó dessa Manuela também, perdemos muita gente, que eu acho que é a pior...

19. **Você como moradora e como trabalha diretamente com as pessoas, como é que você acha que pode evitar que novas tragédias possam ocorrer, assim, não tecnicamente, mas assim, numa opinião geral?** Eu acho que a questão mesmo da prevenção, depois disso, eu já fiz tanto curso de prevenção, com a própria empresa falando sobre isso...

20. **Mas só depois do desastre foi feita palestra de prevenção?** Só depois, até então, a gente não sabia. Eu acho que, por exemplo, se tivesse um sistema de alarme lá no distrito, no dia, a própria empresa mesmo, como é uma empresa tão bem conceituada, então, talvez se tivesse um outro sistema. Até mesmo, eu sei que sistemas mesmo de minerar que não precisa de água, então,

depois disso, eu aprendi sobre isso, então podia, talvez, eu sei que são umas técnicas que são mais caras, mas, pelo menos vão preservar vidas, que gaste mais, mas a empresa, pra ela...

21. **Você atendia as pessoas em Bento antes também ou assistente social ?** Não, é porque eu sou do município inteiro da questão de reforma e aluguel social, tinha pessoas no Bento que eram do aluguel social e de reformas também.

22. **A empresa procurava a opinião antes da tragédia, da população de Bento para saber o que poderia melhorar?** As empresas sempre faziam campanhas lá no Bento, principalmente no Bento, por estar mais próximo, faziam campanhas nas escolas, acaba que trocas de favorecimentos, então, a questão do que a prefeitura recebe com tudo isso, aí beneficia as escolas, beneficia alguns programas sociais que existem, aí...

23. **Existia algum programa de prevenção a desastre com a comunidade dos distritos atingidos?** Não, por exemplo, essa questão desse alarme mesmo que poderia ter. Depois disso, fizeram simulados, depois do rompimento, mas não existe mais o Bento, não existe mais, não há necessidade mais de fazer simulado, mas antes, não.

Arquivo 11 – 12 (Deslocado Ambiental) :

1) **O participante responderá uma entrevista semi-estruturada realizada pela acadêmica, eu, contendo perguntas abertas, ou seja, responda como quiser. Você pode ver, são duas folhas iguais, uma fica comigo e a outra fica com vocês, se quiser acompanhar. Você poderá recusar-se a participar da pesquisa e poderá abandonar o procedimento em qualquer momento. Durante a entrevista, você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe cause constrangimento, a sua participação como voluntário não lhe trará privilégio, seja ele de caráter financeiro ou qualquer natureza, a sua participação não envolve qualquer risco, serão garantidos o sigilo e a privacidade de sua identidade, ou seja, eu uso só a estória de vocês, eu não uso a imagem de vocês e nem o nome, entendeu, pode ser? Pode.**

2) **As perguntas são as seguintes: eu estou fazendo um curso chamado mestrado em direito, para concluir esse curso, eu preciso fazer um trabalho com pessoas que foram atingidas pelo rompimento da barragem, você me ajudar respondendo as seguintes perguntas: Do que viviam, como é que era a vida de vocês antes do rompimento da barragem. Vocês viviam do campo?** Primeiro, quando nós tava morando lá, lá era uma maravilha, nós tava no céu e não sabia, eu não trocava o tempo que nós tava morando lá em Paracatu por Mariana, nunca na minha vida, nunca, lá era um lugar maravilhoso, povo todo, todo mundo trabalhava, vivia, na pobreza, eu não nasci, todo mundo trabalhava, todo mundo tinha a sua casinha boa, todo mundo tinha as suas coisa, as coisas que tinha era uma pra outra, a gente vivia

que era maravilha, nós vivia mesmo, cinquenta vezes do que aqui em Mariana, nada disso – “você quer uma casa aqui em Mariana em lugar de Paracatu?”, - “eu não quero”, porque lá, a vida era maravilhosa, com todo mundo, com toda dificuldade que lá tinha, a gente era feliz, graças a Deus! Não tenho como plantar mais nada. A gente plantou essas florzinhas aqui, mas não tem jeito, não, porque lá a gente tinha, aqui não tem como. Se você chegasse na porta lá de casa, quantas pessoas tirava retrato da porteira lá de casa, a casa tinha aquela lata (chora), já estava assim embaixo, assim, a varanda, no meio da varanda, desde lá, tudo tapado de lata de cima abaixo, assim, uma lataria pra dentro e pra fora, debaixo assim tinha um jardim só, de um lado e de outro da minha casa, eu deixava tudo enfeitado... o carro entrava na porta do meu filho... Nossa, pra gente aqui é difícil demais. A gente, no princípio, quando eu nasci, lá era um lugar que não tinha... só caminho de “Burro”, não tinha estrada, não tinha água, não tinha luz, mas, depois, Deus nos abençoou. Depois veio o asfalto e saímos do atoleiro. Sim, porque tem pó, tem barro. É, lá era terra mesmo, não tinha calçamento, era barro, quando chovia, lá era barro, a gente ao invés de calçar um sapato, calçava (inaudível) pra vim no ponto de ônibus... é porque era barro, quando chovia, era barro. Hoje, minha filha, ele calçou tudo, fez uma pracinha, fez uma praça, a estrada, na Rua do Cupim, tudo calçado, em frente a minha casa, fez uma praça, ficou lindo Paracatu, ficou lindo e veio essa maldita tragédia e acabou com tudo, vou te falar, mas lá é um lugar maravilhoso, foi maravilhoso pra gente viver, aqui, a gente tá vivendo, é verdade, porque ele é obrigado a dar o salário pra nos manter porque os meus filhos tão tudo desempregado, trabalhavam...

3) **Trabalhavam em que?** Lá, minha filha, todo mundo tinha o setor de serviço, o meu filho... era costume dos homens lá, a bater pasto, picar lenha, capinar a roça...

4) **Vocês tinham a terra de vocês ?** Tinha. A minha casa era um lote, era casa com... que tinha a casa, o José casou, ele fez a casa, eu mandei cercar um pedaço dentro da minha terra – “a senhora cercou um pedaço pra mim?”, eu puxei aquele arame, ali ele fez a casa dele, ao redor da chácara, ali era dele, ele plantava, ele tinha galinheiro, tinha a horta que era dele. A outra também, casou, mas não deu certo, ela se separou, voltou lá pra casa, depois, eu mandei tirar um pedaço dela, ela pagou e pagou um (inaudível), foi lá e fez uma casinha de quatro cômodo pra ela, ela lutou, minha filha, eu vou fazer uma despesa pra ela, ela lutou e conseguiu um emprego lá escola, ela puxou mais dois cômodo na casa dela, quer dizer, os quartos, ficou seis cômodo, fora uma pena assim, que ela puxou na porta da cozinha uma área, no dia da tragédia, o rapaz levou os cano, levou tudo pra poder instalar a água na área pra ela, puxou o quarto do menino, que era dois quarto só, ficou com três quarto, uma sala, uma cozinha e área. A barragem levou tudo. Levou tudo da minha filha também. A minha filha, e eu ajudei ela. Ela comprou geladeira, ela comprou tudo de casa, o que precisava... ela comprou pra casa dela, veio a lama e levou tudo, não sobrou nada pra

ela e nem pra nós. A minha casa, era uma casa de onze cômodo, com a garagem dos menino, não sobrou um palito de fósforo da casa pra nós.

5) **Vocês então viviam de trabalhar na roça?** Sim, na roça, lá era na roça, minha filha.

6) **Como era a relação entre os amigos, vizinhos, parentes?** Ih, minha filha, nossa senhora, minha filha, se eu não tô aqui doente... Era bom demais, é o que eu mais eu sinto falta aqui em Mariana é isso, porque a gente ficou sozinho. Ô menina, eu vou te contar, se eu não tô aqui, igual eu tô aqui, Deus me livre, tem 10 (dez) mês que nós estamos aqui, dez mês, eu entrei em depressão, eu tô tonta de tomar remédio, olha o que eu virei depois que eu tô aqui, hoje tá fazendo três dia que eu gripei, eu não tenho comigo, hoje que eu vim no médico, porque eu tava com muita febre, aí o médico mandou eu fazer uma injeção na veia pra corta a febre, a garganta inflamada, mas eu vou contar pra você, se eu tivesse lá em casa, a minha casa era cheia de gente... onde nós morava era vizinho pro todo lado, de um lado, do outro lado, na frente... eu enchia a minha casa de gente .Era bom demais.

7) **E aqui vocês estão se sentindo isolados?** Aqui é, porque a gente ficou sozinho. A gente não conhece vizinhança... quem não conhece nós, não conhece, sabe, na cidade, nem todas pessoas gostam de um ir na casa do outro. E aqui, eles também tem preconceito da gente, eu falo porque eu já escutei, mas não respondi, sabe, e a minha filha já escutou, a minha sobrinha já escutou eles metendo o “pau” que a barragem devia ter levado o povo todo de Paracatu porque a Samarco mandou eles tudo embora por causa do povo de Paracatu, e enchente do povo de Paracatu, eu falei – “eu não respondo, minha filha, nós viemos em missão de paz”, além do mais, viemos depender de favor dos outros que nós nem nunca pensamos na vida, nós saímos com a roupa do corpo, eu saí com uma sainha, uma blusinha sem manga, assim, descalça, porque não deu tempo de pegar nada... é, a gente saiu só com a roupa do corpo... filha, se não é o bombeiro, daí ia morrer umas quinhentas pessoas, porque eles não avisou, porque pra fazer a casa é um blá-blá-blá medonho, que até hoje não fez, e, na hora que foi destruir lá, ele não avisou ninguém que ia passar essa tempestade lá, quem avisou lá, foi o rapaz, que ele é cunhado do meu filho, o meu filho é casado com uma parente dele, que trabalhava lá de guarda, sabe, quando ele viu aquilo, ele rumou no carro, correu, chegou aqui em Mariana e ligou pra Belo Horizonte que mandasse uns bombeiro pra salvar o povo e, justamente, ele chegou lá com cinco minuto, o rapaz chegou lá e falou – “gente, sai, corre, corre, corre que vem ralando, que em Bento já matou quase todo e vem as água aí”.

8) **O distrito de vocês ficava abaixo de Bento ?** Abaixo de Bento. Nós era abaixo de Bento. De Paracatu foi descendo, foi vazando até o Espírito Santo, até no mar essa água foi, dez metros de altura de água, tu vê, se não é esse rapaz, depois disso, ele já teve umas duas vez aqui em casa, eu falo com ele, eu falei pra ele.

9) **Que você deve a vida a ele?** É, que primeiro, Deus, e, segundo, ele, o Capitão deles não acredita, não acredito que foi isso que salvou nós, eu vou lhe mandar um rapaz aqui, um sargento aqui com nome Lauro César pra lhe confirmar com ele, ele tirou retrato meu, tirou retrato da Nossa Senhora Aparecida, que eu tinha lá fora, que eu tava contando pra ele, lá, depois, lá em Paracatu, tinha na minha casa, ainda tava...

10) **Vocês tinham animais, cachorro...?** Tinha, o meu cachorro... é, um deles ficou, tá aí canil. Agora, as galinha, os bicho morreu tudo. As galinha, os meus bicho morreram tudo afogado, eu vou falar pra você, eu tenho a maior tristeza, (chora) da minha casa, eu não posso lembrar, se eu lembrar, eu tenho que chorar, me dá um nó na garganta, a minha casa, as minhas planta, o meu sossego que eu tinha na minha casa, hoje eu não tenho mais.

11) **Eu vi que a senhora veio dormir na área aqui fora, é por conta disso?** Da zoeirada lá. É por lá era sossegado, lá não tinha não tinha o movimento daqui. Lá sala, minha filha, tem hora que você fica tona porque a zoeira não para não, porque lá é o dia inteiro, igual tá ali, porque vem tanto carro daqui ou daqui, é os carro passando, aí faz muita zoeira. Eu só boto esse colchãozinho atrás e aqui eu fico deitada o dia inteiro.

12) **Até pra gente que ouve é difícil.** Eu acho que eu não habituo a vim morar aqui definitivamente, porque eu já acostumei na roça, sabe, eu tinha a minha rotina, eu mexia na chácara, fazia faxina numa fazenda lá... Saí de lá, minha filha, faz dez meses e não voltei lá até hoje. Não volto, se eu chego lá, eu passo mal. Pergunte a ela, lá no hotel onde eu estava, ela me trouxe umas quatro vez aqui no posto pra consultar...

13) **A doença não sai mais do corpo?** Não. Estou sempre no médico aqui. Ué porque foi um abalo triste, foi uma perca muito grande... além do mais, a gente, ninguém teve dó de nós, filha, quem teve dó de nós foi Deus, porque ninguém teve dó de nós, porque eu falo, falei, se a minha casa tivesse ficado, não fosse atingida, eu não saía, eu iria fazer uma sacola de tudo que eu tinha dentro de casa e mandar pros atingidos, mas não saía, não, porque graças a Deus, toda vida eu tive pra mim dar aos outros lá em Paracatu, pode perguntar, tem família que vem aqui me agradecer porque eu ajudei a criar a família deles.

14) **Trabalhando?** Trabalhando. Chegavam lá em casa, eu tirava de tudo, fazia uma sacola, de cesta de comer – “leva, leva, comadre”, - “toma, leva, fulano”, pra não deixar os outros passar fome, eu criei família dos outros, graças a Deus.

15) **Antes de construírem as barragens, alguém da empresa procurou vocês para saber a opinião sobre a construção da barragem?** Não. A gente não sabia dessa empresa e nem dessa barragem, a gente ficou sabendo no dia... eles dão pra gente agora só esse “salarinho” da gente, se eles não dão um salário pra nós comer, o que a gente vai comer, porque os meus filhos tão tudo aí

sem trabalhar, eu ainda tenho um filho doente, que eu que dou as coisas pra ele, sabe, agora, eu vou falar pra você, isso tudo serve de tristeza pra gente, mas, eu não, eu falo a verdade – “mãe, a senhora não falou”, “eu falo”, falo, porque se viesse o povo da Samarco, eles não me procuram muito, eles foram muito culpado, se nós estamos aqui no que estamos hoje, o culpado é eles, porque eles sabiam, passou falando na televisão, que o técnico foi lá em 2005 e avisou pra ele que a barragem tava com defeito, que eles tinham que correr atrás pra arrumar aquela barragem, se não ia dar prejuízo, ninguém deu atenção. Quando foi em 2012, ele voltou lá, chegou lá, a barragem já tava torta, deu uma curva, chamou ele falou com ele – “olha, vocês, essa barragem vai inundar (inaudível) e vocês (inaudível) um crime que vocês nunca pode pagar”. E dito e feito, em 2015, arrasou o mundo, matou, fez o que eles fizeram, se eles tivessem cuidado, não tinha dado prejuízo a ninguém. A gente sempre teve medo!

16) **Então não existia reuniões com a comunidade ?** Não, nada. Lá, se tivesse uma pessoa doente lá – “fulano de tal tá doente”, toda a comunidade vinha.

17) **Eram solidários?** Era só gritar que o povo ia, minha filha, enquanto não madrugasse, saísse com ele, levasse, viesse aqui pra Mariana para internar, lá vivia aquele entra e sai, uma união com o outro.

18) **Vocês suspeitavam que um dia essa barragem fosse se romper?** Jamais, nunca minha filha. Ninguém conhecia, não, filha, lá não tinha um homem de Paracatu que trabalhasse na Samarco. Tinha gente de Paracatu que trabalhava aqui, que até o meu filho, que ele trabalhou aqui muito anos, todos os dois, mas aqui é assim, (inaudível) perderam. Outra hora, ele gosta de mexer com carro, com o óleo do carro, sabe, é isso que eles faziam, mas nunca ninguém pensou, não conhecia, não sabia que havia essa Samarco aí. Nós ficou sabendo no dia.

19) **Vocês perderam algum parente?** Não, graças a Deus, lá em Paracatu não teve vítima. Lá não teve acidente, não morreu ninguém porque Deus abençoou, minha filha. Outro dia, o helicóptero voltou lá pra carregar o resto do povo que ficou mato, uns no cemitério, outros dormiram no mato, passaram a noite toda no mato. É, porque eles subiram. É, tinha que subir... nós saímos... nós passamos a noite na rua do... na rua do Porquinho, na estrada.

20) **Na estrada, vocês dormiram à noite, ao relento?** Quando nós chegamos aqui já era três horas da manhã, a hora que nós paremo aqui.

21) **O acidente ocorreu que horas?** Sete e pouquinho... é, uai... sem café, sem roupa, almoçemo, só, mais nada, chegamo aqui porque, quando nós tava lá no caminho do porquinho, o rapaz ligou pra Mariana que fosse, que passasse no Porquinho pra poder pegar metade do povo, quem saiu de lá primeiro foi ele... eu, com todo perrengue, eu, Ana Lúcia, Dolina e Maria do Carmo e Maria das Dores... veio... (inaudível) lá na fazenda de Zezinho e Salete, ali, ela viu que

tava dando aquela neblina, nossa, quando invade aquela neblina e tudo perto da casa... aí, passou um caminhão e chegou um carro, era o menino, ele era meu compadre, chegou e falou “ô, gente, entra, entra, que eu vou levar vocês pra Mariana porque até o caminhão, que o povo pegou um carro... lá em Paracatu pegava as pessoas e trazia pra cá, depois o ônibus pegava, quando nós chegou aqui era três e meia da madrugada.

22) **Existia algum treinamento para um possível desastre?** Não. Nós não sabia de empresa, não, ninguém avisou, depois que houve a tragédia lá, diz que foram lá com uma sirene, lá, o tempo que eles foram lá, que eles trouxessem antes, antes de acontecer, já aconteceu, que não fosse lá, não.

23) **Logo após o desastre, vocês foram morar a onde?** Nós ficamos no hotel, nós ficamos um mês e cinco dias no hotel.

24) **Vivendo de doação?** A mamãe fica triste porque ela sente que agora precisa viver de esmola, depende dos outros. Tivemos que aceitar as doações, a gente tinha que pegar porque a gente não tinha como comprar. É, porque ela se sente assim, como ela não dependia de ninguém, a gente não dependia, de uma hora pra outra, a gente ficar dependendo de tudo, de comida, roupa, calçado, de remédio, tudo, tudo dos outros, porque nós ficamos sem nada e ficamos dependendo mesmo e nós vivemos de doação. Até pouco tempo, nós tava de doação mesmo, agora é que acabou, né, que aí agora eles dão o salário, tudo direito, mas as roupas que a veste, tudo ainda é de doação, a gente ainda não comprou, que a gente pegou tudo de doação dos outros.

25) **Vocês já conseguiram organizar assim a moradia.** Sim.

26) Houve endividamento? Antes tudo vinha da horta e da chácara, a gente tinha, a gente comprava muito pouca coisa porque a gente plantava de tudo. No meu quintal, filha, nós colhia milho, colhia feijão, vendia (inaudível) de cana pros outros os lá... É, ela tinha um balaio de cana, que todo ano... tinha abóbora, tinha onze pés de laranja, tudo dando, nós tinha horta... a gente comprava muito pouca coisa. Eu cansei de vender caminhonete de verdura, eu dava pro sobrinho, que ele ia lá, eu pegava, dava a ele pra ele usar na semana – “você leva pra casa”, daqui ele diz – “quantos cachos de banana a gente pode...”, ele enchia o caminhão...

27) **Não faziam nem conta?** Não, porque a gente tinha tudo.

28) **E o aquilo que está recebendo hoje está dando pra viver com a qualidade, assim, de comer como vocês comiam antes?** Isso aí dá, eu tento manter igual a gente tinha lá, eu tento manter aqui, a gente come de tudo, fruta, verdura, porque eu não gosto de ficar sem verdura, a carne, tudo direito, principalmente ela, porque ela já tá com 78 anos, tem que manter, geralmente, verdura, fruta, assim, é essencial pra ela, eu não deixo faltar, não.

29) **Como é que a senhora se sente em relação a tudo isso, como está a questão psicológica?** Tem dias que eu durmo. Tem vez que eu passo a noite toda sem dormir. É porque tem noite que a gente deita e parece que tá vendo... porque essa tragédia não sai nunca mais da minha cabeça, não sai, tem hora que você tá vendo, tá escutando o povo gritar na cabeça da gente, aquilo não sai. **O trauma?** É, a gente ficou com trauma daquilo porque aquilo foi uma coisa que eu não pensava na minha vida, nunca da gente passar o que a gente passou, menina, foi trauma, mas foi trauma mesmo, porque só quem não passou...

30) **Vocês acreditam que algum dia vocês vão poder voltar à antiga propriedade?** Ah, não, a nossa propriedade não tem como, não, onde nós morava não tem como morar, não, porque a gente morava na parte mais baixa, a onde que foi mais atingido, lá não tem como construir mais.

31) **Vocês chegaram a voltar lá?** Eu fui, a minha mãe não quis ir e nem o meu irmão.

32) **Vocês foram com a defesa civil?** Não, foi por conta própria, a gente mesmo.

33) **Dá para chegar lá perto?** Dava, a gente passava por Forquilha, eu volto pra sair lá, porque, por dentro, não tinha como não, agora tem como, agora já tem acesso como ir lá em Paracatu, tem, agora já abriu a estrada, (inaudível) foram abrindo a estrada, aí tem como ir lá, por dentro, o antigo caminho, a mesma coisa.

34) **A senhora não quer mais voltar lá?** Não, ela e o meu irmão, que é doente também querem voltar. Eu vou, se fizer a minha casa, eu vou. Mas só que lá onde que nós morava não tem como construir mais.

35) **Existe algum programa de reassentamento para vocês?** Agora tem, que eles fizeram, tem até o lugar. Só que ficou fora de Paracatu, bem fora, no caminho de Forquilha. É, ficou fora da onde que a gente morava. Ficou mais perto daqui do que Paracatu.

36) **É um novo Ditrito?** Isso. É o lugar que escolheram melhor, livre de rio, livre de falar assim – “ah, vem outra barragem e vai atingir”, porque lá no Paracatu, só se eles cortassem um pouquinho de “volta redonda lá na frente, mas é muito mato. Lá não tem como cortar por causa das matas que tem lá. Não pode construir lá. E mesmo a onde nós morava lá, não tem como, porque lá ficou super cheio de lama, onde que nós morava, a parte mais baixa, aí não tem como construir.

37) **Você sente que após o desastre, vocês estão podendo participar das tomadas de decisões?** Isso, tá. Porque, no caso, eles tão dando salário, eles tão correndo atrás pra fazer as casas de novo, porque eles tem que construir, porque nós não pode ficar o resto da vida aqui em aluguel em casa dos outros, eles tão correndo atrás pra ver se constrói. Porque ele que destruiu, ele tem que construir, uai, mas nem todas pessoas, filha, que viu destruir, vai assistir construir. Não, porque tem muita gente doente, coisa assim...

38) **Ah, muita gente doente?** Isto, tem, em Paracatu. Tem muita gente, pode haver, porque a gente não sabe o dia de amanhã, mas daqui dois, três anos pra construir de novo, o que eles falam é dentro de dois ou três anos, muita gente não vai agüentar pra conseguir vê o novo Paracatu, eu creio que, não.

39) **Vocês acreditam que os pedidos de vocês estão sendo ouvidos pela empresa, pelo Governo?** Não, aí, no caso, é a gente que vai querer, uai, porque, no caso, eles fazem reunião...

40) **Então vocês sentem que são ouvidos?** É isso, que tem reunião e tudo... **A reunião é aberta?** É. Aí, no caso, dizem que o Estado vai fazer a mesma, que era o novo Paracatu, vai fazer igual era o antigo, vamos ver, eu acredito que não vai ser a mesma coisa, igual era, não sei. (início do áudio) . Não aguento ficar sem fazer nada. Eu sou acostumada a me mexer, eu ficava braba demais de não ter o que fazer – eu vou fazer o que – tinha que ficar só parada, não tem como, uai. Lá eu passava o dia inteiro funcionando, eu capinava, eu plantava, tinha lugar de eu mexer o dia inteiro, aqui, não, a gente fica mais é parado, não tem como mexer. Não tem trabalho nenhum aqui, não. É, aqui é difícil.

41) **E a senhora fica procurando lugar silencioso pra deitar?** É, uai, porque lá era silêncio, o lugar onde nós morava. Lá era um céu aberto, lá você não tinha medo de ladrão, graça a Deus, não acontecia nada com ninguém. Lá era bom demais de viver. Bom demais, criança brincava pra rua, depois que começou movimento de carro, mas mesmo assim, tinha quadra que os menino brincavam, jogavam bola, sabe, tinha pracinha, lá era bom demais.

42) **Vocês se encontravam onde?** Olha, lá a gente se encontrava na igreja, tinha a quadra lá, que, de domingo, reunia todo mundo pra contar causo, os menino iam jogar bola, dia de festa, todo mundo, tinha festa lá direto, era bom demais, lá na praça, tinha som, tudo, lá era bom demais, a gente não ficava sozinho, sempre, sempre tinha um na casa do outro, porque lá era vizinho, todo mundo conhecia todo mundo, quando a gente sentia falta de um, ia na casa do outro. Aqui ninguém se encontra não, aqui tá todo mundo aqui em Mariana, mas só que cada um tá num lugar, num bairro, em outro lugar, eu mesma, só fui em três casa, só, não voltei em casa de ninguém porque eu não sei a onde que tá. E lá em Paracatu, eu sabia onde tava todo mundo, eu ia na casa de todo mundo, aqui, não, aqui não tem como. Aqui eu só fui em três casa, que eu sei onde que tão, mas...

43) **E qual é a rotina, assim, durante o dia, porque você passava trabalhando. E agora?** Aqui eu levanto de manhã e eu caminho, porque eu não consegui ficar parada, aí eu vou caminhar todo dia de manhã, seis e meia, eu saio, não aguento ficar na cama. Tem gente que já gosta de ficar até sete, sete e meia, oito horas, eu já não aguento ficar. Essa que tá aqui, cinco horas, ela já levantou, ela não agüenta ficar na cama.

44) **Mas já era a rotina antes?** É porque lá ela levantava, ela molhava a horta que eu plantava, ela não pode mexer por causa da coluna, que ela tem problema de coluna, e eu plantava, ela levantava cedo e molhava a horta pra mim, ela catava de galinha, ela ia varrer terreiro, ela ia olhar uma flor, um trem e outro, ela tinha a rotina dela, e eu tinha a minha, aí, no caso, a gente nunca ficava parada, sempre tava mexendo, agora tem que ficar é parado, não tem como, é difícil demais. A gente andava na natureza. Era bom demais.

Arquivo 14 (Defesa Civil do Município de Mariana/MG)

1) **Aqui são quantos distritos que estão assim nessa mesma situação de Bento?** Olha, o que foi arrasado mesmo foi Bento e Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima e Paracatu de Baixo. As outras comunidades foram parcialmente atingidas, que foram Fonte do Dama, Pedra, Borba, Campina e Camargos, Camargos parecia uma cachoeira.

Arquivo 15 (Deslocado Ambiental/MG):

1. **Eu estou fazendo um curso chamado Mestrado em Direito, para concluir esse curso, eu preciso fazer um trabalho com pessoas que foram atingidas pelo rompimento da barragem. Se você puder responder ao meu questionário, eu te agradeço muito.** Sim. Posso sim.

2. **Como era a sua vida antes de a barragem se romper?** A minha vida era tranquila.

3. **Tranquila?** É, assim, (inaudível-ruídos e vozes ao fundo), terminou aí o tranquilo, né, lá, a minha rotina, eu ia trabalhar na associação, na parte da manhã, chegava em casa, ia arrumar almoço, colocar os menino pra escola. Na parte da tarde, eu ia e voltava pra trabalhar na associação, mas já era na parte da fábrica, assim, a minha vida era bem tranquila.

4. **Quantas pessoas moravam na sua casa?** Eu, os meus dois filhos, a minha mãe, que é idosa, que mora comigo, e o meu marido.

5. **O que vocês faziam para viver, qual o trabalho da família, você era a associação, não é?** Isso. E o meu marido trabalha em mineradora.

6. **Lá na Samarco mesmo ou em outra?** Não, na Vale.

7. **Na Vale?** É.

8. **O que vocês faziam depois do trabalho e finais de semana para se distrair?** Olha, assim a gente gostava muito assim, no fim de tarde, no sábado ou no domingo, a gente ficava sentado, lá onde eu morava tinha uma pracinha, na porta da minha casa, a gente gostava muito de sentar, ficar conversando, a gente tomava refrigerante, os meninos ficavam brincando lá perto, porque tinha muita criança. Às vezes, até a gente mesmo brincava com eles de peteca, de bola. Aí outras pessoas que gostam de tomar uma cervejinha iam pra praça, tinha a praça... **Todo mundo se encontrava na praça?** Sim , a praça era o centro de encontro das pessoas. Era na Praça da

Igreja São Bento de Barra da Santa. **É uma igreja branca com azul que aparece nas fotografias?** Isso. As pessoas ficavam lá, assim, para conversar mesmo. Tinha gente que gostava de jogar baralho, outras mesmo era só pra ficar conversando mesmo, coisa de interior.

9. **Vocês criavam animais, gatos, cachorros?** Tinha lá na minha casa, a chácara era grande, tinha muita galinha, pato, todo tipo de bicho, ela tinha cachorro, gato, eu tinha cachorro, todo mundo lá tinha um monte de bichos.

10. **Vocês tinham algum problema de saúde antes?** Não, bem tranquilo.

11. **Quando você morava lá, já existia a barragem?** Olha, eu moro em Bento há trinta e três anos, trinta e três, não, morei lá trinta e dois anos, que eu fiz trinta e três, quando eu nasci só existia a Barragem de Germano, a primeira que foi construída, só depois que a Samarco chegou aqui, aí a Santarém, a Barragem de Fundão, foi construída depois.

12. **Então você já morava lá?** É, construída depois.

13. **Nessa época que foi construída ou depois, alguém da empresa procurava a comunidade para saber a opinião sobre a empresa?** A Barragem de Fundão fizeram, assim, muitas pessoas nem sabiam da existência dessa barragem. Agora, a Barragem de Santarém, quando foi construída, porque ficou a empresa lá que almoçava, dormia lá na comunidade, quando foi pra construir a barragem, eles só foram lá e falaram que iam construir a barragem, que tinham feitos os estudos, que o Meio-Ambiente tinha liberado, que tava tudo certo e que ia começar em tal data. Só isso. Aí assim foi feito, aí ficou, acho, que, se não me engano, acho que foi quatro anos pra construir a Barragem de Santarém.

14. **Aconteceram problemas na época da construção da barragem?** Olha, assim, coisa, assim, de rua, tinha muita poeira, porque, na época, as ruas não eram pavimentadas, não. Assim, muitas casas assim, por causa de carro pesado, teve trinca, essas coisas, aí, esses problemas teve.

15. **A empresa ofereceu, na época da construção das barragens, uma ajuda para que vocês tivessem uma vida melhor, para melhorar o sub-distrito, alguma coisa assim?** Não, assim, o que teve foram algumas pessoas que era distrito que trabalhou, na época, na empreiteira que construiu a barragem, só isso.

16. **Você sentia que vocês eram ouvidos, pela empresa ou pelo Governo?** Não, era assim, eles só chegavam e comunicavam que iam fazer. Funcionava assim, eles compraram o terreno, aí fizeram as obras onde queriam, agora, não sei se foi da forma certa, hoje a gente vê que não é da forma correta, e construiu, e a gente ficou lá, a gente não tinha pra onde ir.

17. **E haviam audiências públicas para ouvir a comunidade?** Olha, tinha muitas reuniões com a comunidade e a Samarco, e todas as reuniões, a gente argumentava sobre a segurança das barragens, se tinha perigo, aí eles falavam que não, que era seguro, que a gente não precisava ter

medo, que se fosse acontecer alguma coisa, eles iam ficar sabendo, porque era monitorado o tempo todo, assim, eles passavam uma segurança muito grande pra comunidade, aí as pessoas acreditavam eu estava seguro, mas eu, particularmente, sempre tive medo, sempre, porque eu falo, eu falava pras meninas, pras pessoas, se coisa que homem nunca pôs a mão destrói, imagina uma coisa que o homem vai lá e constrói, a pode garantir que é cem por cento seguro, não pode, aí, eles passavam essa segurança, até foi em 2013, que houve um boato que a Barragem do Fundão tava com trincas e tava com o risco de romper, aí, nessa época, tava um mês de chuva, essas chuvinhas fininhas, aí a gente chamou eles pra uma reunião e perguntou se era verdade que a gente tava correndo risco, porque podia estourar à noite e matar todo mundo, aí falaram que era boato de peão, que, se eles soubessem que eram os peões que tavam falando isso, dava justa causa, e que tavam seguro, que era cem por cento seguro, que, se tivesse algum problema, eles seriam os primeiros a avisar a comunidade. Aí, assim, as pessoas ficaram tranquilas. Aí, quando foi em 2014, teve outra reunião, aí eles falaram que realmente teve esse problema, só que não avisaram pra não alarmar a população. Então eu falei que, se acontecesse com aquela chuvinha, a culpa ia cair na chuva, porque tava aquela chuva constante, tanto é que assim, que Deus mostrou pra eles que nada é seguro, quando estourou tava um sol, tinha mais de mês que não caía uma gota de água lá no Bento, assim, um sol, um sol mesmo. É, é muito quente, e assim, foi Deus que estourou naquela hora, porque, se fosse... eu falo, se fosse umas seis horas da tarde...

18. **Que horas que ela rompeu?** Olha, lá em Bento, cinco pras quatro que chegou, quatro horas já não existia nada.

19. **Teve cinco minutos pra vocês correrem?** Foi questão assim, foi Deus mesmo, eu não sei se você chegou a ver lá onde que eles tão construindo um dique, perto de uma pedra grande? **Sim, sim.** A hora que a gente ficou sabendo que a barragem estouro, a lama tava chegando naquele pedrão ali. **Onde tem a Igreja Universal?** Isso.

20. **Elas não foram atingidas nem com água e nem com nada, porque elas estão bem destruídas por dentro?** Foram as pessoas que roubaram. Roubou telhado, porta, tudo que eles puderam, eles roubaram, assim, das casas que restaram. Aí, no dia, assim, era um barulho muito forte, muito forte mesmo e vinha tipo de uma cortina de poeira e aquele barulho que parecia que tava acabando o mundo, aí umas pessoas que chegaram no alto e viram que já vinha aquela lama toda, aí saiu correndo, gritando, avisando o pessoal, uma outra moça, a Paula, avisou a parte de baixo, sabe, aí foi um gritando, sabe, um gritando o outro, correndo, num desespero terrível, a onde passava gritava pras pessoas correrem, aí foi Deus, que a lama bateu nesse Pedrão e não conseguiu ultrapassar ela, aí ela foi pro lado que tinha... você percebeu (inaudível)?

21. **Vi, sim.** Aí, ela foi pro lado, assim, aí entrou no Bento direto e desceu, aí, quando ela desceu lá embaixo, a onde que era uma casinha de captação (inaudível), tem um lugar que a gente fala que é funil, que é rio, que ele é uma pedra do lado e outro, e é bem fundo, aí, quando deu pra ir escoando, foi escoando, aí, depois, foi voltando a lama pra trás, aí a lama fez tipo assim, cercou o Bento, e a gente ficou no meio correndo, aí a lama vinha dos dois lados e de trás, e a gente correndo no meio.

22. **E as crianças estavam com você?** Tavam na escola, correu todo mundo pro alto.

23. **Você perdeu algum familiar ou parente com o rompimento da barragem?** Lá no Bento, a gente conhecia todo mundo, assim, a (inaudível), o Tiago, a Emanuelle, era todo mundo assim, muito conhecido.

24. **Eles não conseguiram escapar, será que eles não viram?** É porque, igual a Emanuelle, tava junto com o pai, caíram na lama, ele não conseguiu segurar os dois filhos, aí a Emanuelle foi. O Tiago tava dormindo com a avó, a parede caiu assim, aí o Tiago foi embora, e a vó morreu no colchão. O Totozinho não quis sair de dentro casa porque ele falou que não ia a lama lá, morreu dentro de casa.

25. **Você suspeitava que um dia a barragem fosse romper?** Sempre tive esse medo, sempre.

26. **Eu ouvi falar que a empresa queria comprar as casas todas de Bento, é verdade?** Não. A Samarco comprou sítios em volta de Bento, porque tinha muito terreno, agora, a comunidade em si, nunca teve isso, nunca, nunca chegaram assim pra ninguém e falou assim – “eu vou oferecer tanto na sua casa pra você sair daqui porque tá correndo risco a barragem”, ou – “vou comprar aqui porque a gente tem outros planos pra aqui”. Nunca, sempre quando era falado, assim, de tirar a gente de Bento por causa das barragens, se a gente tava correndo perigo, eles falavam que a gente não precisava ter medo, que lá era seguro. Sabe essas pessoas muito estudadas, que sabem conversar, que sabe assim... E você não acredita que a pessoa vai dizer...? Olha bem pra você ver, uma pessoa que está lá trabalhando, conhece a fundo, chega pra você e fala assim – “não precisa ter medo porque é cem por cento seguro”, mas ele tava morando lá com a família. Tanto é que, no dia que barragem estourou, pra eles, tinha morrido todo mundo, todo mundo.

27. **A empresa fez algum treinamento com vocês para o caso do algum desastre da barragem?** Nada, quem treinou nós foi Deus. Nada, nada, nada.

28. **Vocês foram pelo instinto?** Pelo instinto, tanto é que agora a Defesa Civil vai fazer um treinamento, aí eles fizeram a demarcação lá no Bento pra onde correr, caso a barragem estourasse, pra fazer a simulação.

29. Depois que estourou? Depois que já estourou. A onde que eles falaram que é o ponto seguro pra gente correr, foi pra onde que a gente correu. Eles falaram a onde que é a caixa d'água, aí tem uma trilha no meio do mato que dá no Batizal, que é a parte mais alta, foi pra lá que a gente correu, todo mundo, parece que foi Deus que guiou todo mundo pra lá, foi o que eu falei, sem treinamento, se a ajuda de ninguém, só de Deus, que a gente conseguiu, tinha idoso, gente, operada, nossa, muita criança, grávida, bebezinho de colo, recém nascido.

30. E os animais? Ah, bichos, assim, latia a noite inteira, vaca mugia, sabe, foi uma coisa muito triste. E a gente correu, teve gente que não agüentava carregar, foi com carrinho de pé de porco correndo pela rua a fora, porque igual a minha mãe, que é idosa, tem 86 anos, ela se machucou toda, porque a pessoa idosa, a pele é muito fraquinha, sensível, a gente pegar de qualquer jeito, ela ficou toda machucada, inchou toda, quebrou costela. Foi uma coisa assim, que todo mundo corria pro mesmo lugar, que era uma coisa, assim, hoje, a gente para pra conversar, no dia, assim, conversava com a pessoa, gritava o nome da pessoa pra correr e, depois, a gente nem lembrava que a gente viu ou que conversou com essa pessoa, parece que deu uma amnésia na cabeça da gente, que a gente não lembrava o que a gente tava vivendo, assim, parece que a gente ficou em choque, sabe.

31. Com certeza. A onde vocês foram morar após o desastre? Eu tô morando aqui, agora, no Centro, mas logo depois da tragédia, eu fiquei um mês e sete dias numa pousada.

32. Quem ajudou vocês no primeiro momento? Tudo assim que a gente ganhou foi doação, o Brasil inteiro, foi assim doação demais que chegou, coisas assim, que eu nunca imaginei ver na minha vida. Coisas demais, assim, a gente tem que agradecer muito a Deus e essas pessoas de coração bom, porque a gente não tinha nenhum centavo, nem pra comprar um remédio, que a gente saiu de lá igual a um indigente, só com a roupa do corpo, só com a roupa do corpo.

33. Algum bichinho de estimação de vocês sobreviveu? Meu assim, o meu marido achou uma cachorrinha depois de vinte dias...O meu marido tinha três, aí achou uma.

34. Vocês já conseguiram organizar a sua moradia, móveis, utensílios, roupas, brinquedo para as crianças? Olha, os móveis que a gente tem, eu não sei se foi a Samarco que comprou ou se foi doação de empresas grandes, porque foi padrão pra todo mundo, o que eu tenho, o resto dos moradores tudo tem, alguns comprou alguma coisa, mas é tudo igual. Agora, roupa, calçado, essas coisas tudo foi doação. Foi tudo doação.

35. Houve diminuição da renda familiar depois da tragédia? Olha, a gente tá ganhando uma assistência da Samarco, um cartão no valor de um salário mínimo, vinte por cento pra dependente e o valor de uma cesta básica.

36. Houve endividamento? Não, porque assim, igual, a gente tinha assim, lá no Bento, muitas pessoas tavam construindo, reformando as casas, eu tinha acabado de trocar os móveis da minha cozinha, tive que acabar de pagar, eu acabei de pagar foi em maio desse ano, que eu acabei de pagar. Aí, assim, coisas...

37. A associação de vocês tinha tudo né? Tinha tudo.

38. E quanto a trabalho, como está a situação? Diferente, porque lá a gente tinha o plantio, hoje, aqui, a gente só vem pra fazer (inaudível) e não há coisa assim que a gente trabalhe todo dia, assim, que a gente se encontre todo dia, é muito duro, a vida da gente mudou do avesso.

39. Como você se sente em relação a tudo isso, em relação à saúde física, psíquica, alimentação, se surgiu algum problema de saúde com morador? Olha, muitos moradores estão indo em psicólogo, muitas pessoas que não tinha problema de saúde lá, hoje tem aqui, a minha mãe, acho que deu um bloqueio na cabeça dela, porque ela acha que ela não saiu de Bento, pra ela, ela tá em Bento ainda, sabe? Afetou a vida de todo mundo, foi assim, é raro o dia que a gente não dorme e acorda sonhando correndo de barragem, assim, é raro o dia que a gente não tem um pesadelo correndo d'água. É uma coisa assim que ficou gravada na cabeça, na mente, assim, da gente, que não saiu, foi uma cena muito triste.

40. Você acredita que um dia vai poder voltar à sua antiga propriedade? É o meu sonho. Agora, acreditar, eu não acredito, não, eu só vou crer no dia que eu tiver lá dentro, porque assim, a gente acreditava tanto e aconteceu o que aconteceu.

41. Existe algum programa de reassentamento com participação dos atingidos? Olha, a gente briga, a gente luta pra gente poder participar de tudo, tanto é que o processo aqui de Mariana é um só, de todo mundo junto, pra poder andar, aí foi pra esfera Federal, aí a gente não podia saber como tava, o que tava acontecendo, como tava andando, a gente lutou, brigou e conseguiu que voltasse pra Mariana. Hoje a gente...

42. Como conseguiram? Com a ajuda do Promotor, o Dr. Guilherme, a gente vai poder acompanhar mais de perto pra que possa andar mais rápido.

43. Eu ouvi falar que tem uns lotes que eles vão comprar e que eles pretendem fazer uma nova cidade, você está sabendo disso? Isso aí já saiu do papel? Foi o terreno que a gente escolheu, chama Lavoura, é sentido onde que era o Bento, a gente ficou sabendo por esses dias que já foi pago a metade do valor do terreno, aí a outra metade vai ser paga quando a escritura estiver na mão da Samarco e pra fazer a nova vila, a previsão é de 2019.

44. E o reassentamento vai incluir tudo, escola, igreja, tudo? É. Eles já mostraram algum projeto? Não, não, só falaram.

45. Você sente que a empresa e o Governo estão comprometidos? Olha, assim, o que a Justiça impõe pra eles fazerem, eles tão fazendo, agora, eu não sei se fosse a gente como pessoa física e que pedisse eles iam fazer, porque depois que a lei determina eles são obrigados a fazer.

46. E o Governo, alguém procurou, prefeitura, alguma coisa, ou só a empresa? É, eu acho que só a empresa mesmo.

47. Desde o episódio, a comunidade está sendo ouvida? Tem uma comissão que representa a comunidade, tanto de Bento quanto de Paracatu.

48. Então você acredita que os pedidos da comunidade estão sendo atendidos? Igual eu te falei, na base, assim da Justiça, a gente pede, e o Promotor vai lá e mais a Juíza...

Arquivo 16 – 17 (Promotor de Justiça do Município de Mariana/MG):

1. Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem como objetivo demonstrar os problemas gerados pela ocorrência do rompimento da Barragem de Fundão, localizada no Subdistrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana. O estudo visa, de modo, a contribuir para uma reflexão sobre as consequências dos desastres ambientais, caracterizando as suas vítimas enquanto sujeitos de direitos. O participante responderá a uma entrevista semi-estruturada, realizada pela acadêmica pesquisadora, fazendo perguntas abertas, você poderá recusar-se a participar da pesquisa e poderá abandonar o procedimento, a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, e, durante a entrevista você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe cause algum constrangimento, a sua participação como voluntário não lhe trará nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza, a sua participação não envolve ilícito e serão garantidos o sigilo e a privacidade de sua identidade e das informações que você fornecer, sendo-lhe reservado o direito de omissão de dados. Na sua opinião, quais as principais falhas que causaram o rompimento da Barragem de Fundão? Na sua percepção, o Estado fiscalizava as barragens? Falhou a prevenção? Bom, eu sou Promotor de Direitos Humanos, então eu não lido diretamente com a apuração das causas do evento, eu ligo apenas com a defesa dos direitos dos atingidos, então essa é a minha atuação aqui submetida a esses limites. É claro que o rompimento da barragem influencia no meu trabalho nos processos com a empresa, somente o processo principal, que pede indenização pros atingidos e reconstrução das comunidades. E pra gente, não importa muito as causas, porque a gente entendeu, dentro do processo, adotar a tese de responsabilidade integral objetiva, então, pra gente é uma responsabilidade integral, então, assim, ocorreu o rompimento por alguma causa, que eu não tenho dados técnicos pra poder te dizer qual

foi exatamente, mas não há dúvida que não foi acidente, e a responsabilidade é da empresa. Quanto a ter havido ou não fiscalização, o que eu sei é que havia poucos fiscais...

2. O inquérito está tramitando? Em que fase está? Ah, sobre a apuração dos crimes. Já, já foi, foi concluído o inquérito e me parece que está com o Ministério Público Federal hoje, se ele vai ter a parte criminal, então foram instaurados tantos inquéritos pela Polícia Civil quanto pela Polícia Federal. Tem o inquérito da Polícia Civil, que apura principalmente os homicídios e também os crimes ambientais. E da Polícia Federal que apura mais os crimes ambientais, eles ficaram mais submetidos a isso. E salvo engano, esses inquéritos já foram remetidos ao Ministério Público Federal, então eles devem tomar alguma providência em breve a respeito das apurações que foram feitas.

3. Os direitos humanos dos atingidos foram violados. Quais as medidas que estão sendo adotadas para restabelecer os mesmos concretamente? Qual o real comprometimento do Estado e das empresas envolvidas? (início do áudio) no Bairro Ponte Nova sobre a questão da construção do dique, sabe?

4. E eles estão achando que vai atingir a propriedade? É, a propriedade dos atingidos, no caso, a construção do dique, que, vai, na verdade, alagar Bento Rodrigues, então essa é a nossa grande dúvida, se realmente vai alagar ou não, mas aí é questão que envolve tanto o direito do patrimônio dos indivíduos quanto o meio-ambiente, porque é uma situação complexa, como é que você vai definir quem vai ter atribuição pra resolver isso.

5. Como se deu a participação do município e do estado após o desastre? Eu vou responder a pergunta – o que tem sido feito, eu vou falar, primeiro, o que não tem sido feito – o Governo Federal não fez quase nada, o Governo Estadual, a única Instituição que eu acho que ajudou mesmo, principalmente o Corpo de Bombeiros Militar, mas a Polícia também ajudou, e a Polícia Civil apurou o fato, o fato criminoso, embora, não seja, de atribuição da Polícia Civil, mas foi apurado esse fato. Do Governo Estadual, eu vou destacar o trabalho só dos Bombeiros e da Polícia Militar. Do Governo Federal, nada, vieram aqui, passearam durante uns dez dias aí, ajudaram um pouquinho aqui, outro ali, mas você não vê ninguém aqui do Governo Federal, não tem nenhuma força-tarefa aqui, acho que seria essencial o Governo Federal tratar isso com prioridade e abandonaram essas pessoas à própria sorte. O Município, eu acho que Defesa Civil fez um papel razoavelmente bom, assim, no sentido de ir lá, resgatar as pessoas junto a Polícia Militar, junto com o Corpo de Bombeiros Militar, em geral, fizeram um trabalho bastante razoável. E, por isso, tiveram uma participação interessante nesse processo. Já o município em si, assim, dentro das limitações, fez alguma coisa, também não podia se omitir porque as pessoas estão ali, elas precisam ser amparadas, você precisa receber, tem que saber quem é atingido, quem

não é, então, essas pessoas (inaudível), essa coisa toda, médicos, etc., trabalharam e tentaram fazer alguma coisa. O problema veio depois, essa ação emergencial, ela foi desordenada, mas ela aconteceu de uma forma razoável, contando principalmente com o papel da Prefeitura do Município. Depois de uns quinze dias, aí começou, prestou um papel, depois virão papelão, um papelão o que a prefeitura fez, eles simplesmente não fizeram nada pelos atingidos, deixaram tudo na mão da empresa, e a empresa foi passando igual a um trator em cima das vítimas, aí que veio o nosso papel do Ministério Público, quando a município começou a, na verdade, se aliar à empresa, a todo momento querendo proteger, falando bem da empresa e falando – “não, eles vão resolver tudo, vai se resolver do jeito deles, sem a participação dos atingidos”, eles dizendo assim – “nós vamos construir a nova Bento, mas vão ser cinco modelos de casa”, quem disse que eles querem cinco modelos de casa, quem disse que você pode decidir onde vai ser a nova Bento. Então nós começamos a atuar pra garantir a participação deles, aí nós ajuizamos talvez a ação civil pública mais importante em termos de direito hoje que já fora ajuizada, pelo menos em Minas Gerais, que abarca mais de trinta pessoas.

6. E essa ação civil pública, ela busca indenizar os atingidos e reconstruir as comunidades? Sim. Essa é a principal finalidade, mas ela também busca as ações emergenciais. **E até lá, e até as pessoas terem casa, elas vão ficar morando em hotel, em abrigo?** Foi isso que nós queremos corrigir de imediato e foi aí que nós tivemos a grande sacada de exigir da empresa, já nesse primeiro processo, que ela fornecesse remuneração mensal para os atingidos, que ela tirasse as pessoas do abrigo, que tirasse do hotel e colocasse em casas alugadas pra garantir mais dignidade, que ela fornecesse atendimento psicossocial, que ela fornecesse alimentos para os animais dos atingidos, que ela prestasse todo tipo de auxílio àqueles que foram atingidos pela empresa, que não tivesse que esperar o quanto antes pra receber a indenização, porque, se esperasse, a maioria ia morrer de fome, porque as pessoas perderam tudo, perderam a sua fonte de renda, a sua casa, os seus bens, a sua vida comunitária, acabou. Então, o que nós fizemos foi, com a casa alugada e com o cartão de remuneração mensal e agora o pagamento da conta de luz, que você está vendo aí, garantiu uma dignidade pra essas pessoas, que elas possam não parar a sua vida nesse momento, porque até que elas fossem indenizadas, isso ia demorar três, quatro anos, até que se reconstrua as comunidades é de três a quatro anos. E esse processo de reconstrução, a nossa principal atuação é lidar com os processos e garantir a participação dos atingidos, com isso nós conseguimos colocar 290 (duzentos e noventa) pessoas em casas alugadas, mais de 300 (trezentos) cartões com pagamento de auxílio mensal, indenização por perda de veículos, antecipação de indenização de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), antecipação de indenização por R\$ 10.000 (dez mil

reais) e toda assistência que a gente faz de organização dos atingidos, o principal papel é esse, organizar que eles mesmos fiscalizam-se pra evitar, por exemplo, aproveitar externo. Então não tem ninguém aqui que está se aproveitando, pelo contrário, tem algumas pessoas que a empresa não reconhece como atingidos e amanhã nós teremos uma audiência pra tratar dessas hipóteses. Eu vou te passar depois um relatório, se você tiver oportunidade de ler, é melhor...

7. Como está sendo o processo de construção, elaboração e aferição de ações que venham garantir uma melhor qualidade de vida para os atingidos e a comunidade atingida está participando de decisões? Na verdade, a empresa sempre tenta limitar a participação deles, já chega com tudo pronto, como um trator – “nós estamos com uma barreira, com um dique de contenção”, a sanha da empresa de se sobrepor ao interesse e ao direito das pessoas.

8. Porque são pessoas muito simples, não é? São pessoas muito simples, elas não sabem que elas podem ter voz ativa, então elas vêem a empresa, é difícil pra gente ter esclarecido, imaginar que uma pessoa pode ver uma empresa como autoridade, mas pra aquelas pessoas, a Samarco é uma autoridade, se o engenheiro da Samarco falar – “olha, a sua casa vale tanto”, eles acreditariam que valia aquilo. E ainda que eles não acreditassem, e eles falassem (inaudível – você receber isso), eles não iam questionar, - “ah, eu vou receber isso mesmo da Samarco”. Por mais que ainda ele acreditasse que essa casa dele valesse mais, ele iria aceitar porque estava como se ele estivesse submetendo a uma autoridade. Então, a visão que eles tem da Samarco é como se ela fosse superior a eles e não que ela é uma empresa privada, que tem finalidade lucrativa e que as pessoas que estão ali, no final das contas, no fundo, até, tanto ele quanto o presidente da Samarco, eles não tem essa visão.

9. Eu precisei ficar muito tempo conversando com eles para conseguir a entrevista, pois a preocupação deles em assinar, as perguntas parecidas com às que eu estou fazendo para o senhor, e o medo que a Samarco visse a assinatura deles, era muito grande. É medo, eles tem receio, por exemplo, eles perderem o amparo e prejudicá-los porque ter falado da Samarco. Então isso que nós estamos vendo aqui é o que está acontecendo, a situação é muito complexa, mas que nós garantimos que eles participem, por exemplo, a empresa já queria vim com um terreno pronto, aí os atingidos – “não, o terreno vai ser esse e nós vamos reconstruir dessa forma”, nós barramos isso, nós falamos – “olha, vocês tem que, pelo menos, identificar três terrenos que eles possam escolher. E mais, você pode identificar os terrenos com a ajuda deles porque eles conhecem a região”, então eles que indicaram que o terreno, o que foi, ao final, escolhido.

10. E é perto aqui? São doze quilômetros de distância, eles não queria muito perto porque senão iriam virar um bairro de Mariana e perderia toda a característica de vila que tinha em Bento Rodrigues.

11. (Início do áudio) a empresa, ela está mantendo, nesse primeiro momento, (inaudível) cartão, que esse paga, paga-se o valor pros atingidos, só que esse valor é insuficiente pra mantê-los de forma digna, até mesmo porque eles tiveram um aumento muito grande de conta de energia, eu entrei com uma ação pública pra empresa pagar a conta de luz, aí eles ficaram enrolando várias vezes, essa é uma demanda antiga, que se ficou seis meses aí nessa briga, até que eu entrei com uma ação e hoje a fez um acordo, onde os atingidos participaram, se você olhar bem aqui, os representantes da comunidade, de cada comunidade, Bento Rodrigues, Paracatu e...

12. **Lá no Sul, a gente nem tem a informação de Paracatu, quando eu cheguei aqui, começaram a falar Paracatu, porque chegou lá no Sul – Bento, Bento – Bento, sabe, aí eu entrevistei dois idosos de Paracatu.**

13. Não, Paracatu, não. Paracatu foi tão afetado quanto Bento, restaram poucas casas lá.

14. **Ontem o senhor esteve lá?** Ontem nós estivemos lá. Muita destruição, muita destruição mesmo.

15. **Tem gente morando lá?** Tem, tem, tem muito sitiante, somente na região de Paracatu de Cima, onde a maioria eram sitiantes, Paracatu de Baixo era uma vila pequena com a igreja, com a escola, com tudo e várias casas ali naquele meio. Já Paracatu de Cima é mais sítios, um bem distante do outro, não é uma conjunção, então são situações bem diferentes. E essas pessoas de Paracatu de Cima, elas preferiram ficar lá.

16. **E tem água, abastecimento de água, porque, pelas informações que tinha, é que tinha contaminado a água?** É. O abastecimento de água aqui não é o problema, porque não se capta água do Rio Gualaxo. No caso de Bento se captava, porém, não tem mais morador, então, não tem problema. Já a água de Mariana não é captada lá, então, o nosso problema não foi o abastecimento de água, isso aí foi um problema mais ao longo do rio mesmo, pra baixo que, realmente, causou mais esse problema, foram outras demandas aqui. Indiretamente, porque tem os atingidos diretos e indiretos.

17. **Eu conversei com bastante gente da cidade, eu percebi que está tendo tipo uma rivalidade, assim, as pessoas de Mariana, por conta do desemprego, revoltadas porque os atingidos, para elas, estão sendo beneficiados. O senhor percebeu isso também?** Claro, existe até um movimento aqui que é contrário aos atingidos, enfim, algumas pessoas, eu diria que, até, apesar, de parecer que é grande, acho que não é a maioria da população, não, sabe, mas existe um preconceito contra os moradores que foram atingidos, isso causou um efeito perverso, de você, inicialmente, a população estava muito compadecida com os atingidos. **No início?** No início, a partir do momento que os atingidos passaram a ganhar certos direitos, em virtude das nossas ações aqui, evidentemente, eles passaram a ser vítimas de discriminação, por quê? Na cabeça de algumas

peessoas, eles estão sendo beneficiados com a tragédia, isso é o que passa na cabeça de pessoas preconceituosas, mas, na verdade, nada do que a empresa tá fazendo, absolutamente nada, nada mais, nada menos do que é direito deles. Entendeu? Então isso é uma interpretação equivocada desenvolvida por pessoas, muitas vezes, de má fé, de mau caráter, então, a gente fica até preocupado com isso, inclusive eu instaurei um inquérito pra analisar...

18. Sim, eu vi reflexo inclusive, porque eu ouvi crianças reclamando de bullying na escola por conta disso. Eu imagino que seja aquele fluxo assim, o pai chega e reclama porque está desemprego, aí chega e reclama em casa que a culpa é de Bento, mas não é a culpa da empresa?

19. E qual é a proposta deles, é montar toda a estrutura de uma cidade, ou só a casa, praça? Não, vai reerguer toda vila com a Igreja, com Praça, com escola, com posto de saúde, tudo que tinha lá e mais um pouco, como compensação.

20. Isso eles já concordaram? Está no processo, eles, de certa forma, concordaram na medida em que eles compraram o terreno que foi escolhido pela população. Como é que foi, três terrenos foram escolhidos, a população foi convocada, os atingidos, a votarem e escolherem, eles votaram e escolheram, você pode encontrar notícia sobre isso na Internet, você vai – população de Bento vota e escolhe terreno - então isso aí vocês vão conseguir.

21. E a questão de tamanho de casa, por exemplo, eu tinha uma casa, e o meu vizinho tinha uma casa bem menor, e eu tinha uma casa bem maior, vão ser casas padrões assim de tamanho? Olha, alguma padronização será necessária, mas aquela ideia de cinco casas padrões nós somos totalmente contrários, ela tem que refletir, primeiro, o terreno que a pessoa tem, tem que refletir o que ela tinha antes, então, nós vamos tentar fazer que seja similar ao que ele tinha antes, então, se ele tinha cem metros quadrados, que a casa dele tenha cem metros quadrados, disso ou mais; se a casa tinha cinquenta metros quadrados, que a tenha cinquenta metros quadrados ou mais, ela não pode ter menos. Agora, alguma padronização será necessária, por exemplo, a telha era tal, quer dizer, na questão de telha nós vamos ter que botar um padrão porque não dá pra ficar escolhendo muito, agora, nós vamos tentar refletir o status quo deles.

22. Eu vejo as pessoas mais idosas que eu conversei, elas falam muito da terra pra plantar, que elas tiravam os alimentos, que pra elas, elas não vinham pra cidade pra comprar verdura, fruta, então, o tamanho, então, em si também da área vai representar, se eu tinha cinco alqueires, hectares, será uma casa em cinco hectares? Isso, esse é o pedido do processo, se isso vai acontecer no final ou não, a gente tá sempre entrando em acordos com empresa e a gente espera entrar num acordo sobre a reconstrução, então agora eles já adquiriram o terreno e isso está seguindo uma lógica aceitável.

23. Doutor Guilherme, eu ouvir falar, não sei se é verdade, que as crianças que estão na escola construiriam uma escola para o pessoal de Bento, que separaria das crianças de Mariana. Isso procede? Isso não procede. Até o momento eu não recebi nenhuma informação oficial disso, sabe, isso me parece mais boato de cidade, até mesmo porque a prefeitura está quebrada, ela não construir escola pra criança de Bento, a prefeitura está muito quebrada.

24. Como cidadão, o que mais lhe marcou nessa tragédia? São tantas coisas...Não exatamente magoar, eu tenho empatia com os atingidos, eu sei me colocar no lugar deles. E o que eu mais percebo é que é quando eu vou... eu faço muitas palestras por causa desse desastre, fora de Mariana, inclusive eu tive em Barbacena, que é uma cidade do interior de Minas, é uma cidade muito conhecida, eu conversando com as pessoas, o que elas pensam, que os moradores de Bento Rodrigues, Paracatu e as localidades que foram atingidas em Mariana eram moradores de zona rural, pobres ou lavradores, que não tinham muita coisa, quando isso não reflete muito bem a realidade, na verdade, são pessoas muito diferentes que moravam lá, você tem engenheiros, advogados, você empresários, você tem comerciantes, você pedreiro, você lavrador, você tem todo tipo de gente.

25. São quantas pessoas efetivamente, porque cada vez eu leio uma notícia que aumenta. Quantas pessoas que foram atingidas diretamente? É, vamos dizer que atingidos diretamente é aquela perdeu a sua casa, são 1200 (mil e duzentas pessoas), uma estimativa de 1200 pessoas, uma pessoa que perdeu uma casa, uma propriedade imóvel, sendo que uma parte dessas pessoas que perderam a residência, elas não necessariamente estão morando numa casa da Samarco, porque, às vezes, elas tem uma outra residência onde elas moram, era uma residência de final de semana, era uma residência onde a pessoa tinha duplo domicílio, então, o número de pessoas que estão morando em casas alugadas não reflete necessariamente o número de pessoas que perderam a sua residência no local da tragédia.

26. Diretamente seriam 1200 pessoas? Sim. Agora você tem contingente muito grande de pessoas que, eu não gosto muito de dizer direta ou indiretamente, sabe, porque veja bem a situação desse cidadão que eu vou te dizer, ele não perdeu a casa dele, ele não morava em Bento e nem Paracatu, ele morava em Camargos, ele trabalhava e morava numa casinha pequena nessa propriedade rural, essa propriedade rural foi toda destruída, menos a casa dele, o dono dessa propriedade rural evidentemente não tinha mais como pagar ele, não tinha mais como (inaudível) a remuneração dele e veio morar com a família em Mariana, e esse rapaz que era o trabalhador rural da propriedade, que ficou sem renda, mas ficou com casa, com tudo, ele não é atingido?

27. É atingido. Dá pra colocar diretamente ou indiretamente, por isso que não dá, qual foi o direito afetado dele, o direito à renda, o direito à convivência comunitária, ele ficou isolado, então,

eu gosto de falar atingido, nós podemos te dizer o grau de atingido ou direitos lesados, a pessoa que perdeu tudo, ela teve tudo lesado, ela tem o direito a moradia, à educação, à saúde, teve tudo lesado, ao lazer, tudo isso, todos direitos sociais que você tinha, você perdeu da noite pro dia. Já, agora, teve algumas pessoas que, por exemplo, é um terreno, ela não passou numa parte do terreno, mas consegue manter a sua atividade na outra parte do terreno, então ele foi afetado, ele perdeu uma parte da sua propriedade, que foi parcialmente afetada.

28. Sim, mas perdeu vizinho, perdeu amigo, perdeu a igreja, perdeu áreas comunais todas, não é? Exatamente. Então é muito difícil, porque a empresa quer medir com a régua dela, o que ela acha que é bom pro atingido, não é esse o nosso princípio, o princípio do Ministério Público é tentar definir com eles o que é melhor pra eles.

29. Então vai abrindo um leque de problemas assim que coisas que só estando aqui, eu acho que talvez essa é a tua maior experiência nisso também, porque são todos atingidos? É, foi suprimido, eles não perderam a vida. Tiveram 19 (dezenove), esse, sim, perderam a vida, as famílias estão arrasadas, mas, os outros, eles só não perderam a vida.

30. É, pelo que eu vi, foi questão de horário também, se fosse... ou um dia muito chuvoso também, que não desse pra ouvir o barulho, poderia estar todo mundo morto, se fosse questão da noite, pelo que eu vi ali, não teria como, todo mundo dormir, ia o que, salvar meia dúzia. Exatamente.

31. Na sua ótica, o que deve ser feito para que novas tragédias sejam evitadas, claro, é pessoal? Olha, deixa eu ver...É difícil, viu, porque é uma questão muito complexa.

Arquivo 19 (Assistente Social do Município de Mariana/MG):

1. O que mudou dentro de Mariana depois do desastre? O que vocês perceberam assim, já houve uma mudança? Eu sou de Ouro Preto, uma cidade bem perto daqui, mas eu estudei aqui em Mariana, eu me formei aqui, eu sou da região mesmo e eu conheço a região. Logo que aconteceu o desastre, eu vim no primeiro dia que a barragem desceu, e eu fui atender as famílias na arena ainda, estavam pedindo assistentes sociais, quem pudesse vim e tudo mais. Então, assim, no primeiro momento, parecia que ninguém estava acreditando no que tinha acontecido de fato, a proporção de tudo aquilo, assim, eu lembro assim, eu fiquei muito chocada com aquilo tudo, mas, ao mesmo tempo, eu não tinha noção da proporção que aquilo tinha tomado. Só que rapidamente, a empresa, ela conseguiu tirar as pessoas ali daquela situação, era muito assustador porque era um calor muito grande dentro daquela arena e muita gente e cada vez chegando mais e chegando muita doação, e muita gente confusa assim com o que fazer, mas assim, a população, todo mundo ajudou muito, teve um primeiro acesso muito bom, muitos médicos, muitas assistentes sociais,

muito psicólogos, tudo assim, foi muito assim, foi uma comoção muito grande e foi muito legal, então, assim a empresa já conseguiu colocar as pessoas num hotel, muito rápido, só que depois disso. Começaram várias confusões, burburinhos, assim, primeiro era a comoção, depois começou meio que um preconceito, aí o que aconteceu, o desemprego foi aumentando com a crise, a cidade já não recebia mais a renda da empresa, tudo foi aumentando, então, as pessoas assim, da cidade, meio que começaram a culpabilizar os atingidos porque eles estavam achando que os atingidos estavam sendo privilegiados, porque a cidade tentou amenizar um pouco esse sofrimento, aí, assim, algumas coisas, algumas vagas do SINE eram pra essas pessoas, aí a população começou a ficar revoltada com aquilo, então, assim, nós começamos com esse trabalho do atendimento psicossocial desde 05 de janeiro, só que eu vim, mais ou menos, em fevereiro, mas a equipe já estava formada em janeiro, e aí, veio num primeiro momento pra fazer um cadastro, um acompanhamento psicossocial mesmo dessas famílias e aí a gente foi identificando as demandas, que eram muitas questões assim, o distrito em si, os dois distritos, eles são bem.. O pessoal que vivia nos distritos atingidos, muitos já eram vulneráveis. Eles já eram um pouco abandonados pelo poder público no geral. Mas aí, o que aconteceu, o desastre, ele aumentou assim ainda mais aquela vulnerabilidade daquelas pessoas, porque, antes, pelo menos, vamos supor, você era uma família simples, mas você tinha ali no seu canto uma couve pra comer, tipo assim, as pessoas ainda se viravam muito bem com aquilo que eles tinham, mas esse choque de eles ter vindo pra cidade foi muito grande, então isso já gerou outras questões sociais, começou violência, começou uso de álcool, uso de droga, coisa que eles não tinham tanto acesso assim, aqui na cidade já tiveram mais, então assim, até hoje é um baque muito grande de tudo que tá acontecendo pra eles, é uma mudança muito grande. A gente tá com um caso, assim, de uma família que tá meio que doente, lá em Paracatu, porque ainda vivem algumas pessoas lá, pra eles ainda é muito difícil aceitar vim pra cá, porque assim, o salário que a empresa paga, essas indenizações que a empresa paga, pra quem vive no distrito, é muito diferente, porque assim, antes eles não tinham que comprar uma verdura, agora, eles tendo que comprar uma verdura já é um gasto muito grande, antes, um salário pra quem mora no distrito é muito, não é que é muito, mas assim, é suficiente pra eles viverem tranquilos, aqui na cidade não é, então isso vai gerando, muitos, muitos, muitos problemas aqui na cidade.

2. **Ouve casos de bullying na escola?** O Bullying é muito por causa dessa questão, por exemplo, vamos supor, uma criança vê que o pai dele ficou desempregado depois que a barragem caiu, aí o filho, aquele outro filho que morava lá em Bento, o pai dele conseguiu um emprego porque ele foi atingido e a isso causa uma revolta. O desastre representa o sofrimento de uma cidade num todo, entendeu, porque foi um baque tão grande que todo mundo está sendo atingido,

de um jeito ou de outro, a cidade inteira está sendo atingida, por exemplo, um caso que a gente vê aqui muito no CRAS – garimpo, garimpo é ilegal – mas muitas famílias que viviam ao longo desse rio tiravam um pouco do sustento deles do garimpo, e essas famílias já eram famílias muito vulneráveis, atendidas pelo CRAS, mas muitos já tinham dado um tempo de pegar cesta, por exemplo, e estão voltando agora, porque não tem como eles garimparem, porque era o pouco do sustento que eles tinham. Fazendas que foram atingidas, que eram o que essas pessoas desses distritos, ao entorno tinham pra trabalhar, não tem mais trabalho pra eles, entendeu? Então, o bullying acontece. Por exemplo, igual a uma escola que a gente tava uma vez, uma criança parece que falou assim, um discutindo com o outro e tal, aí o outro virou e falou assim – “ah, pelo menos eu não vim da lama”, entendeu, aí ficam jogando umas piadinhas, uns pros outros, entendeu? Mas assim, a gente tem conversado muito, tem grupos nas escolas. O CRAS tem tentado desenvolver grupos, essas coisas assim, pra evitar isso. A diretora fala que tá tranquilo assim, sabe, que tá, na medida do possível, dando pra se levar, porque o que aconteceu, eles colocaram uma escola, por exemplo, de Paracatu, ela funciona numa escola aqui em Mariana só à tarde, então só a escola que já era em Paracatu, ela funciona à tarde, nessa escola, que é num bairro aqui, que chama Buzário, então assim, eles não tem muito contato com as outras crianças de outra escola, então, por exemplo, tem um programa que é o dia o inteiro, integral, aí é com essas crianças que eles tem contato, que não são de Paracatu também. Aí que houve algumas coisinhas ou outras assim, mas, na medida possível, está sendo levado.

3. **Você percebeu a violência doméstica, o aumento também ou ainda não?** Violência doméstica, você fala assim nas famílias? **Em casa, dentro de família, devido à álcool ou à droga ou ainda está controlado?** Então já tinha alguns casos de pessoas que já faziam uso mesmo, que já eram casos assim, de falta de atendimento contínuo mesmo, sabe? Eu acho que, das famílias que a gente atende, porque foram divididos em CRAS, em regiões, por exemplo, a gente atende as famílias do distrito, e as nossas famílias que a gente atende, não é um grupo muito assim de adolescente, é mais idosos e famílias assim, sabe, não é muito adolescente, jovem, nos nossos, não aconteceu muito caso, não aumentou a violência doméstica, não. Eu acho que no bairro, as meninas que atendem nos bairros, das pessoas que vieram morar aqui nos bairros, porque a gente atende quem foi e continuou morando e, distritos da região, e eles dos bairros, acho que, dos bairros, eles tem mais a dizer sobre isso, a questão de violência doméstica, porque os que continuam no distrito, eles continuam, mais ou menos, com a mesma vidinha, os que mudaram pro Centro, pra região de Mariana é que mudou um pouco.

4. **Inclusive eu fiquei sabendo que o hábito que eles tinham no distrito de colocar cadeiras na rua, gerou problema aqui na cidade. É verdade?** Sim. Na cidade tudo é muito

diferente. Eu lembro que assim, logo quando a gente começou, a gente atendia o pessoal do Cabanas também, aí, tinha um senhor, que ele é muito diferente, porque antes, no distrito, eles ficavam sentados na rua, conversando com vizinho, ia ali no mercadinho, conversava com um e conversava com outro, aí ele falou pra gente um dia – “gente, eu tô aqui perdido entre quatro paredes e uma televisão, porque eu não conheço ninguém”, e ele tava começando com uma depressão, sabe, porque a vida dele depois do desastre era ficar trancafiado dentro daquelas quatro paredes e vendo televisão, então isso é uma mudança muito grande pra eles e eles não conseguem se adaptam, eles não tinham esse costume de ficar vendo televisão e ficar dentro de uma casa quadrada, eles tinham a onde ficar na horta deles, cuidando daquilo ali, o dia inteiro, então isso é um baque muito grande, agora, aqueles outros que tão no distrito, muitos até, a gente tem idoso, até que ligou agora, que a gente teve que pedir pra família vim busca, de São Paulo, porque ele já morava sozinho, mas ele construiu, ele trabalhou a vida inteira em São Paulo, cidade grande, e ele construiu aquele lugarzinho pra ele lá em Bento, que ele conta, assim, pra viver o resto da vida dele ali, cuidando dos animais e tal, só que aí ele foi distrito – “eu tenho que continuar no distrito”, ele tava amando, amando, já tinha feito amizade com o pessoal do distrito, todo mundo gostava dele, só que ele começou a ficar muito doente, e ele sozinho, tinha uns parentes assim que ajudavam e tudo mais, só que ele sozinho, não teve como, ele teve que voltar pra cidade mesmo, mas isso foi um baque muito grande pra ele, entendeu? Aí ele já tinha falado com a gente, porque vai fazer o reassentamento, eles vão construir um novo local pra eles, ele já tinha falado que ele não queria ir pro reassentamento, ele falou – “eu quero continuar aqui nesse distrito”, porque no distrito, ele já começou a fazer amizade.

5. **O distrito é perto de Bento?** São vários distritos que tem perto de Bento e de Paracatu, o entorno, mas são distritos que, mesmo se acontecer de novo, não serão atingidos, entendeu, são distritos de outras localizações. Mas aí eles já se adaptam muito mais fácil, coisa que ele falou que, se botar ele reassentamento, ele não quer, ele quer continuar lá, ele prefere a indenização ele, e ele vai comprar a casinha dele lá naquele distrito. Os que estão no distrito, a gente está muito fácil de lidar com eles.

6. Você percebe que os deslocado estão sendo ouvidos, pela empresa, pelo governo? Olha, eu acho assim, sim, o Ministério Público aqui de Mariana, ele tem escutado as comissões, inclusive agora voltou o processo aqui pra Minas, pra Mariana.. O que eu sei é que os atingidos, eles formaram comissões, aí tem a comissão de Paracatu e tem a comissão de Bento, só que nem todas as pessoas participam, então assim, eles são escutados a partir dessas comissões, só que assim, tem uns que falam assim – “ah, eu não tô sabendo de nada, ah, ninguém me falou nada”, então assim falar que está sendo ouvido um por um, não está, não tem como fazer isso, mas assim,

na medida do possível, os que procuram, assim, que falam, eu acredito que eles estão sendo atendidos, sim, eu não posso falar assim que...Afirmar? Eu não posso afirmar muita coisa assim dentro...Dentro do que eu vejo assim atualmente, eu não posso falar que a empresa tem sido assim, ela não tem feito a parte dela, eu não posso falar isso porque, realmente, assim, ela tem feito acho que até mais do que eu imaginava, sabe, sinceramente, claro, faltam muitas coisas, algumas coisas, a gente tem que ver, por ser empresa privada, ela vai ver o lado dela e tudo mais, mas eu não posso falar que não está fazendo.

7. **O desemprego então é visível?** O desemprego realmente é visível, é muito grande, os atendimentos nossos, os cadastros nossos de pessoas que estão entrando nessa linha da vulnerabilidade aumentou, isso a gente não pode negar.

8. **E a tendência é aumentar?** Acho que sim, cada vez mais, cada vez mais. E assim, é uma preocupação muito grande porque eu acho que, quando eles forem reassentados, e eles perderem esse benefício que a empresa dá pra eles vai ser um baque muito grande, como é que eles vão voltar a viver só do que eles produzem praticamente. E será que vai ter emprego pra eles também, se já não está tendo emprego pra cidade inteira, imagina pra eles, então, que eles já estão há tempão meio que parados também. É, eu acho assim, que as coisas vão só piorar, infelizmente. Pensa só, a lama destruí muitas lembranças também. A lama pegou e destruiu o álbum de casamento de uma mulher que eu atendi, ela só chorava. Ela fala assim – “nossa, a lama levou até as minhas lembranças do meu marido”, sabe, aí tem família que fala assim – “nossa, todas as minhas lembranças viraram pó”, aí, nossa, é muito, muito triste. Outro senhor chorava por causa da sanfona. Esse da sanfona é o que tá em São Paulo, que a filha dele acabou de ligar, que eu quero até saber se ele tá bem lá, porque ele quer voltar de tudo quanto é jeito. **A sanfona ele tinha ganhado de quem?** Era do pai dele, uma sanfona que ele guardava, era do pai dele, já tinha mais de cem anos. Ele fala assim – “nada vai pagar isso, nada vai pagar, não adianta a empresa me dar o dinheiro que valeria, mas nada vai pagar isso”. E muitos falam isso mesmo – “que nada vai pagar essas coisinhas”, sabe, mas eles estão se adaptando bem, sabe, estão se adaptando, são pessoas assim muitos casos assim. Nossa, tem família que nem sabia, pois eles colocaram eles no distrito e não chegava conta de luz pra eles, eles achavam que a empresa tava... aí um dia cortaram a luz, eles não sabia que tinha que pagar, tadinhos. Mas é um baque muito grande mesmo. Mas como eu tava te falando, é que pra uma família que antes vivia, por exemplo, da venda da verdura, ganhar mil reais, pra eles, eles tão ricos, mas pra um fazendeiro que produzia leite, produzia, pra ele ganhar mil reais, pra ele não é nada, aí começam as confusões. Nem todos ganhavam iguais. Nem moravam no mesmo tipo de casa. Então, a empresa está fazendo agora uma pesquisa e tá falando que vai indenizar de acordo com cada um, sabe?

Arquivo 21 – 22 – 23 (Deslocados Ambientais) :

1. **Como é que era a sua vida antes de a barragem se romper?** A minha vida lá era boa, sabe? Eu gostava muito de pescada, toda vida gostei de andar no mato, toda minha vida foi mais no mato, o que eu vivi lá foi maravilhoso.
2. **Você viveu a inteira em Bento?** Quarenta anos, eu fui pra lá com seis anos de idade, tô com 47 anos hoje, a minha vida foi lá.
3. **Quantas pessoas moravam lá na tua casa?** Lá, hoje, tem a barragem de Santarém, lá que nós morava, antigamente eles tinham uma companhia chamada Castro, hoje tem muitos terreno ali que (inaudível) comprou, portanto, a Samarco pretende comprar uma parte onde vai fazer a casa, (inaudível) perto casa, essa companhia que tinha, existia... então a companhia pegou e fez barraco pra todo mundo morar, casa, essa outra barragem que tem pra baixo de Santarém, então o povo morava era lá, então muitas pessoa morava era lá, aí foi acabando a companhia e todo mundo veio junto morando no Bento, fazendo aqueles barraco de pau a pique, vou crescendo Bento, lá em Bento todo mundo tinha... daí começaram a trabalhar nessas empresa e já começou a construir.
4. **Tinham casas grandes lá, não é?** Eu morei a vida inteira, se for contar mesmo, pode dizer que é quarenta e seis anos que foi... qual a distância de Bento, quatro quilômetros que era a barragem, a vida inteira...
5. **Quantas pessoas moravam na sua casa?** Lá era sete pessoas.
6. **Vocês se davam bem com vizinhos, parentes, amigos?** Tudo, tinha amizade com todo mundo, o povo lá era mesma coisa que irmão um com o outro, era um lugar pequeno, era uma cidadezinha pequena, um arraial. Um ajudava o outro, muitas pessoas ajudava, que sempre tem... tem gente que não jeito.
7. **Onde que vocês se encontravam, depois do trabalho, o que vocês faziam no final de semana?** Muitos ficavam, no final de semana, era uma cervejinha, outros joga baralho, outros pescando, igual eu gostava de pescar, jogar bola, bola de futebol, porque todo mundo já gosta mesmo.
8. **Vocês criavam animais, cachorros?** Criava. Não morreu, porque a área nossa lá é mais alta. O lugar que o povo correu pra se salvar foi lá.
9. **Ah, foram para sua casa?** Foram lá pra casa, tanto no dia que derrubou os barraco, todo mundo foi pra lá e já era de tarde, hora de fazer janta, aí, na casa dele ali, na casa do meu irmão aqui, eles fizeram aquele panelão, um tachão de comida, a única água que sobrou lá foi na nossa casa, que o povo tava cheio de lama, pra lavar o chão, porque era pura lama, porque as pessoas que tavam no meio da lama, gente salvando as pessoas que tavam na lama, quando resgate chegou lá, tinha muito gente lá que foi salva através de pessoas de lá mesmo, muitas, você chegou a ver,

deu na televisão, no Arnaldo, ouviu falar, um menino, (inaudível), ele não tavam nem ligando pra morrer, ele queria salvar a pessoa que tava lá na lama.

10. **E onde está esse moço?** Esse menino, ele morava lá embaixo, numa casa lá.

11. **Foi um herói?** Foi um herói, se você quiser conversar com ele.

12. **Você tinha algum problema de saúde antes?** Eu? **É.** Problema de saúde meu, lá no mato lá, foi com bebida alcoólica, sabe, tanto no dia que eu saí de lá, eu tava até passando mal, que eu tinha saído do hospital, eu bebia muito.

13. **E parou de beber?** Deu até cirrose em mim, deu até cirrose. Mas graças a Deus, hoje eu tô bem. Portanto se fosse, na época, assim, se eu tivesse bebido uns dois mês antes, se eu começasse beber, que eu parei e comecei a beber de novo, sabe, eu não tinha ido pro hospital, eu tinha morrido, porque tinha um lugar lá que eu gostava muito de pescar, então tinha uma lagoa lá, assim, na beirada do rio, uma lagoa assim de garimpo, lá, a vida do povo lá, que a empresa, assim, ela não dava emprego pra todo mundo lá, porque a maioria das pessoas não tem escola, igual a eu, eu tenho a quinta série, eu que tenho quinta série pra ela, não vale nada, sabe, não vale nada, eu sou uma pessoa inútil, embora eu conserte som, televisão, tudo que é aparelho doméstico, tudo que é coisa que você pensar, eu arrumo, sabe, é carro, é moto, mexo com solda, faço solda, sou pedreiro, eu mesmo fiz a minha casa, tenho até foto, eu vou mostrar pra você ver a minha casa, eu fiz tudo sozinho.

14. **Foto, o senhor tem?** Eu tenho uma casinha, tá até sem rebocar. **Não tem foto lá de Bento, não?** Tem, tem um pedaço lá do bairro onde nós morava, eu vou trazer pra você vê. Aqui ó, isso aqui, acho que era uns três mês antes da barragem arrebentar. Essa aqui era a minha casa lá. Daí ficou toda cheia de coisa. Isso é antes da barragem arrebentar, uns três mês antes de arrebentar.

15. **Você já eram vizinhos?** **É,** nós moramos mais pra baixo. Quarenta anos que nós era vizinho lá, uai. Quarenta anos. Quando eu casei com a irmã dele aí, eu tava com vinte e três pra vinte e quatro anos. Tem até o vídeo disso aqui, tem até o vídeo. Tem até vídeo disso daí. O vídeo deles brincando de guerra de água.

16. **Antes de construírem as barragens, alguém da empresa procurou vocês para saber sobre a opinião sobre a barragem lá?** Não. Não, nunca falou esse negócio... você fala antes de montar a barragem? **Isso.** Olha a primeira parte da empresa chegou há 38 anos. Nós chegou pra lá, e ela chegou junto também. **É,** nessa época lá, não avisou nada, não sobre as construções que ela sempre fazia.

17. **Mas a última barragem que foi construída foi a de Fundão?** A última barragem de Fundão nós trabalhamos nela. Essa barragem não arrebentou, foi até a Cimcop que fez, já ouviu

falar na empresa Cimcop? Nós tava trabalhando lá duas vez, na Cimcop, trabalhei a primeira vez, na topografia, depois de ajudante e essa barragem não arrebentou, ela agüentou o peso da outra todinha lá de cima, que ela só abriu um pouco, sabe, porque não agüentou por causa do peso, aí ela só deu aquelas “clavada” assim, mas ela não arrebentou, ficou muito bem segura essa barragem de baixo, talvez se não fosse ela, talvez ia fazer dano, ela segurou muito.

18. **A empresa ofereceu alguma ajuda antes para que vocês tivessem uma vida melhor lá em Bento?** Em Bento? Não, lá tudo o custo nosso lá, tudo era através do que nós trabalhava, as coisas, igual, a prefeitura ajudava nós a fazer alguma coisa, mas muita pouca coisa, no final, agora, no dia de arrebentar, que a Samarco tava pondo água pra nós, por isso que tava mexendo na água, a água tava acabando, sabe, então a gente tava tirando água lá do terreno dela pra levar pra nós, só que, no dia da água chegar, a barragem arrebentou, aí não deu tempo, nós tava trabalhando lá, só isso também, no mais, não fez nada, não, pra nós.

19. **Existiam representantes da comunidade? Hã? Existia representante da comunidade que ia lá e dizia assim – “olha, isso aqui tá dando problemas na comunidade...”, por exemplo, eu fiquei sabendo que quando tinha obras, tinha bastante poeira. Havia alguém da comunidade que ia lá na Samarco dizer – “olha, tá tendo esse problema de poeira!”** Representante? É. O nosso representante que ia lá, ele nunca falava nada disso, não, mas a única coisa que tinha lá, tinha um rapaz lá que tinha um sítio, então, o sítio é lá embaixo, no final assim, ele tinha vaca, tudo quanto é coisa lá, de vez em quando, a Samarco fazia reunião lá, e ele chegava e perguntava – “vocês podiam fazer um negócio, me informar uma coisa, vocês podiam me informar, eu queria saber se aquela barragem nunca vai arrebentar?”, o cara dizia – “ih, rapaz, pode esquecer disso, nunca vai acontecer isso”, - “é, porque periga nós, uai, nós mora em cima da barragem aqui”. Esse rapaz tinha muito medo, a gente tinha medo sabe, aí o cara pegava e falava assim, o que era o representante da Samarco que vinha e dizia – “ih, você pode esquecer isso aí, meu filho, isso aqui não arrebenta nunca, aquilo é feito com muita tecnologia, não precisa ter medo, não, é uma gente muito consciente que tá fazendo”.

20. **E por que vocês achavam que ia arrebentar?** Ele ficava sempre falando isso, ele e um tal de Marcelão que tem aqui brigavam, brigavam com a Samarco mesmo, eles brigavam, é o único dois que mais brigavam.

21. **E por que vocês achavam isso, que um dia ia arrebentar, vocês ouviam falar?** Ah, porque barragem sempre arrebenta mesmo, porque é terra, não tem jeito, é feito de terra, uma hora arrebenta, vai amolecendo e um dia arrebenta, não tem jeito, o que eles tinham que fazer, com o tempo, eles tinham que ter arrumado um jeito de, de vez em quando, por uma gente assim pra monitorar.

22. **Não tinha fiscal?** Diz que tem fiscal aí, mas eu nunca ouvi falar que fosse fiscal lá, nesse lugar lá.
23. **Vocês nunca viram?** Não, diz que no Brasil, acho no Brasil, acho que tem... cento e setenta, uma coisa assim, fiscal, mas não tinha fiscalização, não. Eles falavam que tinha sirene lá no Bento, podia até falar isso aí, mas não tinha nada.
24. **Não tinha nada ?** Não tinha nada de sirene, não, não tinha nada disso, não.
25. **Você perdeu algum familiar, algum amigo no rompimento da barragem?** Perdi gente aqui de Mariana que trabalhava lá, é parente, meu primo.
26. **Primo?** Primo, meu primo morreu.
27. **A empresa fez algum treinamento com vocês para o caso de algum desastre na barragem? Tinha algum treinamento para população?** Não. Não tinha treinamento, não. A única que eles faziam lá, chegavam lá na reunião, vinha e falava, mas não tinha esse negócio de treinamento, não, sabe, não tinha treinamento nenhum, não, agora é que eles tão fazendo, dando treinamento pra nós ir lá pra mostrar como é que nós se porta. E, no dia lá, não tinha nenhum da Samarco lá, ninguém, nada, tanto que eles achavam que nós tinha morrido tudo. É, ele falou assim – “ó, gente, vamos correr, vamos lá pro Paracatu, que lá ainda a gente tem jeito de se salvar ainda porque Bento já acabou”, ainda falou assim ainda, se for perguntar uma menina aqui, tem uma menina aí embaixo que eu participei, dei entrevista pra ela, uma menina que mora aí, a Clarinha, o pai dela chama Paulo César, tinha terreno também lá, o pai dela até é advogado em Mariana.
28. **Como é que está a tua vida agora aqui?** Acabou, tá chato, você não esquece daquilo de jeito nenhum, porque a minha vida inteira foi lá, aqui eu tô sem destino, eu não sei o que eu faço, lá eu tinha o meu serviço, eu ganhava o meu dinheiro, eu mexia com a minha (inaudível), televisão, consertava moto dos outros, eu mexia com parte elétrica. E aqui eu não tenho nada disso, dentro da cidade grande aqui é muita concorrência, a pessoa tem que ter escola, tem que ter um dinheiro aqui, pra você fazer dinheiro, você tem que ter dinheiro, como é que eu vou montar um negócio aqui, sendo que eu não tenho um diploma, eu não tenho escola, nem nada, isso aí, eu não tive ajuda nenhuma, desde o dia que eu cheguei aqui, ela não me deu nenhum tostão, um cartão, nem nada, falou que eu tenho a minha casa lá, mas falou que eu não tenho direito, os trabalhador dela, assim, que fica lá no escritório falou que não tenho direito, recorreu e falou que eu não tenho direito, na época, que foi naquela correria, me cadastrou morando com a mãe, sabe, aí me pôs como eu sou dependente de mãe, que eu não tenho direito nenhum, tentei consertar, eles não consertaram de jeito nenhum, agora tá no Promotor, hoje nós vamos lá que vai ter uma audiência, então nós vamos lá, aí o Promotor tá correndo atrás disso pra nós, aí, correndo atrás, aí

que nós vamos ver lá pra nós ter o nosso direito, mas até hoje (inaudível), aí vamos ver hoje o que vai dar.

29. **Você já conseguiu organizar a moradia?** A moradia (inaudível) não tem ninguém ainda, tinha um menino num hotel até pouco tempo, agora, tem uns dois mês, mas porque ele quis ficar lá mesmo, sabe, agora ele saiu, agora ele mora lá embaixo...

30. **Como é que você se sente em relação a tudo isso, problema de relação de saúde, cabeça?** A única coisa que tem... de saúde, não, é normal mesmo, mas só que é um negócio que não sai da mente da gente da gente, o psicológico da gente, sabe?

31. **Você se sente mais nervoso, ansioso?** Ah, sempre você fica tenso, você sabe que a gente tá aqui, mas é a mesma coisa que tivesse numa prisão, você tá num lugar que não é seu, num ambiente que não é o da gente, então você fica preso.

32. **Você acredita que você vai poder voltar à sua propriedade?** Ah, nunca mais.

33. **Nunca mais?** Eu falo assim, igual nós vivia, isso daí nunca mais, que lá onde nós morava lá tinha... tinha cinco cachoeira de água, nós tinha água pra tudo quanto é lado, tinha uma arvorezinha lá, que é onde nós pescava, onde que a gente ficava, que chamava Beiradinha, tinha o córrego do Ouro Fino, tinha o outro córrego da Juliana, que era muita água, tinha o do Camargos, que é o córrego do Camargos aqui de cima, que tinha muito peixe, então era uma região que nós pescava muito. Esse lugar lá eu gostava de pescar, eu pescava e tinha uns peixe “desse tamanho assim”, Tilápia, eu gostava muito de pescar, ela não passa disso aqui, não, não passa disso, só que ela ficou (inaudível), você pega um peixe desse tamanho, dá quase tudo, então, eu ficava lá e enchia a sacola de peixe, lá acabou tudo, no dia, se eu tivesse lá, eu ia morrer, a gente não tinha como correr porque era pedra de um lado e de outro.

34. **Existe algum programa de reassentamento com participação de vocês?** Assentamento? **É. Reassentamento.** Tem reunião direto, sabe, porque no dia do reassentamento aí, nós não tava junto, assim, lá na hora que tava fazendo as casas, essas coisa, nós tem que tá lá pra ver, entrou uma fundação aí, tem uma fundação... como é o nome da fundação, eu esqueci, o meu sobrinho é que sabe, mas ele não gosta muito de ir, e ele conversa até bem...

35. **Você sente que a empresa e o Governo estão comprometidos com a participação de vocês nos processos de tomada de decisões?** Tá, sim, tá.

36. **O Governo ou a empresa?** A empresa, ela tá correndo atrás, porque tudo é assim, tudo não é no mesmo momento que a pessoa quer... A fundação, essa fundação é... essas coisas de Governo...E esse negócio, que tem um negócio, como é que é, é um negócio de Igreja Católica que tem aí... é tipo uma ONG, ela tá entrando e diz que é pra ajudar nós na indenização.

37. **Os pedidos de vocês estão sendo atendidos?** É assim, se a pessoa - eu tô morando aqui... se quiser muda... a partir de hoje, eu não quero morar aqui, não quero ficar aqui, só a gente vai no escritório, conversar, eles pegam e anotam lá, depois eles vem, olha lá e depois eles vem atrás da gente pra gente olhar a onde é que a gente vai achar uma casa, aí anda com a gente...

38. **O que está mais difícil pra ti?** O que toca mais, eu acho que é o que tô falando com você, é o lugar mesmo. **É o lugar?** Morar no lugar, porque a gente não gosta daqui, eu não gosto daqui, não, eu nunca gostei. **Não gosta de cidade?** É, nunca gostei. Eu já não gostei de Mariana, pra falar a verdade, eu não gosto de Mariana, não, se fosse um lugar assim pra eu... se eu fosse sair do Bento, um dia, que eu nunca ia sair porque eu gostava de lá, até hoje é uma coisa que não sai da minha cabeça, eu ia pra outras banda, pra Santa Bárbara... (fim do áudio).

Arquivo 24 (Deslocado Ambiental) :

1. **Como era a sua vida antes de a barragem se romper?** A minha vida era boa, eu trabalhava, buscava as minhas lenhas, eu tinha a minha casa com fogãozinho de lenha, eu tinha serpentina, então a vida da gente era de roça mesmo, a gente vivia em roça, tinha as nossas galinha, pato, horta, a gente tinha, tinha os pés de fruta, que a gente tinha no quintal, e a gente cuidava daquilo. Lá onde que eu morava era perto de Camargos, eu tinha as minhas faxina que eu fazia lá em Camargos. . Agora nós vamos pra um lugar que a água lá, nós não temos córrego, lá nós tinha muita vertente, tinha o córrego, tinha lugar lá que as cachoeira era num córrego, que a gente passava numa ponte, que lá, a gente ia lavar roupa, torcer roupa. No dia que a barragem estourou, foi o último dia que a gente foi nesse córrego, porque faltava muita água, né, a companhia, a Samarco com a prefeitura tava fazendo uma caixa d'água boa lá, já tava colando água boa pra nós lá, mas só que diziam que até 05.12 a água ia ser colada pra nós, a Samarco com a prefeitura, só o que acontece, no último dia, não tinha água, eu bati a minha roupa toda em casa, no tanquinho e fui pro córrego pra torcer a roupa. E lá era muito bom, um lugar que tinha muita água então aquele córrego, aquela água gostosa, aquela água com esse tempo de calor, aquela morninha, muito boa, era muito gostoso.

2. **A barragem era um lugar de encontro?** É, era um lugar muito gostoso. Aí eu falei com as meninas assim – “ah, não, agora eu não vou ficar esperando”, lá era assim, hoje tinha água e amanhã não tinha, então eu deixava, hoje eu não lava roupa, eu deixava pra lavar amanhã, se eu não lavasse amanhã, se eu não lavasse amanhã, que eu não pudesse, eu deixava pro dia que... só que eu falava pra vizinha – “o dia que não tem água, vou bater a roupa toda e trazer pra cá porque é muito gostoso ficar aqui torcendo roupa na barragem, porque já tinha bastante tempo que a gente não ia lá torcer roupa, só quando acabava de tudo mesmo. Aí a minha menina tava de férias, tava terminando as férias, o último dia de férias dela, se nós não torcer a roupa... nós fomos pra lá, aí

ela falou assim – “ah, mãe, é tão bom vim lavar roupa... pra nós vim pra cá, só pra nós ficar aqui e levar os cachorrinho pra dar banho lá no banho lá córrego, tudo”. Enquanto a gente torcia roupa tinha muito menino que brincava lá. Era uma maravilha. Aí, nesse dia, quando nós chega em casa, duas horas, colocamos a roupa no varal, quatro horas, a barragem estoura, deu aquele problema, nossa, foi muito ruim. Então, muitas coisas que a gente tinha lá, a gente perdeu, e aqui, você tá vendo, nós não estamos em casa ruim, o problema é que é apartamento e é pequeno, igual a minha casa, na minha casa somos sete pessoas, com três quatro, cinco moça e dois homens, com três quarto, tem o quarto que é do casal, um quarto pras três menina, é muito pequeno, que tem que pôr beliche, então, eu tenho uma menina que tá dormindo até na casa com a irmã, que a irmã mora aqui em cima, no apartamento de cima, então, ela tirou um quarto, e ela fica lá, se a minha menina mudar de lá, eu falei – “tenho que procurar uma casa maior pra eu morar porque não tem como ficar as três moças num quarto só”, e fica muito assim, muito ruim, só isso que é ruim. Mas tirando isso aí, a gente sabe que eles tão cuidando, o Meio Ambiental lá de ... eles tão esperando só um negócio lá que vai liberar pra poder fazer o desmatamento, o terreno já tá comprado, já tá esperando a escritura pra fazer o desmatamento pra fazer a terraplanagem e fazer as casas. Só que tudo isso é demorado porque só pra escolher o terreno, a companhia mostrou acho que vinte terrenos, vinte e três terrenos, mostrou pra comunidade escolher, só que foi uma luta pra escolher esses terreno, porque lá nesse lugar que foi escolhido, eu vou pra lá porque eu tenho que ir, mas eu não queria ir pra lá, sabe, então tem pessoas que vão ter que morar lá, mas sem querer morar lá, porque lá tem um problema, tem um lixão, um aterro sanitário, acho que dois quilômetros ou não chega nem dois e diz que o aterro sanitário tem que ser mais distante, esse é o problema nosso, digamos...

3. **Sim, não vai ter a água que vocês tinham, é isso?** A água nossa não tem como, ela vai ser tirada ou do Rio Gualaxo, que tem que ser tratada porque tem rede de esgoto dentro dela, então vai ser tratada, ou fazer poço artesian, tirar a água do poço com bom, então, eu creio que isso pra nós vai ser muito ruim, muito ruim mesmo, mas eu, principalmente, eu não culpo a Samarco, eu culpo a população porque foram 200 (duzentos) votos contra 15 (quinze) votos.

4. **Para escolher o local?** Pra escolher o local, foi 200 (duzentos) votos contra 15 (quinze) votos. Porque o povo se apegou muito em Bento, porque o Bento, o povo é apegado ao Bento, então, o que eles fizeram, eles queriam o Bento no caminho do Bento, virou aquele desespero – o Bento no caminho do Bento – o Bento no caminho do Bento, então escolheu esse lugar.

5. **Então foi esse o motivo da escolha.** Eu já não escolheria, porque eu gostava do Bento, mas o Bento acabou, o que nós tinha lá, não tem, nós vamos pra um lugar agora que não tem

córrego, tem corregezinho lá, a água do aterro cai nele, ele não é córrego, se você entrar dentro dele...

6. **As crianças não vão ter cachoeira?** Lá no Bento, as mães tavam dentro de casa, e os filhos tavam lá indo pro lado da barragem, uma água muito bonita, e a meninada brincava todos os dias. A gente também se reunia na barragem para conversar. Os menino passava pra ir pra barragem pra brincar nesse poço, criança, adolescente, de nove anos, dez anos, ia nadar e brincar lá. Então, dava quatro horas e era o horário do café, então, naquele horário do café, eles vinha, eles vinha tudo correndo, se não fosse esse horário de quatro horas, do café dos menino, eles tinha morrido, tinha morrido, ainda quando eu cheguei no hotel, que eu vi os menino, eu falei com a vizinha – “menina, esses menino...”. quando eu vi esses menino chegando lá no mato, onde que nós tava, nós fomos tudo pra mato um mato que nós chamava de Batizal, sabe, a gente que colocou esse nome de Batizal, quando eu me mudei pra esse lugar lá, aqui pra essa região de Bento, quando eu me mudei, eu tava com treze anos de idade, mas pro Bento, quando eu me mudei pra esse lugar lá, eu sei que as minhas meninas tavam com quatro ano, a minha menina mais velha tava com uns quatro, quando eu me mudei pra esse lugar, pra essa casa onde eu morei, nessa rua onde que eu morava. Aí eu vi esses menino passando, quando eu cheguei no hotel, que eu vi os meninos, que estavam lá no mato, que eu vi os meninos, eu falei – “gente, esses menino todo dia, eles vai pra aquele lugar, que milagre esses menino tá aqui”. Depois eu fui conversar com a tia deles, e ela falou assim – “não, porque era o horário do café”, se não fosse o horário do café, era a hora deles morrer, porque dava quatro horas, eles vinha correndo, vamos supor, casa que tem muito menino, aí um fala assim – “ah, um vai comer mais do que, o outro vai comer o biscoito, vai acabar, e eu vou ficar sem”, então eles corria tudo, foi uma benção. Tem menino lá que não morreu com a barragem porque o café deles era no horário que a barragem arrebentou, eu vou falar pra você, todo os meninos..

7. **Antes de construírem a barragem, alguém da empresa procurou vocês para saber a opinião sobre a construção da barragem? Ela ficava em cima da comunidade de vocês, né? É, bem em cima. Vocês puderam opinião alguma coisa?** Menina, eu vou falar que isso é verdade, não teve, não, porque foi assim, na época que foi construída essas barragem, eu não tenho muita lembrança porque a gente não tinha contato com esse negócio de barragem.

8. **Então nem sabia o que estava acontecendo?** Na época que construíram essa barragem, essa que arrebentou, eu tava mais nova, a gente nem tinha ideia, eu era solteira ainda essa época, eu nem tinha ideia de barragem. Eu acho que o povo também ninguém tinha ideia, porque era povo de mato, povo de roça, povo acostumado, é um povo simples. O importante para nós é que a

barragem é que ia dar serviço pro povo, então aquilo era aquela alegria – “ah, vai abrir um barragem e vai abrir emprego”, então era aquela alegria.

9. **E foi assim que aconteceu mesmo, teve trabalho?** Foi, teve trabalho. Aí, pronto, aí, nessa época, eu tava mais nova, eu não tinha muita expectativa de nada, aí passou essa barragem, essa que estourou, essas duas, quando foi essa última barragem, essa que estourou, que não estourou, que a barragem entrou dentro dela, que ela era barragem de água, a última barragem, cá embaixo, a outra barragem jogou a lama pra fora, e ela não estourou, essa barragem foi muito bem feita, ela chama Barragem de Santarém, essa que estourou é Fundão, e essa outra é Santarém. Aí, o meu marido trabalhou nela, menina, tava época tão difícil de emprego, sabe, tava todo mundo, assim, não tavam achando emprego, tava trabalhando assim, mas tudo fora, trabalhando nas empresa, mas tinha que ficar fora, o meu marido trabalhava e tinha que ficar no Pereira, tinha que ir pra Santa Bárbara, Barão pra ficar em alojamento pra trabalhar. Quando abriu essa barragem pra trabalhar, esse pessoal de Bento queriam ficar tudo em casa, trabalhando de dia e, de noite, tavam em casa, nossa, foi muito bom, todo mundo ficou muito feliz. E ninguém imaginava de muita coisa, não, quando foi mais tempo, depois, bem mais depois, que deu um problema que falaram que a barragem tava com perigo, mas nós não pensava que era essa barragem que estourou, não, nós pensava que era a barragem que tava por cima de nós, que a mais perto é essa, nós pensava que era ela – “nossa, a barragem arrebentar”, nem lembrava das outras, lembrava é dessa, que não arrebentou. Aí ficava aquela preocupação da barragem arrebentar – se a barragem arrebentar, nós estamos perdidos, mas a gente falava, assim, sabe, o meu marido mesmo trabalhou nessa barragem e dizia assim – “essa barragem não arrebenta nunca”, essa que não arrebentou – “”, aí vinha aquele problema assim – “não, a barragem vai estourar, tem um problema lá”, aí ficava preocupada – “deixa de ser boba, menina, essa barragem não arrebenta nunca”, mas nós pensava na primeira barragem, não era a segunda barragem, à de lá, a mais velha. Eu sei que quando arrebentou, nossa, foi um susto muito grande.

10. **Quando a empresa já estava funcionando, existiam reuniões com a comunidade para quem quisesse participar, onde vocês podiam falar sobre o medo que vocês sentiam de que a barragem pudesse se romper?** Eu não sei, eu vou falar assim a verdade, eu não frequentava reuniões.

11. **Como a comunidade participava das questões que envolviam a comunidade?** A gente tava com problema de água. Daí teve uma reunião e na última reunião que eu frequentei no Bento foi uma reunião por causa de asfalto e de água, a caixa d’água já tava pronto, eles já tavam trazendo os canos, quando a barragem estourou, os canos já tavam vindo, então a foi gente da

Samarco, que a Samarco tava em parceria com a Prefeitura pra fazer o asfalto e falou assim – “até dia 05.12, a água tá na torneira pra vocês”, só que até dia 05.12, dia 05.11, a barragem estourou.

12. **Como é que está a sua vida agora?** Eu vou falar assim, a verdade, agora, agora, no momento que eu tô, eu tô bem melhor do que tive, porque eu passei muito, nossa, parecia que o mundo, pra mim, tinha acabado, sabe? Agora eu já tô conseguindo, assim, me recuperar. A única coisa que me atrapalha é que eu não sei, a gente não sabe - quando vai ser a minha, quando vai ser a minha casa, como que eles vão fazer a minha casa, o lugar não é...

13. **Você gostava muito da sua casa antes?** Gostava. O lugar que eu vou morar eu acho que não vou gostar... pode ser que quando a casa tiver pronta, eu vou gostar, é isso que eu fico pensando, às vezes, na hora que tiver pronta, que eu chegar lá, eu vou gostar, mas, nesse momento, não tem nada de perspectiva, é muito ruim, por causa de uma coisa que eu não sei se tá no papel ou se tá na “boca”, porque no papel é mais... enquanto tá na “boca” não se sabe, coisa de “boca” você sai e pronto, acabou, é tirar o aterro sanitário de lá. Falaram em tirar, porque eu tava acelerando, porque quando eu lembro daquilo, do aterro sanitário ali, me dá uma tristeza de eu saber que eu vou ter que ir pra um lugar que tem um aterro sanitário, não é por mim, igual eu falo, pra muita gente eu já falar, não é por mim e pelo marido, não, porque eu e o meu marido, eu tô 58 anos, o meu marido 63 anos, nós já estamos indo, mas eu tenho uma netinha que vai fazer um aninho sábado, o pai dela falou que ele não vai pra lá, ele vai ter que dá um jeito, fazer alguma coisa. Sabe por que, esse menino aqui puxa na Internet, aí tem uma distância de mais de três quilômetros.

14. **Você perdeu algum familiar, parente, amigo?** Nós perdemos uai, um primo nosso, uai. É perdemos um primo, mas eu vou falar pra você a verdade, sabe por que, na hora que perguntam, eu esqueço, é porque esse primo, eu não cheguei a conhecer ele, nunca tive... fiquei sabendo que era meu primo depois do que aconteceu na barragem, então, quando me perguntam, eu falo que não, se é uma pessoa que você nunca viu, nunca falou, então fica, assim, esquecido na mente da gente.

15. **Você, mais ou menos, já me disse que vocês suspeitavam que, um dia, a barragem fosse se romper.** Igual o meu marido assim – “minha filha, isso não arreventa nunca”, porque ele trabalhou, mas nós pensava... **Mas por que surgiu essa notícia assim – “ela vai se romper”?** Porque teve uma vez que eles tiraram o povo do lugar lá, diz que tava com medo da barragem, porque a barragem tava muito d’água, tava com medo da barragem, mas nós tava com medo da primeira barragem, ninguém pensava na outra.

16. **A empresa fez algum treinamento com vocês para o caso de algum desastre na barragem?** Não.

17. **A onde foram morar após o desastre?** Nós fomos primeiro pro hotel e depois pras casas.
18. **Essa aqui, depois do hotel, já veio pra cá?** Do hotel, a gente veio direto pra cá.
19. **Você já conseguiu organizar a sua moradia com móveis, utensílios, roupas, essas coisas todas?** Isso aí a companhia deu móvel, ela colocou tudo pra nós, quando nós chegamos na casa, a casa já tava com todas coisa, cama, roupa de cama, toalha, nós tinha de tudo, sabe, coisas, às vezes, que a pessoa nem tinha em casa, chegou nos (inaudível) de ajuda.
20. **Pela foto dá para ver que a casa de vocês era muito bonita, não é?** É. Era grande e bonita. Nós chegamos e achamos de tudo de dentro de casa. E a doação que veio também, muita coisa, muita roupa, muito calçado, muito mantimento, muita água, doaram demais, veio doação de todo lado. Então, isso aí, já não pode agradecer à companhia, isso aí foi doação da população, que muita doou muita coisa, mas móveis nas casas, foi a companhia.
21. **Houve diminuição da renda da família, endividamento? E quanto ao trabalho, como é que tá a situação?** O endividamento da renda da família, igual a nós aqui, no colocar o meu caso, no meu caso, nós tinha o nosso quintal, que a gente comprava as coisas, nós tinha as nossas galinhas, nós tínhamos ovos, nós vendíamos ovos. No nosso banheiro era serpentina, não gastava energia pra tomar banho, gás, eu gastava dois botijão de gás no ano, agora eu tô gastando um botijão de gás por mês.
22. **Ah, você cozinhava à lenha?** É, aqui não dá pra um mês um botijão de gás, lá eu gastava dois dentro de um ano.
23. **Sente falta do fogão à lenha?** É, é uma das coisas que eu mais sinto falta. E também tem um problema que aqui na cidade tudo é um gasto e que lá você não tinha. E como diz, a minha moradia era minha, eu não tinha que pagar aluguel, não tinha nada.
24. **E trabalho?** Trabalho, igual eu falei pra você, no início, eu ia em Camargos fazer faxina.
25. **E aqui?** Aqui não tem, não, aqui eu não faço nada, só fico dentro de casa, mas isso aí recuperado pelo cartão que a Samarco deu pra nós, a gente não pode reclamar – “ah, mas eu perdi a renda”, mas o cartão dá pra nós fazer... o que nós ganhava lá, dá pra nós fazer a nossa despesa aqui. Igual, eu não comprava gás, era dois botijão de gás no ano, aqui eu tenho que comprar, não dá pro mês, mas eu tenho cartão que dá pra eu poder fazer as minhas despesas.
26. **Como você se sente em relação a tudo isso, surgiu algum problema de saúde, de cabeça?** Não, pra mim, é igual eu falei pra você, no início, pra mim, o mundo tinha acabado, eu andava assim parecia que eu tava no ar, chorar, até hoje, eu choro, ontem mesmo, eu deitei na cama assim e veio na minha mente a minha rua, assim, direitinho, igual eu andava, eu saía da minha casa e ia pra casa da minha mãe assim e comecei a pensar – “gente, e agora, a onde a gente vai ficar, que jeito eu vou morar, que jeito vai ser a minha casa, como vai ser a minha vida ali,

como que era gostoso descer pra aquele córrego, eu descia pra lá, chegava lá”, acabou, isso aí, não precisa nós esperar, não, não tem jeito, porque no lugar que nós vamos não tem.

27. **E vocês encontram aqui outras pessoas, porque lá vocês tinham vizinhos, amigos que se encontravam e aqui?** Aqui é difícil, é só quando nós tiver o nosso reassento mesmo, porque aqui é só quando tem uma reunião que a gente encontra. Tem pessoas aqui que eu não sei nem onde que mora, então você não consegue encontrar tudo, dia de reunião, você chega e encontra, mas como que eu vou sair lá pro Rosário, lá pras Colina, ontem mesmo, eu fui na casa de uma cunhada minha, que ela é acamada, eu fui lá ver ela, lá na Colina, mas só ela mesma que eu fui, nas outras casas, eu não fui. Agora cada um está em um canto da cidade.

28. **Você sente que a empresa e o Governo estão ouvindo a comunidade nos processos para decidir sobre o futuro de vocês?** Com certeza também tá junto, porque esse negócio... esse negócio foi assim, o estudo das águas, eles tão tudo em parceria, agora eu não sei se tá um cobrindo o outro, porque, às vezes, a água tem problema, e eles falam que não tem, eu não posso confirmar se tem ou se não tem. O lixão tá muito perto, uns falam que não tem problemas, outros falam que tem, então você não sabe qual é que tá certo, se é o que fala que tem problema ou se é o que fala que não tem. O lixão, eu acho que ele deveria ser tirado. Então isso aí tem que ser o que, o governo e a companhia.

29. **Os pedidos da comunidade estão sendo atendidos, assim, vocês levam as preocupações?** Igual esse problema do lixão, a gente já fez essas entrevista assim reclamando do lixão, então já veio falando que o lixão, se o problema é com o lixão, ele vai ser tirado, agora nós sabe lá se eles vão por esse problema como problema ou se vai por sem problema, nós pode ter certeza disso. Muita gente fala que nós devia de morrido na lama – “porque esse povo de Bento”, minha filha, criança, a Samarco até diz que tá arrumando uma escola particular pra por os menino, tirar os menino da escola que eles tão acostumados. **E vocês sentem essa indiferença?** Claro, é porque as pessoas, chegou uma menina aqui... Fazem pouco caso, os que fazem, não conhecem a gente, fazem com a própria gente que é de lá, por mim, eles podem falar à vontade, que entra aqui e sai aqui. A minha menina, a minha filha trabalhava na companhia, lá na (inaudível) da Samarco, ela trabalhou lá quatro anos e tanto, depois dessa barragem estourar, ela não agüentou ficar lá mais, até pediu pra sair porque ela não agüentou mais ficar no serviço... Porque diz ela que só escutava coisa ruim de gente do Bento... ela entrou no tipo de uma depressão, porque aconteceu aquilo e ela ir pra lá e ainda chegar e ficar escutando coisa assim, ela foi ficando cada vez pior, cada vez pior, ela não agüentou trabalhar na área, ela quis ir trabalhar, assim, tipo área de limpeza, só ficar limpando as coisa, pra sair da área. Aí eles não quiseram colocar no serviço que ela queria, teve uma técnica de segurança lá, uma enfermeira, acho que é enfermeira, que conseguiu colocar

ela, mas só que essa daí foi embora, ela não é daqui, foi embora, logo que elas foram embora, elas voltaram pro mesmo serviço de novo, aí ela falou assim – “dessa vez agora eu aguento”, quando entrou na área, deu o mesmo problema, diz ela que não agüentava, ela pegou e teve um quadro pra mandar embora, aí perguntou se ela queria continuar no serviço que ela tava porque trocar ela de cargo não tinha jeito, então, se ela queria – “pode me mandar, então”, porque diz ela que não agüentou ficar, por causa de que, por causa do problema, porque aquilo atingiu a mente dela, muitas pessoas, daí atingiu a mente, muitos, não, mas muitos atingiram, daí ela saiu. Aí eu falei com ela (inaudível) – “não volto lá mais não”.

Arquivo – 25 (Morador do Município de Mariana/Mg e ex funcionário da Samarco):

- 1) Nunca mais vai dar para morar lá em Bento. Tudo muito seco nas beiradas e você pode por duzentos caminhão de terra em cima , espalhar e passar com o rolo ali, dia e noite, duzentas horas, pra lá e pra cá, ele não cola um no outro.
- 2) **Ele não sedimenta?** Isso, ele, não, o rejeito de minério que a Samarco trabalha é um pó, ele não cola, podia passar com um rolo pra lá e pra cá, e eles tavam tirando ele de dentro e colocando na beira.
- 3) **Existia fiscalização por parte do Estado e da Samarco?** Não existia fiscalização nem do Estado e nem da empresa. Ninguém ia, assim, porque há muitos anos, a Samarco começou produzir acho que no ano de 75, e nunca deu problema, então esse pessoal, essa fiscalização vinha e falava – “lá tá tudo bem”, nem ia lá, “tá tudo mal”, a Samarco nem voltava, agora, é que, se a Samarco produzir, coitada, vai ser até ruim pra ela, porque o pessoal vai tá ali.
- 4) **Em cima?** Em cima, em cima dela.
- 5) **Quanto tempo o senhor trabalhou lá?** Eu trabalhei na Samarco dez anos e saí da Samarco, fiquei nas empreiteiras, depois teve a SAMIM, a SAMIM vendeu a mineração dela pra Vale, aí fiquei até aposentar na Vale, em 2006, tem dez anos já...
- 6) **No tempo que senhor trabalhava não havia fiscalização ?** Com certeza, eu não tava lá pra ver, não, você entendeu? Eu trabalhava em outra função, lá pra Mina, lá no perímetro também, mas isso é coisa de escritório, eu tenho certeza que esse pessoal da fiscalização e tudo, chegava e não passava do escritório, porque sabiam, tinha muitos anos que tava dando tudo bem. E outra coisa, a intenção da Samarco é que desse tudo certo mesmo, a Samarco só queria... só acabar com o desemprego, ser boa e tal, mas aconteceu, infelizmente.
- 7) **Não morreu nenhum amigo seu na tragédia?** Morreu, meu amigo, amigos mesmo, que a gente tinha. **Trabalhando lá?** Que tava trabalhando, ele era operador de máquina, trator, tava faltando, olha, pra você ver, faltando um ano pra aposentar. **E a família, como ficou?** Ah, a família ficou tudo arrasado. **Eles estão por aqui em Mariana também?** Tá, tá tudo aqui, eles

moram aqui em Mariana. Eu trabalhei na Samarco, depois da Samarco, eu passei pra SAMIM, e a SAMIM que foi vendida pra Vale. Então, eu aposentei na Vale, eu entrei na SAMIM e foi comprada também, sabe, a Vale comprou a mineração de portão de fechado e prometeu de deixar a gente ficar até aposentar. **E ela cumpriu?** Ela cumpriu, eu fiquei até aposentar, não, muito bom, você entendeu, isso aí, ainda tem poucos...

8) **E para Bento foi bom?** Em Bento também tinha funcionário da Vale, funcionário da SAMIM, a Samarco usava até o restaurante do pessoal de lá, beneficiando eles, entendeu, com as empreiteiras, com emprego dela também para almoçar, para ajudar, você entendeu, água, restaurante, a água saía de dentro da Vale, porque chegou no lençol freático, ao invés de ela jogar água pra fora, não jogava ela fora, ela jogava nas torneira do povo de Bento. Já tratada? Tratada, não, a Samarco, vou te falar, foi e é um Deus pra esse pessoal de Mariana todo.

9) **Não dá para ficar sem a empresa?** Não, sem a Samarco, aí vai ser uma cidade assim abandonada mesmo, uma cidade de aposentado, quem é aposentado vai viver, porque é só buscar o nosso lá e tal, mas pra emprego, isso aí vai acabar. A Samarco tá dando a esse pessoal de Bento um salário, a Samarco precipitou com isso, tá dando a eles, um salário à família e aos dependentes vinte por cento, então eles tão ganhando um dinheiro que eles não ganhavam, hoje eles são mais funcionário da Vale do que os próprios funcionários da Vale, porque os funcionários da Vale estão sendo ameaçados, se não rodar, vai mandar embora o resto, vai acabar tudo, e eles, não, eles tão numa boa, porque todo mundo, o Governo, o Presidente veio aqui e tudo e viu isso, então eles tão ganhando esse salário, tão ganhando os aluguel das casas que eles tão morando em Mariana, tem gente que tá falando – “essa barragem já era pra ter caído a mais tempo, ô, que beleza”, eles tão vivendo uma vida que eles não tinham, eles eram preguiçoso, não gostavam de empregar Bento e Paracatu.

10) **Ah, a empresa antes do desastre não empregava as pessoas que viviam em Bento Rodrigues e Paracatu?** Não, na Vale, eles não preenchem os requisito, não, o pessoal não é estudado, eles não tem nada pra poder trabalhar na Vale ou Samarco, o pessoal de Bento ou Paracatu, tem gente que não sabe nem assinar o nome, tão tudo ganhando um salário aí, tão tudo bonito, eu conheço eles todos, você precisa de ver, eles tão gordo, eles tão tudo gordo, pele fina, você entendeu, não, eles não trabalhavam não, aí, hoje, a Samarco trouxe as empreiteira pra poder recuperar e falou assim – “os empregos, a prioridade pra turma de Bento e de Paracatu”, você que vai lá, eles não vão, não, porque se eles vão e trabalham, eles perdem o que a Samarco tá pagando hoje. Eles condicionaram que enquanto não arrumasse emprego o emprego era delas. Você entendeu? Então, ao invés de eles correr e pegar as vaga pra eles, eles não vão, por que, por conta que se não eles perdem o que a Samarco tá pagando pra eles. E eles já como não gostavam, igual,

tem uma cidade aí que passa no tal de Rio de doce, lá tinha uns peixe bom e tal, como eles não tão podendo pescar, porque a barragem não sei o que, tal e tal, inundou lá, matou os peixe, lá, se tinha meia dúzia de pescador, hoje, a turma de Rio Doce, que não conhece nenhum anzol, que não sabe nem por uma minha minhoca no anzol, declararam que são pescador pra poder ganhar, tão gabando da Samarco, eu tô com dó da Samarco, eu não tenho um parente meu lá e tô orando e pedindo a Deus todo dia pra Samarco voltar a rodar, mas, se ela voltar a rodar, ela vai rodar pra esse povo aqui, enquanto que eles nunca vão largar essa “maminha”, eles, nunca, nunca mais vão largar essa “maminha” sossegado, você entendeu, eles tão aproveitando da situação. Eles tão aproveitando da situação. Passou, a enchente passou em algum terreno, matou lá um, dois bois, o cara falou que é 100 (cem), cem bois, a Samarco não esperava, não ia fiscalizar quantos bois deles antes, que eles não sabiam que a barragem ia cair, você entendeu, - “a minha casa tinha dez cômodo, assim, assim”, era um barraco coberto com uma telha amianto. E outra coisa, lá no Bento, pela CEMIG e pela prefeitura dá pra saber a quantidade de casa que tinha, pela CEMIG por causa da luz.

11) **A sub- prefeitura não foi destruída ?** Não, a prefeitura é ali, ó, o prédio da prefeitura é aqui, aqui em Mariana, o pessoal, às vezes, confundiu, outro dia mesmo, eu vi no Silvio Santos, a mulher disse que é daqui de Mariana, tava lá – “ah, você é da onde?”, - “eu sou de Mariana”, - “ah, daquela cidade que quase acabou?”, não, aqui em Mariana não acabou nada. Lá no distrito, você tem que andar quarenta quilômetro pra chegar lá no lugar, você entendeu, então não tem nada a ver com o pessoal de Mariana, ninguém. E como foi de dia, igual a senhora sabe, não matou tanta gente, matou mais quem tava trabalhando, de Bento, de Paracatu, ninguém foi pego de surpresa.

12) Mas existia um alarme a população em caso de algum desastre? Não, não tinha nenhum alarme, assim, pra soar, avisando isso que ali havia um perigo, mas só que funcionava... saíam correndo e dizendo... ninguém morreu, ninguém morreu. **É, o problema é se fosse à noite?** Se fosse à noite, ia morrer tudo, era só juntar, morria tudo, tudo mesmo. Mas de dia mesmo, subiram no barranco, todo mundo foi andando – “a barragem da Samarco estourou”, ainda nem bem na água, eles não tavam, - “então vamos sair”, aí foram saindo de casa, um voltava – “ah, eu vou pegar o meu documento”, - “deixa eu pegar isso e aquilo e tal”, mas foram subindo pro alto pra ver e, do alto, viram aquela lama toda chegar e destruir as casas deles, você entendeu, mas deu pra avisar todo mundo, quem morreu estava trabalhando e algum, é isso que eu tô falando pra você que voltou pra buscar alguma coisa. **Ah, voltou no desespero ?** Voltou, - “não, eu vou buscar, eu não vou largar a minha casa”, tem gente que é... a senhora sabe como é que é, a casa da gente é bom demais e depois, eles sofreram, tudo embolado aqui, no ginásio, lá pra cima, nos hotel, até alugar uma casa pra cada um, agora, a Samarco tá pagando o aluguel de cada um, aluguel, luz,

tudo, entendeu, devolvendo a eles tudo aí, tem muita empreiteira aqui pra baixo tá trabalhando aqui, a Samarco tava trabalhando na mineração, a Samarco tá trabalhando a bem deles aí, o lugar que a barragem passou, ela tá limpando tudo, e o pessoal fica inventando – “ah, nós tamo gripando demais, depois dessa coisa aí, nós tamo querendo um plano de saúde”, já tem gente explorando a Samarco. Não, mas tão explorando demais, tenho dó, sinceramente. A Samarco é boa demais, a administração é humana demais, se fosse até com uma outra, abria falência, deixava esse povo aí, eles tão bem, eles tão ganhando salário, aluguel. E outra coisa: a Samarco deu aluguel pra eles, assim, eu dava uma casa, ia lá, com a turma dela, dava uma faxina, lavava tudo, ia na loja e comprava os móvel todo, porque eles nunca tiveram tanta coisa boa igual a Samarco deu eles, você entendeu? Eu que trabalhei a vida inteira, aposentei, ganho até um bom salário, é capaz que eu não tenha na minha casa o que eles tem, você entendeu?

13) **Você sabe se a Samarco chegou a fazer proposta para comprar os terrenos de Bento?**

A Samarco já tinha pensado em comprar, chegou em Bento ofereceu ao povo um dinheiro pra eles saírem de lá, há muitos anos, pra eles saírem de lá, fazer uma vila pra eles, faz, tipo assim... Põe o preço. O preço da casa e qual o bairro, qual o lugar que vocês querem fazer uma vila.

14) **Ah, ela queria comprar todo distrito?** Tudo pra desmanchar as casas, antes, antes, cinco, dez anos atrás.

15) **E ninguém quis?** – “Não, eu não quero não, não quero, de jeito nenhum, não vou abandonar, não vou abrir mão do meu...”, era só isso que a gente ouvia.

16) **Mas não falaram que era por conta do risco da atividade?** Não, a Samarco falava com eles que era pra tirar eles de lá, que é pra nunca correr o risco o mesmo, mas aí eles quiseram ficar. E alguns até explorou – “não, só se ela nos der isso, isso e isso”. Pediam o que não valia. É brabo, não é? Pô, a Samarco ficou sem saída. E a Samarco tem que ter o nosso respeito, eu não tenho um filho, não tenho um parente, um sangue meu... mas a Samarco só pensou no emprego deles, ela ganha o dela, claro, porque ninguém vai, né, investir numa coisa sem lucro, mas acontece que gerou emprego demais. E Mariana tinha a Samarco e mais dez a vinte empreiteiras, aquele que não tem nenhum requisito, que não preenche o requisito da Vale e da Samarco, que não tem assim, você entendeu, como entrar lá porque não estudaram e depois ficou pra trás, eles entravam na empreiteira. E aí acabou tudo. A Samarco tá mandando embora. E não tem empreiteira, as empreiteiras que tem tão trabalhando aqui, limpando as lama, repondo tudo, o cara, - “é, eu tinha uma casa assim, assim”.